

As fontes de informação significantes para a construção da representação mental e social da Cabanagem no Estado do Pará (Brasil)

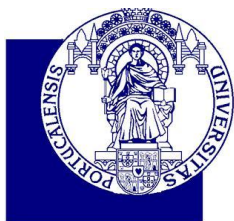
AURELIANO DA SILVA GUEDES.

AURELIANO DA SILVA GUEDES

**ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR ARMANDO
MANOEL BARREIROS MALHEIRO DA SILVA**

**As fontes de informação significantes para a
construção da representação mental e social da
Cabanagem no Estado do Pará (Brasil)**

Tese de doutoramento apresentada ao Curso de
Doutoramento Informação e Comunicação em
Plataformas Digitais da Universidade do
Porto/Universidade de Aveiro, sob a orientação
científica do Doutor Armando Manoel Barreiros
Malheiro da Silva Professor Associado do
Departamento de Jornalismo e Ciências da
Informação e Comunicação da Faculdade de Letras
da Universidade do Porto.



Universidade do Porto
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica, s./n. 4150-564 PORTO-PORTUGAL
www.letras.up.pt



Universidade de Aveiro
Departamento de Comunicação e Arte
Campus Universitário de Santiago
3810-193 Aveiro-Portugal

Copyright©2011

ISBN 978-85-911681-0-1

Reservado todos os direitos.

É proibida a reprodução ou duplicação total ou parcial deste livro, sob quaisquer formas ou meios, sem a prévia permissão por escrito do editor ou da FLUP.

Tv. Lomas Valentina, 1412 ap. 1704

Belém-PA (Brasil)

CEP 66.087-440

aurelian@ufpa.br

epidemiologist_aureliano@hotmail.com

GUEDES, Aureliano da Silva

As fontes de informação significantes para a construção da representação mental e social da Cabanagem no Estado do Pará (Brasil). Porto : _____; FLUP, Universidade do Porto; Universidade de Aveiro, 2011. 310 p.

ISBN 978-85-911681-0-1

Contém referências

1. FONTES DE INFORMAÇÃO – Cabanagem – Estado do Pará – Brasil. 2. COMPORTAMENTO INFORMACIONAL. 3. REPRESENTAÇÃO MENTAL 4. REPRESENTAÇÃO SOCIAL 5. PSICOLOGIA SOCIAL I.Título.

CDD 302

O JURI

PROF. DR. ARMANDO MANOEL BARREIROS MALHEIRO DA SILVA

PROF. DR.

PROF. DR.

PROF. DR.

PROF. DR.

Julgado em ____/____/____

CONCEITO/NOTA:_____

PARECER: _____

[illegible]

À minha companheira Rosana. Aos meus filhos Leilah,
Carolinna, Aureliano, Catarynna e Aureliano II.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Pai Celestial, pelas bênçãos e amor infinito.

À minha companheira Rosana do Socorro Maciel Quaresma, pelo carinho, apoio e correção gramatical.

Aos meus filhos Leilah Coelho Proença Guedes, Aureliano Coelho Proença Guedes, Carolinna Coelho Proença Guedes, Aureliano da Silva Guedes II e Catarynna Maciel Quaresma da Silva Guedes, pelos seus beijinhos e abraços durante a elaboração desta tese de doutoramento.

Ao Professor Doutor Armando Malheiro da Silva, orientador dedicado e amigo, pelos conselhos, sugestões e compreensão.

Ao Professor Doutor Óscar Mealha da Universidade de Aveiro e Doutor Carlos Ávila Araújo da Universidade Federal de Minas Gerais, pelas prestimosas observações e coerentes sugestões.

Ao amigo Aldemar Neto pelo imensurável apoio e patrocínio gráfico.

À Universidade Federal do Pará pela confiança.

À Professora MSc. Carmen Dolores Marçal Barreto da Rocha, pela correção gramatical.

A todos que deram alguma sugestão para elaboração desta tese de doutoramento.

ABREVIATURAS

AIDS – Acquired Immunodeficiency Syndrome

EUA – Estados Unidos da América

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

HD – Hard Disk

HTLM – Hyper Text Markup Language

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

RC – Representação Coletiva

RM - Representação Mental

RS – Representação Social

SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

SPI - Serviço de Proteção aos Índios

SQL – Structured Query Language (Linguagem de Consulta Estruturada)

UFPA – Universidade Federal do Pará

UP – Universidade do Porto

UA – Universidade de Aveiro

LISTA DE FOTOS E ILUSTRAÇÕES

TÍTULO	Pág.
Ilustração 1 Cabana a margem de um rio.	164
Ilustração 2 Trem de Guerra – Vigia –PA.	198
Ilustração 3 A Cabanagem em Vigia, tendo ao fundo o Trem de Guerra. Pintura de Gerson Palheta.	199
Ilustração 4 Igreja Madre de Deus em Vigia. Uma das construções que os entrevistados diziam ter cabanos acimentados.	202
Ilustração 5 Monumento a Resistência (Cametá-PA), com a imagem do padre Prudêncio e a Samaúmeira	221
Ilustração 6 Tabela da Ancoragem das representações sociais da Cabanagem.	237
Ilustração 7 Fontes de informação da Cabanagem por cidades	244
Ilustração 8 Visão geral das fontes de informação sobre a Cabanagem	246
Ilustração 9 Página inicial do Banco de Dados	260
Ilustração 10 Página de cadastro	261
Ilustração 11 Página de busca	262
Ilustração 12 Página de resultado	263
Ilustração 13 Página de finalização	263
Ilustração 14 Tabela de material permanente	268
Ilustração 15 Tabela de material de consumo	269
Ilustração 16 Tabela de descendência dos entrevistados	289

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	11
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	13
1. INTRODUÇÃO	23
2. MEDODOLOGIA DA PESQUISA	29
3. REPRESENTAÇÃO SOCIAL: evolução do conceito e definições	35
4. O QUE FOI A CABANAGEM	47
4.1 MOTIVOS ECONÔMICOS	49
4.2 MOTIVOS EXTRÍNSECOS DA CABANAGEM NO PARÁ	52
4.3 MOTIVOS INTRÍNSECOS	53
4.3.1 Revolução Nacionalista de 1823	55
4.3.2 Adesão do Pará à Independência do Brasil	56
4.3.3 Tragédia do Brigue Palhaço	59
4.3.4 Abrilada de 1833	63
4.3.5 Bernardo Lôbo de Souza, uma figura <i>non grata</i> no Pará	64
4.4 INICIA-SE A GUERRA CIVIL NO PARÁ	69
4.5 COMENTÁRIOS SOBRE A REPRESENTAÇÃO DE ALGUNS AUTORES SOBRE A GUERRA CABANA	73
4.6 OS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO PARÁ DURANTE A CABANAGEM	78
4.6.1 Presidência cabana de Félix Antônio Clemente Malcher	78
4.6.2 A Presidência do cabano Francisco Pedro Vinagre	82
4.6.3 O Presidente legalista Manoel Jorge Rodrigues	86
4.6.4 A Presidência do cabano Eduardo Angelim	93
4.6.5 Presidência do legalista Francisco José Soares de Andréia	99
4.6.6 Presidência legalista de Bernardo de Souza Franco	101
4.6.7 A Presidência do legalista João Antônio de Miranda	102
4.6.8 Comentários sobre as presidências cabana	103
4.7 O ETNISMO DOS LEGALISTAS NA CABANAGEM	106

4.8 COMO OS CABANOS CONSEGUIAM ARMAS	108
4.9 CABANAGEM: Movimento antilusitanista ou separatista?	113
4.10 ALGUNS PAÍSES E A CABANAGEM	118
4.10.1 Estados Unidos da América	118
4.10.2 Inglaterra	120
4.10.3 França	122
4.10.4 Outras nações	127
4.11 CONSEQUÊNCIAS DA CABANAGEM	128
5 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA CABANAGEM	131
5.1 NA CIDADE DE BELÉM	133
5.2 EM ABAETETUBA	150
5.3 NA CIDADE DO ACARÁ	163
5.4 NA ILHA DE COLARES	181
5.5 EM VIGIA	197
5.6 EM CAMETÁ	214
6 AS ANCORAGENS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA CABANAGEM	233
7 AS FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE A CABANAGEM	239
8 PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA CABANAGEM	249
8.1 A MEMÓRIA DA CABANAGEM NO PRESENTE	251
8.2 O FUTURO DA MEMÓRIA DA CABANAGEM	255
9 REFLEXÕES FINAIS	271
REFERÊNCIAS	299
DOCUMENTOS UTILIZADOS DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ	309

GUEDES, Aureliano da Silva. As fontes de informação significantes para a construção da representação mental e social da Cabanagem no Estado do Pará (Brasil). (Ph.D en Informação e Comunicação em Plataforma Digital). Porto : _____ ; Universidade do Porto – Faculdade de Letras; Universidade de Aveiro – Departamento de Comunicação e Arte,, 2011. ISBD 978-85-911681-0-1

RESUMO

Mostra o comportamento da construção e (re)construção da informação sobre a Cabanagem pelos paraenses, através do estudo da representação mental e social de fatos, lendas e mitos, dentre outros. Analisa a ancoragem da informação narrada pela população de cada cidade envolvida com a Cabanagem entre 164 a 175 anos, após a ocorrência daquele fato e identifica, nas populações pesquisadas, suas fontes de informação. O objetivo não foi resgatar a história da Cabanagem, mas entender, através dos relatos do passado, como os entrevistados vêem o presente, e, após a filtragem do que é história e o que é o presente, realizou-se diagnósticos que podem resultar em projetos dentro da realidade dos grupos estudados. Sendo assim, conhecer a fonte de informação sobre a Cabanagem oportuniza identificar em que pontos devem-se atuar, por exemplo, em um diagnóstico social ou uma campanha de saúde. Como metodologia, realizou-se uma pesquisa documental e de campo, com aplicação de entrevistas diretivas não-estruturadas *in locus*, aplicadas às populações das cidades de Belém, Abaetetuba, Acará, Colares, Vigia e Cametá. A pesquisa tem caráter exploratório, pela forma que se trataram as diferentes dimensões da formação das narrativas sobre a Cabanagem e é explicativa visto que se buscou explicar os fenômenos e fatores contribuintes para construção, destruição e (re)construção e ancoragem das narrativas levantadas. Observou-se que cada grupo tem representações que refletem suas experiências em comum. Nas representações mentais e sociais, a história da Cabanagem é (re)construída com novas visões de mundo, mostrando a riqueza do social e individual, que, muitas vezes, polariza-se entre grupos ou fundem-se, criando novos fatos e esquecendo outros da tradição oral. Percebe-se que a ancoragem das narrativas não é estática, pode se modificar por influência de fatores externos. Entende-se que os estudos das representações mentais, coletivas e sociais facilitam a compreensão do comportamento informacional. O autor propõe, também, um banco de dados eletrônico com característica de observatório social, que poderá, no futuro, fazer parte do Acordo de Colaboração Acadêmica e Científica celebrado entre a Universidade Federal do Pará (Brasil) e Universidade do Porto (Portugal).

PALAVRAS CHAVE: FONTES DE INFORMAÇÃO – Cabanagem – Estado do Pará – Brasil. COMPORTAMENTO INFORMACIONAL. CABANAGEM. REPRESENTAÇÃO MENTAL. REPRESENTAÇÃO SOCIAL.

GUEDES, Aureliano da Silva. The significant sources of information for the construction of mental and social representation of Cabanagem in Pará (Brazil). Porto: (Ph.D in Information and Communication in Digital Platform _____; University of Porto – Arts Faculty; University of Aveiro – Arts and Communication Department, 2011. ISBD 978-85-911681-0-1

ABSTRACT

This paper shows the behavior of construction and (re)construction of information about the Cabanagem by the population of the State of Pará (Brazil), through the study of mental and social representation of the facts, legends and myths, amongst others. Analyzing the anchoring of information reported by the people of each municipality involved within the Cabanagem between 164-175 years, afterwards, the occurrence of that event and identify, within the researched people, its source of information. The goal of this paper has not been the story of Cabanagem, however, understand itself, through the reports of the past, how the current is seen by the respondents and, afterwards filtering, what is history and what is the current, a diagnosis has been made, which may result in projects inside the reality of groups studied. In such case, to know the source of information on Cabanagem nurture to identify which subjects shall be acted, for instance, within a social diagnosis or health campaign. As methodology, a relevant documentation and field research has been done, through direct interviews, unstructured *in locus*, applied to the populations of the cities of Belém, Abaetetuba, Acará, Colares, Vigia e Cametá. The research is exploratory-featured, addressing the different dimensions of narrative arrangement about the Cabanagem, once sought to explain the phenomena and factors that have contributed to the construction, destruction and (re) construction of narratives and their anchoring. It has been observed that each group has got representations that reflect their ordinary experiences. Within mental and social representations, the history of Cabanagem is re-built on new readings of the world, showing the richness of social and individual, which often becomes polarized amongst groups or they merge themselves, creating brand-new facts and, forgetting other from oral tradition. The non-static narrative anchorage is noticed, and it may be modified by external factors. It is understood that the study of mental representations, collective and social make them easy to understand the information behavior. The author also proposes an electronic database as social observatory feature, which might be part of the Academic and Scientific Collaboration Agreement to be signed between Federal University of Pará (UFPA-Brazil) and University of Porto (Portugal).

KEY WORDS: INFORMATION SOURCES – Cabanagem – Pará State – Brazil. BEHAVIOR OF INFORMATION. CABANAGEM. MENTAL REPRESENTATION. SOCIAL REPRESENTATION

GUEDES, Aureliano da Silva. Las fuentes de información significantes para la construcción de la representación mental y representación social da la Cabanagem en el Estado de Pará (Brasil). (Ph.D. en Información y Comunicación en la Plataforma Digital)). Porto: _____; Universidad de Porto – Facultad de Artes; Universidad de Aveiro – Departamento de Comunicación y Arte, 2011. ISBD 978-85-911681-0-1

RESUMEN

Muestra el comportamiento de la construcción y la (re)construcción de la información sobre la Cabanagem, por el pueblo de Pará (Brasil), a través del estudio de la representación mental y la representación social de los hechos, leyendas y mitos, entre otros. Analiza el anclaje de la información referida por las poblaciones de las ciudades que participaron en Cabanagem entre 164-175 años después de la ocurrencia de este hecho e identificar sus fuentes de información. El objetivo no era la historia de Cabanagem, pero entender, a través de los informes del pasado, como los entrevistados ver el presente. Una vez filtrado de lo que es historia y lo que es el presente, se hizo el diagnóstico, que puede dar lugar a proyectos dentro de la realidad de los grupos. Conocer el origen de la información sobre Cabanagem ayudar a identificar en qué puntos se debe actuar, por ejemplo, en un diagnóstico social o una campaña de salud. Como metodología, se trató de una investigación documental y de campo, con entrevistas directas, no estructuradas, aplicadas a las poblaciones de las ciudades de Belém, Abaetetuba, Acara, Colares, Vigia y Cameta. La investigación es exploratorio, abordando las diferentes dimensiones de las narrativas sobre La Cabanagem y es explicativo, ya que trató de explicar los fenómenos y factores que contribuyen a la construcción, destrucción, (re)construcción y anclaje de los relatos. Se observó que cada grupo tiene representaciones que reflejan sus experiencias en común. En las representaciones mentales y representaciones sociales de la historia de La Cabanagem se (re)construye con nuevas lecturas de mundo, lo que muestra la riqueza social e individual, que puede ser polarizado o fundirse entre los grupos. Darse cuenta de que el anclaje de las narraciones no es estático, puede ser modificado por factores externos. Se entiende que el estudio de las representaciones mentales, colectiva y sociales, facilitan la comprensión del comportamiento de la información. El autor también propone una base de datos electrónica con la característica del observatorio social, lo que puede en el futuro ser parte de un Convenio de Colaboración científico y académico entre la Universidad Federal de Pará (Brasil) y la Universidad de Porto (Portugal).

PALABRAS CLAVE. FUENTES DE INFORMACIÓN – Cananagem – Estado Del Pará – Brazil. COMPORTAMIENTO DE LA INFORMACION. CABANAGEM. REPRESENTACIÓN MENTAL. REPRESENTACIÓN SOCIAL.

1 INTRODUÇÃO

Por residir no Estado do Pará e ter ouvido histórias sobre a Cabanagem, este tema sempre despertou atenção, no produtor desta tese. Houve, então, interesse em recolher informação *in loco* sobre esse movimento, ou seja, nas cidades onde a guerra da Cabanagem ocorreu com maior vigor.

Durante o Curso de Mestrado em Serviço Social na área de políticas sociais, movimentos sociais e cidadania na Universidade Federal do Pará (Brasil), foram realizados diversos trabalhos e publicados vários artigos sobre a Cabanagem no Estado do Pará (Brasil), fruto sempre do interesse deste pesquisador sobre tão interessante evento histórico. O acervo e a pesquisa de campo resultaram em uma dissertação na qual foi abordada “A Representação da Cabanagem nas Cidades de Vigia e Cametá no Estado do Pará”. Nesta se estudaram as representações que aquela revolta deixou na memória dos vigienses e cametaenses, buscando pontos convergentes e divergentes nas histórias ouvidas, cruzando os dados e procurando entender as representações mentais, coletivas e/ou sociais daquele fato. Tinha-se escolhido Vigia, por ter sido a base da resistência dos cabanos aos legalistas; Cametá, por ter dado apoio aos legalistas. Deste modo, pode-se entender como estava construída a representação da Cabanagem na memória do povo naquelas cidades.

Quando deste doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal), objetivou-se aprofundar mais o tema, ou seja, conhecer a informação contida nas representações mentais e sociais, ampliá-las às cidades de Belém, Abaetetuba, Colares e Acará. Belém, por ter sido o epicentro da guerra; Colares, por apresentar-se como um ponto estratégico dos cabanos entre Belém e Vigia – abordagem restrita ao livro de António Raiol, desprezada por diversos autores; A cidade de Acará justifica-se por ser considerada o “berço” da Cabanagem; Abaetetuba pela proximidade com Cametá e Belém.

Acrescentaram-se, nesta tese, dois sub-capítulos da dissertação de mestrado já citada, a saber: Vigia, a cidade onde os cabanos encontraram apoio da totalidade da população mais carente, e, hoje, a população se orgulha de ter sido foco da Cabanagem; A cidade de Cametá, porque a população alega que a cidade nunca foi invadida por cabanos, portanto com perfil de histórias tendendo aos legalistas.

Nesta pesquisa, não se identificou nenhum trabalho sobre a Cabanagem que relacionasse sua representação na atualidade, muito menos que fizesse comparações de como ela se apresenta nas comunicações dos povos, muito menos que propusesse uma plataforma digital para pesquisas sobre o tema. Diante disto, pode-se afirmar que se trata de um trabalho inédito que poderá contribuir a uma nova compreensão daquele fato histórico e dos aspectos socioeconômicos das cidades estudadas, pois, através de suas comunicações sobre o passado, fazem uma (re)construção do fato no presente. Contudo, isto não é o bastante se não houver como preservar a informação para o futuro. Daí, ser apresentado, também, uma proposta de um Banco de Dados Eletrônico sobre Cabanagem, para garantir o tratamento, armazenamento e disseminação de documentos e de narrativas coletadas sobre o tema.

Escolhe-se este tema, também, pela preocupação com o escasso número de publicações sobre a Cabanagem, como outros autores já tinham afirmado, tais como SILVEIRA (1994, p. 19) e CHIAVENATO (1970, p. 157), dentre outros.

Aproveita-se para fazer comentários sobre algumas obras pesquisadas:

A obra, que é referência obrigatória para quem estuda a Cabanagem, é de autoria de Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará) e denomina-se “Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará, desde o ano de 1821 até 1835”. Esta obra está presente nas bibliografias de todos os autores que se

estudou, e a sua riqueza é por ser a primeira obra completa sobre a Cabanagem, por isso, não pode deixar de ser lida por qualquer pesquisador do tema. Traz um conteúdo com tendências legalistas.

Julio José Chiavenato escreveu um livro intitulado “Cabanagem: o povo no poder”. Trata-se de uma obra com uma visão progressista da Cabanagem, com muitos detalhes e riquezas de interpretações de alguns fatos o que mostra ser um trabalho que deve ser utilizado para uma comparação com outros autores, principalmente aqueles conservadores que vêem a história pela óptica do vencedor. É realizada em uma linguagem que ora está em estilo reportagem e, em outro momento, em uma linguagem romancista, o que facilita o entendimento dos fatos, principalmente para aqueles que estão tendo os primeiros contatos com a história da Cabanagem. Por esses motivos, pode-se até sugerir a adoção desta obra como livro didático de história do Pará, ou mesmo história do Brasil.

CHIAVENATO (1984, p. 117) relata que: “*Angelim escreveu dois volumes sobre a Cabanagem, que se perderam - ou as autoridades destruíram*”. Se isto realmente ocorreu, seria uma boa oportunidade aos pesquisadores se encontrassem tal obra, já que teria dados contados por alguém que, realmente, participou ativamente da Cabanagem e, muito mais ainda, teria, de certa forma, a visão e versão de um cabano sobre este fato histórico.

No que concerne à representação social de fatos históricos, não há bibliografias no Brasil, ou seja, estudos da representação de diversas culturas sobre a Cabanagem não foram identificadas em nenhuma pesquisa, somente a dissertação de mestrado do autor é que serve de base para que se prossiga a idéia da representação social da Cabanagem nessa tese, com o tema “As fontes de informação significantes para a construção da

representação mental e social da Cabanagem no Estado do Pará (Brasil)”, a qual se busca consorciar os fatos históricos com as representações sociais.

Esta pesquisa tem o objetivo de identificar como a Cabanagem está representada na memória dos paraenses, como constroem, destroem e (re)constroem as narrativas da Cabanagem e como se dá sua comunicação em cada cidade estudada, além de propor um banco de dados eletrônico com característica de observatório social, como forma de preservar a história e comunicações atuais daquele fato e estimular pesquisas futuras sobre o tema, que poderá no futuro fazer parte do Acordo de Colaboração Acadêmica e Científica celebrado entre a Universidade Federal do Pará (Brasil) e Universidade do Porto (Portugal), publicado no Diário Oficial da União (Brasil), em 11 de novembro de 2005 e seu termo aditivo de Acordo de Cooperação firmado entre a Faculdade de Letras da Universidade do Porto com o Departamento de Biblioteconomia (Atualmente Faculdade de Biblioteconomia) da Universidade Federal do Pará.

Dessa forma, contempla-se, nessa tese, os principais focos desse doutorado: A informação, comunicação e a proposta de uma plataforma digital.

Como objetivos específicos, buscou-se conhecer fatos, lendas e mito, dentre outros, narrados pela população onde está ancorada a informação sobre as histórias atuais daquele fato, em populações de cidades que tiveram alguma atuação significativa na Cabanagem. Encontrar um modo de preservação, não só da história oficial, mas das formas de comunicações narradas pelas populações de cidades envolvidas com Cabanagem entre 164 a 175 anos depois aquele fato e identificar nas populações pesquisadas suas fontes de informação.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Trata-se uma pesquisa documental pelos levantamentos realizados em livros, artigos e documentos do Arquivo Público do Estado do Pará. É uma pesquisa de campo em virtude de entrevistas *in loco* com as populações envolvidas. Tem caráter exploratório pela forma como se tratou as diferentes dimensões de como se manifestam e estão relacionadas às narrativas sobre a Cabanagem pelos povos estudados; É explicativa, visto que se buscou explicar os fenômenos e fatores contribuintes para a construção, destruição, (re)construção e ancoragem das narrativas levantadas.

Alguns dados foram tratados de forma qualitativa e outros por métodos quantitativos simples, tal como frequência percentual.

Divide-se a pesquisa em seis etapas:

Na primeira etapa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com uma análise de tudo que foi possível sobre a Cabanagem na Província do Pará, quando se observou a escassez de pesquisas sobre o tema Cabanagem.

Na segunda etapa da pesquisa, levantaram-se dados em códices do Arquivo Público do Estado do Pará, no período compreendido de 1830 a 1841, nas Correspondências: “Dos Cônsules”, “Do Governo com a Côrte”, “De Diversos com o Governo”, “Do Governo com Diversos”, “Negócios em países estrangeiros”, “Relatórios Militares” e “Listas de Presos Cabanos”, dentre outras fontes, quando se teve dificuldades para estudar os documentos da época: primeiro, porque muitos estão deteriorando-se com rasgos de utilização, quebraçura do papel por falta de tratamento adequado, corroídos por traças, dentre outros. O que demonstra urgente necessidade de um rápido tratamento seguido de microfilmagem; segundo, porque, apesar do grande valor para a memória histórica do Pará, os conteúdos destes documentos nunca foram tratados adequadamente conforme os métodos da arquivologia, ou seja, mesmo com

referências de datas, conteúdos, correspondências de quem para quem, assuntos, dentre outros, não se recupera a informação, salvo se fizer uma busca exaustiva em documento por documento até chegar, se chegar, ao que se quer.

Na terceira etapa, que foi a mais importante, foram realizadas entrevistas diretas não-estruturadas na cidade de Belém, Colares, Acará, Abaetetuba, Vigia e Cametá, utilizando-se um gravador com microfita cassete, que serão armazenadas no Banco de Dados Eletrônico e Observatório Social da Cabanagem que é proposto nesta tese.

Foi solicitado aos entrevistados que contassem histórias sobre a Cabanagem nos seus municípios, perguntado também as fontes dos seus conhecimentos sobre o fato, pois assim, se pode entender como fontes coadjuvantes interferem direta ou indiretamente na construção das representações mentais, representações coletivas e representações Sociais. Buscava-se saber do entrevistado se tinha descendência legalista ou cabana, ou se desconhecia. Também se solicitava aos entrevistados que comparassem sua época com a dos cabanos, para melhor entendimento da (re)construção da história da Cabanagem. Perguntava-se, ainda, se os entrevistados achavam que poderia haver uma nova Cabanagem, para que, através dessas respostas, se pudesse identificar seus problemas sociais através das (re)construções representativas que davam ao fato.

Das diversas entrevistas realizadas em cada cidade, selecionou-se e transcreveu-se as mais significativas, resumindo em seis entrevistas por cidade, o que resultou em uma pessoa da terceira idade, um líder comunitário, um professor de ensino fundamental, um assistente social ou pessoa que atuasse na área social e duas pessoas

escolhidas aleatoriamente. Todas as entrevistas foram realizadas *in loco*, nas cidades propostas e, após a realização das entrevistas, iniciou-se o mapeamento das mesmas.

Vale ressaltar que essas entrevistas gravadas estão armazenadas e, quando o Banco de Dados Eletrônico Sobre a Cabanagem for implantado, irá compor o acervo, visto, entre outras justificativas, a raridade que se transformaram tais documentos sonoros, em virtude de muitos entrevistados já terem falecido.

Não se utilizou os nomes dos entrevistados neste trabalho, e, sim, código alfanumérico para garantir o anonimato e despreocupação dos entrevistados quanto a perseguições políticas, posição social, imagem, dentre outros.

Na quarta etapa, de todas as comunicações, procurou-se entender e explicar os motivos das (re)construções e comparar com a história oficial, bem como, buscar as ancoragens dos fatos contados pelo coletivo/social já que estão presentes em todo o processo da representação.

A ancoragem da reconstrução da Cabanagem pelos entrevistados foi fundamental neste estudo, pois a história da Cabanagem na concepção livresca, acadêmica ou dos documentos oficiais da Cabanagem já é conhecida, houve interesse em identificar o que há de novo nessas comunicações comparadas com as histórias oficiais, ou seja, como o “senso comum” dos entrevistados constroem, destroem e (re)constroem a história da Cabanagem.

Em outra etapa, responde-se à preocupação do pesquisador em como preservar e dar acesso a informação de modo mais rápido, prático e moderno, sendo apresentada a proposta de um projeto do Banco de Dados Eletrônico da Cabanagem em convênio entre a Universidade Federal do Pará e a Universidade do Porto.

Por último fez-se uma análise final do trabalho.

3 REPRESENTAÇÃO SOCIAL: evolução do conceito e definições

A discussão sobre representação social não é nova, vem desde o início da filosofia, só que eram utilizados outros termos, e o objeto de estudo, geralmente, eram mitos e lendas, imagens, religiões, dentre outros, explicado através do senso comum.

Os homens pré-históricos já representavam seu dia a dia através de pictografias nas cavernas e paredes de rochas. Os indígenas, de um modo geral, representam fenômenos da natureza, fatos de suas histórias através de danças, músicas, criação de mitos e lendas, etc., passando isso de pai para filho, de geração em geração. Os gregos representavam o seu mundo através da mitologia, na qual os deuses tinham comportamentos semelhantes ao dos mortais, tais como: inveja, raiva, ciúmes, alegrias, amor, brigavam entre si e isso se refletia nos povos, tudo de ruim era um castigo aplicado por algum deus enciumado ou desobedecido. Com os antigos filósofos gregos do século III a.C., isso se modifica, e os conflitos, o ciúme, o amor, a guerra, dentre outros, eram questionados, dando lugar à razão lógica, principalmente quando Platão e Sócrates diluem o ser no *entelequia* (existência).

Os filósofos, buscando a razão dos conflitos internos e externos do ser afastaram-se das representações, considerando-as apenas “senso comum”, culminando isso quando Kant centra sua filosofia na relação S (Sujeito)/O (Objeto), Meios/Fins, dentre outros, buscando o aprimoramento do racionalismo científico, o que afasta filósofos, cientistas, pesquisadores, etc., de vez do “senso comum”, recorrendo a este apenas para testá-lo, analisá-lo e fazer reflexões científicas. Daí, os filósofos e cientistas foram se afastando do povo, do seu senso comum, de suas representações mentais e sociais, somente recorrendo a estes como objetos de pesquisa, não se voltando a entender o porquê, como, e quando o senso comum vive, cria, usa, desusa, (re)vive, (re)cria e (re)utiliza, constrói e (re)constrói suas representações do mundo em que vivem. A filosofia e a ciência interpretam de forma separada a realidade daqueles que

vivenciam o fato e o momento, inclusive tornando suas interpretações inacessíveis àqueles que lhes deram subsídios a suas pesquisas, através de entrevistas, deixando-se observar, dentre outros.

Heidegger buscou a retomada da discussão pré-socrática do “ser”, mas não foi capaz de entender esse “ser” através de sua experimentação do mundo, que está refletida na sua construção e (re)construção dos fatos vividos, da história do seu povo, de suas lendas, seu modo de interpretar a vida, seu fazer, etc., que formam o seu coletivo/social, que não pode ser verificado apenas como uma relação sujeito/objeto como Kant propunha.

No marxismo, o materialismo histórico coloca a representação social como se fosse apenas uma visão ideológica. Para PERRUSI (1995, p. 31):

“... uma sociologia alicerçada no marxismo, o objeto não é mais a representação e, nesse caso, tal sociologia, quando analisa as classes sociais, por exemplo, percebe-as como objetos empíricos e não como representações, procurando, então, entendê-las a partir de sua práxis objetiva: somente depois, do ponto de vista analítico, é que se aprendem as ‘representações’ de classe. (...) Ora, se o marxismo é uma filosofia que tenta criticar a representação, como via de acesso ao ser ou ao real, afirmando em troca um acesso pela práxis, uma sociologia fundada sobre tal paradigma não ficará por menos. Assim, se a mediação entre o objeto de conhecimento e o objeto real é feito pela práxis, é possível, pensar na identidade de ambos.”

Apesar dos filósofos terem mudado suas linhas de pensamento, a representação continuou existindo nas diversas populações, seja primitiva ou avançada tecnologicamente, pois reflete suas leituras e (re)leituras de mundo, reflete o ser de cada indivíduo que interage com outras leituras de mundo formando um coletivo/social dinâmico, criativo, construtivo, e acima de tudo, humanizado.

Quase toda mãe cria histórias para contar aos seus filhos, como forma de difundir a ética de sua cultura; mitos e lendas ainda estão presentes, sendo criados e re-

criados, mantendo as identidades culturais de cada povo, cada grupo social, cada família.

Diz GUEDES em sua dissertação de mestrado (1999, p. 25):

“... por mais que se negue, a representação faz parte do individual, coletivo e social e, de uma forma ou de outra, negando ou aceitando, não pode ser sobrepujada porque contém e está contida em um todo que não se subtrai da realidade humana, sob pena de nunca entendê-la em sua totalidade. Se Habermas, Luhmann, Marx, Engels, dentre outros, tentam desconsiderar a representação em suas análises, é aí, a meu ver, que se centra a fragilidade de suas teorias”.

A falta de entendimento das representações nos movimentos sociais como o dos trabalhadores, leva o materialismo dialético a erros, como exemplo, quando sindicatos europeus e mesmo brasileiros fazem o percurso contrário ao contido na obra “*O Capital*” de Karl Marx, e votam em medidas neoliberais. Por que isso acontece? Pensa-se que as representações mentais (RMs), representações coletivas (RCs) e representações sociais (RSs) quando desassociadas das análises de futuro resultam em erros de interpretações, que podem vir à tona mais cedo ou mais tarde. Por isso, afirma-se que as RMs, RCs e RSs, não podem ser dissociadas das interpretações do social, pois se interagem, destroem-se, (re)constroem, criam e (re)criam-se no constante processo do dinamismo social que é a essência das Ciências Humanas.

DURKHEIM apud FARR (1997, p36), retoma o estudo das representações, no caso, as coletivas. Para ele: “... *as representações coletivas não poderiam ser reduzidas a representações individuais*”.

Moscovici propõe uma visão mais atualizada das representações, nesse caso as RSs. As representações estão presentes nas culturas, das quais se apropriam de um objeto, criando e (re)criando-o, dando o verdadeiro dinamismo à cultura, o que é de grande importância para o estudo das representações sociais para Moscovici. Não se

pode deixar de observar que Moscovici se apropria de conceitos usados por Emile Durkheim, e dá uma visão de social e dinâmica a estes. Serge Moscovici criticaria sempre a visão estática de conceitos e métodos, daí ser respeitado por pesquisadores da representação social, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, sendo assim considerado o pai da Teoria da Representação.

Se a representação pode ser usada nas pesquisas da sociologia, psicologia, antropologia, pode muito bem ser associada à história, cultura, serviço social, ciências da informação, e a todas as ciências que preocupam com as diferentes manifestações da sociedade e do social.

Mas, afinal, o que é representação? Etimologicamente, é um termo do latim “*representatone*”, que no DICCIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA (1995: v.2 p. 1776) está definido como: “...4 *Figura, imagem o idea que sustituye a la realidad.*”. Não é algo que substitui a realidade, e, sim, que faz parte da construção e reconstrução da realidade, são leituras dessa realidade, que podem divergir conforme o grupo que esse leitor faça parte, na verdade, a vida é um jogo ideológico, em que não existe apenas uma verdade, na Cabanagem, por exemplo: há a verdade dos cabanos e dos legalistas, e como encontrar o real diante dessas verdades? As idéias se relacionam com o real de uma visão de mundo que nem sempre possui o reflexo do espelho da outra, não se pode seguir, nesse caso, a visão marxista que tenta dissociar a idéia do real, pois as duas se confundem em diversos momentos da vida.

Para FERREIRA (1993, p. 1489), a representação é a: “*Reprodução daquilo que se pensa. (...) 9. Filos. Conteúdo concreto aprendido pelos sentidos, pela imaginação, pela memória ou pelo pensamento.*”. Se a representação representa o modo de pensar de um indivíduo ou de uma sociedade, esta é um reflexo cultural da realidade que o cerca,

e este indivíduo a percebe através dos sentidos, nesse caso, tato, visão, olfato, audição, daí se poder representar algo que ouviu, (re)construindo uma história, ou algo visto sobre uma óptica que permite diversas leituras. Por exemplo: uma panela vista por um ângulo dá para se ver o cabo, outra pessoa de outra posição não verá este cabo apenas algo redondo, e, assim por diante.

Existem vários conceitos e tipos de representações, que ora se convergem, ora divergem radicalmente, citam-se alguns tipos de representação e seus conceitos:

À RM para DORSCH (1978, p. 857) seria:

“Designación que se aplica a todos los contenidos de conciencia sensorial a la que corresponden, se clasifican cepciones, pero no correspondientes a percepciones actuales. Son imágenes recordadas o creaciones de la imaginación. Según el área sensorial a la que corresponden, se clasifican en visuales, auditivas, táctiles, olfativas, gustativas, etc. Tienen el mismo carácter concreto y objetivo que las percepciones, pero se distinguen de ellas en que no está presente en el mundo exterior algo que origine la percepción y el individuo consciente de esta ausencia. Además, estas imágenes mentales son evidentemente menos intensas, más << pálidas >> que las percepciones. Las representaciones mentales de cosas no presente tienen gran importancia en psicología en los procesos de pensamientos, por ej. Pueden ser evocaciones de percepciones chivadas en la memoria o imágenes de la fantasía formadas a base de combinaciones de recuerdos -> asociación -> pensamientos”.

Para o autor desta tese, essas imagens do passado podem ser (re)construídas, todavia, essa (re)construção se faz a partir de algo experienciado, que resulta em reflexos da vida do indivíduo, daí a importância de se pesquisar como se constrói e se (re)constrói fatos, objetos, dentre outros, na mente do ser humano, por exemplo: pesquisando a Cabanagem nos município, além de identificar novas visões daquela guerra, ainda se encontram as experiências presentes dos entrevistados contidas nas narrativas do fato passado. No caso dos interiores do Pará, muitas histórias são passadas de pai para filho, preservando fatos que, muitas vezes, os livros não contam, mas

também há a (re)construções de fatos, ligados à realidade do entrevistado, e outras vezes ligada apenas ao imaginário do mesmo, como se pode ver no capítulo 5 desta tese.

As RCs, segundo o DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA GLOBO (1981, p. 290), são:

“Concepções e símbolos que resultam da interação e adquirem um significado comum para os membros do grupo, suscitando-lhes reações emocionais semelhantes (E.W) Tradução literal da fórmula représentation collective (Durkheim). Entretanto a expressão francesa se traduz melhor por símbolo publicamente inteligível. A expressão se opõe a représentation individuelle. O comunicável é social ou coletivo porque adquire sua comunicabilidade mediante um processo de interação entre duas ou mais pessoas. Sobretudo uma representação coletiva não é simplesmente algo semelhante a uma bandeira que, segundo se supõe, representa uma coletividade...”

Durkheim cria o termo representação coletiva, sendo algo que se dá com a comunicação oral, escrita, ou por símbolos ou gestos. Vale dizer que se origina da RM que, ao contato com outras RMs, forma um coletivo com idéias sobre alguma coisa com que se assemelham. O ser isolado não poderia ter, portanto, RC, um eremita, poderia ter RM, mas, ao contato com o outro, a RM transformar-se-ia em coletiva, pois haveria troca de idéias através da comunicação, assim surgindo novos fatos, novos símbolos, novo jeito de pensar. Uma criança recém nascida, no primeiro choro, ao perceber que chorando sua mãe lhe dará leite ou outra coisa que necessite, começa a estabelecer a comunicação. O choro passará a ser simbolizado como chamar a mãe, e para mãe o choro simboliza que o filho necessita dela, com “urgência”. Diante disso, pode-se entender que a RM influencia no coletivo, e este faz o mesmo na RM, daí ser difícil a separação da RM da RC, pois o homem é um ser social e assim recebe influência da comunidade ou sociedade em que vive. Para este trabalho, são as RMs que se associando, formarão a RC, e até mesmo a RS, ou seja, poderia se aplicar a fórmula

$RM1+RM2+RMn=RC$ e $RC1+RC2+RCn=RS$ que, por sua vez, trafega e confunde-se com as RMs e RCs.

Criando o termo representação social, hoje vastamente utilizado por muitos pesquisadores, MOSCOVICI *apud* SEMIN (1989, p. 240), ainda afirma que:

“Les représentations sociales sont des entités presque tangibles. Elles circulent, se croisent et se cristallisent sans cesse à travers une parole, un geste, une rencontre, dans notre univers quotidien. La plupart des rapports sociaux noués, des objets produits ou consommés, des communications échangées en sont imprégnés. Nous le savons, elles correspondent d’une part à la substance symbolique qui entre dans l’élaboration et d’autre part à la pratique qui produit ladite substance, tout comme la science ou les mythes correspondent à une pratique scientifique et mythique”.

Para Moscovici, portanto, é necessário que haja comunicação para haver a RS, contudo não há comunicação quando se criam símbolos que são interpretados unilateralmente, já que os símbolos têm que circular em um ou mais grupos para haver sua aceitação.

JODELET *apud* GUARESCHI (1995, p. 202) afirma que RS é: “... *uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para construção de uma realidade comum a um conjunto social.*”

Para BAUER (1995, p. 229): “As RS são a produção cultural de uma comunidade, que tem como um de seus objetivos resistir a conceitos, conhecimentos e atividades que ameaçam destruir sua identidade”. Que pese a credibilidade científica do autor, discorda-se, pois as RS são dinâmicas, sendo assim, podem interagir com outras, ou mesmo, destruir e/ou (re)construir a produção cultural original.

Minayo (1997, p. 89) relaciona a representação com: “... *a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou no conteúdo do pensamento*”. Fato é que, mesmo

sendo uma (re)construção as representações dependem de quem, como e, quando a pessoa percebe um fato para (re)construí-lo, seu estado de espírito, os conhecimentos passados, a vida pregressa, o modo de pensar a realidade, o grau de importância do fato influenciará na construção da representação do indivíduo que irá narrar.

Diversos são os conceitos de representação, apesar do fato de que a teoria das RSs nem mesmo gostar de conceitos, o que se concorda já que esta ciência é dinâmica e, recebe influências de diversas outras. Daí, os conceitos de RS serem diversos e, alguns divergentes entre si. Diante disso, comunga-se com WAGNER (1995, p. 149) que conclui:

“O conceito de representação é multifacetado. De um lado, a representação social é concebida como um processo social que envolve comunicação e discurso, ao longo do qual significados e objetos são construídos e elaborados. Por outro lado, e principalmente no que se relaciona ao conteúdo de pesquisas orientadas empiricamente, as representações sociais são operacionalizadas como atributos individuais - como estruturas individuais de conhecimento, símbolos e afetos distribuídos [SIC] entre as pessoas em grupos ou sociedades. Esta dupla visão do conceito o faz versátil, e dá origem a várias interpretações e usos que nem sempre são compatíveis uns com os outros. (...) Tal abertura pode constituir-se tanto em um problema sério (Jahoda, 1988) ou pode ser uma pré-condição para o seu desenvolvimento futuro (Moscovici, 1988; Farr, 1992, 1993)”.

GUARESCHI (1995, p. 202), referindo-se aos conceitos de RSs, afirma que:

“São diversos elementos que costumam estar ligados ao conceito de RS: ele é um conceito dinâmico e explicativo, tanto da realidade social, como física e cultural. Possui uma dimensão histórica e transformadora. Junta aspectos culturais, cognitivos e valorativos, isto é, ideológicos. Está presente nos meios e nas mentes, isto é, ele se constitui numa realidade presente nos objetos e nos sujeitos. É um conceito sempre relacional, e, por isso mesmo, social”.

As representações são as figurações do meio, que ocorrem através dos símbolos, valores, normas, conhecimentos, crenças, dentre outros, que se apresentam de um modo real ou ideal através das inter-relações sociais, que se etnocentram ou se relativizam

na memória individual (RM), coletiva (RC), ou social (RS), se cria e (re)cria, destrói e (re)constrói, concretizando-se através da comunicação e linguagem.

MOSCOVICI *apud* FARR(1997, p. 46) afirma que: “*As representações estão presentes tanto no ‘mundo’ como ‘na mente’, e elas devem ser pesquisadas em ambos contextos.*” Esta é a verdadeira condição de se atingir uma análise, sem erros, sobre as representações, pois o coletivo e/ou o social são formados pelos EU’s e suas mentes, e devido seu dinamismo trafegam da RM para a RC e da RC para RM, da RS para RM e RM para RC, da RC para RS e RS para RC e, assim por diante.

PERRUSI (1995, p. 95) diz que: “*Segundo Moscovici, a representação social é um conceito fundamental para o entendimento do ‘senso comum’*”. Daí, considera-se importante entender como se forma a representação social da Cabanagem, como o senso comum conta essa história, a que ele se ancora e porque disso tudo, como isso trafega através da comunicação.

No capítulo 5, o leitor poderá entender como se dá a construção da representação, mas antes se falará um pouco da história da cabanagem para situá-lo nesse fato histórico.

4 O QUE FOI A CABANAGEM

4.1 MOTIVOS ECONÔMICOS

A economia da Província do Pará (Brasil), quando colônia, caracterizava-se pela exploração impiedosa pelos colonizadores e sua política mercantilista. A mão-de-obra escassa levaria os colonizadores à tentativa de escravizar os silvícolas, o que foi frustrado, pois estes conheciam a selva amazônica como ninguém, além de que muitos preferiam morrer a trabalhar para outro homem, porque, em suas culturas, o homem tem que produzir o que consome, diante disto, havia muitas fugas. Os colonizadores portugueses tentaram solucionar isto com a destribalização, ou seja, misturar índios de tribos e línguas diferentes, o que se pode chamar de aculturação imposta. Por outro lado, os jesuítas exploravam a mão-de-obra indígena, com pagamentos simbólicos, o que levaria, em muitos casos, a terem uma produção maior do que a muitos fazendeiros, resultando em constantes contendas, não porque os jesuítas quisessem manter os silvícolas livres e repartir a produção, mas porque os exploravam em nome da igreja Católica Apostólica Romana. O resultado disso foi que o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas do Brasil e proibiu a escravidão indígena. Contudo, alguns autores acreditam que a escravidão indígena prosseguiu por mais tempo. Um deles, MONTEIRO (1994, p. 27) afirma que:

“É provável que a escravidão indígena da Amazônia Colonial tenha atravessado o século XIX e chegado ao século XX metamorfoseada em algum tipo de trabalho compulsório, principalmente nas áreas de fronteiras, de frentes de expansão de frentes pioneiras.”

A região Amazônica, por ser uma área de floresta tropical, apresenta um solo fraco para determinadas produções agrícolas. Há, contudo, um grande potencial para o extrativismo, desde que haja um controle ambiental adequado. Os colonizadores,

entretanto, não se importavam com as agressões ao meio ambiente. Além de que, Belém seria um porto estratégico para as exportações para a Europa e demais países da América, fazendo com que a exploração fosse voraz e devastadora.

Outro fator é que, enquanto na Europa surgiam os movimentos Renascentistas, o Humanismo começava a ser cultuado nas artes, o liberalismo econômico começa a ser discutido. Portugal divergia, pois adotava, destacadamente para as colônias, uma política mercantilista exploradora e opressora, principalmente para os indígenas (primeira fase) e, mais tarde, com os escravos de origem africana, que perdiam sua liberdade para servirem de ferramenta de trabalho aos donos de sítios e fazendas da região.

Na Província do Pará, de certo modo, produziam-se algodão, cacau, cana-de-açúcar, arroz, fumo, gado bovino e equino, café, além de urucum, anil, cal, salsaparrilha, cravo da Índia, castanha do Pará, cola elástica (seringa), plantavam-se muitos outros produtos de economia de subsistência, como a mandioca, consumida como base da alimentação dos nativos, dentre outros produtos. Quanto à questão da extração mineral, os colonizadores sabiam que havia muitos minérios na região, contudo, não queriam explorá-los, talvez, para não despertar a cobiça de alguns países que facilmente poderiam invadir a Província, como em outros tempos fizeram, pois esta era pouco povoada, portanto, com dificuldades de vigilância por falta de mão-de-obra qualificada e de confiança para tal.

A Economia enfrentou diversos problemas, dentre eles: falta de mão-de-obra, exploração indiscriminada das classes pobres, inúmeros motins, revoluções, dentre outros. Afirma SANTOS (1980, p. 34) que: *“Como era de se esperar, tanto motins*

iniciais como, finalmente, os agudos conflitos deflagrados em 1835, contribuíram profundamente para o enfraquecimento de uma economia já de si deprimida”

SANTOS (1980, p. 28), referindo-se às causas da decadência econômica da Província, diz que:

“... a inversão da marcha do preço do cacau; o quadro mundial geralmente adverso para produtos tropicais; o esforço de guerra do Pará na campanha da Guiana, associado a ocupação de Portugal por tropas francesas; e os movimentos políticos locais, especialmente a Cabanagem. (...) o panorama da economia mundial não se mostrava favorável aos produtos tropicais em geral. A reconquista dos mercados de algodão pelos Estados Unidos e o notável crescimento de sua produção algodoeira, cuja oferta crescente contribuiu para a fortíssima baixa do preço por volta da década de 30 (...) A oportunidade não se mostrava propícia, tampouco, para desenvolver culturas como o café, o fumo, a cana-de-açúcar, ou mesmo a borracha”.

Fato é que, diante das crises econômicas, quem mais sofre é a classe proletária, aumentando as possibilidades de revoltas, como ocorreu na Cabanagem, que foi um dos gritos de liberdade dos explorados contra os exploradores.

Com a Cabanagem, Belém teria sua economia arrasada por cerca de 5 anos de guerra civil que atingiu os dois lados. Segundo RAIOL (1970, p.943):

“A agricultura, o comércio, todo o movimento industrial tinha paralizado. Os operários fecharam suas oficinas, os lavradores desampararam as suas roças e plantações; uns refugiavam-se nos matos, outros voluntariamente ou constrangidos faziam causa comum com os rebeldes. E assim perturbadas as leis econômicas do trabalho era conseqüente a penúria geral...”.

As poucas indústrias pararam e, conseqüentemente, tiveram dificuldades de se restabelecer por vários motivos, dentre eles: a política de austeridade que o governo brasileiro impôs à região; outro seria o medo dos investidores aplicarem seus capitais numa região que, mesmo antes da cabanagem, sofria, periodicamente, guerras, guerrilhas, revoltas e motins. Segundo SANTOS (1980: 354):

“A obra de restauração empreendida pelo governo provincial após a derrota definitiva dos cabanos representou muito do ponto de vista conjuntural, mas não logrou recuperar os padrões de vida já alcançados ao tempo em que os estímulos externos faziam sentir seus efeitos. Em 1840, a renda per capita da Amazônia ainda se situava em 49 dólares de poder aquisitivo atual, e as dos homens livres em 60 dólares.”

A grande produção da borracha (*Hervea brasiliense*) ocorreu a partir da cabanagem, quando a agricultura e pecuária sofreram grandes quedas e as pessoas direcionavam-se ou para o serviço legalista, ou para combaterem ao lado dos cabanos, além do medo e insegurança que a guerra causava aos agricultores. Naquele momento e, principalmente, depois da guerra, o extrativismo da borracha teria maior impulso, principalmente com a chegada de retirantes nordestinos fugindo da seca que sempre assolou aquela região. Atualmente, a economia do Pará ainda tem seu grande forte no extrativismo, contudo, não é mais pela borracha, e, sim, pelo extrativismo mineral do ouro, ferro, alumínio, dentre outros, que se somam ao extrativismo madeireiro.

4.2 MOTIVOS EXTRÍNSECOS DA CABANAGEM NO PARÁ

Talvez o termo extrínseco nem fosse o mais correto a ser utilizado neste subcapítulo, pois a história não se faz com apenas um fato ou acontecimento, e, sim, com uma sucessão de fatos dentro de um contexto, que vai além das fronteiras, e que, de alguma forma, interligam-se gerando novos fatos, que se encaixam em uma grande e interminável engrenagem, da qual todos participam de um modo ou de outro, direta ou indiretamente e, que, algumas vezes, repetem-se, mesmo que de outra forma: em outra região, em outro momento histórico, em outro contexto socioeconômico, com outros atores, etc.

Vários fatores externos tiveram influência na luta da Cabanagem, de um lado a Revolução Francesa, do outro, a Constituição Americana somada à doutrina Morroe “*América para os Americanos*”, mas foi a Revolta dos Cravos (Revolução Vintista) contra o absolutismo, em Portugal, que iria agitar, ainda mais, os intelectuais paraenses da época, dentre outros fatos.

4.3 MOTIVOS INTRÍNSECOS

Bem se sabe, e é muito bem comprovado pela história, que nenhum povo gosta de ser submetido a quaisquer formas de dominações, seja esta política, social, econômica, religiosa, dentre muitas outras, tanto de forma violenta, quanto pacífica, sempre terá a reação de parte, ou, totalmente, do grupo dominado.

O Colonialismo no Brasil não poderia escapar das revoltas dos colonizados. Primeiro, por parte dos nativos (Índios), que viam sua cultura ser modificada por parte dos jesuítas que queriam impor o catolicismo àquele povo, modificando seus hábitos religiosos, vestimentas, comportamentos, dentre outros, ou seja, todos os seus valores, normas, conhecimentos, crenças, símbolos, dentre outros. Além de praticarem o escravismo de uma forma branda, trocando o ensino de sua cultura pelo trabalho, que, quando remunerado, era irrisório ao esforço dos silvícolas, ou seja, os jesuítas não tinham respeito pelas culturas dos povos encontrados no Brasil; em segundo lugar, os colonizadores, pela falta de mão-de-obra para as chamadas “drogas do sertão”, tentavam escravizar os índios e estabelecer novos valores econômicos e morais através da aculturação imposta, ou seja, os colonizadores não tentaram estabelecer um relativismo

cultural com uma coexistência pacífica com os índios, que em muitos casos fugiam pelas matas muito bem conhecidas, ou preferiam morrer a trabalharem para o sustento de outro povo, já que isto ia contra os seus princípios de liberdade, causando, desde aí, um sentimento antilusitano, que se manifestaria através de inúmeros conflitos entre índios e colonizadores.

Somando-se a isto, muitos filhos de portugueses nascidos no Brasil e os mestiços sofriam discriminações sociais pelos portugueses que dominavam a economia e a política local, desde o suposto “achamento” do Brasil pelos lusitanos, juntando seus sentimentos, aos dos índios. Além de que, revoltavam-se muito com a exploração constante da Coroa Portuguesa, surgindo idéias nacionalistas.

Muitos exemplos das revoltas dos nativos podem ser citados através de pouca parte da história recuperada, uma delas é a Revolta dos Tupinambás, quando Guaiamiaba, no dia 7 de janeiro de 1619, revolta-se contra os portugueses e promove um ataque a Belém, sendo morto pelo soldado Gaspar Cardoso no momento em que tentava escalar o forte, contendo, com isso, a revolta, o que não se pode confirmar se foi tão fácil assim, já que a história da época só contava os atos heróicos dos vencedores, além de que, estes indígenas não possuíam escrita para deixar sua versão do fato.

Outro exemplo seria a Revolução Ajuricaba, quando o indígena Ajuricaba, inconformado com a paz entre seu povo e os portugueses, revoltou-se e promoveu ataques contra comerciantes de escravos, e pequenas cidades da região, até que o Governador do Pará, general José Maria da Gama, pediu ao rei de Portugal autorização para realizar guerra aos silvícolas rebelados. Com isto, o capitão Pais do Amaral, em batalha, derrotou e prendeu Ajuricaba que se suicidou atirando-se do navio quando era transportado para a capital. Ajuricaba é, até hoje, considerado por muitos como o

primeiro herói do Estado do Amazonas, podendo ser visto como símbolo da resistência aos colonizadores. Vale dizer que, Eduardo Angelim, em um de seus proclamas aos paraenses exclama “*Viva os Ajuricabas!*”, o que demonstra ser a Cabanagem um seguimento destas inúmeras revoltas.

Através destes fatos, pode-se observar a prepotência dos colonizadores, a qual os nativos e mestiços não aceitavam tão pacificamente, surgindo, cada vez mais, um sentimento antilusitano entre os dominados.

Estes sentimentos antilusitanos se acirrariam mais na primeira metade do século XIX no Grão-Pará, quando o povo, empolgado em um primeiro momento com a transferência da Corte Portuguesa ao Brasil e, em outro, com a Proclamação da Independência, percebe que estes fatos históricos pouco influíram na sua condição de povo explorado pelos portugueses e, sem outra alternativa, resolve se rebelar contra o autoritarismo, exploração, opressão através de fortes embates políticos que resultariam na Cabanagem.

4.3.1 Revolução Nacionalista de 1823

Antes da Proclamação da Independência do Brasil, existiam, no Pará, movimentos clandestinos fortes, de cunho separatista a Portugal, um deles resultaria na Revolução Nacionalista de 1823, liderada por Felipe Patroni e o cônego João Batista Gonçalves Campos, dentre muitos outros que se entusiasmiavam com a independência, contudo seriam contidos pelos Portugueses e tropas fiéis a estes estabelecidas na região.

A Revolução Nacionalista não teve bons resultados, seus líderes foram presos, torturados e exilados.

4.3.2 Adesão do Pará à Independência do Brasil

No Brasil, após a saída de D. João VI, as coisas não iam muito bem, o Príncipe Regente, Dom Pedro, não possuía a confiança dos políticos da época por vários motivos, dentre eles: por ser português; porque a retomada do absolutismo na Europa iria influenciar alguns políticos e o próprio Imperador, que, apesar de ter ímpetos absolutistas, tentava vender a imagem de liberal; pelo decreto recolonizador assinado por D. João VI que agitou os movimentos liberais; além de que, com a morte de D. João VI, em Portugal, em 10 de março de 1826, D. Pedro I¹ voltaria suas atenções aos problemas sucessórios daquela nação, o que faz questionar: Havia, mesmo, uma real independência do Brasil quanto a Portugal? Os movimentos separatistas e federalistas aumentaram a crise do Império. O decreto recolonizador colocou em risco a união de Brasil e Portugal, pois uniu grupos, outrora antagônicos, em torno de uma idéia de Independência de Portugal. Inclusive uniram-se a estes movimentos alguns portugueses residentes no Brasil, com intuito de manter seu poder político e econômico; A maçonaria se manifestava com idéias iluministas. A Revolução de Pernambuco dava provas das intenções de independência de parte da população. Além de que, a idéia de Independência não era nova, vindo desde o movimento chamado de Inconfidência Mineira, até mesmo, as influências do liberalismo da Revolução Francesa e Independência dos Estados Unidos da América e várias Colônias Espanholas. Além de

¹ D. Pedro IV em Portugal

várias capitanias sobre o controle administrativo direto de Portugal serem Juntas Governativas que não reconheciam a autoridade do Príncipe, somando-se a isso a total falta de habilidade do governo português em resolver os conflitos do Brasil. Neste cenário, o processo de independência iniciou-se. Prova disto é que D. Pedro convoca a Assembléia Constituinte em 3 de junho de 1822, ou seja, antes do famoso grito da Independência, em 7 de setembro daquele ano.

Quanto à Província do Pará, as autoridades de Portugal sempre tiveram os olhos voltados àquele território, inclusive, mantendo sua administração direta com Lisboa. Mesmo com a Proclamação da Independência do Brasil por D. Pedro I, a Província do Pará continuava na mesma situação que antes, ou seja, os portugueses continuavam sua dominação na região, inclusive financiando exércitos na Província do Pará para se protegerem da Independência do Brasil. Sendo assim, mesmo com o Brasil independente de Portugal, muitas províncias se negaram a aceitar tal fato, no caso da região Norte, Pará e Amazonas e meio norte, Maranhão, em virtude de grande controle, tanto político quanto econômico, português nestas áreas.

Para CHIAVENATO (1984:23):

“Quando fez a independência no grito, Pedro I não tinha cacife para bancar jogo algum. Mas teve aval da Inglaterra. As tropas e a armada de Portugal no Brasil não poderiam ser muito audazes para restabelecer o domínio luso. Na verdade, Pedro I ficou sem navios e força militar. Oficiais, comandantes e a maioria dos soldados eram portugueses, assim como a totalidade da Marinha. Seria fácil depor Pedro I e devolvê-lo ao pai português. A colônia permaneceria dócil e saqueada como sempre”.

Para a Inglaterra, ter o Brasil como consumidor e escoador de seus produtos industrializados seria algo economicamente ótimo, portanto, o apoio deste país à Independência do Brasil se deu dentro dos grandes jogos que regem os interesses que

existem entre as relações econômicas de países fracos que aceitam apoio de países economicamente fortes, ou seja, exploração. Além disso, o Império Brasileiro recorreria a mercenários alemães, franceses, irlandeses e, logicamente, ingleses.

Quanto à obtenção de apoio dos comerciantes portugueses residentes no Brasil, o problema foi resolvido dando-lhes todas as garantias de que seus negócios gozariam dos mesmos privilégios que tinham antes.

Quanto aos militares lusos, muito bem diz CHIAVENATO (1984:27) “... *era uma questão de aumento de soldos...*”

Para garantir a Independência do Império, D. Pedro I deu a responsabilidade ao lorde Inglês Cochrane para que assegurasse a soberania do Imperador sobre a região Norte. lorde Cochrane ordenou que o capitão Inglês John Pascoe Greenfell viesse à Província do Pará e aplicasse a falácia que se dirigia com uma grande frota imperial, fortemente armada, para render aqueles que não aderissem à Independência do Brasil, além de que, assegurava aos portugueses o direito sobre seus bens se não causassem problemas. Lógico que, neste caso, a oferta de teor econômico com fins meramente políticos foi muito atraente aos lusitanos que temiam ver seus direitos ameaçados, e a oferta deixaria tudo como estava, apenas mudando o nome do país. Para a população nascida na região, as coisas ficariam na mesma, ou ainda pior, apesar de verem na adesão do Pará a Independência uma grande saída a seus grandes problemas, que tinham como causa principal Portugal. Daí, a facilidade da aceitação da proposta do lorde Cochrane e John Pascoe Greenfell pelos portugueses e paraenses natos, o que se concretizaria, após uma reunião da Junta Governamental, em 11 de agosto de 1823, constituída por: D. Romualdo Coelho (Bispo), general Moura (Governador das Armas) e outras autoridades da Província, onde decidiram aderir à Proclamação da

Independência por medida de segurança, contudo, Greenfell ordena a prisão do General Moura e do coronel Pereira Vilaça, estabelecendo-se uma Junta Provisória de Governo eleita com os seguintes membros: Giraldo José de Abreu (Presidente), José Ribeiro Guimarães (Secretário), João Batista Gonçalves Campos, Félix Antônio Clemente Malcher, João Henrique de Matos (Vogais), ou seja, uma boa maioria de conservadores, não bem vistos pelos habitantes da província.

Vale ressaltar que as concessões do Imperador D. Pedro I aos portugueses da Província do Pará aumentaram seus poderes políticos e econômicos, levando a agravar a luta dos nativos contrários aos lusitanos, eclodindo grandes revoltas.

4.3.3 Tragédia do Brigue Palhaço

A eleição do coronel Giraldo José de Abreu, para presidir a Junta Provisória Governamental da Província do Grão-Pará, em 17 de agosto de 1823, revoltou muito os nacionalistas paraenses, pois alguns eram favoráveis ao conservador D. Romualdo Coelho, e outros apoiavam o nacionalista João Batista Gonçalves Campos. Como resultado, houve uma grande revolta em 15 de outubro de 1823, aclamando o cônego Batista Campos como Presidente da Junta Governamental da Província e pedindo a demissão dos portugueses dos cargos públicos civis e militares.

O movimento foi dominado por Greenfell, que, na ocasião, ainda se encontrava em Belém, ancorado na Baía do Guajará. Batista Campos foi preso, mesmo tendo sido um dos maiores defensores da Independência do Brasil na Província do Pará; Antônio

de Lacerda foi eleito para Junta Provisória e, mais tarde, Giraldo José de Abreu é novamente reconduzido ao cargo. Além destes fatos, Greenfell prendeu muitos revoltosos e fuzilou cinco desses, levando 256 pessoas para os porões do navio “Brigue Palhaço” (Brigue Maranhão), onde, naquela noite, foi jogado cal virgem nos porões causando a morte de 252 prisioneiros políticos ainda no navio; Outros 3 faleceram posteriormente, só sobrevivendo, logicamente, 1. Isto inflamou ainda mais os sentimentos nacionalistas antilusitanos daqueles que, mais tarde, seriam chamados de cabanos e, acirrou os conflitos entre os Partidos “Filantrópico” (partido dos nacionalistas antilusitanos) e “Caramuru” (partido dos portugueses e simpatizantes).

RAIOL (1970:50) descreve a Tragédia do Brigue Palhaço baseado no texto de José Joaquim de Oliveira Machado na “Corografia Paraense”, na obra “*Ensaio Corográfico do Pará*” de Antônio Ladislau Monteiro Baena, da seguinte maneira:

“ ‘Ali, em um dos dias de maior calor neste clima, fora lançados no porão ou em um espaço de trinta palmos de comprimento, vinte de largura e doze de alto, fechando-se as escotilhas e deixando-se apenas aberta uma pequena fresta para a entrada de ar. Encerrados ou atochados em tão estreito recinto, êsses infelizes, que pertenciam a diversos partidos e côres, que convinha extremar, romperam logo em gritos e lamentos, exasperados pelo calor e falta de ar, que experimentavam; e no meio dessa terrível vozeria, ouviram-se algumas ameaças contra a guarnição de bordo, as quais se deviam considerar como impotentes efeitos de desesperação.

‘Pela narração de um dos quatro, que puderam sobreviver à matança, soube-se que os infelizes presos foram instantâneamente acometidos de violentas dores de cabeça e suor copioso, sobevingo-lhes uma sêde insuportável, e afinal grandes dores de peito. Brandaram diversas vêzes por água para saciar a sêde, que os devorava, e água do rio, salubre e turva, lhes foi lançada em uma grande tina, que havia no porão; a ela se arrojavam tumultuariamente, bebendo-a com as mãos, com os chapéus e de bruços, procurando cada um ser o primeiro neste mister, amontoando-se com violência uns sôbre os outros, e tudo na maior sofreguidão e desordem. Alguns caíram sem sentidos, logo depois de bebêrem a água, e a outros exarcebaram-se as dores, os lamentos, os gritos e as vociferações.

‘Diversos foram os meios a que recorreram para mitigar o estado em que se abrasavam, depois que certificaram-se que nada havia que pudesse mover aos seus ferozes guardas, estando êles decididos a vê-los morrer. Puseram-se nus; agitaram o ar com os chapéus e roupas; lançaram-se à tina d’ água; atiraram-se ao costado do navio no intento de achar alguma umidade, e no meio desta violenta desordem e frenesi muitos caíram desfalecidos e inanimados de fôrças, e alguns dêles acabaram espezinhados

pelos seus companheiros de infortúnio. Acabando-se a água da tina, que logo se tornou imunda, pediram nova; deu-se-lhes; porém armando-se uma furiosa contenda sobre quem primeiro beberia, os mais fracos foram derribados e sucumbiram pouco depois. A água ainda não pôde matar a sede dos que puderam beber; devorava-os uma febre ardente, que crescia com espantosa rapidez. Após dela seguiu-se um violento frenesi, sucedido logo depois por acessos de raiva e furor, que os levou a lançarem-se uns contra os outros, a darem-se reciprocamente punhadas e se dilacerarem com as unhas e com os dentes, entre gritos, ameaças e horríveis vociferações.

‘A bárbara guarnição do navio, que presenciava tudo isto, e que com um sorriso infernal comprazia-se de ver aquela horrorosa cena de desesperação e furor, dirigiu alguns tiros de fuzil para o porão e derramou dentro uma grande porção de cal, cerrando-se logo a escotilha e ficando o porão hermeticamente fechado, a pretexto de que por êsse meio atroz se aplacaria o motim, e os presos ficariam sossegados. Por espaço de duas horas ainda se ouviu um rumor surdo e agonizante, que foi se extinguindo aos poucos, e às três horas de encerramento completo, que foi ao escurecer, reinou no porão o silêncio dos túmulos!

‘Eram sete horas da manhã do dia 22, quando se correu a escotilha do navio em presença do comandante ... E o que viu êle?... Um montão de duzentos e cinqüenta e dois corpos, mortos, lívidos, cobertos de sangue, dilacerados, rasgadas as carnes com horrível catadura e sinais que tinham expirado na mais longa e penosa agonia.

‘Arrojados os corpos na lancha do navio, foram levados para a margem do rio, no sítio Penacova, e aí sepultados em uma grande vala, que para isso se abriu: e passando-se a recorrer de nôvo o porão encontraram-se entre as cavernas quatro corpos, que ainda respiravam, os quais, sendo exposto ao ar livre, em poucos momentos recobram a vida, três dêles para sucumbirem dentro em poucas horas no hospital, e o quarto para passar uma existência molesta e definhada, tornando-se valetudinário na idade de vinte anos”.

RAIOL (1970, p. 51) faz uma nota de rodapé e diz: “*Há quem diga que a água dada a êsses infelizes fôra envenenada, sendo o veneno preparado pelo boticário João José Calamopim, e por Bernardo José Carneiro.*”

Quanto à maneira que foi utilizada contra os prisioneiros do “Brigue Palhaço”, CHIAVENATO (1984, p. 34) afirma:

“Tal método seria repetido mais de cem anos depois quando os nazistas entupiam vagões de trem com prisioneiros, para que tivessem o mesmo fim. Nestes casos, uma vítima dos nazistas, o farmacêutico Guillaume Trocin, explica que a elevação da pressão parcial em anidrido carbônico provoca atos de demência, levando os prisioneiros a agredirem-se até a morte. Foi o que aconteceu no porão do navio; primeiro faltou oxigênio, que por si só provoca a morte sem sinais de loucura, mas quando elevou-se a pressão parcial em anidrido carbônico, a demência comandou a tragédia.”

O discurso ideológico dos autores deste terrível crime para a sociedade paraense era que: aqueles bárbaros, incivilizados, e outros termos pejorativos, eram tão cruéis que se mataram uns aos outros, além de considerarem seus feitos como um simples castigo. Vale dizer que, crimes semelhantes a esses foram cometidos contra os cabanos presos nas fragatas, como exemplo a defensora onde morriam asfixiado por excesso de pessoas em um espaço abafado e muito pequeno, outros faleciam de doenças sem cuidados e de fome quando o governo legalista não lhes fornecia alimento. Aliás, este foi um dos motivos pelo qual, muitos cabanos preferiam morrer lutando a se renderem, pois sabiam que podiam ter morte certa nos porões de barcos legalistas. HURLEY (1936, p. 171) afirma que o povo cabano: “... *elegeu a Curveta Defensora em Matadouro de Cabanos*”.

Tal episódio marcou por muito tempo as lembranças daquele povo oprimido, sem direito ao grito de liberdade, intimidados pelo medo de um acontecimento igual. É por esse motivo que sempre os cabanos, em sua guerra civil, teriam receio de depor armas, mesmo quando seus líderes como Félix Antônio Clemente Malcher ou Francisco Vinagre pediam.

Quanto a Greenfell, mesmo recebendo um processo pelo crime do “Brigue Palhaço”, sempre encontrou apoio e estratégicas saídas. Primeiro escapou da ordem de prisão refugiando-se em um navio inglês denominado “*Spartiate*”, depois recebendo apoio do Imperador do Brasil, D. Pedro I, e, mais tarde, porque se ofereceu para combater na “Confederação do Equador” em Pernambuco (Brasil) e Cisplatina, até que o seu processo foi considerado nulo por falta de provas de sua responsabilidade quanto

ao assassinato dos 256 mortos no “Brigue Palhaço”, além dos 5 fuzilados em praça pública, o que, evidentemente, aumentou a revolta dos nacionalistas paraenses.

4.3.4 Abrilada de 1833

Em 1833, dá-se outra revolta entre portugueses e antilusitanistas conhecida como a “Abrilada de 1833” ou “Revolta de Jales”. Seria uma espécie de acerto de contas entre os Partidos: Filantrópico e Caramuru, iniciada quando o Desembargador José Mariani foi nomeado Presidente da Província do Pará. Este, por ter a simpatia dos membros do Partido Caramuru, causaria revolta nos nacionalistas do Partido Filantrópico, principalmente porque os simpatizantes de José Mariani começariam a exagerar nas comemorações e provocações aos seus adversários. Diante disto, o povo reivindicou a permanência do coronel Machado de Oliveira na Presidência da Província ou a administração da Província pelo seu antigo Conselho até a nomeação de outro Presidente. Vale ressaltar que, mesmo Machado de Oliveira tendo tentado convencer a população a aceitar a nomeação do Desembargador José Mariani, estes não aceitaram.

No dia 6 de abril de 1833, Machado de Oliveira junto com o Conselho Governamental decidem acatar a reivindicação popular, como uma forma de não gerar conflitos. Não obstante, os membros do Partido Caramuru se sentiram derrotados e tentaram, pela força, desembarcar no dia 8 de abril daquele ano, o Desembargador José Mariani. Esta operação não foi bem sucedida. Quando na tentativa de desarmamento das forças nacionais que protegiam José Mariani, os “Caramurus”, temendo uma revanche

semelhante à Tragédia do Brigue Palhaço negaram-se a depor armas antes dos devidos acordos políticos e militares terem sido firmados.

Um membro do Partido Caramuru, de origem portuguesa, conhecido como Jales começou a armar vários homens de sua confiança, insistindo em dar posse a José Mariani pela força. Todavia, em 16 de abril, inicia-se um tiroteio nas cercanias da residência de Jales entre seus homens e os nacionalistas, só terminando com a sua morte. No dia seguinte, quando José Mariani tomou conhecimento do fato, resolveu retornar à Corte, e Machado de Oliveira permaneceu no cargo até a posse de Bernardo Lôbo de Souza, no dia 4 de dezembro de 1833. Este fato iria piorar o embate entre os Partidos Caramuru e Filantrópico e acabaria eclodindo, mais tarde, na Revolta da Cabanagem.

4.3.5 Bernardo Lôbo de Souza, uma figura *non grata* no Pará

Bernardo Lôbo de Souza chega à Província do Grão-Pará em, 2 de dezembro de 1833, e, no dia 4 do mesmo mês, toma posse da Presidência. Este pode ser considerado o ponto culminante da revolta dos liberais, nacionalistas e antilusitanos, já que Bernardo Lôbo de Souza tinha fama de intratável, colérico, conservador, autoritário e outras características que não agradam a nenhum povo ter em seu dirigente. Apesar de ter concedido anistia aos envolvidos em rebeliões do período de 1831 a 1833, Bernardo Lôbo de Souza cometeu o grave erro de decretar recrutamentos obrigatórios para a Marinha e Exército, o que levou, certamente, a revolta das famílias dos convocados, pois as famílias pobres não tinham condições de pagar mão-de-obra e dificilmente teriam condições de comprar escravos negros vindos da África, diante disto suas forças

produtivas seriam desfalcadas com a saída de um ou mais membros para o serviço militar.

Por outro lado, os paraenses tinham lutado recentemente na Abrilada de 1833, e traziam ainda clara as lembranças da Tragédia do Brigue Palhaço, somando-se a isto o fato de que os liberais tinham grande admiração pelo cônego João Batista Gonçalves Campos pela sua participação na Revolução Nacionalista de 1823 e na Proclamação do Pará à Independência, dentre outras lutas. É exatamente Batista Campos o alvo das perseguições políticas de Bernardo Lôbo de Souza, pois sua influência e participação em vários movimentos tornar-se-iam um perigo iminente e, como um político experiente, Batista Campos não perdeu oportunidade de revidar e articular com todos que demonstrassem insatisfação com o Presidente da Província do Pará.

Vale ressaltar que, João Batista Gonçalves Campos era um membro do Clero Católico e Bernardo Lôbo de Souza era maçom, o que geraria uma verdadeira contenda entre clero e maçonaria na Província, já que cada um tirava proveito de sua influência para combater o outro.

Contendas entre o Clero Católico e a maçonaria já existiam desde 14 de julho de 1827, quando a imprensa maçônica republicana liberal ofendeu o Bispo D. Macedo Costa, que reagiu pedindo que os católicos romanos não votassem em nenhum candidato do partido dos maçons, o que teve sérios resultados nas eleições, pois o povo da Província era eminentemente de fé católica. Trata-se, portanto, de desavenças de longos anos entre católicos romanos paraenses e a maçonaria da época.

Outro inimigo que Bernardo Lôbo de Souza fez, foi Eduardo Francisco Nogueira, que tinha combatido na força de Jales e cognominava-se de Angelim. Era entusiasta das idéias de Batista Campos, melhor dizendo, era liberal, nativista,

nacionalista e antilusitanista. Seu ódio contra Lôbo de Souza iria aumentar quando este mandou prendê-lo, na Corveta Bertioga, por 9 dias.

O tenente-coronel Félix Antônio Clemente Malcher não era uma pessoa a quem Batista Campos tivesse alguma estima, em virtude das tramas deste com Greenfell. Como Félix Antônio Clemente Malcher foi destrutado por Bernardo Lôbo de Souza, tornou-se a pessoa ideal para que João Batista Gonçalves Campos se aproximasse para confabular e ter mais um aliado contra o Presidente da Província.

O Presidente Bernardo Lôbo de Souza criaria o jornal “Correio Oficial Paraense” divulgando seus feitos, porém deixaria como agravante o controle deste periódico ao cônego Gaspar Siqueira de Queirós, também inimigo de Batista Campos, que aproveitava para tecer severas críticas ao seu adversário. Em contrapartida, os liberais nacionalistas iriam utilizar-se de pasquins para difamar o governo de Bernardo Lôbo de Souza, sendo, um dos mais famosos e causa de fortes reações do Presidente da Província do Pará, “O Sentinela Maranhense na Guarita do Grão Pará” editoriado por Vicente Ferreira Lavor Papagaio, que inclusive, em uma de suas epígrafes, segundo RAIOL (1970, p. 496), dizia:

*“Sem rei existe um povo
Sem povo não há nação
Os brasileiros só querem
Federal Constituição”.*

Vale comentar que RAIOL (1970, p. 496) descreve as intrusões de Vicente Ferreira Lavor Papagaio como uma tentativa de:

“Desmoralizar o sistema monárquico e a regência do império; abalar as instituições do país; excitar o furor popular; subverter a ordem pública; deprimir delegados do govêrno; rebelar a província - Tal parecia ser a mira de Lavor Papagaio. Nos dois primeiros números do seu jornal, únicos que foram publicados e distribuídos, êle lançou-se como possesso contra Lôbo de

Souza e Santiago, pintando-os com côres negra, como tiranos e rancorosos déspotas”.

Era de se esperar esta análise de Raiol, pois dedicou seu livro “*A sua Majestade o Imperador o Senhor D. Pedro II...*”, demonstrando ser legalista e conservador. Além de que sempre se dirigiu aos cabanos como anarquistas e outros termos pejorativos, pois seu pai foi morto por aqueles guerrilheiros.

Bernardo Lôbo de Souza ordenaria a prisão de Vicente Ferreira Lavor Papagaio e apreensão dos papéis encontrados na casa de Batista Campos, onde funcionava o Jornal de oposição a sua presidência. Inclusive acusou Vicente Ferreira Lavor Papagaio, segundo RAIOL (1970, p. 502) citando o decreto do governo, de pertencer a um “*Clube luso-restaurador que trabalha pelo restabelecimento do duque de Bragança no trono do Brasil tanto nesta província como na do Maranhão.*”, o que era uma falácia, pois este era antilusitano. A busca de papéis na casa de Batista Campos teria sido, na visão de RAIOL (1970, p. 505), “*... uma verdadeira faísca lançada na mina ardente de tantos combustíveis, já há muito acumulados na província e predisposto a inflamar-se ao menor contacto da chama revolucionária.*” Vicente Ferreira Lavor Papagaio escapou da tentativa de prisão, escondendo-se em Acará, na fazenda Vila Nova de Félix Antônio Clemente Malcher.

Quando Félix Antônio Clemente Malcher soube que havia diligências para entrarem em suas terras, começou a se preparar para combate, recrutando homens pela região alegando ser em defesa da liberdade. Um destes homens recrutados era o lavrador Francisco Pedro Vinagre, parente de Batista Campos.

Aumentou mais o alvoroço quando aqueles homens souberam que havia também um boato sobre uma ordem de prisão contra o cônego Batista Campos e, que um

lanchão se dirigia àquelas áreas para invadir a fazenda de Félix Antônio Clemente Malcher e efetuar a prisão de Vicente Ferreira Lavor Papagaio. É neste momento que se pode falar que começam as lutas da Cabanagem na Província do Grão-Pará.

É uma luta germinada desde os primórdios da relação entre os portugueses e nativos, como já disse antes. Contudo, os pingos de água que entornariam em uma luta mais acirrada foram, na compreensão deste autor, a Tragédia do Brigue Palhaço, a Abrilada e, finalmente, a nomeação de Bernardo Lôbo de Sousa para a Presidência da Província do Pará. O próprio governo legalista reconhecia que sempre houve rebeliões na Província do Pará, isso pode ser observado no ofício nº 22 de 24 de novembro de 1836 de Soares Andréia para o Ministro de Estado de Negócios e Justiça, no qual, além de relatar que Greenfel fuzilou paraenses sem nenhum julgamento prévio, também afirma que sempre existiram rebeliões no Pará, diz, também, que foi Batista Campos quem teria iniciado a Cabanagem e refere-se a ela como “Janeirada de 1835”.

Vale lembrar, novamente, que as autoridades de Portugal sempre tiveram os olhos voltados à Província do Pará, inclusive, mantendo sua administração direta com Lisboa. Mesmo com a Proclamação da Independência do Brasil, o Pará continuava na mesma situação que antes, ou seja, os portugueses dominavam a região. A própria Câmara Municipal, eleita com maioria de brasileiros, iria sofrer um golpe militar. Neste cenário, despertam-se os sentimentos nacionalistas que iriam levar à revolução que resultaria na Proclamação do Pará à Independência do Brasil.

Outra observação, é que não se pode dissociar a Cabanagem no Pará de outros fatos da história do Brasil e dos contextos internacionais que refletiam diretamente nos ideais de intelectuais, como Batista Campos, que dando um forte motivo para que, naquele momento histórico, eclodisse a Revolução feita pelas classes menos

favorecidas, usadas no jogo de interesse da elite a qual faziam parte Batista Campos, Aranha, Malcher, Angelim, Vinagre e outros. Contudo, fatores externos influenciaram intelectuais da época, refletindo diretamente na luta da Cabanagem, dentre eles: Revolução Francesa com seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, a Revolução Industrial, Constituição Americana somada à doutrina Monroe “América para os Americanos”, dentre outros fatos; sobressaindo-se a estes, a independência dos países da América do Sul e Central e a Revolta dos Cravos (Revolução Vintista) contra o absolutismo em Portugal, que iriam agitar, ainda mais, os intelectuais paraenses da época.

4.4 INICIA-SE A GUERRA CIVIL NO PARÁ

“Na fazenda de Malcher já havia armamentos e apetrechos bélicos transportados por João Pedro Gonçalves Campos que os embarcara na casa do negociante brasileiro Sinfrônio Gonçalves da Cruz, sita na rua hoje chamada imperatriz, pelo quintal que dava então para a praia.” RAIOL (1970, p. 509).

Nesta situação, quando Bernardo Lôbo de Souza ordenou que o Corpo Municipal fosse prender Vicente Ferreira Lavor Papagaio, o resultado não seria outro: quando o grupamento chegou a Acará, mesmo tomando conhecimento do que acontecia naquela localidade, o comandante da tropa Nabuco de Araújo não quis retornar a Belém com receio de ser chamado de covarde, mas um dos comandados chamado Seixas vai a Belém em busca de reforços, enquanto Nabuco de Araújo e seus comandados

subestimaram os adversários e relaxaram a guarda. No dia 22 de outubro de 1834 iniciam-se os combates. Conta RAIOL (1970, p. 511) que:

“... um grupo de cinquenta homens armados sob o comando de Antônio Vinagre, Eduardo e seu irmão Geraldo, desfilando a correr do mato, invadiu inesperadamente a casa. Mortas as sentinelas, acordaram todos com o alarido da gente que entrava no acampamento quase a um tempo, e sobressaltados correram às armas, porém debalde; tudo estava perdido.”

Só ao saber deste fato é que Bernardo Lôbo de Souza percebeu a gravidade do problema iniciado.

O povo, nestas contendas, sempre via a possibilidade de uma mudança da sua situação socioeconômica estabelecida pelos portugueses desde o início da colonização da Cidade de Belém, ou seja, havia uma grande massa de negros esperando serem libertos; índios e tapuios destribalizados e aculturados, muitas vezes à força, que eram discriminados socialmente; mestiços e brancos pobres, analfabetos ou semi-analfabetos, destituídos dos direitos mais básicos do ser humano, tinham anseios de mudanças que foram sempre reprimidas pelo poder da minoria burguesa portuguesa na Província. Estas associações de excluídos da política portuguesa só ampliariam as suas reivindicações, são esses que se tornariam os cabanos.

Bernardo Lôbo de Souza, tentando conter o movimento que eclodia em Acará, determina ao jamaicano Inglês que comandasse uma expedição contra os cabanos, o que foi feito também aos quilombos de Turiaçu, o que piorou a situação, pois, o juiz de paz José Honorato mata Manuel Vinagre e as tropas de Bernardo Lôbo de Souza prenderam Félix Antônio Clemente Malcher e incendiaram a sua fazenda, aumentando ainda mais a fúria dos revoltosos, que cresceria com a morte do cônego João Batista Gonçalves Campos. Estes fatos fizeram com que engrossassem as fileiras de combate dos cabanos, que se reuniram em locais estratégicos, como a Ilha das Onças, próximo à cidade de

Belém, e, no sítio Nazaré da Boa Vista, tingiram suas roupas de vermelho e prepararam-se para a tomada da cidade de Belém.

Em Belém, correram boatos que a Guarda Municipal e as Guardas Nacionais não estariam dispostas a prestar auxílio a Bernardo Lôbo de Souza contra os cabanos, isto se somaria para enfraquecer a luta do Presidente da Província. Vale dizer que, a Guarda Municipal já tinha se rebelado anteriormente em virtude de um atraso no pagamento de seus soldos, e os comentários teriam fatos para serem considerados verdadeiros. Foram exatamente estas Guardas que os cabanos recrutaram para a luta. O momento histórico era o ideal para que tudo ocorresse favorável para que cabanos dominassem a capital da Província.

Diminuindo a resistência dos quartéis, pois muitos soldados aderiram à luta cabana, na madrugada de 7 de janeiro de 1835, um grupo de cabanos invadiu o quartel; enquanto outro grupo dirigiu-se ao Palácio do Governo, onde entraram sem resistência. Santiago, o prepotente comandante das armas, foi morto quando fugia do Palácio para a casa do seu irmão, o juiz de direito Dr. Lourenço José da Silva Santiago. Os cabanos procuraram Bernardo Lôbo de Souza no Palácio, não o achando, saíram em direção da casa de Maria Amália², amante de Lôbo e Souza. Ele foge e tenta ir ao palácio, é reconhecido e morto por Domingos Onça.

A batalha continuou, os cabanos saíam em patrulhas em busca de autoridades militares, maçons inimigos de João Batista Gonçalves Campos e portugueses partidários do Presidente da Província, quando os achavam os matavam. Famílias de legalistas se refugiavam na Fortaleza da Barra, no interior de onde iam para a floresta, e, depois, seguiram para a ilha de Tatuoca. A própria fortaleza mal conseguia resistir por falta de

² Esta teria sido espiã dos Cabanos.

alimentos, papel e limas para fabricação de munição, além do surto de varíola que assolava civis e militares ali aquartelados. Era o grito de ódio contido por muitos anos que, naquele momento, ecoava na Cidade de Belém do Grão-Pará.

No interior da Província, a guerra estava a todo o vapor. Em Vigia, um cabano por nome Cristóvão recrutava cabanos pela redondeza, e áreas próximas ao rio Caraparu. Nas regiões próximas a Barcarena, São Domingos do Capim, Bujarú, davam-se os piores conflitos armados entre cabanos e legalistas. Em Muaná, os cabanos conseguiram-se agrupar e formar uma forte resistência. O próprio juiz de paz Lourenço Ricardo Moger em Carta a Andréia diz que: “... *parte dos habitantes deste município se rebelaram (...) os poucos que restam não podem opor hora se revalizar a tantos malvados que existem embrenhados e em emboscadas (...) pois este município sempre foi o império dos malvados*” .

Em Cametá, a Guarda Nacional se insubordinou e abandonou o serviço, causando aos legalistas um receio que houvesse uma invasão cabana naquela cidade se não conseguissem fazer nenhuma resistência. Preocupado com este problema, o coronel Manoel José Mello escreve a Prudêncio Tavares o seguinte:

“... sobre a Organização do Corpo de voluntarios feito de cidadãos paizanos aqui existentes para que haja huma força disponivel para a guarnição da villa, e bater os malvados, visto que Basso. de guardas Nacionaes tem cahido em desatento progrelativo: Cumpre-me responder a Vsa que o mesmo Basso pelo abandono de serviço, e insubordinação em que se achão os individuos de que elle se compoem, inspira recêios a cauza publica e repouso da sociedade; e talvez seja o que anime aos perturbadores do sucego publico, e dé uzo aos facinorosos praticarem horrives attentados, do que nos serve de exenplo as do Acará, e os da Capital de nolsa Província...”.

Na cidade de Breves, a luta se acirrou. Salinas era dominada por piratas que vendiam armas, contrabandeadas e salteadas, aos cabanos. Bragança e Turyaçu estavam tomadas por grupos cabanos que, com apoio da população, tornavam-se intocáveis pelos

legalistas. Assim, a Província do Pará foi tomada pela Guerra Civil. De Tatuoca, Cametá, os legalistas tentavam evitar que os cabanos chegassem ao Amapá, com receio que pudessem receber armas e munições dos franceses, ficando mais fortes nos combates.

4.5 COMENTÁRIOS SOBRE A REPRESENTAÇÃO DE ALGUNS AUTORES SOBRE A GUERRA CABANA

A “Cabanagem” foi um movimento revolucionário que ocorreu na Amazônia Brasileira, mais precisamente na Província do Pará. Citam-se alguns conceitos sobre a Cabanagem para se observar a representação dela para alguns autores:

CHIAVENATO (1984, p. 117) relata que: “*Angelim escreveu dois volumes sobre a Cabanagem, que se perderam - ou as autoridades destruíram*”. Se isto realmente ocorreu, seria uma boa oportunidade aos pesquisadores se encontrassem tais obras, pois teriam dados narrados por alguém que participou ativamente da Cabanagem, ou seja, haveria a representação que um Presidente cabano teve sobre aquele fato histórico. Todavia, não seria o bastante, pois a Cabanagem foi feita por diferentes grupos, de interesses diversos, que se aglutinavam apenas no que tange a terem um governo brasileiro no Pará.

A obra que é referência obrigatória para quem estuda a Cabanagem é “Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835” de autoria de Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará). Obra extensa e detalhista, com 1063 páginas. Lógico, que sendo ele um barão que

inclusive teve seu pai assassinado por cabanos, teve sua representação influenciada pela visão legalista, direitista, conservadora, classista, dentre outras, apesar de fazer esforço em busca de uma neutralidade aos fatos e consequências da história da Cabanagem. Existem, em seu trabalho, os termos “anarquistas”, “malvados”, “malfeitores” dentre outros, para se referir àqueles guerrilheiros, deixando bem claro o que os cabanos representavam para a classe dominante daquela época, ou seja, uma classe marginalizada. Esta obra está presente nas bibliografias de todos os autores estudados até o momento, e tem sua riqueza por ser, talvez, a primeira obra mais completa sobre a Cabanagem, não podendo deixar de ser lida por quaisquer pesquisadores, sejam eles de diversas correntes filosóficas, metodológicas, dentre outros.

FERREIRA (1993, p. 299), no dicionário da língua portuguesa por ele organizado, diz ser Cabanagem “1. Ato de cabano; selvageria, atrocidade. 2 Revolta que ocorreu na Província do Grão-Pará de 1835 a 1836.” . A representação da Cabanagem neste dicionário mais famoso, senão o mais importante da língua portuguesa no Brasil, traz uma visão conservadora destes nacionalistas paraenses.

CHIAVENATO (1984, p.12) afirma que:

“A Cabanagem no Pará foi o único movimento político do Brasil em que os pobres tomam o poder, de fato. É o único e isolado episódio de extrema violência social, quando oprimidos - a ralé mais baixa, negros, tapuios, mulatos e cafuzos, além de brancos tão rebaixados que parecem não ter direito à branquitude, quase um exponencial de classe -, assumem o poder e reinam absolutos, eliminando quase todas as formas de opressão, arrebatando com a hierarquia social, destruindo as forças militares e substituindo-as por algo que faz tremer os poderosos: o povo em armas. Nesse momento, curto historicamente, se faz no Grão-Pará a grande rebelião que não teve formas conseqüentes de organização política em torno do novo poder popular”.

Chiavenato representa os cabanos como um povo pobre oriundo de diversas etnias, que, heroicamente, reagiram diante da opressão lusa, de uma forma desorganizada politicamente, estabelecendo o poder popular. Este autor tem uma representação progressista do movimento chamado Cabanagem. Sua obra intitulada “*Cabanagem: o povo no poder*” reflete a visão progressista da Cabanagem, com muitos detalhes e riqueza de interpretação. Este trabalho deve ser utilizado para comparação com outros autores, principalmente aqueles conservadores que vêem a história pela ótica do vencedor. Foi escrita numa linguagem em estilo de reportagem e, em alguns momentos, até mesmo romanceada, o que facilita o entendimento dos fatos, principalmente por aqueles que estão tendo os primeiros contatos com a história da Cabanagem, por esses motivos, podemos até sugerir a adoção desta obra como livro didático de história do Pará ou do Brasil.

Em sua dissertação de Mestrado em Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Ítala Bezerra da Silveira faz um excelente estudo, com o título “*Cabanagem: uma luta perdida*”, tendo uma parte dedicada à análise da bibliografia sobre a Cabanagem, dividida em antes e depois do centenário daquela luta, e aprofunda-se na questão da produção camponesa da época, quando aborda: o trabalho indígena e escravo, o processo de ocupação da Amazônia e seus modos diversos de produção. Para ela, a Cabanagem está representada como: “... *um choque entre duas culturas antagônicas, entre dois modos de pensar e sentir diversos que culminou na luta armada que, por cinco longos anos, incendiou o Pará.*” SILVEIRA (1994, p.144)

SILVEIRA (1994, p.161) ainda afirma que:

“... *a Cabanagem não foi uma guerra de raças, tampouco uma luta dos destituídos de bens contra os que possuíam. A Cabanagem foi uma insurreição do povo paraense contra a política do Império Brasileiro, foi o*

coroamento de uma longa série de rebeliões que durante muitos anos, sacudiram a Província do Grão-Pará.”

Silveira apresenta uma representação onde as questões étnicas não foram significantes, e sim, a soma de diversos motins que, por fim, culminariam na guerra civil cabana, ou seja, uma mesclagem da representação de Raiol com algo um tanto dela.

Segundo ROQUE (1968, p. 348):

“Existem muitas controvérsias quanto aos movimentos que inspiraram a Cabanagem ‘: êsse movimento ainda precisa de uma análise serena e imparcial, baseada nos milhares de documentos existentes na ‘Biblioteca e Arquivo Público do Pará’. Os pontos de vista dos historiadores que até hoje se dedicaram ao assunto, em vários pontos divergem”.

Nota-se que Roque, pelo menos aí, não emite uma representação clara, afirmando apenas que há muitas divergências e, sugerindo a necessidade de mais estudos sobre aquele fato, ou seja, demonstra a tentativa de ter neutralidade.

José Cauby Soares Monteiro realizou uma dissertação de mestrado para o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará com o título *“Rebeldes, Deschapelados & Pés Descalços: Os Cabanos no Grão-Pará”*. Trata de uma obra que se prende à busca do conhecimento sobre as etnias que participaram da Cabanagem. Faz seus estudos baseado, principalmente nos *“Registros de Culpas”* e *“Relação de Rebeldes Presos na Corveta Defensora”*. José Cauby Soares MONTEIRO (1994, p. 73) em seu trabalho afirma que:

“Tudo indica que não houve indulto ou condescendência com os grupos etnicamente subordinados na hierarquia sócio-política que levaram sua rebeldia às últimas consequências ou com transjugar brancos que renegaram sua ‘superioridade racial’ e juntaram-se aquela ‘ralé’ criminosa e malvada de cabanos.”

A representação de Monteiro, em determinados aspectos, é a mesma de Raiol; em outro momento, a Cabanagem se apresenta para ele como uma guerra étnica.

As divergências sobre a Cabanagem são naturais, pois o pesquisador não pode ser neutro diante dos fatos e sua época, e o modo como a Cabanagem representa para um autor é a somatória das idéias de seu tempo, sua cultura, sua classe social, sua etnia, o que a Cabanagem simbolizou para seus pais, professores, autores de livros que leu, dentre outros.

A Cabanagem está representada pelo autor desta pesquisa como um movimento caracteristicamente popular, em que o etnocentrismo português levou as camadas mais pobres da Província do Pará a um antilusitanismo tão extremo que pôde abranger todos os aspectos: Religioso, por causa dos conflitos Igreja x Maçonaria; Étnico, em virtude dos conflitos dos dominadores portugueses x o povo paraense dominado e discriminado como mestiços, negros, índios, tapuios e brancos menos favorecidos economicamente; Político, pois se originou dos embates entre os Partidos “Filantrópico” e “Caramuru”. No aspecto socioeconômico, pode-se afirmar que a Cabanagem foi a materialização da revolta dos menos favorecidos contra o processo de opressão imposta pela elite econômica portuguesa e seus seguidores na Província do Pará. Ainda se pode dizer que a Cabanagem foi o resultado da miséria derivada pela exploração econômica resultando em uma instabilidade social descontrolada, imposta pelas oligarquias provincianas lideradas pelos colonizadores portugueses absolutistas, que, somente não estourou anteriormente, porque o Estado possuía as armas e mantinha com elas a “ordem” social, ou seja, governava com poder absoluto a custa da força e opressão. Não obstante, o povo explorado aproveitando a oportunidade de um momento histórico favorável, quando surge uma revolta partida de Batista Campos e seus correligionários, usam suas armas: tacape, terçado, facão, arco e flecha, lança, armas de fogo de fabricação caseira e

outras, conquistadas por adesão de desertores ou em violentos combates, contra o poder, na busca de um governo que realmente defendesse seus interesses.

Deve-se lembrar que, para se entender a Cabanagem, fatos de relevâncias regionais, nacionais e internacionais devem ser relacionados para que se possa compreender a situação socioeconômica da época e os vínculos de experiências deste povo, além de buscar as causas deste levante em tempos anteriores a 1835, bem como, verificar se houve influência deste movimento em fatos posteriores a 1840.

4.6 OS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO PARÁ DURANTE A CABANAGEM

4.6.1 Presidência cabana de Félix Antônio Clemente Malcher

Os cabanos foram à Fortaleza da Barra, libertaram Félix Antônio Clemente Malcher e o convidaram a assumir a Presidência da Província. Na posse de Malcher, deixavam claro que desejariam mantê-lo no cargo até a maioridade de D. Pedro II, ou seja, demonstravam sua inteira insatisfação com o menosprezo que a Regência dava à Província.

Os primeiros atos de Félix Antônio Clemente Malcher foram: demitir os funcionários públicos, substituindo-os por outros de sua confiança; reintegrar funcionários que Bernardo Lôbo de Souza tinha suspenso; nomear Francisco Vinagre para o comando das armas; ordenar a prisão do juiz de paz José Honorato por ter

matado Manuel Vinagre; tentar conter as vendas de gêneros de primeira necessidade para o exterior e pedir, aos cabanos, que depusessem armas.

Um ato arbitrário de repercussão diplomática foi tomado pelo Presidente cabano da Província, trata-se de um incidente que ocorreu por parte de Félix Clemente Malcher que tendo informação de que na residência do Cônsul francês Diniz Crovan encontravam-se escondidos muitos inimigos de seu governo, mandou o capitão Varela cercar a casa do Cônsul, invadi-la e revistá-la, o que ocorreu sobre protestos do representante do governo francês, que se retirou para um navio de sua nacionalidade e comunicou ao governo de Barbados a atitude do Presidente da Província. Apesar dos soldados não encontrarem nenhum dos procurados, o incidente diplomático teria consequências, mais tarde, no governo de Francisco Vinagre.

O relacionamento de Félix Antônio Malcher com Francisco Vinagre não durou muito tempo. RAIOL (1970, p. 560) relata que:

“Corria como certo que Vinagre patrocinava os cidadãos que eram indigitados como inimigos do govêrno, e usava de artifícios para salvá-los escondendo-os em lugares insuspeitos e fazendo-os depois sair para fora da província, como sucedeu com Camecran, que ele levou fardado como seu ordenança até o pôrto de embarque, e com muitos outros que diziam ter êle feito seguir para o Maranhão na escuna americana Arpa. (...) Malcher era informado de tudo e em muitos casos já obrava sem intervenção de Vinagre, não obstante invadir o comando das armas, como na busca procedida no consulado francês em que empregou tropa sem o seu conhecimento”.

Fato é que Francisco Vinagre, provavelmente, tinha intenção de assumir o Governo da Província no lugar de Félix Clemente Malcher e, buscava, ingenuamente, apoio nos inimigos do governo. Apesar disso, as atitudes de Francisco Vinagre tiveram boa repercussão entre a população, o que aumentava sua popularidade, tanto com as tropas quanto com a população e com alguns de seus adversários por ele salvos. É este

motivo que levariam Félix Clemente Malcher a ter receio de depor Francisco Vinagre do cargo de comandante das armas.

Todo e qualquer governo está sujeito a sátiras que geralmente surgem pelos grupos políticos de oposição, e, quando isto surge do próprio grupo político que teria posto o mandatário no cargo, indicam que o governo esta muito mal. No Governo de Félix Clemente Malcher começavam a surgir novamente os famosos pasquins, e, por razões de boato ou suspeitas, o Presidente cabano da Província acreditava que estes eram incentivados por Francisco Vinagre e editados por Vicente Ferreira Lavor Papagaio, antigo editor de um dos pasquins que perturbavam o sossego de Bernardo Lôbo de Souza.

Para tentar diminuir a panfletagem, Félix Clemente Malcher manda prender e deportar o então suspeito da autoria das edições dos pasquins, Vicente Ferreira Lavor Papagaio. Atitude errônea, pois quando o povo se manifesta contra uma autoridade que eles mesmos puseram no poder, não é punindo um ou dois culpados que se eliminam os problemas, principalmente, os cabanos que muitas vezes demonstraram que não necessitavam de líderes para enfrentarem os governos de déspotas, pois suas lutas eram pelos direitos mais básicos dos seres humanos, ou seja, o direito à cidadania e à liberdade. RAIOL (1970, p. 564) afirma que: “... *a prisão e deportação de Lavor Papagaio por ordem de Malcher justificava plenamente o arbítrio que Lôbo de Souza quis tomar por idêntico motivo; Condenava a resistência que lhes fizeram; enfraquecia a causa eficiente da revolta*”.

Félix Clemente Malcher era tenente-coronel, fazendeiro, portanto, com ligações fortes com a elite burguesa da Província. Sua atitude somente demonstrava que o poder

daquela elite mudara de Bernardo Lôbo de Souza para ele, mas a forma de governar oprimindo o povo era a mesma.

Os confrontos entre Félix Antônio Clemente Malcher e Francisco Vinagre se acirraram ainda mais quando o Presidente cabano, no dia 19 de fevereiro de 1835, manda prender os amigos de Vinagre e combatentes na guerrilha: Eduardo Angelim e seus irmãos Geraldo Francisco Nogueira e Manuel. A prisão foi muito tumultuada pelos seguintes motivos: Angelim foi um dos cabanos que mais lutou para depor Bernardo Lôbo de Souza e tinha o respeito de boa parte daqueles que beligeraram contra as forças legalistas, o que iria enfraquecer e causar desconfianças da população quanto às intenções de governo de Félix Antônio Clemente Malcher. Para se entregar, Angelim impôs a condição de falar com o Presidente cabano da Província, o que foi feito seguido de uma longa e forte discussão entre os dois. A situação da própria forma da discussão iria chegar à população e, logicamente, Francisco Vinagre ficou sabendo e buscou esclarecimentos com Félix Antônio Clemente Malcher, o que se transforma em discussão entre os dois.

A prisão de Eduardo Angelim seria a gota d'água para que Félix Antônio Clemente Malcher perdesse o resto de apoio que a população ainda lhe dava. Em vista disto, percebendo a gravidade da prisão de Eduardo Angelim, o Presidente cabano manda prender Francisco Vinagre, que, quando toma conhecimento do fato prepara um grupo para combate. Naquele momento, começou uma nova batalha que duraria do dia 19 a 21 de fevereiro de 1835, em que, de um lado, estava Francisco Vinagre que tinha apoio da população e de grande parte das forças de terra e, do outro, Félix Antônio Clemente Malcher, com o apoio da Marinha de Guerra que, inclusive, no dia 20 de fevereiro de 1835, bombardeou a Cidade de Belém. Naquela mesma noite, amotinaram-se os navais passando para o lado de Francisco Vinagre. A luta foi vencida pelos

combatentes de Francisco Vinagre e Félix Antônio Clemente Malcher foi deposto do cargo e, quando transportado para a Fortaleza da Barra, foi abordado por um grupo em uma canoa, recebendo um tiro mortal de Quintiliano Barbosa. Francisco Vinagre foi aclamado como sendo o segundo Presidente cabano da Província do Grão-Pará.

4.6.2 A Presidência do cabano Francisco Pedro Vinagre

Francisco Pedro Vinagre, filho de lavradores, exímio lutador nos frentes da Cabanagem, foi aclamado como 2º Presidente cabano em 21 de fevereiro de 1835. Em sua posse, diferente de Malcher que não aceitaria intromissões até a maioria de D. Pedro II, afirmou que ficaria no cargo até a nomeação de um novo Presidente pela Regência.

Francisco Pedro Vinagre, como Presidente da Província do Grão-Pará, reintegrou os funcionários demitidos por Félix Antônio Clemente Malcher; nomeou o seu irmão, Antônio Vinagre como comandante do grupo Nacional das Forças do Castelo; fortaleceu o arsenal de guerra com soldados da Guarda Nacional; reorganizou o Corpo de Municipais e, nomeou como comandante da Primeira Companhia Geraldo Francisco Nogueira (irmão de Eduardo Angelim), para a Segunda Companhia Raimundo de Oliveira Vinagre e, para a Terceira Companhia, Manoel José da Silva Paraense; mandou pagar o soldo dos militares; ordenou segundo RAIOL (1970, p. 614):

“... que todos os cidadãos, guardas nacionais, permanentes e militares de primeira linha depusessem as armas com que tinham combatido, a fim de desaparecer o susto e o temor derramado entre as famílias e o povo da capital, devendo eles andar armados somente em ocasião de serviço, ou quando a pátria se achasse em perigo”.

Francisco Vinagre garantiu aos comerciantes que reabrissem seus negócios, todo o direito de propriedade e segurança individual; para resolver o problema de finanças da Província, ordenou a circulação de moedas de cobre serrilhada que se encontravam recolhidas e em desuso.

Para CHIAVENATO (1984, p. 77):

“O desempenho de Vinagre, agora, será muito mais de organizar as formas de poder do que buscar uma nova estrutura para retribuir às massas seus anseios - que por sinal são vagos politicamente, mas denso socialmente: um conflito difícil de ser resolvido. Naturalmente, esse comportamento também foi o de todos os presidentes da província do Pará que chegaram ao governo conduzidos por rebeliões populares . Agora, porém, tudo é mais grave, porque agudizou-se o sentimento popular. Se a massa não têm um projeto político latente, possuem uma força potencial muito grande de influir nos destinos do Pará”.

Naturalmente que, no interior da Província o clima não era de calma, havia cabanos e favoráveis em toda a região; e, nesta situação, amigos de Félix Clemente Malcher se armariam com receio de represálias.

Na capital, as coisas também não estavam muito favoráveis ao governo, pois surtos de cólera, o escorbuto e a varíola, começavam a proliferar entre a população, causando muitas vítimas; além de que, Francisco Vinagre encontrava o problema das desordens causadas por seus seguidores cabanos que não estavam querendo parar as perseguições aos portugueses e maçons e, de certa forma, era condescendente com estes fatos com receio de ser deposto ou perder o apoio político se contrariasse os guerrilheiros. Muitas vezes, Vinagre tentou aplacar a ira da população revoltosa, pedindo tranquilidade e dando promessas de paz e liberdade, garantindo que os portugueses e outras tropas seriam expulsos, todavia, nem sempre a população o atendia

O ato que Félix Clemente Malcher causou com a invasão da residência do Vice-Cônsul da França na Província teve repercussão no governo de Antônio Vinagre. Navios de guerra franceses exigiam retratações e compensações a danos morais sofridos pelo Vice-Cônsul francês, neste caso, queriam que a bandeira da França fosse içada acima da do Brasil e recebesse uma salva de 21 tiros de canhão, mas depois que Antônio Vinagre explicou que Félix Clemente Malcher tinha sido deposto, o comandante francês aceitou a explicação e partiu. Questiona-se: qual seria a verdadeira intenção dos franceses?

Em 17 de abril de 1835, chega à cidade de Belém, mandado pelo Presidente da Província do Maranhão Pedro da Costa Ferreira, Pedro da Cunha, com o intuito de restabelecer a “paz” e manter a Província do Pará subordinada ao Império Brasileiro, interessante é, que, até aquele momento, nenhum ato cabano indicava separatismo do Brasil, e, sim, um nacionalismo antilusitano causado por anos de exploração sem trégua. A ajuda oferecida a Francisco Vinagre não foi aceita, pois este era um líder carismático e acreditava poder resolver os problemas da Província por si só.

Quanto à chegada de Pedro da Cunha à Província do Pará SILVEIRA (1994, p. 82) diz que:

“Pedro da Cunha se dizia representante da Regência, mas na realidade nenhuma delegação recebera do Governo Regencial para agir no Pará. Fora enviado pelo Governador do Maranhão e viera intervir na Província, sem que estivesse autorizado para tal ação. Não era apenas ilegítima sua interferência, Era, também, ilegal”.

Isto leva a questionar: o que levaria o Presidente da Província do Maranhão, sem ordens da Regência, a querer interferir nos problemas do Pará? E, por que a ajuda de Pedro da Cunha não foi oferecida e, sim, imposta? Fato é que, quando Francisco Vinagre não aceitou a proposta de Pedro da Cunha, este se prepara para guerra contra as

tropas do Presidente cabano da Província do Pará. “*Enquanto isso chegava a Belém um brigue francês, trazendo a notícia que Pedro da Cunha ali estava para depor Vinagre e colocar no governo o conselheiro mais votado, segundo as notícias que corriam no Maranhão*”. (CHIAVENATO: 1984, p. 82)

Esta informação prestada pelos franceses, que pela história observa-se que era verdadeira, leva à reflexão: Qual seriam os interesses dos franceses de prestar tão importante informação a Francisco Vinagre? Pode-se conjecturar o levante da população contra o absolutismo português levou algumas nações européias a aumentarem seus interesses pela região. Estes intentos, entretanto, a história mostra não serem bem sucedidos em virtude da causa cabanagem ser de cunho, nacionalista e não separatista como a República Juliana, em Santa Catarina, dentre outras.

O fato é que, Francisco Vinagre atende a Pedro da Cunha e convoca a eleição, nela os cabanos, em grande maioria, ficariam sem direito a voto, pois, na época, esta prerrogativa não se estendia a analfabetos, sem terras, pobres, negros e tapuios e, logicamente, esta era a característica de grande contingente de cabanos; ficando, assim, o voto para grande parte da burguesia. O resultado foi à eleição de Angelo Custódio, que não foi aceito por um dos líderes cabanos, Eduardo Angelim. Sendo assim, recomeça o movimento cabano. Além de que, se Pedro da Cunha não possuía autorização da Corte para quaisquer atos na Província do Pará, sua solicitação de eleição era ilegal, portanto sem validade reconhecida pelo governo central do Brasil, tanto é que a Corte nomearia, em 1º de abril de 1835, o marechal-de-campo Manuel Jorge Rodrigues para este cargo.

Angelo Custódio, no navio de Pedro da Cunha, toma posse do governo da Província e solicita que o povo deponha as armas, o que, logicamente, não foi feito

pelos cabanos. Enquanto isto, Francisco Vinagre tenta dar posse a Tomas Nogueira Picanço, contudo, os cabanos estavam novamente a postos e, comandados por Antônio Vinagre e Eduardo Angelim, eclode uma batalha em 12 de maio de 1835, que tem como resultado a expulsão dos derrotados, junto com Francisco Vinagre, Pedro da Cunha e as tropas legalistas de apoio a Angelo Custódio vindas de Cametá.

Angelo Custódio não desistiu de querer governar o Pará, guardando os rios que davam acesso a Belém para que os cabanos não recebessem alimentos de cidades paraenses ou de outra região, ou país. A insistência de Angelo Custódio se deu até o momento da chegada do marechal Manuel Jorge Rodrigues.

4.6.3 O Presidente legalista Manuel Jorge Rodrigues

Francisco Vinagre dá posse ao marechal Manuel Jorge Rodrigues. Segundo ROQUE (1968, p. 1507): “... *mesmo contra a opinião de seu irmão, Antônio Vinagre e de outros líderes cabanos*”. O motivo do não aceite, por muitos cabanos, da nomeação do marechal Manuel Jorge Rodrigues era que este era português e vinha acompanhado do Inglês John Taylor como comandante da operação e, evidentemente, a xenofobia nacionalista dos cabanos não iria ver com bons olhos a atitude do governo brasileiro.

Outro problema que descontentou os cabanos foi que o novo Presidente nomeou funcionários vindos de Portugal. Conforme RAIOL (1970, p. 824):

“Os facciosos deram logo como estrangeiros os funcionários recém-chegados, e declararam que nenhum d’êles podia inspirar-se no verdadeiro sentimento nacional: com calculada maldade asseveraram que, sendo todos de

nascimento lusitano, vinham fazer tentativas de recolonizar a província, de mãos dadas com os maçons e portugueses”.

Fica a pergunta: Por que o governo brasileiro insistia em provocar os cabanos nomeando portugueses para a Presidência da Província do Pará e, por que Manuel Jorge Rodrigues achou de nomear portugueses para cargos públicos, seria mesmo uma tentativa de manter o Pará sobre o controle de Portugal sobre as bênçãos do governo brasileiro?

Os cabanos teriam outro motivo para não deporem armas: o receio de um tribunal. Por este motivo, muitos, mais radicais, fugiram para o interior da Província levando muitas armas e munições e prepararam-se para novos combates.

Fato é que, no dia 26 de julho de 1835, o marechal Manuel Jorge Rodrigues toma posse do governo da Província do Pará, com toda a austeridade necessária. Diz CHIAVENATO (1984, p. 96) que:

“... seu primeiro ato foi exigir que se vasculhassem as casas e tomassem as armas proibidas. Comerciantes, donos de terras, beneficiários do poder, o grupo burocrático, reuniram-se em frente ao palácio para apoiarem o novo governo. Parecia que Belém, finalmente, retornaria à legalidade das classes dominantes. De cameté chegou gente para ajudar na manutenção da ordem na capital. Criou-se uma polícia que rondava dia e noite as ruas, caçando tapuios e gente pobre”.

No governo de Manuel Jorge Rodrigues, mais uma vez, a burguesia cometeria os seus velhos erros contra a população, desconhecendo as reivindicações desta. O que levaria a novos combates, pois os cabanos, mesmo a pedido de Francisco Vinagre, não se desarmavam e reagiam em grupos isolados contra o governo. O que demonstra que nem todos estavam dispostos a terem líderes, principalmente se estes não lhes assegurassem aquilo por que lutaram.

Francisco Vinagre, de certa forma, cooptou com Manuel Jorge Rodrigues, pois saiu em missões pedindo o desarmamento dos seus companheiros cabanos, o que dificilmente ocorreu, demonstrando que a Cabanagem tinha objetivos, sendo o principal lutar contra a opressão portuguesa, que a posse de Manuel Jorge Rodrigues, por ser português, não dava sinais de acabar, sendo assim, manter-se-iam armados lutando com seus poucos recursos contra a submissão e pobreza. As lutas no interior do Pará foram travadas por muito tempo, mesmo depois da prisão dos líderes cabanos mais fortes, tanto que, em Vigia, os cabanos, em 6 de junho, tomariam o poder, o que levaria Manuel Jorge Rodrigues a mandar prender Francisco Vinagre e Eduardo Angelim, equivocadamente, pois a liderança cabana era aparente, o movimento agia pelo próprio sentimento do povo contra a opressão. Quando Antônio Vinagre percebe as intenções do marechal, reagrupou novamente os cabanos, contudo Francisco Vinagre foi preso. Quando os legalistas recuperaram Vigia, os cabanos fizeram um novo ataque, dia 23 de julho, e muitas batalhas houve em várias outras cidades.

Quando Manuel Jorge Rodrigues percebeu que Francisco Vinagre não conseguiu conter os cabanos dado os fatos ocorridos em Vigia e, temendo que este comandasse mais revoltas, manda pendê-lo. Isto daria início a novos combates, pois, ao saber disso, Antônio Vinagre ameaça, no dia 28 de julho, um levante caso o Presidente legalista não soltasse seu irmão e os outros aprisionados cabanos, o que não foi feito. Diante da situação, Antônio Vinagre reúne cerca de 3.000 cabanos para tomar novamente a capital, sendo aclamado comandante-em-chefe dos cabanos e Eduardo Angelim seu vice-comandante-em-chefe. No dia 14 de agosto de 1835, atacaram Belém, estabelecendo como sua base a fazenda murucutum.

Quanto aos cabanos que marcharam para Belém, nesta etapa da luta, RAIOL (1970, p. 831) afirma:

“Não tinham soldos, nem rações,, nem fardamentos. Faziam correrias pelos sítios e apossavam-se de tudo quanto lhes podia servir de provisão de bôca. Vestiam camisas e calças de diferentes panos, compradas e feitas à sua própria custas. Para regularizar êstes variados uniformes, tingiram depois umas e outras na casca do muruxi fervida em água, dando a tôdas a côr avermelhada dêste arbusto. Raros eram os que usavam chapéus. Camponeses em sua quase totalidade estavam habituados à simplicidade e aos rigores da vida rústica. O sol, as chuvas, as intempéries do tempo não lhes faziam mossa. Frutos agrestes, um pouco d’agua com farinha servia-lhes de refeição muitas vêzes. Desconhecendo os cômodos da civilização, eram fáceis de contentar; resignavam-se a tudo”.

Os cabanos possuíam estratégias de guerra, por exemplo: nas invasões a Belém, se dividiram em grupos com estratégias pré-definidas, no caso da invasão contra Manuel Jorge Rodrigues, conta RAIOL (1970, p. 832) que:

“Antônio Vinagre atacaria o Arsenal de guerra e todas as fortificações do bairro da Campina; a segunda comandada por Eduardo Angelim, tomariam o Palácio do govêrno onde residia o presidente da província; a terceira que era menor, comandada por Geraldo Gavião, tomaria o Arsenal de marinha e as fortalezas do bairro da cidade (...) Cada coluna seria seguida de um grupo de gente desarmada, que serviria de reserva nem só para auxiliar os combatentes conforme exigisse as necessidades da ocasião, como para suprir os claros que os mortos e feridos deixassem nas fileiras, tomando em ato contínuo as suas armas e munições, quando na cidade não encontrassem, como esperavam armamentos para todos. Supunham achar no Arsenal de guerra e nas casas comerciais grande depósitos de petrechos bélicos de que pudesse prover”.

Na tomada de Belém, os cabanos chegaram pela hoje chamada Avenida Nazaré, e defrontaram-se com as forças legalistas comandada pelo capitão Jerônimo Herculano Rodrigues (filho do marechal Manuel Jorge Rodrigues) e José Luís de Faria que, com menos de 200 homens, foram postos a debandar pelas tropas de Eduardo Angelim, mais tarde, tomam o quartel de artilharia. Enquanto isso, Geraldo Gavião tomou o Arsenal de Marinha e marchou contra o convento do Carmo, onde alguns legalistas se refugiaram para planejar estratégias de combate. Antônio Vinagre já iniciava seu ataque ao Arsenal de guerra com intuito de tomar armamentos e munições, contudo, Antônio Vinagre acaba morto e, Eduardo Angelim, ao ser avisado por Raimundo Vinagre, assume o

comando da invasão e, a cavalo, tenta reagrupar os cabanos que estavam desorientados pela morte do seu comandante-em-chefe. As perdas seriam dos dois lados, o capitão Jerônimo Herculano Rodrigues foi alvejado, quando cumpria ordem do seu pai de tomar o quartel em poder dos cabanos, e, em consequência deste tiro, falece no palácio do governo. Enquanto Eduardo Angelim reunia os cabanos, o quartel de artilharia era atacado e ocupado pelas forças do Presidente Manuel Jorge Rodrigues.

No dia 15 de agosto de 1835, os cabanos tornaram a atacar o arsenal de guerra, numa dura batalha que duraria cerca de cinco dias, quando as dificuldades foram muitas. Estes tinham interesse em tomar o arsenal para conseguirem armas e munições para combate, e pagaram, com muitas vidas, esta tomada. Deixaram vários grupos armados em locais estratégicos na proximidade do arsenal para que impedissem, com emboscadas, a aproximação de seus inimigos, enquanto Eduardo Angelim comandava o ataque. Logo no início, os cabanos foram atacados pelos soldados do arsenal com tiros e granadas, ceifando muitas vidas. Eduardo Angelim encontrou dificuldades neste ataque, porém, não desistiu, mandou alguns cabanos se colocarem em prédios próximos e atirarem contra o arsenal; enquanto isto, outros derrubavam os portões, os legalistas revidavam jogando, continuamente, granadas por aberturas das janelas.

Ao entrar no Trem de Guerra, encontraram várias barreiras, uma delas era a forma das escadarias que levavam ao alçapão, outra, o próprio alçapão, de onde, por uma portinhola caíam, constantemente, granadas impedindo o avanço dos cabanos e, causando-lhes muitas perdas. Se pelas janelas do arsenal, os cabanos não conseguiam entrar, muito menos pelas escadas que não permitiam o avanço de muitos ao mesmo tempo, além das explosões das granadas.

Enquanto Eduardo Angelim tentava tomar o arsenal de guerra, os navios legalistas, em redor de Belém, abriam fogo, causando muitas vítimas, mais entre os civis e pessoas do governo, e pouco acertando seu alvo. Muitos prédios foram atingidos. Logicamente, que essa estratégia do governo era nula, infuncional, inoperante, contra os cabanos que não iriam se expor como alvo fácil para canhões.

O marechal Manuel Jorge Rodrigues não tinha mais condições de combater os cabanos por causa das deserções e mortos nas suas tropas, seu único ponto que ainda estava seguro era o Arsenal de guerra. Muitas famílias fugiram de Belém com medo da guerra civil, abrigando-se nos navios que se encontravam no porto. Diante desta realidade Manuel Jorge Rodrigues convoca os militares para decidirem o que fazer, ou seja, optam em bater em retirada em 23 de agosto de 1835. Sabendo disso, ainda mais civis fugiram da cidade, alguns portugueses voltaram para Lisboa e exigiram indenizações ao governo brasileiro. Nesta fuga, os navios de guerra bombardeavam Belém destruindo mais prédios, principalmente públicos, onde muitos ainda estavam pessoas do governo. Os cabanos, provavelmente, sabiam das fugas dos civis e do pessoal do governo, mas talvez não quisessem persegui-los achando que a saída do Presidente da Província facilitaria a vitória.

Todos os que estavam em navios foram para ilha de Tatuoca, onde passaram privações de alimentos, água potável e até surtos de doenças como a diarreia, escorbuto, dentre outras. Mesmo com as dificuldades, o marechal Manuel Jorge Rodrigues não desistiu e, de Tatuoca, solicitou ajuda às Províncias do Maranhão, Ceará e Pernambuco.

Um detalhe importante, na confusão da fuga, a família de Eduardo Angelim acabou indo para um dos navios e foi, por engano, à ilha de Tatuoca, só retornando a Belém quando um pedido do bispo ao marechal Manuel Jorge Rodrigues, levado pelo

cônego Raimundo Severino de Matos, solicitava que este enviasse a família de Eduardo Angelim de volta à capital. Fato é que, a esposa de Angelim, Luísa Clara, duas cunhadas e seu irmão de 12 anos, foram mandados de volta a Belém. Manuel Jorge Rodrigues deixaria a família de Eduardo Angelim partir com receio de vingança. Conforme RAIOL (1970, p. 881):

“O conêgo Severino de Matos afiançara que o chefe dos rebeldes, ignorando a sorte das famílias, jurava tomar vingança de qualquer ofensa de que a mesma fôsse vítima, principalmente a sua consorte cujo destino mais receava. E assim era de crer. Assomando e de espírito inculto, êle não hesitaria em levar a efeito as ameaças sob a impressão aflitiva que o alucinava”.

Será que um marechal que mandou bombardear a cidade de Belém, sem se preocupar com os civis, incomodar-se-ia com ameaças de vingança aos civis que ficaram em Belém? Ou o cônego seria uma espécie de informante de Manuel Jorge Rodrigues, sendo uma estratégia para que o religioso recebesse a confiança de Eduardo Angelim? Outra hipótese seria de um acordo secreto entre Eduardo Angelim e Manuel Jorge Rodrigues, neste caso, se isto aconteceu, não se sabe o que teria sido estabelecido, já que o mesmo seria secreto. Descarta-se, aqui, qualquer hipótese de medo ou receio do marechal Manuel Jorge Rodrigues quanto ao destino dos civis que ficaram em Belém.

A hipótese de que houve um acordo secreto para o retorno da família de Eduardo Angelim pode ser reforçada na seguinte análise: Quando os cabanos souberam que o padre Jerônimo Pimentel e o bispo ajudavam muitas pessoas a fugir de Belém, tentaram matá-los, e foram impedidos por Geraldo Gavião. Só não houve um conflito entre os cabanos que queriam matar os padres e os que foram, por ordem de Eduardo Angelim, defendê-los, porque o próprio Presidente cabano foi ao meio do conflito e assegurou que prenderia os padres, o que foi feito os encaminhando à cela de um convento. Fato é que, segundo RAIOL (1970, p. 932):

“A delação era verdadeira, e Eduardo Angelim nem só sabia do fato, como facilitava os manejos empregados para tal fim; êle próprio ia de noite entregar ao bispo as pessoas que podia com as cautelas necessárias para prevenir suspeito; lavava-as disfarçadas ora com uniformes de seus ajudantes-d’ordens, ora com trajos de sua consorte e de outras mulheres. Conta-se que assim salvaram os coronéis Geraldo José de Abreu e Bento Garcia d’Aro Farinha, o capitão José Xavier de Brito, o professor primário Felipe Néri Pereira de Assis, que fôra seu mestre, e outros, que ignorando o embarque do marechal, não tinham podido sair da cidade”.

Sendo assim, reforça-se que este fato só se explica se Eduardo Angelim tivesse cumprindo algum acordo secreto intermediado pelo bispo, na ocasião que o marechal lhe entregou sua esposa e parentes, ou se o Presidente cabano quisesse demonstrar alguma forma de boa vontade para algum acordo que a história não revelou.

4.6.4 A Presidência do cabano Eduardo Angelim

Com a fuga do marechal Manuel Jorge Rodrigues, em 23 de agosto de 1835, Eduardo Angelim, com apenas 21 anos de idade, foi proclamado como 3º Presidente cabano da Província do Pará. Seus principais atos como Presidente foram: Nomeou seus assessores, Geraldo Francisco Vinagre ficou como um dos comandantes da guerrilha. Criou uma força armada que teve como um dos comandantes seu irmão Geraldo Gavião. Formou uma cavalaria. Estabeleceu um grupo de artilharia, um pelotão de caçadores, um batalhão de guardas nacionais. Aumentou a vigilância nas estradas que davam acesso a Belém. Estabeleceu uma espécie de polícia para tentar manter a ordem. Organizou uma força naval com o que possuía para navegação, ou seja, pequenos barcos e canoas. Fundou uma fábrica de pólvora. Estabeleceu uma nova função do governo que consistia que um encarregado fosse a outras cidades, distritos, vilas, dentre

outras, tentando convencer líderes e populares a apoiarem seu governo, estes funcionários seriam espécie de porta voz. Recorreu aos padres Francisco de Pinho de Castilho, Raimundo Antônio Fernandes e Jerônimo Pimentel para ajudar a conter a violência que se alastrava na cidade. Criou uma padaria, um açougue, dentre outros. Notasse que Eduardo Angelim, preparava-se para enfrentar as tropas legalistas, não abrindo a guarda e reforçando toda segurança possível.

Um dos problemas que Eduardo Angelim enfrentou foi a falta de alimentos, e, por isso, criou, em seu governo, uma padaria e um açougue. Muitos gêneros alimentícios chegavam à capital através de pequenas canoas, pois as forças legalistas cercaram Belém dificultando a entrada de navios e barcos grandes. A capital ficou sem produzir nada, com a economia de todos os setores paralisada. Outro grave problema foi a varíola que assolou a cidade.

Os cabanos dominavam a capital e muitas cidades do interior, mas Manuel Jorge Rodrigues não desistiu e ordenou de Tatuoca, constantes ataques aos cabanos, principalmente à fazenda Itacuã, uma espécie de quartel general cabano.

A busca contra maçons e portugueses, principalmente membros do antigo Partido Caramuru, era intensa. Por mais que Angelim quisesse acalmar os ânimos dos cabanos, a euforia da vitória e o ódio acumulado contra os portugueses eram grandes, e como se disse antes: dificilmente os cabanos se submetiam totalmente a um líder, pois o sentimento antilusitano era muito maior que quaisquer tentativas de manter a ordem e a paz para aqueles maçons e portugueses que ficassem em Belém. Segundo RAIOL (1970, p. 923):

“Conta-se que até alguns eram obrigados a carregar, por zombaria, sobre os ombros, pesados troços de madeira, ou a subir, nus descalços, em palmeiras e árvores cobertas de espinho os quais lhes cravavam o corpo como lâminas

de afiados punhais! E quando pareciam desanimar diante de tantoa agulhões que aos centos lhes rasgavam as carnes, eram brutalmente ameaçados com armas engatilhadas, e muitas vêzes impelidos para cima com pontas de baionetas e varas aguçadas! E não obstante êste doloroso martírio por que passavam, nem sempre conseguiam salvar a vida! Os mesmos que eram poupados até a descida dessas árvores espinhosas, recebiam morte cruenta ao pisar em terra, ou momentos depois no meio de mofas e assuadas!”.

Se isto realmente aconteceu desta forma³, só pode ser explicado pelo ódio exagerado devido tantas humilhações que aquele povo recebera dos lusitanos que viviam na Província do Pará.

Negros e escravos aproveitaram para fugir em busca de liberdade, e muitos se alistaram na luta da Cabanagem, engrossando, assim, as reivindicações dos oprimidos.

Os conflitos foram muitos, inclusive entre cabanos com cabanos, pois como estes, geralmente, não aceitavam líderes, em muitos casos demonstravam insubordinação às ordens do Presidente, levando-o a agir com rigidez. O resultado não poderia ser outro, alguns grupos cabanos insubordinados acabavam agindo por conta própria, em ataques não autorizados, que somado aos ciúmes de muitos que desejavam cargos no governo, causaram receio em Eduardo Angelim, que passava a agir com cautela e reforçar sua segurança pessoal. Diante desta situação, somada à fome, muitos cabanos desertaram.

No governo de Angelim, o navio Clio de bandeira inglesa foi saqueado quando trazia armas, munições e outras mercadorias encomendadas na época de Bernardo Lôbo de Souza. Como consequência, no dia 17 de março de 1836, chegou a Belém uma frota naval inglesa reclamando sobre o assalto e morte de parte da tripulação do Clio. Exigia que os culpados fossem punidos pela Inglaterra e que o Presidente da Província do

³ Raiol não afirma, e sim, resguarda-se utilizando o termo “Conta-se”.

Grão-Pará indenizasse a carga perdida e fizesse um desagravo à Inglaterra alteando a bandeira daquele país acima da brasileira do Brasil em todos os mastros das fortalezas da cidade com uma salva de 21 tiros de canhão. Eduardo Angelim se recusou, pois era nacionalista e não aceitaria tal humilhação; quanto aos criminosos realizou investigações, porém, somente os entregou quando recebeu ordens do governo imperial, contudo, garantiu que as punições fossem realizadas conforme leis brasileiras. Quanto à indenização, Angelim determinou que fosse ser cobrada ao governo imperial. Isto reforça a tese de nacionalismo.

Fato estranho é que os ingleses aceitaram, com certa passividade, a resposta de Eduardo Angelim, isto faz levantar um questionamento: Qual seria a verdadeira intenção do capitão inglês B. Strong ao vir a Belém com tantas exigências e aceitar as recusas de Eduardo Angelim tão passivamente, será que não haveria mais intenções além destas? Fato é que, B. Strong visita Belém e almoça com o Presidente cabano, ocasião em que as duas bandeiras, inglesa e brasileira, são alteadas ao mesmo nível e saudadas, com igualdade, pelos cabanos e ingleses, atitude típica de amizade que faria os legalistas em conjecturar um rompimento da neutralidade dos ingleses.

Conta RAIOL (1970, p. 945) que:

“Disse-nos Eduardo Angelim - que durante o almôço aludido houve quem o aconselhasse a proclamar a separação política do Pará, como nação livre e independente, com a promessa de proteção estrangeira, respondendo êle que não trairia nunca a sua pátria para trocar o nome de cidadão brasileiro com o qual se julgava enobrecido! O que há de verdade nessa asseveração, não o sabemos: a não ser a palavra do próprio informante, confirmada na carta que o mesmo dirigira ao general Andréia em 30 de abril de 1836...”

Na realidade, a Província do Pará seria um ponto estratégico tanto para os franceses ampliarem suas influências além das Guianas, como para os ingleses escoarem sua produção industrial para a região norte do Brasil e toda América Latina, e

isto faria com que toda desculpa e demonstração de amizade fosse dada aos cabanos. Ao que parece, o nacionalismo cabano foi mais forte, caso contrário o Pará não seria do Brasil, pois as duas nações que tentaram se aproximar dos cabanos tinham força bastante para ajudá-los em quaisquer tentativas de separatismo.

No dia 9 de abril de 1836, chega à ilha de Tatuoca o brigadeiro Francisco José de Souza de Andréia, português de nascimento e velho conhecido dos paraenses quando foi comandante das armas naquela Província. Era tido como intransigente e costumava abusar do poder, o que, mais uma vez, demonstra a falta de tato da Corte com os problemas levantados pelos cabanos, sempre mandando portugueses para governar a Província, nunca cedendo ao pedido dos cabanos de que um brasileiro fosse nomeado. Junto com Andréia veio João Mariath para assumir o comando no lugar do inglês John Taylor.

Com a chegada de Andréia à Província, iniciam-se os combates em alguns pontos estratégicos no interior. Pela personalidade austera de Francisco José Soares de Andréia, pela fome que assolava Belém resultado do cerco legalista, pelas deserções e, para evitar mais derramamento de sangue, Eduardo Angelim é aconselhado pelo bispo a pedir anistia e autorização para sair da capital à Francisco José Soares de Andréia, que nega este pedido. Por outro lado, Eduardo Angelim não conseguiu convencer os cabanos a deporem armas, pois os mesmos não confiavam em Andréia, além de conhecerem os tipos de julgamentos que os portugueses e brasileiros davam aos revoltosos, a tragédia do Brigue Palhaço era um exemplo, ainda vivo, na memória daquele povo. Muitos cabanos preferiam se suicidar que se entregar às forças legalistas, é o caso do cabano João Antônio que, ao levar um tiro dos legalistas, enterrou uma faca no estômago, preferindo a morte que a ser preso. Na carta de Francisco Manuel Barroso para o padre Prudêncio José das Mercez Tavares, em 22 de novembro de 1837, que diz:

“João Antonio huma balla o pegou, e vendo que era agarrado, teve a amimozidade de enterrar huma faca no estômago, e alsim veveo athé ao outro dia em que espirou e: deste monstro e de mais dois que com elle morrerão, já se vê esta Provincia livre.”

Fato é que se iniciam correspondências entre Eduardo Angelim e Francisco José Soares de Andréia. O Presidente cabano tenta várias formas de convencer o brigadeiro de deixá-lo escapar. Tenta um acordo de sair para o Amazonas, o que não foi aceito e Andréia indicava que Angelim ficasse em Carnapijó.

No dia 8 de maio de 1836, Angelim faz um Proclama aos rebeldes, pedindo que diminuíssem a resistência e marchassem para o interior da província, alegando que o estado de sítio em que estavam submetidos os levava à fome e, propunha que, se assim o fizessem, poderiam reorganizar as tropas e tomar novamente a cidade de Belém, como outrora fizeram. Assim, os cabanos começavam a preparar suas saídas da capital para o campo em vários grupos, sendo eles: o de Eduardo Angelim, o de Geraldo Gavião e outros comandantes cabanos.

Mesmo Eduardo Angelim tendo solicitado a Andréia autorização para ir ao Amazonas, o que conseguiu foi que lhe fosse permitido ir à Fazenda Carnapijó, aguardar uma possível anistia e, ainda recebeu ameaça de Francisco José Soares de Andréia de que, se assim não fizesse, os navios de guerra bombardeariam Belém.

No dia 13 de maio de 1836, houve tiros de canhão na Pedreira, os cabanos fugiram e espalhou-se uma falácia que tinha desembarcado tropas legalistas naquele local. Isto fez com que se precipitasse a decisão de Eduardo Angelim em acatar a proposta de Francisco José Soares de Andréia. Assim, os cabanos se retiraram de Belém em pequenos barcos e canoas; destruíram as armas que não podiam carregar para não munir os legalistas. Ao perceberem isto, os navios de guerra começaram a atirar contra

o comboio, que, por estratégia, espalhara-se. Eduardo Angelim prosseguiu sua viagem até a cidade de Acará, e as tropas de Francisco José Soares de Andréia, por sua vez, tomam Belém.

4.6.5 Presidência do legalista Francisco José Soares de Andréia

Francisco José Soares de Andréia era velho conhecido dos paraenses no período em que foi comandante das armas. Além de suas atitudes cruéis e desagradáveis com o povo, desacatava, até mesmo, o Presidente da Província. Foi este militar português que a Corte nomeou Presidente para combater os cabanos. Na chegada ao Pará, trazia 1439 soldados, dentre os quais, 465 eram criminosos sentenciados que ele recolheu das prisões ao longo de sua viagem do Rio de Janeiro a Tatuoca, e o resto era grande parte de portugueses e mercenários estrangeiros.

Em 14 de maio de 1836, Francisco José Soares de Andréia tomou posse como Presidente da Província do Pará, mas, somente entra na cidade de Belém pela manhã do dia 17, quando teve certeza que a Cidade estava sobre o controle de suas tropas. A economia estava arrasada, não havia mais comércio nem agricultura, sem capital, não se podia importar nada, a viagem à Corte demorava cerca de 6 meses, o pouco mantimento que podia ser comprado sofria acréscimo da hiperinflação, surgiam vários surtos epidemiológicos, o que deixou Andréia com uma derrota muito maior do que poderia imaginar, pois teria que manter uma guerra contra a maioria da população sem dinheiro, muitas vezes, nem para alimentar seus soldados.

Seus primeiros atos foram: suspender as garantias constitucionais por 6 meses; obedecendo à ordem da Corte, reabriu a Assembléia Provincial; criou o esquadrão de cavalaria; estabeleceu o Corpo de Trabalhadores, do qual muitos dos seus componentes eram cabanos que haviam se rendido; mandou prender Eduardo Angelim, para que não reorganizasse as tropas de cabanos ou fugisse para o Amazonas, e, assim, Eduardo Angelim ferido e com pouco apoio, foi preso no Acará, por ter sido delatado por um indígena que achava que ele teria sido um dos assassinos do chefe de sua tribo.

Com a prisão de Eduardo Angelim e seus irmãos Geraldo Gavião, Manuel e Francisco Vinagre dentre outros, que ficaram encarcerados na Fortaleza da Barra, Francisco José Soares de Andréia, acreditou ter acabado com o movimento cabano. Ledo engano, as lutas continuaram principalmente no Amazonas e Ilha do Marajó, onde se organizaram em pequenos grupos para atacar as tropas legalistas. Muitos cabanos morreram em combate ou nas prisões.

RAIOL (1970, p. 980) afirma que *“A fuga de Eduardo Angelim para lugar incerto tinha desanimado os seus partidários, e causara-lhes verdadeiro desalento a notícia inesperada da sua prisão”*. Se isto não tivesse acontecido, talvez os comandantes cabanos tivessem se reorganizado e retomado Belém, como muitas vezes fizeram. Essa preocupação levou Francisco José Soares de Andréia mandar localizar e prender Eduardo Angelim, já que o contingente legalista era frágil e com muita rebeldia em suas tropas.

A Presidência de Francisco José Soares de Andréia foi de perseguição aos grupos cabanos que ainda restavam que perduraram até depois de seu governo. Vale dizer que o direito do cidadão fora violado durante o governo de Francisco José Soares de Andréia na Província do Pará, prisões arbitrárias, invasões domiciliares, tudo isto foi

feitos pelos legalistas com a justificativa de acabar com a Cabanagem. As lutas incessantes, entretanto, somados aos amotinamentos das tropas legalistas deixavam a Província em constante insegurança. A pretensão de Andréia era fazer um governo militar, HURLEY (1936, p. 28) diz que: *“O ilustre general Soares Andrea, nas suas cogitações política (SIC) entendeu de propôr ao ministro da guerra, como medida asseguradora da pacificação, o estabelecimento no Pará de uma administração militar”*

Francisco José Soares de Andréia foi exonerado do cargo de Presidente da Província, no dia 8 de abril de 1839, e, até aquele momento, não tinha conseguido acabar com o movimento cabano, por muitos motivos já citados antes, privilegiando, o nacionalismo antilusitano muito presente em todas as reivindicações. Francisco José Soares de Andréia, sendo português, só aguçava a ira dos guerrilheiros que lutaram para acabar com o despotismo lusitano na Província do Pará.

4.6.6 Presidência legalista de Bernardo de Souza Franco

Com a saída do brigadeiro Francisco José Soares de Andréia, finalmente a Corte nomeia um paraense para a Presidência da Província do Pará, desta vez não um militar, e sim, um bacharel em ciências jurídicas, o que se fosse feito antes teria evitado tantas lutas, tantas destruições e tanto sangue paraense derramado, já que os cabanos tinham sentimentos antilusitanos e, um brasileiro nato no governo era a principal reivindicação do movimento cabano.

Os principais atos de Bernardo de Souza Franco foram: intensificar as buscas aos rebeldes no Amazonas; ao perceber grande quantidade de presos decidiu libertar aqueles que não tinham acusações de assassinato, não eram comandantes ou funcionários públicos dos governos cabanos; alguns presos cabanos foram alistados para lutarem em Pernambuco, em uma revolta que lá ocorria, por imposição do governo da Província do Pará; prometeu anistiar os cabanos, fazendo isso parcialmente em 25 de dezembro de 1849, o que resultou na manutenção dos focos do movimento.

4.6.7 A Presidência do legalista João Antônio de Miranda.

No dia que João Antônio de Miranda assume a Presidência da Província do Pará, o movimento cabano ainda não tinha terminado, tanto que informou, em 8 de maio de 1840, que um grupo de 980 cabanos se rendeu às forças legalistas na cidade de Luséa, o que pode ter sido consequência da promessa de anistia geral aos cabanos. Isto era visto com cautela, pois a história da Cabanagem demonstra que, inúmeras vezes, os cabanos depuseram armas, mas retornaram as lutas quando viam às promessas dos legalistas não sendo cumpridas.

Fatos relevantes nesta administração legalista foram que a economia começa a se restabelecer no Pará e muitos grupos cabanos deporem armas. Além de anistiar Eduardo Angelim, Francisco Vinagre e seu irmão, que vão a uma espécie de exílio fora da Província. Todavia, mesmo com o rendimento do último grande reduto cabano em Luséa, pequenos grupos continuaram confrontando-se através de guerrilhas e somente

em 3 de agosto de 1840, o Presidente da Província dá como encerrada a luta contra os cabanos.

4.6.8 Comentário Sobre as Presidências Cabanas

A Cabanagem na Província do Pará não se aplica ao que dizia FREUD *apud* FARR (1997, p.40) “*Os indivíduos, na massa, estavam relacionados uns com os outros através de sua identificação comum com o líder*”. Na verdade, não houve uma única representação da Cabanagem entre os cabanos, pois seus Presidentes: Malcher, Vinagre e Angelim não representavam, politicamente, o todo cabano e, nem todos os grupos guerrilheiros se identificavam com eles. A necessidade de atingir seus ideais fazia com que os cabanos, em alguns momentos, aclamassem algum líder. Eis aí o erro dos pesquisadores que se centram somente nos governos cabanos que foram até 1836, esquecendo-se de prosseguirem seus estudos para entender por que muitos guerrilheiros, sozinhos ou em grupos, continuaram as lutas cabanas até cerca de 1841.

Certo é que nenhum Presidente cabano obteve o total controle sobre a Cabanagem, mesmo nos momentos de vitória não conseguiam levar os cabanos a deporem armas, fazerem acordo, acatarem suas decisões, dentre outros. Isso se deu em virtude da Cabanagem não ter um só ideal representado, e sim, vários, que só podem ser analisados através da observação da composição da mesma. Os negros, por exemplo, que aderiram à Cabanagem lutavam contra os portugueses em busca de alforria; os tapuios, sem suas terras e parentes, combatiam pelo direito a terra, emprego e cidadania; os índios, que tanto viram os portugueses tomarem suas terras, mudarem suas religiões,

modificarem suas culturas, obrigarem seus filhos ao serviço militar obrigatório e ao trabalho escravo, dentre outras agressões, lutavam para manter suas terras, liberdade, cultura; os brancos que executavam trabalhos agrícolas, extrativistas, ou seja, aqueles que eram discriminados e empobrecidos pela elite portuguesa, lutavam por menores impostos, contra a exploração, mais terra, direito de concorrer com sua produção agrícola com liberdade de mercado. Aliás, um exemplo de divergências de ideais está aí, quando alguns destes pequenos produtores de etnia branca, após terem vencido algumas batalhas, tentavam se apossar dos negros escravizados para melhorar a produção de suas diminutas terras; brancos e mestiços que fugiam de quartéis em busca de liberdade; mestiços mamelucos, cafuzos e curibocas, que eram muito mais discriminados que os negros e índios lutavam contra seus discriminadores; brancos que tinham participado de diversas lutas contra o domínio português, viam, na Cabanagem, o modo de ir à forra e tomar o poder; dentre diversos outros ideais grupais ou individuais que se agregaram à Cabanagem dando-lhe forma heterogênea, com diversidade de RC, e uma RS não muito clara, sem a impossibilidade de se estabelecer uma lei, como poderia sugerir o positivismo comtiano.

Apesar de muitos grupos lutarem por ideais diferentes, tinham como ideal comum a grande chance de afastar os portugueses do poder e ter um governo de brasileiros, ou melhor, ter um Presidente da Província que fosse paraense, e comprometido com melhorias para a região.

Os diversos grupos cabanos, muitas vezes, lutaram entre si por interesses antagônicos, e os Presidentes cabanos, constantemente, eram ameaçados e depostos por algum grupo. Dizer que o critério de liderança se dava porque os guerrilheiros se identificavam com um ou outro líder não é correto, e citar como exemplo aqueles que se destacavam em alguma batalha não serve de sustentação, se servisse, porque Francisco

Pedro Vinagre foi deposto, se tanto ele quanto seus irmãos foram destacados em combate?

Um dos problemas principais que se observa quando se lê livros, artigos, dentre outros referentes à Cabanagem na Província do Pará é que muitos se centram no motivo que eclodiu a Cabanagem e outros nos períodos das presidências cabanas, inclusive com divergências quanto ao início e término daquela guerra civil. Além de que, o período compreendido entre a prisão de Angelim e a deposição de armas dos últimos grupos cabanos, que foi entre 1841 e 1842, não é trabalhado com afinco, apesar de existirem muitas fontes primárias no Arquivo Público do Pará. Nada tem sobre a representação da Cabanagem para aqueles grupos que permaneceram lutando clandestinamente na selva da Amazônia. Vale afirmar que os Presidentes cabanos nada mais eram que elos para levarem as reivindicações dos guerrilheiros aos legalistas, e, quase sempre, fugiam a este propósito e/ou não o faziam do modo esperado, por isso eram depostos, ou mesmo mortos, como Félix Antônio Malcher o foi, ou ameaçados de morte como Francisco Pedro Vinagre e Eduardo Angelim foram. Diante disto, estudar só os atos dos Presidentes cabanos é negligenciar a riqueza de informação daquela guerra civil e não se dar oportunidade de entender realmente o que representou a Cabanagem para cada grupo que a compôs. Aliás, fica uma pergunta: o que realmente representou ou representa a Cabanagem para os historiadores que a trabalharam? Não é este o nosso objetivo aqui, todavia deixa-se este alerta às pessoas interessadas, pois pode ser uma rica fonte de teses e dissertações, pois a Cabanagem é bastante complexa em suas representações.

4.7 O ETNISMO DOS LEGALISTAS NA CABANAGEM

Nas listas de presos e destinos dos legalistas, aparecem muitos nomes de índios e tapuios, mas, também, de brancos de origem inglesa, portuguesa, brasileira, dentre outros. Na busca em conhecer o motivo da prisão destes brancos, descobre-se que foram, geralmente, por terem desertado de algum regimento militar legalista e refugiando-se entre os cabanos; Em outras prisões de brancos, observa-se que eram de origem muito humilde, tais como: lavradores, artesãos, dentre outros. MONTEIRO (1994, p. 59) comenta que:

“Era de se esperar, e a historiografia sobre a Cabanagem é quase unanime em afirmar, a maioria dos Cabanos (55,46 % dos dados validos) de nossa amostra é constituída de agricultores (‘lavradores’). Mas, como poderia ser diferente numa região onde as principais atividades econômicas (extrativismo, agricultura, pesca e pecuária) pertenciam ao setor primário”.

Referindo-se aos cabanos, MONTEIRO (1994, p. 56) afirma que: “Somando-se negros e tapuios, teremos 83,15% de não brancos contra 16,85 de brancos dos dados validos”. Afirmando serem tapuios “47,71” dos cabanos, o que se conclui que os índios e mestiços eram a maioria dos guerrilheiros. Não se pode duvidar disso, pois a agricultura na região não era tão forte quanto a do sudeste e nordeste do Brasil que utilizava a mão-de-obra negra para sobreviver. Na região norte, o que predominou foi o extrativismo, o que poderia ser feito pelos tapuios que conheciam bem a floresta e, apesar de não serem escravos, pelo decreto do Marquês de Pombal do século XVIII, trabalhavam muito por uma remuneração insignificante. Então pergunta-se: O que os diferenciava dos escravos? Apenas não dormirem em uma senzala, pois a discriminação

etnocêntrica contra os mesmos era grande, somando-se a maus tratos, exploração de sua mão-de-obra, destribalização estabelecida à força, dentre outros malefícios impostos pelos portugueses. Por serem habitantes das selvas, conheciam seus segredos como ninguém, e ninguém melhor que eles para lutarem nelas contra a exploração lusitana.

MONTEIRO (1994, p. 72) analisando relações de presos cabanos e seus destinos, conclui que:

“No cruzamento da variável destinos com a variável cor, descobrimos que a maioria dos cabanos que foi desterrada ou libertada (anistiada ou não) era constituída de brancos, enquanto a maioria dos óbitos em prisão era de negros, e tapuios. Entre os brancos falecidos no porão da Corveta Defensora, a maioria era de desertores (soldados e marinheiros), inclusive europeus, particularmente ingleses e portugueses”.

Por estes fatos, pode-se ver, claramente, como era o etnocentrismo dos legalistas, pois, enquanto os brancos que lutaram na Cabanagem eram exilados ou anistiados, os índios, tapuios, mamelucos, cafuzos, curibocas e negros eram colocados nas corvetas para, em muitos casos, morrerem. O próprio Angelim pegava alguns destes negros para servirem de escravos para sua sogra.

A questão do negro não era tão diferente do resto do país, muitas vezes conseguiam fugir e formar quilombos, como o de Turiaçu, próximo à cidade de Vizeu, onde muitos cabanos brancos os ajudavam fornecendo gêneros de primeira necessidade, e estes retribuía expulsando os legalistas da região. Vale dizer que muitos negros que não estavam em quilombos engrossavam as fileiras da guerra em Belém e outras cidades vizinhas, acreditando que, após a guerra poderiam ser livres. Todavia, as ordens, para os dois casos, eram de aniquilamento

Conclui-se esta parte perguntando: Será que os portugueses tornaram a Cabanagem uma guerra étnica, já que havia verdadeiras caças a cabanos e dos cabanos a portugueses, com atrocidades pelos dois lados; ou a perseguição dos legalistas era contra os economicamente desfavorecidos, e, neste caso, eram os grupos de tapuios, índios, mestiços, que eram predominantes os cabanos? Pergunta-se, também: Por que brancos, como Vinagre e Angelim, eram exilados ou anistiados, enquanto negros, tapuios, índios, mestiços, e outros, eram presos e ficavam esperando a morte por doenças nos porões das corvetas dos legalistas? Está claro que o classismo falou alto nesta guerra civil, através de membros da elite que utilizavam da Cabanagem para tirarem proveito próprio. Lógico, que a consciência é individual, mas os portugueses tinham, na época, a representação do status de prepotência, riqueza, ostentação, domínio, orgulho, e, acima de tudo, de quem mandava em uma terra que não era sua e prendiam, matavam e condenavam os cabanos e, em alguns casos, seus familiares. Os cabanos não ficaram impotentes diante disto, reagiram, e, por isso, pagaram com suas próprias vidas nos porões dos navios, e, os que escapavam, sobreviviam com o medo, fome, fugas constantes e perda das suas plantações. Diante disto, o ódio aos portugueses não poderia deixar de existir.

4.8 COMO OS CABANOS CONSEGUIAM ARMAS

“O Estado caracteriza-se em primeiro lugar pelo agrupamento de seus súditos de acordo com uma divisão territorial (...). O segundo traço característico é a instituição de uma força pública, que já não mais se identifica com o povo em armas”. Engels (1995, p. 192).

O Estado possui o poder legal sobre as armas para manutenção do poder e coibir quaisquer levante da população, diante disto, seria natural que os cabanos conseguissem suas armas de forma ilegal na visão do governo. As armas eram: punhais, terçados, facas, espadas, bordunas, tacapes, cassetetes, arcos e flechas, lazarinas, pistolas, trabucos, cravinas, mosquetes, mosquetões, e outros, adquiridas de várias maneiras, dentre elas por:

- a) fabricação caseira de armas branca e de fogo por mestiços, brancos, negros e tapuios;
- b) confecção de armas brancas, tacape, bordunas, arco e flecha, e outros, por tapuios;
- c) soldados do governo, influenciados por intelectuais que fizeram parte da Cabanagem, desviavam armas para estes ou desertavam levando suas armas e engrossando as fileiras dos cabanos;
- d) contrabando de armas;
- e) ataque às fortalezas do governo ou navios como o Clio que traziam carregamento de armas e munições aos legalistas;
- f) fornecimento de comerciantes da região;
- g) por franceses aos cabanos, identificação feita por essa pesquisa;
- h) ataque para conseguir pólvora às embarcações legalistas em pequenas canoas, também chamadas de montaria. A técnica era a seguinte: escondiam-se em pequenos furos e igarapés, onde havia pequenas ilhas que facilitavam a tocaia e, a noite, aproximavam-se dos

barcos e realizavam ataques surpresa, como ocorreu em Vila Nova em Vigia.

Tendo havido no Pará diversos motins, era natural que parte da população possuísse armas escondidas, e alguns grupos as tivessem armazenado em depósitos secretos. Vários fatos levam a se acreditar nisso, entre eles foi que Bernardo Lôbo de Souza havia acusado alguns sacerdotes católicos de possuírem depósitos de armas e estarem armando a população. Além de que, no início da Cabanagem havia muitas armas na fazenda de Félix Clemente Malcher.

Quanto a contrabando de armas, no momento em que a Cabanagem propriamente dita iniciou, armamentos e munições tinham chegado à fazenda de Félix Clemente Malcher trazidos por João Pedro Gonçalves Campos, originárias do comércio de Sinfrônio Gonçalves da Cruz que ficava à beira do rio. Lógico que pelo controle de entrada e venda de armas na Província estas só poderiam ser frutos de contrabandos, tendo escapado ao controle do governo. O certo é que os legalistas sempre suspeitavam de entrada de armas de forma ilegal, contrabandeadas para os cabanos. Não foi ao acaso, que quando a escuna norte-americana “*John Brian*”, que ia a Província do Maranhão, por motivos técnicos, teve que ancorar em Macapá fora revistada para o governo legalista saber o objetivo da ancoragem e carga daquele barco. A presença da escuna “*John Brian*”, comandada por Strong, não só assustava o marechal Jorge Rodrigues com receio de possuir armamentos para os cabanos, mas por serem americanos, que não eram de confiança daqueles militares. A presença deste barco em Macapá, que não estava sobre o controle cabano, não descarta a hipótese de a escuna estar se dirigindo à ilha do Marajó, que fica muito próximo dali, para levar suprimentos aos cabanos, pois lá era uma base muito forte da Cabanagem.

Na invasão cabana à cidade de Belém, Geraldo Gavião, dentre outros cabanos, tinha como objetivo maior tomar o Arsenal de Guerra, não só para diminuir o poder de fogo do governo legalista, mas para adquirir armas e munições que dessem maior força para suas fileiras. Vale lembrar que uma das estratégias dos cabanos era manter seus guerrilheiros que não possuíam armas de fogo sempre atrás dos que estavam armados, pois, no caso da morte, eles se apropriavam das armas dos companheiros ou pegavam de soldados do governo que tombavam em combate.

No ataque ao Arsenal de Guerra, os cabanos tinham um objetivo bem maior, pois seria dali que viriam suas armas e munições. Seus interesses estavam tão claros, que, mesmo com a morte de Antônio Vinagre, Eduardo Angelim toma o comando do combate que duraria cerca de cinco dias, com perdas de muitas vidas do lado cabano em virtude daquele arsenal está fortemente protegido e, em todas as tentativas caíam dos alçapões granadas e chuvas de tiro sobre os guerrilheiros que lutavam, desesperadamente, para adquirirem armas e munições.

Outra forma de conseguir armas encontradas pelos cabanos, segundo RAIOL (1970, p. 853) era:

“... dando busca nos estabelecimentos comerciais, onde suspeitavam encontrar pólvora e quaisquer outros artigos bélicos, e nas suas diligências tinham conseguido resultados favoráveis, dos quais souberam tirar vantagens pela severa economia guardada no empêgo das munições. Não davam tiros em vão, e dêsses mesmo precidiam quando afroxava a energia da tropa de linha”.

O navio inglês Clio foi assaltado e levaram toda a carga, que era composta, principalmente, por armas e munições encomendadas por Bernardo Lôbo de Souza na época do início da Cabanagem no Pará. Sua tripulação foi morta, restando só um sobrevivente. CHIAVENATO (1984, p. 122) afirma que da carga do Clio, roubada,

teriam os assaltantes conseguido: “... *dois mil fuzis com baionetas, mil pistolas, quinhentas clavinhas e quinhentas espadas retas, além de outros equipamentos militares*”.

Quando os cabanos, ou melhor, os Presidentes cabanos, rendiam-se às tropas legalistas, escondiam boa parte de suas armas, como se não confiassem na trégua e, tomavam-nas para luta sempre que fosse necessário. Afirmar RAIOL (1970, p. 940) que teria: “... *Antonio Vinagre feito até seguir para Acará, no dia da posse do marechal, um barco carregado de munições e armamentos tirados do Arsenal de Guerra! Assim o afirmaram testemunhas presenciais dêsse acontecimentos*”.

O governo legalista sempre desconfiava que os franceses auxiliassem, de alguma forma, os cabanos. Este fato foi comprovado quando se identificou vários documentos que acusam os franceses de darem apoio e asilo para cabanos em Caiena, tal como o Códice 1053 de 17 de fevereiro de 1837, que conta um relato de Joaquim Ferreira Carv⁴ para Andréia que diz:

“Tenho a satisfação de participar a V Ex.ça que o resultado das diligencias que ordenei contra os rebeldes do rio Aramá e outros, foi serem aprisionados vinte e cinco homens com suas famílias e filhos que fazem o total de noventa individuos, os quais já ião em fuga para esse velho = Couto arrajado pelos Francezes no Rio Amapá, para. onde muitos outros se tem evadido, e continuam a evadir-se mormente depois da debandada dos Breves, Macacos, e outros pontos”.

Alem de um ofício de Joaquim Marques a Manuel Jorge Rodrigues, em 25 de agosto de 1835, relatando as fugas de cabanos, afirma que o Cônsul francês no Pará fornecia munições aos cabanos, dentre diversos outros documentos.

⁴ Nos documentos aparece nome Carv, mas suspeita-se que seja Carvalho.

Outro fato importante é que, nos momentos de rendição, quando os cabanos abandonavam Belém, muitos destruíam as armas que não podiam carregar ou esconder fora da capital.

4.9 CABANAGEM: movimento antilusitanista ou separatista?

Ao contrário do movimento da Farroupilha, no Sul do Brasil, que tinha cunho separatista, os cabanos no Norte eram extremamente patriotas, e não pretendiam, sobre hipótese alguma, separar a Província do Pará do resto do Brasil, nem eram xenófobos, suas lutas eram contra os portugueses (também chamados de Camões, em referência ao poeta português Luis de Camões) que, durante muitas décadas, cometeram inúmeras atrocidades contra os diversos grupos proletariados na Província do Pará e, depois da Independência do Brasil de Portugal, em 7 de setembro de 1822, continuavam a mandar na região.

Acusar os cabanos de separatistas era estratégia de alguns governadores legalistas da Província para convencer o Império a combaterem, com mais afinco, aqueles grupos, assim mantendo seus interesses particulares.

Muitos países devem ter se interessado pela separação da Província do Pará do Brasil, contudo, em todos os documentos estudados não há elementos que indiquem que isso era de interesse dos cabanos.

Os cabanos, em suas cartas, sempre utilizavam em seus manifestos e ofícios as palavras: pátria, patriota, patrícios, nação, em nenhum momento demonstraram ser

separatistas. O que demonstra, em todo momento, que o que queriam era que a Província do Pará fosse governada por brasileiros.

Apesar dos cabanos terem recebido alguma arma e munição francesa e propostas de apoio de vários países para se separarem do Brasil, essa nunca foi sua intenção. Se assim fosse, teriam obtido sucesso, pois receberam diversas propostas de apoio estrangeiro. A Corte, sofrendo várias consequências das comoções civis, tendo que recorrer a mercenários estrangeiros para formarem exércitos, não teria condição de lutar no Pará. É por esse motivo que durante o período regencial aumenta a moral dos portugueses e a Cabanagem pegaria força contra os lusos.

O certo é que a Cabanagem era um movimento essencialmente antilusitanista como muitos fatos podem provar. Por exemplo: Os manifestos de Angelim aos paraenses deixavam claro que entregaria o governo nas mãos de um brasileiro nomeado pela Corte brasileira e nunca nas mãos de algum “déspota lusitano”.

Nos Proclamas do Presidente Vinagre de 29 de abril de 1835, sempre saúda a Regência, o Imperador e declara buscar a paz e expulsar os portugueses da Província do Pará. Em seu discurso, estão presentes termos como: liberdade, nacionalidade, liberdade; liberdade sim, mas não de se separar da nação e, sim, de sair do jugo português na Província.

Quando o marechal Manuel Jorge Rodrigues, de origem portuguesa, chega ao Pará com o comandante inglês John Taylor e um grande número de soldados, principalmente portugueses, ingleses e brasileiros, apesar de Angelim e Vinagre pedirem aos cabanos que não lutassem, para tentarem negociações, esses reagiam em grupos isolados, não confiando em acordo com lusitanos, o que ficou ainda pior quando perceberam que o marechal não queria negociações e, sim, tomar Belém de surpresa,

iniciando uma verdadeira caça a cabanos. Na obra de CHIAVENATO (1984, p. 103) aparece o manifesto de Eduardo Nogueira Angelim de 29 de julho de 1835, quando, na ocasião que soube da prisão de Vinagre pelo marechal Manuel Jorge Rodrigues, dirige-se aos seus liderados falando do marechal da seguinte forma:

“‘Esse déspota, caros patrícios, em menos de três dias, tem mandado prender para mais de trezentos paraenses arrastados pelas ruas da cidade espaldeirados, fuzilados e carregados de pesadas cadeias nos porões dos navios de guerra (...) Batalhões de portugueses e de outras nacionalidades, com armas em punho são hoje senhores do Grão-Pará!’”.

Nota-se, novamente, o antilusitanismo dos cabanos, no momento em que, depois de vencida uma batalha contra o marechal Manuel Jorge Rodrigues e John Taylor, (quando estes destruíram quase toda a cidade de Belém com tiros de canhões indiscriminadamente, tanto em prédios públicos quanto em residência de inocentes), Eduardo Angelim fez um proclama, no dia 23 de agosto de 1835, quando toma posse como 3º Presidente cabano da Província do Pará, dizendo, conforme RAIOL (1970, p. 925):

“Corajosos Paraenses, valentes defensores da Pátria e da Liberdade! Depois de nove dias de fogo mortífero com outras tantas noites, estamos senhores da formosa Belém, capital da província! Os dois estrangeiros Manuel Jorge Rodrigues e João Taylor lá se vão de fuga e duma maneira vergonhosa: o primeiro à frente de seus aguerridos e briosos batalhões de voluntários, e o segundo à frente de sua esquadra de intrépidos marinheiros! Esta cidade, que ainda há poucos dias era governada por um presidente rebelde, apresentava um quadro risonho e encantador. Girava o comércio, funcionava todas as repartições públicas, havia sossego, paz e ordem. Hoje o que vemos nós? Com dor digo, esta tão bela cidade, tão cheia de encantos está reduzida a um montão de ruínas! Para todas as partes, onde lançamos nossas vistas, só vemos a imagem da dor e da tristeza!

Amados patrícios! Seremos nós responsáveis perante Deus por tantos males que hoje pesam sobre o Pará? Certamente que não. Os dois mostros e fugitivos estrangeiros Jorge e Taylor serão os únicos responsáveis diante do Ser Supremo e perante a história, pelas grandes desgraças que hoje pesam sobre a inocente família paraense! Amparo e proteção para milhares de famílias inocentes, que neste momento estão sob nossa guarda! Seja cada um de vós um pai, um protetor da inocência desvalida! Procedendo assim bem teremos merecido da pátria e das gerações futuras. ’

Meus amados patrícios! Eu vos afiançei que o infame e opressor jugo estrangeiro havia de cair por terra e que seríamos os vencedores. Realizaram-se os meus bons desejos e gratas esperanças. Vós sois dignos do nome paraenses! Vós todos, soldados da liberdade, estais cobertos de glória pelo vosso patriotismo, valor e constância! Os nossos inimigos são os primeiros a confessar o vosso valor e heroísmo! Nos combates desesperados que sustentamos, eu fui o que menos fiz; porém sempre me achei ao vosso lado e onde havia perigo. Era um dever de honra a cumprir. A nossa obra ainda não está concluída, ainda resta muito a fazer. Antes de tudo, peço-vos que modereis ao vosso ardor guerreiro, e amanhã ou depois aclamas um presidente que mereça a nossa estima, confiança e respeito. Dignos chefes de tôdas as colunas, vós todos sois merecedores de maiores louvores e elogios pelo vosso valor, firmeza de caráter e lealdade. Vivam os decendentes de Ajuricabas e Anhagaíbas! Vivam os paraenses livres! Viva o Pará!”.

Observa-se, nesse proclama de Eduardo Angelim, que ele não pretendia ficar no governo, tinha esperança que a Corte nomeasse um paraense ou, pelo menos, um brasileiro para administrar a Província. Outro fato é que, em todos os momentos refere-se a Manuel Jorge Rodrigues como estrangeiro. A luta também era dos índios, nesse caso, os tapuios destribalizados, pois o terceiro Presidente cabano faz referência aos Ajuricabas e Anhagaíbas, povos indígenas destruídos pelos portugueses no início da colonização do Pará. Vale lembrar que negros escravos, em busca de liberdade, brancos e mestiços proletários foram as bases dessa guerra civil.

No manifesto de 25 de outubro de 1835, citado por RAIOL (1970, p. 939), Angelim diz:

“Saibam, pois, o govêrno geral e o Brasil inteiro, que os paraenses não são rebeldes; os paraenses querem ser súditos, mas não querem ser escravos, principalmente dos portugueses; os paraenses querem ser governados por um seu patrício paraense, que olhe com amor para as suas calamidades, e não por um português aventureiro como o marechal Manuel Jorge; os paraenses querem ser governados com a lei e não com arbitrariedades, estão todos com os braços abertos para receber o govêrno nomeado pela regência, mas que seja de sua confiança, aliás eles preferam morrer no campo de batalha a entregar de novo seus pulsos às algemas e grilhões do despotismo; se o governo da côrte teimar em subjugar-nos pela fôrça, nós teimaremos em dar-lhes provas do valor de um povo livre que esquece a morte quando defende sua liberdade”.

MONTEIRO (1994, p. 68), em sua dissertação de mestrado, afirma que: *“Todas as descrições das relações entre cabanos e estrangeiros que a historiografia cristalizou (tanto de apologetas quanto de detratores) apontam para uma subestimação, por parte dos cabanos, do potencial estratégico de uma ajuda estrangeira”*.

Discorda-se desta afirmação neste trabalho, pois, em estudos, detectou-se que, de certa forma, os cabanos receberam, em certo momento, ajuda em termos de armas e munições e possibilidade de fuga para Caiena por parte dos franceses. Todavia, em toda a história, principalmente a levantada em fontes primárias como os proclamas dos Presidentes cabanos, dentre outros documentos, mostram que estes lutavam contra a opressão portuguesa na Província do Pará. Recebiam propostas separatistas, mas nunca aceitaram, pois suas lutas eram pela liberdade, manifestando, em todo momento, amor ao Brasil. Não se negariam, em vista disto, a aceitar qualquer Presidente nomeado pela Corte brasileira, desde que este estivesse dentro das exigências contidas em todo o movimento da Cabanagem – ser brasileiro.

Quanto à hipótese: Seria a Cabanagem um movimento estritamente brasileiro ou teria influências, estímulos e incentivos por interesses econômicos na rica região Amazônica, de outros países? Neste caso, quais? Acredita-se que, neste capítulo, dá-se a resposta a esta pergunta.

Conclui-se esse capítulo afirmando: os cabanos não eram separatistas, o movimento era essencialmente de um grito de liberdade contra a opressão e despotismo português na Província do Pará. Se o combate persistiu, mesmo depois de preso o último Presidente cabano, se os grupos que ainda lutaram até finais de 1840 e 1841, era porque a Corte demorou muito a nomear um Presidente legalista dentro das exigências

dos guerrilheiros; somado ao medo da prisão em navios, onde poderiam ter o mesmo destino dos presos do “*Brigue Palhaço*”, como muitas vezes aconteceram.

4.10 ALGUNS PAÍSES E A CABANAGEM

4.10.1 Estados Unidos da América

Quanto ao interesse dos Estados Unidos da América pelo movimento cabano na Província do Pará, pouco se sabe de concreto, a não ser que os legalistas não confiavam nos americanos de modo algum, como se observa na correspondência de 11 de julho de 1836 de Mariano Correa ao Presidente da Província:

“Como especuladores há em não poucas Nações, máximo nos Estados - Unidos que, aonde se manifestão perturbações ali procurão introduzir por todas as maneiras os Contrabandos de Guerra; e acontecendo de proximo vir a este porto com destino para o Rio Grande do Sul o Navio Americano “Elbe, o qual descarregando parte de sua carga, levou, segundo me consta, ainda alguns caixotes, recebeo aqui somente sal; isto me despertou suspeitas, de que dei parte ao Exmo. Presidente da referida Provincia; mas como folse o mesmo Capitão o Portador do meu officio, em novos sustos fiquei de que este não folse entregue, se a consciencia do conductor se acha-se compromettida, para dar pois com segurança prompto aviso ao Exmo. Presidente de qualquer Provincia do Imperio, para onde se dirija deste Porto algum navio que me desperte desconfiança de Contrabando de Guerra ou de outra qualquer natureza, me ocorreu o que porei em pratica, imprimir sobre, Lucar a Sello Consular em todos os papeis que legalizar ao referido navio e não sobre obrêa, ou papel, como regulamento se pratica. Estender-se-há, por tanto, no primeiro cazo, não só que alguma suspeita tenho sobre a Carga do Navio, mas até que o Capitão conduz officio meio sobre este objecto, e que o não entregou e por malícia”.

Interessante são alguns episódios que ocorreram. Um deles foi quando a escuna “*John S. Brian*”, comandada por Chaplin Conway e Charles F. Strongt, que ia de Boston para a Província do Maranhão, foi interceptada pelos legalistas em Macapá porque desconfiavam que levasse armamentos e suprimento aos cabanos. Não houve

resistência da tripulação e, quando o marechal Jorge Rodrigues ordenou que o major Monterrozo substituísse a tripulação americana por uma tripulação brasileira e, levasse a embarcação à ilha de Tatuoca, os comandantes da escuna não se recusaram em acatar as ordens dos legalistas.

A presença de Strong, em Macapá, fora da rota que deveria seguir, dá indícios que, apesar de Macapá não estar sobre o controle cabano por ser fortemente protegida por problemas da fronteira de Caiena e Brasil, leva-se a achar que os americanos pudessem querer chegar à ilha do Marajó, que ficava próximo e era uma base forte dos cabanos.

Outro fato que deve ser observado foi que, no assalto ao navio inglês Clio, houve a participação do pirata norte-americano John Priest, velho conhecido dos ingleses por saquear a carga do brigue Onacht. Faz-se uma pergunta: Estaria este a sua própria conta ou a serviço de seu país?

Em 11 de julho de 1836, Mariano Carlos da Gama Corrêa informava ao Presidente legalista que o navio americano “Elba”, que teria destino ao Rio Grande do Sul, teria sobre pretexto de receber um carregamento de sal desembarcado contrabando de guerra, o que demonstra que, por comércio ou por política de apoio aos cabanos, os Estados Unidos, de uma forma ou de outra, munia de armas os cabanos em uma determinada época da guerrilha.

4. 10.2 Inglaterra

A Inglaterra também demonstrou seu interesse pelo Pará durante a revolta da Cabanagem. Inclusive, apesar de ter militares lutando do lado legalista, em certa ocasião, ofereceu apoio aos cabanos se estes quisessem se separar do Brasil. O fato deu-se em 17 de março de 1836, quando chegou uma esquadilha inglesa para fazer reclamações sobre o assalto e assassinato da tripulação do navio Clio, exigindo, como desagravo, que a bandeira inglesa fosse hasteada acima da brasileira em todas as fortalezas de Belém, com uma salva de 21 tiros. Pedia, ainda, indenização pela perda da carga e embarcação e punição dos culpados pela Inglaterra. O comandante usou as seguintes expressões:

“Logo que S. Exa. Muito Nobre Senr~. George Cockburn G.C.B.Va.Va.Va. Commandante em cheffe das Forças Britanicas nêsta estação, teve a desagradavel noticia do vil assassinio da equipagem do Navio mercante Inglez = Clio = Ise exceptuar mos um homem que pôde escarpar-se / e do piratico roubo da sua carga tudo comettido por alguns habitantes da Ilha das Salinas onde a mesma Embarcação tenha ido receber pratico, sem perda de tempo o mmo. Exmo., Senr~. Ordenou-me que com a força Naval que me acompanha viesse ao Pará exigir de quem se achar governando esta Provincia do Imperio Brasileiro para que se proceda com brevidade a uma devassa afim de serem Julgados, e punidos todos os que estiverem envolvidos neste delicto atos, e ainda aquelles que depois do Navio encalhado do Mestre e guarnição assassinados tiverem cooperação para o roubo, ou recolhido qualquer parte da mencionada carga: he também das minhas instruções rectomar de quem se achar governando a Provincia, a certeza de que o seu governo indemnizará os proprietários do Clio, pelo prejuízo do navio e sua carga.

Os crimes contra os quaes venho pedir justiça são o assassinio, e Pirataria.

Todas as nações são obrigadas a casligar com a maior severidade os réos de semelhantes delictos, e a Inglaterra que possui sobre todas as Nações uma Marinha respeitavel, jámais consentirá que os Navios de Comercio, sejam molestados pa. Nação alguma na sua navegação e trafego pacífico e legitimo.

Persuadido intimamente de que os dentimentos de V.Exa. são identicos aos do meu Commandante em cheffe / que devem ser os de todo homem / espero que V.Exa. empregará toda a authoridade, e meios ao seu alcansse para fazer julgar semelhantes malvados, que fazem a desgraça horror da humanidade”.

Como “nativista”, Eduardo Angelim não concordou com a humilhação de ter uma bandeira estrangeira hasteada em território paraense e acima da bandeira brasileira. Quanto a entregar os réus à Inglaterra, Angelim disse que só o faria com ordens do governo imperial, conforme as leis brasileiras da época. O Presidente cabano, todavia, envia um ofício, em 18 de março de 1836, informando ao comandante inglês que iria proceder as investigações e processar os culpados, afirmando, novamente que só os entregaria ao governo inglês mediante ordens da capital da Corte, e que não sujeitaria a bandeira de sua nação a quaisquer humilhações e, quanto às indenizações, estas deveriam ser cobradas da Corte. Estranho é que, depois de tanta petulância dos ingleses, estes aceitaram pacificamente a resposta de Eduardo Angelim. Isto nos faz questionar: Seriam estas as verdadeiras intenções do capitão B. Strong, ou sua missão tinha algo por trás? RAIOL (1970, p. 945) diz que após a resposta, do então Presidente cabano, o comissionariado inglês:

“... pediu e obteve permissão para visitar a cidade com sua oficialidade, oferecendo-lhes Eduardo Angelim nessa ocasião um modesto almoço e mandando saldar a bandeira inglesa, içada conjuntamente com a brasileira. A esquadilha correspondeu à saudação, e no dia imediato deixou o ancoradouro fazendo-se de vela para a baía de Santo Antônio, onde demorou-se por alguns dias. Aí justificou-se das argüições que lhe fizeram de haver liberalizado favores aos rebeldes contra os deveres de neutralidade. (...) Disse-nos Eduardo Angelim - que durante o almoço aludido houve quem o aconselhasse a proclamar a separação política do Pará, como nação livre e independente, com promessa de proteção estrangeira, respondendo êle que não trairia nunca a sua pátria para trocar o nome de cidadão brasileiro com o qual se julgava enobrecido! o que há de verdade nessa asseveração, não sabemos: a não ser a palavra do próprio informante, confirmada na carta que o mesmo dirigiria ao general Andréia em 30 de abril de 1836”.

Vale ressaltar que o comissário inglês faria suas investigações antes de partir, com as devidas reservas para evitar um incidente diplomático. Outro fato que não se pode deixar de citar é que, muitos marinheiros ingleses foram presos por desertar e passarem a atuar com os cabanos, talvez por verem uma oportunidade de melhora de vida e não por algum motivo institucional.

4.10.3 França

A França foi um dos países que tinha interesse no separatismo da Província do Pará, por vários motivos, entre eles podemos citar: estratégias quanto à Guiana Francesa, que inclusive, naquela época, possuía problemas de demarcação territoriais com o Brasil, que a França invadiu por várias vezes por Amapá, o que fazia ser um local de grande atenção dos Presidentes legalistas da Província do Pará.

Durante o conflito entre Félix Clemente Malcher e Francisco Vinagre, fez com que Malcher suspeitando que Francisco Vinagre escondesse seus inimigos, realizou buscas em vários locais, entre eles a casa do Cônsul da França na Província do Pará, Dennis Crouan, apesar deste ter insistido que não havia quem Malcher procurava em sua residência. Tanto que o Cônsul escreve ao Presidente da Província o seguinte:

“Ao meio dia tive a honra de participar oficialmente a vossa excellencia que a residencia deste vice- Consulado se achava cercado de Tropas que prohibirão a sahida a todas as pessoas, e a mim mesmo.

Athé este momento 3 horas, não tenho recebido resposta, e o estado d’arrestação ainda continua.

Eu recebo neste momento hum offício de Vossa Excelencia datado d’hoje, pelo qual sou avizado da busca domiciliaria que vossa Excelencia ordenou que se effectua neste Vice-Consulado, alsim de encontrar o ex-

Conselheiro Jozé Baptista Cameram que vossa Excellencia dis ahi estar refugiado.

Eu julgo do meu dever de fazer observar a Vossa Excellencia que o caracter que eu apresento me obriga a me recuzar ao cumprimento desta Ordem, visto que o Artigo (...), do tratado existente entre França e o Brazil, concedido aos representantes ou delegados do governo Francez no territorio Brasileiro, todas as prorrogativas concedidas aos representantes Brasileiros no territorio Francez, eu quero considerar este Vice-Consulado como huã rezidencia inviolável, visto que o primeiro dever de todas as nações deve ser a observância dos tratados; protestando em nome do governo Francez por todas as relações ou insultes que poderão ser feitas na pelsoa do seu representante - espero por tanto da prudencia de Vossa Excelencia, de accreditar de baixo da minha palavra d'honra, que não existe nem tem existido nesta rezidencia nem o Joze Baptista Cameram, nem nenhuma das outras pelsoas que no dia 7 do mez de Janeiro ultimo volsa Excelencia me designou na presença dos Sns~. Consules americanos, e Portugues. Porem sim este asseveramente que eu julgo sufficiente não satisfaz a Vossa excelencia, julgo dever lhe participar que sera só pela força que deixará violar a minha rezidencia”.

Mesmo com todo esse argumento, as tropas invadiram a casa do Cônsul. Afirma RAIOL (1970, p. 558) que: “O Cônsul protestou e retirou-se com o arquivo para bordo de um navio de sua nacionalidade, e poucos dias depois comunicou a ocorrência ao govêrno de Barbadas. Na casa entretanto não foi encontrado nenhum dos que eram procurados”.

Este fato levou a França, durante a Presidência de Francisco Vinagre, a enviar navios de guerra de Caiena a Belém para levantarem o fato, exigir retratação e pedidos de desculpas pelo agravo e hasteamento da bandeira francesa no ponto mais alto do mastro com uma salva de 21 tiros de canhão. O problema foi resolvido com a explicação de Francisco Vinagre de que o Presidente que mandou invadir a casa do Cônsul tinha sido deposto e morto. Ora, como a França aceitou tão passivamente a argumentação do Presidente cabano? Notório que tinham interesse em travar algum contato, talvez para apoiar a idéia de separatismo, se houvesse. Isso, porém, não passava pelos ideais cabanos. CHIAVENATO (1984, p. 79) lembra que:

“Não se pode esquecer que as duas grandes potências, França e Inglaterra, acompanhavam de perto, com espiões estabelecidos em Belém, todas as lutas no Pará. Sempre pretenderam uma aventura de anexação do Amazônia. Alias, isto era o grande temor do Império, incapaz de enfrentar ou impedir o desmembramento do Grão-Pará”.

Manoel Jorge Rodrigues sempre tinha o Cônsul francês como conivente com os cabanos, tanto que, diversas vezes, acusou-o de esconder cabanos em sua residência. Isso é observado na correspondência de João Henriques Mattos para Manoel Rodrigues em que diz:

“... mostrado o depoimento de hum padeiro italiano quase escapou dentre os rebeldes ao terceiro dia da nolsa infeliz lucta contra estes; cujo depoimento nada menos continha que huma denuncia de ser o Consul Frances, conivente com os rebeldes, e de os ter fornecido com polvora Sa . parece-me que com o que em casa delse Consul me (sucedeu) poderei dar a V.Exa . dados de fazer hum juiso mais exato deste funcionario Consular; Juiso que para com empregados de tal natureza deve ser sempre mui cauteloso, pela influencia que hé quase indispensável tinhão, junto aos cheffes do governo. No dia 21 do corrente apolseime pela terceira ves do quarteirão aonde tem sua caza o Consul Francez, e servindo-me da comunicação interior que por meio de buracos nas paredes tinhamos de humas para as outras casas, cheguei a de uma esquina de que o inimigo ocupava a frente, e com elle inter tive todo o dia o fogo. Nelsa casa havia mais de cincoenta molhos de peixe o que communiquei ao commandante dos pontos para o fazer recolher a Palacio seguindo as Ordens de V Exa . mas como atté as Quatro horas da tarde não apparecelse gente para o carregar, despunha-me eu o faselo conduzir pelos pretos da casa, quando por hum delles fui avizado de que os rebeldes estavam nos fundos da casa do Consul Francez. Marchei logo com agente que aly tinha (que erão oito homens) afin de os atrair e segurar minha retirada; mas ao querer avançar contra elles por hum buraco que se communicava com o sitio em que estavam, sofri huma descarga de mosquetaria que matou o Marinheiro de clase superior André Eloy, e que me fez conhecer o quanto seria ab'surdo o tentar retirarme por aquelle sitio, visto que pela comunicação que entre mim e elles havia só cabia úm homem a vez, e este seria infalivelmente morto pelos rebeldes que estavam dentro; tendo elles já feito hum grande numero de buracos na parede pelos quaes nos fazião fogo, sem que podem ser ofendidos Retireime então para a casa que occupava na esquina aonde mandei abrir huma das tres portas que tinha para a rua; para ter segura uma retirada; mas não appareceô de nem huma dellas. Então desconfiei de que hera trahido pelos pretos da casa, e minha desconfiança era fundada porque a muitos dor da casa emediata tinha eu posto de sentinella no lugar que os rebeldes ocupavão, e que só por traição podião ter para aly em entrado = mandei então arrombar huma porta, e por ella effectuei a minha retirada que foi feliz.

Chegando ao ponto emediato achei hum que estando refugiado em casa do Consul Francez, fugio ao entrar dos rebeldes, emediou que hum preto do dito Consul, foi que os chamou, emtrou lhe o lugar por onde eu devia retirar-me com a minha gente. Não pude então deixar de obíservar que tendo os rebeldes estado tres vezes de polse da caza do sobredito Consul, e elas adjacentes, roubarão a estas, e não a do Consul: veio = me também a

memoria o depoimento de V.Exa me fez o favor mostrar: a conducta deste Consul sempre envolvido nas revoltas que nesta Provincia tem havido; e concluy que o preto era ensinado, ou conivente com o senhor, e rebeldes na traição que me forjarão. hé o que faço por julgar ser de meu dever, e utilidade publica”.

Vale lembrar que, quando Pedro da Cunha quer tomar o governo dos cabanos, foi um navio francês que veio a Belém prevenir Francisco Vinagre. Novamente se questiona: Qual o interesse da França em prevenir os cabanos? Só resta a opinião de que tinham interesse em apoiá-los em caso de uma possível separação do resto do Brasil, para fazerem acordos políticos, comerciais e militares com os cabanos. A história, todavia, nos mostra que este não era o interesse dos cabanos que eram nacionalistas e queriam, apenas, um Presidente brasileiro para a Província.

Andréia chegou a sugerir a invasão da Guiana Francesa. Essa sugestão foi por vários motivos:

- a) Andréia, sendo militar português, não gostava dos franceses em virtude da invasão de tropas napoleônicas a sua terra natal;
- b) Poderia estar induzido por ingleses, já que o comando de muitas operações de combate aos cabanos foi entregue a John Taylor;
- c) Queria criar um fato para justificar o pedido de mais força na luta contra os cabanos, além de favorecer a ideologia antifranciana aos portugueses pelos ingleses.

O certo é que os franceses que invadiram parte do Amapá se mantiveram lá até 1840, época em que o movimento cabano enfraqueceu e começou a se extinguir. Andréia sempre insistiu em reforçar suas forças naquela região com receio, não só de uma invasão da França, mas de um contato maior dos cabanos com aquele povo, que

poderia adquirir mais armas, munições e mantimentos. Fato é que a Ilha de Marajó, por ser próxima ao Amapá e, conseqüentemente da Guiana Francesa, teria os interesses franceses na época. Além de que, durante a invasão dos franceses ao Amapá, tropas do governo observaram barcos a vapor dos franceses próximo a Chaves (situada no Marajó) e outras ilhas onde deságua o rio Amazonas. Em ofício de 22 de novembro de 1837 citado por HURLEY (1936, p. 157), Andréia informava à Corte brasileira que os cabanos “... se apresentam na Boca do Amazonas matando e roubando, e procurando comunicar-se com os franceses estabelecidos no lago Amapá, na esperança de receberem d’alli armas e munições”. HURLEY (1936, p. 159) assegura que:

“Quando Andréa ordenou a ocupação da ilha de Bailique teve duplo objetivo: o de impedir que os rebeldes cabanos se passassem para o Amapá, onde os receberiam de braços abertos os franceses e o de impossibilitar que os franceses, que intrusamente já se achavam no Amapá, fossem ocupar a ilha de Bailique...”.

Em levantamentos feitos por este pesquisador no “Arquivo Público do Estado do Pará”, encontrou-se documentos em que os legalistas sempre temiam a fuga dos cabanos para a Guiana Francesa, principalmente, além dos problemas territoriais, a possibilidade de conseguirem armas e munições. Fato é que, em incansável busca a documentos que pudessem levar a acreditar que os cabanos tivessem apoio estrangeiro pode-se encontrar uma correspondência de 25 de agosto de 1835, em que denunciava ao marechal Manuel Jorge Rodrigues que em:

“... o depoimento de hum padeiro italiano quase escapou dentre os rebeldes ao terceiro dia da nolsa infeliz lucta contra estes; cujo depoimento nada menos continha que uma denuncia de ser o Consul Frances, convivente com os rebeldes, e de os ter fornecido com polvora Sa parece-me com o que em casa delse Consul me {surpreendeu} poderei dar a V. Exa dados de fazer, hum juizo mais exato deste funcionamento consular...”.

Este relato da entrada e saída de cabanos da casa do Cônsul, dentre outros problemas, nos leva a acreditar em três possibilidades:

- a) Ser um relato falso para induzir uma guerra contra a França, pois o problema territorial não foi capaz de provocar isso diretamente, além de possíveis jogos políticos dos ingleses que compunham o comando das forças legalistas. Outro motivo seria que Andréia sempre se demonstrava hostil a França, inclusive aconselhando à Corte brasileira a fazer uma invasão à Guiana Francesa;
- b) Os cabanos tivessem recebido apoio da França durante o período em que Francisco Vinagre foi Presidente da Província, durante a visita de militares franceses que vieram reclamar pela invasão da residência do Cônsul francês;
- c) A terceira possibilidade é uma mescla das duas primeiras: o relato ser verdadeiro, e, realmente, os cabanos terem recebido algum apoio em termos de armas e munições da França. Isso não indica possibilidade de anexar o Pará a França, nem mesmo a proclamação da independência do Pará do resto do Brasil, e, sim, algo unicamente comercial ou de apenas apoio político.

4.10.4 Outras nações

Os cabanos durante a invasão da cidade de Belém buscaram contatos com vários consulados, pedindo que, se não pudessem ajudar, se mantivesse neutros. Em oposição, os portugueses alegando ser uma guerra étnica, solicitaram, também, ajuda de alguns consulados, o que obtiveram.

Durante a Cabanagem, estrangeiros, como alemães e naturais de outras nações, lutaram como mercenários do lado legalista. Isso fez com que os discursos patrióticos dos cabanos ganhassem força diante das populações paraenses. HULEY (1936, p. 124) diz que: “*Os cabôclos do Salgado suppunham que a força trazida pelo general Andrea, do sul, compunha-se de estrangeiros que vinham usurpar os seus direitos politicos e conquistar as terras*”. Este motivo levou Andréia, em certos momentos, a enviar tropas nacionais, principalmente de pernambucanos, para combaterem em Bragança, Colares, Curuçá, Maracanã, Salinas, dentre outras cidades, tentando desmistificar aquele discurso. Ao se ler as listas de presos verifica-se que, também do lado cabano, existiram mais estrangeiros que desertores das tropas legalistas. Isso porque viam, naquele movimento, algumas oportunidades de lucros pessoais.

A introdução de mercenários alemães, ingleses e o uso de tropas portuguesas, foram de interesse políticos militares da Corte, o que despertou, na população, o sentimento de revolta contra seus inimigos impostos. Usa-se o termo imposto, pois os seus inimigos naturais não eram alemães nem ingleses.

4.11 CONSEQUÊNCIAS DA CABANAGEM

RAIOL (1970, p. 100) avalia as consequências da Cabanagem na Província do Pará da seguinte maneira:

“Na verdade foram desastrosos os efeitos da rebelião no Pará! Consta aproximadamente a mortandade dos rebeldes que pereceram nos navios de guerra, nas prisões, nos hospitais e nos conflitos, mas é inteiramente desconhecido o que teve lugar em maior escala pelo centro da província, nas correrias das expedições e longe da vista do govêrno. Os seus autores nunca

a divulgaram; antes pelo contrário a ocultaram sempre envergonhados da fealdade do ato e talvez receosos da responsabilidade!”.

As consequências desta guerra civil foram muitas, dentre elas: A insegurança daqueles que presenciaram a violência da guerra na Província. Muitas mortes dos dois lados, diminuindo a população e trazendo sérias consequências à economia que, além de ter ficado arrasada por cinco anos de revolução, necessitava de mão-de-obra para se recuperar. Muitos cabanos morreram em combate ou nos porões dos navios quase da mesma forma da tragédia do Brigue Palhaço, ou seja, porões cheios sem condições de abrigar os prisioneiros. Andréia tentou resolver isto mandando fuzilar cabanos e estabelecendo trabalhos forçados. Além de que, muitos legalistas quando prendiam cabanos, matavam por prazer, sem autorização do governo ou de quem quer que fosse.

Quanto ao número de mortos foram mais de 30.000. CHIAVENATTO (1984, p. 147) afirma que: “... *mais da metade da população masculina do Grão-Pará morreu nessa sangrenta guerra civil*”. Outra afirmação do mesmo autor é que: “*Na guerra dos cabanos e na repressão, quando o Pará tinha menos de 120 mil habitantes, morreram 30 mil pessoas*”.

Ao contrário da guerra dos Farrapos, quando o governo brasileiro negociou a rendição e investiu na região Sul para evitar conflitos, os guerreiros da Cabanagem foram punidos, mortos, presos e exilados e, por muito tempo o poderio português se manteve na região Norte. Se a Farroupilha era de cunho separatista querendo estabelecer a República Juliana, no Pará somente se queria um Presidente da Província que fosse brasileiro para diminuir a dominação econômica de Portugal num país que já tinha dado o seu grito de independência.

Hoje, o Estado do Pará ainda vê seus minérios sendo explorados sem retorno à população, empresas com diminuição ou isenção de impostos sem gerarem os empregos prometidos em troca, processando o minério em outras regiões, não gerando retorno, somente deixando buracos e a pobreza nos locais em que se estabelecem, como por exemplo: Carajás e Serra Pelada. O discurso do desenvolvimento sustentável por muitos países, ainda leva a região amazônica a uma condição de reserva da biosfera, onde pouco se gera empregos, pois o investimento em turismo ecológico é muito incipiente, e, em estradas, hidrovias e aeroportos ainda são tímidos. Nela habita uma população que vive em uma das regiões mais ricas do planeta, mas a desnutrição infantil ainda está presente; tem-se a maior reserva mineral do Brasil, mas o desemprego e subemprego ainda são altos; tem-se a maior porção de terras do mapa do Brasil, mas o trabalho escravo ainda está presente e descoberto constantemente por equipes do governo. Pouco mudou, pouco tem mudado, mudaram as oligarquias, mas a dominação, exploração e desrespeito com a população mais pobre ainda é a mesma, com outros atores, em outros cenários, mas a fórmula ainda é a mesma.

5 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA CABANAGEM

5.1 NA CIDADE DE BELÉM

Para NRM-B1, a Cabanagem foi um *“Movimento popular (...) um dos poucos momentos em que nós tivemos de fato, né? O povo no poder, não foi um movimento que (não) foi feito pela elite, e sim um movimento popular necessário, extremamente importante para identificação do povo paraense, né?”*. Conforme YSMB-B3: *“... foi um movimento de enfrentamento, no caso, da população que estava insatisfeita e percebeu, né? Que iria (...) perder sua liberdade (...) da terra, então eles se colocaram contra os (...) portugueses (...) os ditadores que iam tomar a terra do povo nativo. Então surgiu da terra do movimento (...) pelo domínio da terra, uma luta social construída num coletivo, e que queria manter o Pará na sua, com a sua autonomia...”* Diz APNS-B5: *“Foi um movimento popular revolucionário que se iniciou-se, não me lembro bem a data agora, e mais precisamente naquela região de Barcarena, Abaetetuba”*. Segundo AGTS-B8, a Cabanagem: *“... foi um movimento, né? (...) que aconteceu aqui no Pará, não tó aqui precisando a data, mas pode [ter] acontecido no século XVII ou XVIII mais ou menos. E foi um movimento que foi popular, né?”*. Afirma JMFCJ-B-9 que *“A Cabanagem foi uma revolução popular, a primeira revolução no Brasil em que o povo chegou ao poder, apesar de ficar pouco tempo”*. Diz, também, que a Cabanagem foi *“... problemática (...), pois quando chega ao poder, ou como manter o poder. E era problemática também no que se refere aos objetivos, se era uma revolta monarquista ou federalista, enfim que se quisesse a independência ou a abolição da escravidão, ou uma revolta popular por condições de vida do povo, dos trabalhadores, dos escravos, dos brancos pobres na época, enfim, mas que ficou no*

imaginário, que é importante que é paraense e ficou no imaginário e na memória do paraense, mas sem agente (...) saber o que é ou o que foi efetivamente a Cabanagem”.

Para ASS-B10: *“Na época o povo estava insatisfeito com o governo imperial, tendo saído recentemente da colônia, e os mandatários da época não era o que o povo esperava. Então [todos] os grupos se reunirão e acharam que fazia a revolução”.*

Observa-se que, para esses entrevistados, a Cabanagem representa uma luta popular que serviu para dar uma nova identidade ao povo paraense. Notam-se estas representações apresentando a dualidade: elite X população menos favorecida, portugueses X nativos, liberdade X dependência, donos naturais da terra X “grileiros”, além do antilusitanismo presente na Cabanagem. Quando se fala em coletivo, porém, isso não se deu de uma forma única, pois havia diversos coletivos participando da Cabanagem, cada um com o seu interesse, por exemplo: os tapuios lutavam por respeito, terra, trabalho e cidadania; os índios lutavam para ter direito as suas próprias terras, contra a escravização de suas tribos que, mesmo com a proibição da escravidão indígena pelo Marquês de Pombal, isso ainda ocorria, e lutavam também pelo respeito à sua cultura, ao seu povo, contra o processo de destribalização; os brancos pobres e lavradores sem terra queriam terra para trabalhar, direito a livre produção, direito a terem mais escravos e pela sua cidadania; os brancos urbanos queriam respeito, trabalho, um governo brasileiro e saciar seus sentimentos de vingança contra a Tragédia do Brigue Palhaço, dentre outras humilhações; os brancos intelectuais lutavam pela derrubada dos maçons, nacionalismo anticaramurus, etc.; os brancos desertores lutavam por liberdade, refúgio, com medo das punições; os cafuzos queriam respeito, trabalho e terra; os negros escravizados queriam alforria, terra e respeito; os negros alforriados queriam trabalho, cidadania e terra para trabalharem; mamelucos, curibocas e cafuzos lutavam contra a segregação e por trabalho e cidadania. Vale dizer que o clero católico,

que se posicionou a favor da Cabanagem lutava, principalmente, contra a maçonaria. Daí se poder afirmar que cada grupo tinha o seu interesse particular, aglutinando-se em um único motivo, tirar os portugueses do poder na Província do Pará. Fato é que muitos grupos nem mesmo se subordinavam aos Presidentes cabanos.

Outro fato que se observa é que tentaram precisar o período em que a Cabanagem ocorreu entre XVII e XVIII, o que, na verdade, deu-se no início do século XIX, mas não se pode esquecer que, quando se trabalha com memória, datas e nomes normalmente falham, todavia, não se deve esquecer que havia conflitos desde a fundação da cidade de Belém, tais como de Guamaiba e Ajuricaba, relatados no início desta tese.

ASS-B10 afirma que a Cabanagem havia “... *bravos: Angelim, Batista Campos, o cônego Batista Campos, vinagre e outros (que) acharam de fazer movimentos que em parte foi vitorioso. Só que, quando eles chegaram ao poder, eles não souberam se manter no poder. Se não me engano, um ano depois, viu? Eles foram totalmente (...) destronado, (...) saíram do poder*”. Quanto às lideranças da Cabanagem, NRM-B1 diz: “*Agente sabe que as principais lideranças vinham do clero e, também da classe média paraense, mais popular, no sentido de que não eram aqueles detentores do poder da época (...) que se rebelaram, e, sim, o povo sem o poder mesmo, essa classe média que esta marginalizada*”. Afirma AGTS-B8 que: “... *essa revolta depois foi tomada por três lideranças, né? Batista Campos, se não me engano foi uma delas, teve um outro, os outros líderes que tomaram a frente, né?*”. Nestas representações, está contida a presença do clero católico como liderança na Cabanagem, mais precisamente representada pelo cônego João Batista Gonçalves Campos. Batista Campos era um membro do clero católico e Bernardo Lôbo de Souza era maçom, e o conflito entre os dois levou a uma divisão da população, na qual os mais carentes, que mantinham a

esperança de salvação de suas almas através da Igreja Católica, ficaram ao lado de Batista Campos; as elites portuguesas e a maçonaria da Província do Pará, na época, ficaram ao lado do Governo (legalistas), pois Bernardo Lôbo de Souza era maçom e português, cada um utilizaria sua influência para combater o outro. É fato que as contendas entre o clero católico e a maçonaria existiam desde 14 de julho de 1827, quando a imprensa maçônica republicana liberal ofendeu o bispo D. Macedo Costa que reagiu, pedindo que os católicos romanos não votassem em nenhum candidato do partido dos maçons, o que teve sérios resultados nas eleições, pois o povo da Província era eminentemente de fé católica. Trata-se de desavenças de longos anos entre católicos apostólicos romanos paraenses e a maçonaria da época. É marcante nas representações a presença do clero, talvez porque o catolicismo ainda seja a religião predominante entre os paraenses; além de que existe, em Belém, uma praça em homenagem ao cônego Batista Campos, o que não ocorreu com muitas lideranças da Cabanagem. O autor desta tese desconhece que, na cidade de Belém, exista alguma rua com nome de Vinagre, ou Angelim, ou mesmo daquelas lideranças mais populares que nem sequer são lembradas em livros ou em salas de aula, como: Domingos Onça, Aranha entre outros.

NRM-B1 faz referência à classe média, isso se apresenta como um desabafo, pois essa “classe” sofre com a perda do seu poder econômico através de diversos planos mal sucedidos do governo, refletindo na diminuição do padrão de vida de parte da população, ou seja, ricos ficando mais ricos, pobres passando à condição de miséria e “classe média” empobrecendo cada vez mais.

APNS-B5 faz a seguinte referência: “*Lembro-me de Marechal Hermes que foi um cabano influente*”. Vale lembrar que o marechal Hermes não participou da luta contra ou a favor da Cabanagem.

Na representação de JMFCJ-B-9 *“O povo chegou no poder, mas, sempre os líderes chegavam no poder entregavam o poder para os poderosos, para a monarquia”*. De fato, isso aconteceu e, ainda hoje há o entreguismo de divisas nacionais, em forma de dívidas públicas e matéria prima; políticos que são eleitos e traem seus partidos e eleitores, dentre outras que estão presentes na memória do povo mais esclarecido e, conseqüentemente, fala mais alto em suas representações tanto mental quanto coletiva e/ou social.

Quanto ao motivo da eclosão da Cabanagem, AGTS-B8 diz: *“Teve relação com a independência do Brasil (...) os portugueses estavam aqui na época (...) não estavam aceitando a independência do Brasil (...). E o povo, a população que vivia na periferia, né? Tava insatisfeita com o governo (...) e aproveitaram, né? E com isso teve apoio, não só das pessoas da periferia mas de outras pessoas que se consideravam (na época)”*. O entrevistado se refere às pessoas da periferia fazendo a Cabanagem porque os portugueses não aderiram à Independência do Brasil. Fato é que esse entrevistado mora em periferia, onde a população sofre por falta de políticas públicas e sociais, e durante muito tempo sofre problemas de inundações em suas casas no período de chuvas, quando o canal da Travessa Visconde de Inhaumas transbordava causando verdadeiro caos em suas vidas. Nesta representação, está contida a revolta contra os governantes, simbolizados, aí, como os portugueses que foram os dominadores na época da Cabanagem e, que, hoje, figuram como símbolo de um autoritarismo presente em todas as suas representações. A relação com a Independência figura como a luta pela liberdade, opressão e contra a situação em que vivem hoje.

Na representação, é apresentada a luta dos trabalhadores, e isso não ocorreu desta forma na Cabanagem, mas na (re)construção do entrevistado às questões da exploração através da mais valia pelo modelo capitalista vigente no Brasil, somado às

políticas neoliberais e resultados da globalização, surgem desempregos, arrocho salarial, miséria dos menos favorecidos, achatamento econômico da classe média, dentre outros, resultando, muitas vezes, em greves mal sucedidas e falta de esperança de mudanças.

Quando se pede aos entrevistados que comparem a situação do pobre de hoje com os da Cabanagem, observam-se as seguintes representações: NRM-B1 diz: “As condições ambientais eram outras, né? O processo extrativista do povo excluído, do povo marginalizado (...) com certeza era mais fácil do que hoje (...) mas parece-me que era um pouco mais fácil esconder a pobreza há algum tempo atrás do que hoje, né? Dado a sociedade no momento de consumo, as necessidades tá cada vez mais de tu teres uma moeda na mão para adquirir a tua sobrevivência, dependendo cada vez menos (...) da tua simples relação com o meio, com a natureza para garantir a sobrevivência. Parece que a miséria fica mais exposta (...) hoje. E agora eu to trabalhando com a idéia de proporcionalidade de habitantes, número de habitantes, etc. e tal, mas analisando a história do Brasil, que é uma história de pobreza e de miséria, do ponto de vista (...) econômico e tal, não tem diferença (...) é sempre a exploração da grande maioria por uma pequena minoria”. Diz YSMB-B3: “Eu vejo hoje a dificuldade de se criar a unidade é mais, as relações acho que estão mais fragmentadas, mais ausentes, quer dizer (...) elas caminham pra questão da sobrevivência individual ou familiar, então, talvez, muito pouco há organização, a articulação entre os pobres, quer dizer: tem um grande número de pobres, mas aquela no sentido de solidariedade, né? (...). Aquela facilitação, talvez até de comunicação, de relações mais próximas hoje eu acho que está mais difícil do que antes, né? Acho que na época da Cabanagem a própria disposição, a própria conjuntura, né? De certa forma (...) favorecia mais a aproximação dos povos do que hoje, por incrível que pareça (...) tá muito difícil no caso do Pará, no caso de Belém, por exemplo, (...) a

população pobre (é) mais ou menos oriunda do interior, né? São egressos, são imigrantes do interior, e tem alguns da cidade (...) vem um grupo muito grande com identidades diferenciadas, cada um vem (...) vinculados a uma determinada (...) cidade, comunidade (...). Hoje parece que a luta do pobre (...) tá se dando muito mais pelas questões de sobrevivência mesmo (...). Eles podem até se organizar, associações de moradores, alguma coisa se organizar em função de uma determinada situação que ele está (...) sendo atingido, né? Mais assim me parece com aquela questão de que vai entrar na sua terra, na sua identidade, eu acho que hoje esta mais difícil que ontem”.

Para APNS-B5: *“O pobre de hoje é mais miserável que o daquela época acho que a miséria é bem maior (...) hoje em dia é mais por direito a própria comida (...) a coisas que são básicas, mais não era tão necessária antigamente (...) se comia galinha de quintal, né? Hoje em dia não, aquelas pessoas (...) tinham um ideal mais forte que agora (...) não era acomodado”.*

Afirma JMFCJ-B-9 que: *“O período de escravidão ou o período colonial (...) vai ser caracterizado como pior do que o período que nós temos hoje. A pobreza daquela época, na minha opinião tinha um aspecto (...) muito diferente da de hoje pelo seguinte (...): primeiro eram escravos, não eram pessoas livres, ser branco pobre, naquela época era o período ainda escravocrata, era o período imperial, era praticamente ser um escravo, também era quase um regime de servidão, na minha opinião hoje as pessoas são livres e isso, lógico, num aspecto jurídico-político de nós não vivermos num período escravista, mais naquela época a raiz brasileiro, tronco da formação brasileira tem fortemente a presença indígena, e o índio tem uma relação com a natureza, tinha uma relação com a natureza diferente, a pobreza naquela época não tão (...) violenta como é hoje, porque as populações da floresta, as populações tradicionais, acho que ainda desenvolvia alguma forma de subsistência mínima naquela em função da relação com a natureza, da relação com o local em que vivia. Hoje eles*

São livres, mas eles, os pobres, mas não têm nenhum tipo de mecanismo de meio de subsistência com relação a natureza, com relação a trabalho, meio de produção. Nesse aspecto ela é problemática, naquela época eram escravos, hoje são livres, mas naquela época, na minha opinião, conseguiam desenvolver um modo de subsistência tradicionais, hoje não conseguem porque eles foram desmartelados, eles não existem mais, tem esses dois aspectos, são dois momentos diferentes da pobreza, não se pode dizer que naquela época era pior do que é hoje”. Para ASS-B10, a situação da pobreza atualmente é mais difícil, justificando que: “... aquela época quase a população pobre não precisava de dinheiro, o rio era muito piscoso, o nosso caboclo (...) tinha muito aí piscoso, peixe a vontade, bastava fazer uma roça, bastava a pessoa adquirir, vender poucos produtos pra se manter, porque não havia essa necessidade que o homem moderno tem hoje: de televisão, de andar bem trajado disso. (...) Então, isso aqui é uma espécie de paraíso bucólico (...). Então, eu acho que a pobreza daquela época, viu? A pessoa vivia assim melhor do que agora, porque hoje (...) desse desemprego, dessas coisas todas o homem perdeu aqueles valores éticos que nós tínhamos antigamente. (...). Hoje (em) dia é salve-se quem pode, a pessoa faz tudo ao besteirou (...). Hoje em dia o homem nessa luta diária, pelo pão de cada dia esqueceu-se dessa parte da consciência, e a consciência acho que vem (de) Deus”.

Nestas representações, há a descrença na organização social, pois as pessoas em situação econômico social desfavorecida acabam lutando pela sobrevivência, ou seja, por solucionar seus problemas imediatos. Isso pode ser observado em assembleias sindicais, reuniões de comunidades de bairros, dentre outros, que são esvaziadas por não acreditarem na forma de luta ou nas possibilidades de organização, ou porque, com um salário mínimo pago no Brasil, que não chega a trezentos dólares americanos, e, com um custo de vida de primeiro mundo, onde o salário que recebem não dá para as

necessidades mais básicas (aluguel de casa, despesas com água e luz, remédios, material escolar, dentre outros), resultando que a população menos favorecida lute por emprego, alimentação, dentre outros, o que talvez não fosse desse modo, segundo o que se observa nas representações aqui analisadas, pois, na época em que ocorreu a Cabanagem, os pobres plantavam e colhiam seus alimentos, construía suas casas, portanto a sobrevivência imediata não era tão presente. Isso ainda se agrava mais na cidade de Belém, quando as populações de alguns interiores, por falta de infraestrutura adequada, ou mesmo por serem expulsos de suas terras, migram para a capital em busca de uma vida melhor, onde ficam desempregados ou em subempregos no mercado informal; morando em residências precárias autoconstruídas com materiais sem qualidade, com poucos cômodos para muitos moradores, situadas em periferias, e em muitos casos, em invasões sem infraestrutura urbana (ruas não estruturadas, sem pavimentação, esgoto a céu aberto, dentre outros problemas), o que lhes levam a pensar nos seus problemas imediatos, como a fome, por exemplo.

Na representação de AGTS-B8, esse problema sempre existiu e continua existindo, segundo o entrevistado: *“A história naquele momento, e isso já não é de hoje, sempre vai acontecer, sempre vai existir esta separação entre ricos e pobres (...) só que com o decorrer do tempo, em alguns países, né? São mais acentuados do que hoje. No caso aqui, o fosso entre ricos e pobres (...) tende a crescer, porque nós somos um país novo, né? Comparados com outros países. Agora o que eu percebo, é que as pessoas pobres ainda moram em condições precárias, como áreas sem infra-estruturas, rede de esgoto, uma habitação ainda em estilo palafita. Então tem pessoas que convivem ainda em áreas assim (como) as pessoas em séculos, dois séculos atrás viviam, né? Sem infraestrutura necessária, sem uma boa alimentação, sem (...) as necessidades (do) ser humano, né? Então acaba naquele momento a revolta armada porque tinha todo apoio*

também de uma classe (que) hoje agente pode chamar de burguesia, uma classe média, e atualmente não existe essa união entre uma classe pobre (e) uma classe média. Há mudanças, mas só muda uma classe média do poder, ou um rico do poder, mas as mudanças não vêm realmente pra base, não vem pra estrutura que está precisando, continua sempre se perpetuando no poder, né? Então a comparação que vejo (é) que hoje, né? Ainda existe pessoa com outras necessidades e pode mudar o governo que for vai continuar acontecendo, nenhum governo vai dar condições de que todo mundo viva num mesmo patamar que acabe as desigualdades sociais. Alguns governos conseguem diminuir, amenizar, mas (...) eu acho que até o próprio sistema de globalização atualmente ele vai ainda forçar mais (...) a miséria. Hoje a miséria é bem mais do que tinha há séculos atrás, né?”. Observa-se, nesta representação, que as questões ligadas à pobreza se perpetuam e tendem a piorar. Vale lembrar que o entrevistado reside em uma área que já sofreu com problemas de alagamento, portanto, sua representação está permeada de desesperança nos governos. Ele acredita que, unindo-se com a classe média, pode haver alguma mudança. Na atualidade, a classe média brasileira passa por um processo de achatamento e, também, acaba lutando para manter algumas de suas conquistas. É certo que a classe média do Pará, na época da Cabanagem composta por grupos como o de Batista Campos, cônego e político, Malcher, fazendeiro, coronel, rico e Angelim, casado com uma rica viúva portuguesa, se destacaram na história. Portanto, nesta representação é nesta classe que está a esperança de mudança, pois a Cabanagem foi feita por uma grande diversidade de interesses, muito mais do que a história oficial destacou, atendo-se mais às figuras dos Presidentes cabanos que não representavam os interesses de todos os grupos cabanos. Portanto, é essa classe menos favorecida que reivindica e luta por seus interesses, mas no momento, concentra-se em questões de sobrevivência.

Quando se busca a representação que os entrevistados têm quanto a uma nova Cabanagem, as respostas são muito ricas, por exemplo: para NRM-B1, *“11 de setembro tivemos uma Cabanagem mundial, né? O início de uma Cabanagem mundial”*. Ainda sobre o assunto diz que é *“Complicado porque as relações políticas ideológicas hoje elas estão num processo de alteração, os paradigmas estão postos (...). Eu diria eles estão crescendo ou de popularidade ou, de pelo menos, confiabilidade (...). Estão assumindo essa crise de paradigmas. Acredito que uma nova Cabanagem tem que se dá, necessariamente, não mais numa perspectiva regional, mas é preciso se dá numa perspectiva mundial (...). E acredito que estamos vivendo essa linha muito tênue, que está dividindo o modo de produção, um modelo econômico de um outro aí que eu não saberia dizer ainda qual, né? Mas, bem perto daquele socialismo sonhado, daquela distribuição de renda um pouco menor, porque agente está vivendo os efeitos (...) mundiais negativos desse modelo neoliberal imposto à economia mundial, né? Então (...) tem um quadro de pobreza muito mais evidente, muito mais agravado. Dois terços da população mundial estão (sic) excluídos do processo produtivo, e esses dois terços, portanto, que são maioria, acredito que vão ter as condições materiais e culturais pra dentro de breve promover uma nova revolução nas relações interpessoais, assim como nas relações sociais, mesmo, de produção. Essa Cabanagem vai ser mundial”*.

Nessa representação, o modelo neoliberal que oprime os mais pobres, resultante do processo de globalização no qual os países ricos impõem suas vontades aos países de terceiro mundo, ou seja, a globalização não se dá com uniformidade, somente refletindo as vontades dos países mais poderosos, resultando em arrocho salarial aos trabalhadores pobres e de classe média de países como o Brasil, criando calamidades sociais, tais como: fome endêmica, miséria, desemprego, baixos salários, produtos nacionais extremamente caros, criminalidade, doenças como a tuberculose e hanseníase

proliferam, a desnutrição infantil é presente, entre muitos e muitos problemas graves. Na representação do entrevistado, também surge o atentado aéreo feito ao *Trade Center* nos EUA como uma reação dos pobres contra os ricos, reflexo do processo discriminatório da globalização, sendo uma reação do “pobre”. Daí, ele considerar como uma espécie de nova Cabanagem.

Para YSMB-B3: “... *nas condições que ocorreram não. Agora, como uma luta social, e se identifica como uma luta social, é possível que sim que na medida que a situação se (dá) pela linha da exclusão social mesmo, não é mais pela linha da terra, talvez pela questão de (...) controle de domínio da terra, (...) essas fronteiras parecem que começam a ser até cortadas ou quebradas na medida que o (meio) de comunicação entrando vai mudando as relações sociais, né? Então ao mudar a sociedade, ao mudar esse modo de vivente da população. Eu acho que com as características (...), com a forma e conteúdo como a Cabanagem foi, aconteceu (...) dentro da história do Pará, eu acho que não teríamos uma nova Cabanagem. Pode surgir uma luta social em função, por exemplo, como ta acontecendo agora na Argentina, mais isso é um movimento emergencial, né? Mas isso é um movimento de sobrevivência, você está insatisfeito e vai contra o Estado (...) ou contra o governo. Quanto luta com a natureza como foi feito eu não sei, acho que não, não realmente”.*

Para esse entrevistado, a Cabanagem poderia ocorrer pela exclusão social estabelecida pelas políticas neoliberais que, no caso do Brasil, é geradora de miséria, desemprego, criminalidade, dentre outros motivos que poderiam levar a uma nova Cabanagem. Nota-se que, nessa representação, desacredita-se na organização social, o que impossibilita uma nova revolução. Vale lembrar que essa organização social, no sentido que a entrevistada se refere, também não houve quando ocorreu a luta cabana.

Para AGTS-B8: *“Pra haver uma revolta, né? Essa luta tem que precisar de muito trabalho ideológico, muita leitura, pessoas do movimento que tenha uma compreensão do seu papel de transformação. É preciso também que os intelectuais abracem as causas pra que se possa esclarecer a massa, porque nós sabemos que o índice de analfabeto é muito grande, que há uma possibilidade de comprar essas pessoas, né? (...) mesmo a situação tando difícil si dá uma cesta básica, você trabalha com uma rede, mesmo que seja uma época de natal, uma calamidade como a que está acontecendo aqui no bairro do Guamá, e as pessoas acabam se acomodando. Então, no caso é muito difícil agente conseguir (...) acabar (...) com essa situação, as pessoas dá um momento de crise, olha pode haver uma mudança de estrutura, mas sempre quem vai pro poder vira prum classe média e esquece das propostas que tinham antes de chegar ao poder, então acaba sendo todo tempo”*. Nesta representação, destacam-se três pontos centrais: primeiro, o entrevistado acha que uma revolução somente poderia haver se partisse dos intelectuais. Fato é que, a idéia da Cabanagem ocorreu no seio da intelectualidade paraense da época, todavia ganhou pernas e seguiu sozinha seu caminho, tanto que os Presidentes cabanos não conseguiram fazer os guerrilheiros deporem armas, pois diversos interesses em cada grupo cabano passaram a ser as políticas e diretrizes que norteavam o segmento em questão; segundo, o índice de analfabetismo é muito grande no Brasil, principalmente nas regiões norte e nordeste, fazendo com que as pessoas menos esclarecidas troquem seus votos por favores, tornando velhos políticos como vitalícios no poder, sem mudanças, sem transformações sociais, ou seja, um continuísmo prejudicial às classes menos favorecidas, além de que o analfabetismo se torna cíclico, pois uma família de analfabetos trabalha, geralmente, em subempregos, ou com salários irrisórios resultando que seus filhos ainda em idade escolar tenham que trabalhar para ajudar nas despesas domésticas de seus pais, e

acabam abandonando os estudos e sentenciados ao círculo de miséria; terceiro, está claro a desesperança em mudanças, pois um político, mesmo que de origem pobre, ao se eleger, segundo a representação do entrevistado, passa à outra classe social, aí se esquece de suas origens e nada faz pelos que nele acreditaram, lógico que isso nem sempre se dá desse modo, todavia, o entrevistado pela sua leitura de mundo tem essa visão. Outro fato é que, na representação de AGTS-B8, há referência a uma calamidade que estava ocorrendo no Guamá, pois esse bairro de Belém, situado na periferia, possui muitas áreas de invasões, onde moram pessoas abaixo da linha de pobreza, sem recursos de água, esgoto, dentre outros, e, em dezembro de 2001- justamente na época que contactou-se esse entrevistado – houve um incêndio que queimou mais de 100 casas, deixando desabrigadas muitas famílias, que, sem terem onde morar, abrigaram-se no ginásio de esportes da Universidade Federal do Pará - UFPA, e lá tiveram que passar seu natal. Nota-se que isso marcou o entrevistado que, mesmo morando em outro bairro, teve suas representações afetadas por aquele fato.

Diz JMFCJ-B-9, outra Cabanagem “... *eu acredito que não. É até interessante isso, a Cabanagem (...) foi uma revolução que mexeu com o Estado inteiro, e não só com Belém, hoje parece que o movimento no Pará, uma coisa que mexeu com o Estado inteiro é a separação do Estado, hoje parece que a reivindicação, a luta pela melhoria da condição (...) ainda si dá por um caminho político, tentativa de caminhar um caminho político é que vai em vários sentidos, desde separar o Estado, e alterar dirigentes políticos em fim, más eu não vejo perspectiva, assim, de uma nova Cabanagem. Na minha opinião, hoje o Estado é mais forte do que naquela época, a sociedade civil dá uma sustentação maior pro Estado, ideologicamente falando, e não existe espaço, eu acho, para uma nova Cabanagem. Eu acho que o exemplo maior é o movimento dos sem-terra, que não que eles quisessem fazer uma nova Cabanagem, mas*

o movimento dos sem-terra luta por outro modelo de desenvolvimento, lógico que faz uma nova reforma agrária no Brasil, luta por um novo modelo de desenvolvimento, e eles são violentamente reprimidos e ideologicamente a sociedade, de uma forma geral, tem uma resistência muito grande a esses tipos de movimento. Eu acredito que hoje uma nova Cabanagem não é possível”.

Nessa representação, mostra que há falta de apoio aos movimentos populares por parte da sociedade em geral. O que ainda surge como um movimento com apoio maior é a divisão do Estado do Pará em três Estados: Pará, Carajás e Tapajós, isso porque diversos interesses políticos e econômicos se aglutinam. Há também a presença de um Estado mais forte, melhor em seus discursos ideológicos e bem armado, que reprime o que vai contra seus interesses, como foi o caso de El Dourado dos Carajás, onde o Estado repressor matou e feriu diversos integrantes do movimento “Sem-Terra” que faziam protestos na curva do S, refletindo nas RSs dos entrevistados quando se referem à reforma agrária que, no Brasil, dá-se em cenários sangrentos.

Para APNS-B5, *“outra Cabanagem “Não seria possível”, e prossegue dizendo o motivo de sua afirmação “O pessoal mudaram muito, não têm espírito de luta, (...) apesar da politicagem que havia (...). Essa coisa de revolução agora não dá mais certo não”.* Observa-se que a falta de organização está presente pela acomodação da população. A busca pela paz é constante, principalmente no Brasil, onde os índices de violência e a criminalidade são altos, e uma guerra civil parece, neste depoimento, como algo que acirraria essa violência, portanto, o povo não luta.

Diz ASS-B10 que, para haver outra Cabanagem, *“... é preciso aparecer uma espécie de salvador da pátria, e hoje em dia é difícil (...). Mas se existisse alguém com esse ideal, que se dispusesse, porque pra isso a pessoa precisa se dispor pra fazer o*

bem (...). Todos os valores da época que eu já tenho visto, tinha interesse por trás, você viu? Interesse (...). Eu queria que aparecesse um salvador da pátria, né? Mas infelizmente eu to [perdendo] a esperança”.

A falta de ética política, lideranças comprometidas, sentimento de fazer pelo grupo e não para si, a falta de esperança em mudanças através de políticas públicas sociais está presente nesta representação, sendo um grande problema, pois, quando as pessoas perdem as esperanças em mudanças, resulta em uma sociedade descompromissada com sua própria nação.

A descrença na política está presente em todas as representações, tornando-se um grande problema, pois, só há mudanças se houver organização popular, e, se isso não ocorre, os poderosos, cada vez mais se fortalecem, resultando na exploração da mão-de-obra, grilagem de terra, desemprego, falta de saneamento básico nos bairros periféricos, falta de ética na política, enfim no descumprimento, por parte do Estado, dos direitos mais básicos da população. Daí, ser necessário o fortalecimento dos movimentos comunitários de lutas pelos direitos básicos das crianças e mulheres carentes, pelo direito ao alimento, à saúde pública gratuita, à escola, à cultura, à vida, enfim, ao direito à felicidade.

Em Belém, 16,66% dos entrevistados se declararam descendentes de cabanos, e, nesse caso, suspeita-se que fosse por ideologia; 16,66% não declararam sua descendência e 66,67% declararam desconhecer ou não ser descendentes nem de cabanos e nem de legalistas. Nenhum entrevistado se declarou descendente de legalista.

JMFCJ-B9, em suas considerações finais diz: *“Eu acredito o seguinte: A Cabanagem, na minha opinião, foi um momento histórico fundamental da história do Pará [como] algumas pessoas estudaram no Pará o fenômeno historicamente o que é a*

Cabanagem, mas parece que existe uma preocupação muito grande em perpetuar o mito Cabanagem, e agente não sabe bem o que é a Cabanagem, a Cabanagem para nós é o monumento do Oscar Niemeya e aquele museu. Porque não se investir em divulgação da Cabanagem, em fazer a Cabanagem aparecer, a história da Cabanagem efetivamente, mas só saber da Cabanagem do monumento, das invenções do prefeito que se diz cabano, não se sabe até hoje porque”. São muitas as considerações como esta, primeiro porque, até meados do século XX, a Cabanagem era ensinada nas escolas segundo o padrão estabelecido pelos governos legalistas, onde os cabanos eram vistos como bandidos, malfeitores, malvados, assassinos, dentre outros adjetivos, que fazem parte do jogo ideológico em que se tenta manter a população distante de idéias revolucionárias. Só após a primeira metade do século XX, foi resgatada, timidamente, a memória dos cabanos. Somente no final do século XX é que buscaram os restos mortais dos Presidentes cabanos e depositaram num museu cripta, denominando de Bairro da Cabanagem um local ali próximo. Todavia, o museu logo ficou fechado e vândalos invadiram e roubaram o material ali contido, inclusive jogaram futebol com o crânio de um dos heróis, violando a memória da história do Pará. Parece que o monumento foi criado para promover políticos da época. Além disso, somente o Prefeito de Belém Edmilson Rodrigues tentou promover a Cabanagem através de artigos de jornais, concursos e autodenominando-se de prefeito cabano em virtude de ter sido eleito como governo do povo, pretendendo fazer um governo para os pobres, principalmente. Todavia, livros didáticos ainda não exploram o tema, obras escritas em sua grande maioria são repetições da obra de Antônio Raiol do século XIX, que inclusive era legalista e teve seu pai morto na invasão cabana de Vigia. A falta de informação faz com que as representações sociais em Belém não se prendam a fatos, lendas, dentre outros, como ocorre em Acará que declaram ser o berço da Cabanagem, Vigia, que se

diz foco da Cabanagem, ou Cametá, que diz nunca ter sofrido uma invasão cabana e afirmam ter resistido até o final da Cabanagem a todas as invasões, o que hoje se sabe não ter sido desse modo.

5.2 EM ABAETETUBA

Para JCS-AB1, a Cabanagem *“Foi um movimento popular que queria derrubar o poder, na época se organizaram [em] alguns pontos estratégicos pra poder se reunir, discutir, (...) o movimento”*. VRF-AB-6 afirma que: *“A Cabanagem foi um movimento político, né? Acontecido no Pará obviamente, e que representou um apelo de liberdade, um apelo pela livre expressão de uma comunidade, né? De uma população que pretendia ter sua representação política reconhecida, que pretendia também fazer parte do poder, né? E que pudesse opinar, pudesse interferir, que pudesse fazer parte do contexto sócio-político da época. Segundo me consta [esse] povo que fez parte desse movimento que era os cabanos, né? Eles eram excluídos desse contexto sócio-político, e que vivia as margens do todo o processo que era efetivado quanto do contexto político em que vigorava no momento aqui no Pará.”*. UCPF-AB3 diz que: *“A Cabanagem representa uma manifestação, né? Um movimento que veio (...) dos (...) moradores do interior (...) os ribeirinhos chamados, né? E que se manifestaram contra o poder da época que era (...). Belém capital, e também Cametá (...) esse movimento tomou posse do poder, então foi a representação das pessoas revoltadas até com a estrutura, com o governo, e que tomaram o poder aqui no Pará, o maior movimento, o maior movimento do Pará”*. Com uma representação semelhante a do entrevistado anterior, MRCM-AB4 afirma que: *“A Cabanagem foi um movimento, né? Um movimento de resistência (...)*

era um momento político muito desesperador no nosso Estado, então era a grande oligarquia que tava dominando, né? Um grupinho de pessoas que dominava a política e queria fazer, tava bagunçando, então os trabalhadores que foram denominado[s] como os cabanos, né? os ribeirinhos então se juntaram e acharam que eles deveriam fazer alguma coisa, porque (...) fizeram? Pra tentar tomar o poder na verdade né? Como foi tomado. Tomar (...) porque a situação política era muito crítica (...) as pessoas sofrendo, então precisava ser feito alguma coisa, aí as pessoas se organizaram e foram, fizeram a tomada do poder, né?”.

Nota-se, nestas RSs, a figura do interiorano, do ribeirinho, do camponês, dentre outros, que castigado pela exploração se revolta e luta contra a opressão. É o homem rústico, sofrido, trabalhador que busca na luta pela liberdade contra a dominação da elite portuguesa. A luta não é precisamente contra o poder, mas contra como e por quem esse poder era exercido, ou seja, uma minoria nada fazia pelos paraenses.

A questão da união organizativa como única forma do povo combater o jugo do opressor, também está contida nas representações sociais de Abaetetuba. É como se os entrevistados quisessem dizer nas entrelinhas que, sozinhos, não transformariam suas realidades, mas que unidos o fariam.

Tendo uma representação de algo mal JN-AB2 afirma que: “A Cabanagem foi [um] grupo que tinha ideal, mas eles tornaram-se até uns bandido[s], porque eles sequestravam as cidades, por exemplo: Igarapé-Mirim foi quase liquidado”. Esta representação está repleta de sentimentos de ódio contra os cabanos, pois o entrevistado afirma que a família de sua avó foi destruída por aqueles guerreiros, sendo natural que uma pessoa que cresceu ouvindo histórias macabras sobre a Cabanagem possua uma representação assim, visto que a representação é uma construção social e, conforme a

posição que o grupo toma sobre um fato, este se concretizará nas representações criadas, construídas e (re)construídas por seus membros. Além de que, a família ainda é considerada uma célula importantíssima no interior do Estado do Pará, onde muitas vezes se reúnem para ouvir histórias dos mais velhos e tomarem decisões sobre problemas comuns ou individuais.

Para CDs-AB5: *“... a Cabanagem foi um movimento amplo, complexo, numa concepção do que existiram várias Cabanagens dentro da Cabanagem. Então nós não podemos analisar a Cabanagem como sendo apenas um único movimento, com um único objetivo, são vários movimentos lá dentro, e cada (...) grupo tinha um objetivo, assim como a Revolução Francesa, assim como a Revolução Inglesa, assim como a Revolução Russa, então eram vários movimentos sociais dentro de um movimento maior que foi chamado Cabanagem”*. Diversas vezes comenta-se nesse trabalho que a Cabanagem não foi um movimento único, tinha forma heterogênea, com diversidade de representações coletivas e sociais não muito claras. Ainda sobre essa diversidade de grupos, muitas vezes os líderes cabanos lutavam entre si, não se submetendo ao comando central, continuando lutando, mesmo depois que os Presidentes tinham se rendido. Esses fatos provam a diversidade de objetivos.

Outro fato é que o entrevistado compara a diversidade de interesses na Cabanagem à Revolução Francesa. Fato é que a Guiana Francesa fazia fronteira com o Pará, onde hoje fica o Estado do Amapá, além de que o ponto de referência cultural dos paraenses da época era a França, para onde muitos membros de famílias ricas viajavam, possibilitando que os ideais libertários da Revolução Francesa tivessem entrado no Pará. Na própria maçonaria, que possuía ideais de liberdade e estava instalada no Pará, havia receio dos legalistas de que os cabanos chegassem à Guiana Francesa, daí reforçarem a guarda entre a Ilha do Marajó, Macapá e Cametá. Outro fato é que os franceses vieram

prevenir Vinagre que Pedro da Cunha se aproximava de Belém para tomar o poder, dentre muitos fatos que, de certa forma, mostram a proximidade de algum dos grupos cabanos com os franceses e seus ideais.

Quanto à posição de Abaetetuba na Cabanagem, o entrevistado CDS-AB5 diz que: *“Abaetetuba foi um dos pólos do movimento cabano”*. Cametá, que muitos afirmavam ser cidade invicta à Cabanagem, teve duas invasões e, nos seus interiores, por diversas vezes tiveram a presença de cabanos, ou seja, onde tivesse um homem escravizado, explorado, lá o ideal da Cabanagem estava. Abaetetuba não poderia deixar de ter cabanos, pois sua proximidade com Cametá, Belém e Carapijó em Barcarena, seria um ponto estratégico muito almejado para combater os legalistas.

Sobre a invasão Cabana, diz JN-AB2 que: *“... saquearam Igarapé-mirim, vieram para Abaetetuba, quando chegou aqui na boca do rio Abaeté eles encontraram uma resistência (...) já sabia que eles vinha invadir, se prepararam (...) batelões armados, espingarda, cacete, machado, terçado, e colocaram eles pra correr daqui e não chegaram a invadir Abaetetuba (...) eles tentaram, mas é que o povo daqui (...). Uns morreram, saíram pro meio do mato, mais não invadiram Abaetetuba. Então Abaetetuba quase sofreu o revés dos cabanos (...) eles tinham ideal, eram contra o governo. Saquearam Cametá, vieram fazendo estrago, Vigia tudo sofreu...”*. MRCM-AB4 comenta que: *“... as pessoas se organizaram e foram, fizeram a tomada do poder, né? (...) no Rio Acará, em Cametá, tudo vem começando. Começa de Cametá, o pessoal se organizando e tudo. Em Cametá eles se organizaram na aldeia dos Parijós, uma antiga tribo indígena, que também era muito [estratégica], tinha índios no meio, era uma mistura de pessoas, de ribeirinho com os índios, os camponeses. Então saíram, né? em busca desse poder, de ir atrás de tentar fazer alguma coisa, porque se vivia num momento muito (...). Então, foi uns bravos, pessoas (...) que lutaram como Eduardo*

Angelim, os irmãos Vinagres, que fizeram uma luta muito árdua, (...) chegaram , tomaram o poder, mas não demorou muito. Mas teve um tempo que seguraram lá, tomaram o poder, tiraram lá os governantes e ficaram lá um pouco no poder, né? Mas depois saíram de novo, né? Retomaram outras pessoas, como a grande oligarquia retomou, né? Mas na verdade foi um movimento assim de expressão popular, né? De grande repercussão que hoje, como exemplo, a história do Pará é marcada, né?”.

Referindo-se aos cabanos como pessoas más, JN-AB-2 diz que: *“Eles [chegaram] na família da minha avó e eliminaram todo mundo, algum escravo resolveu pegar uma criança [de] mais ou menos seis anos, enrolou num parí (...) e desceu o rio (...) livrando ele da morte (...) [es]tavam matando gente a torta e a direita, era criança, era mulher”.*

Quanto à pobreza de hoje, comparada à época dos cabanos, JCS-AB1 diz: *“Antigamente eu acho que não existia aquela questão (...) daquele pobre que não tivesse o que comer, hoje tem muita gente que não tem o que comer. Eu acho que a pobreza de hoje é pior, porque antigamente o cara tinha um pouco de farinha e trocava por comida, né? Não tinha [como conseguir] dinheiro como hoje não tem, se você não tiver dinheiro você [vai ter] fome, né? Eu acho que a pobreza de hoje é pior do que a da passada, com certeza, na época da Cabanagem. É difícil você ter o que comer mais não ter com que comprar, a gente vive muito [essa] situação aqui no município”.* UCPF-AB3 comenta que: *“Muitas coisas melhoraram, né? A questão do progresso, mas por outro lado a gente sabe que existe muitas mazelas ainda no Pará (...) os dados do IBGE, que é do governo, indicam que a pobreza aumentou, assim como a concentração da renda na mão de poucos aumentou (...). A pobreza existe, é claro que o padrão de vida de muitas pessoas melhorou, a questão do serviço médico que na época era precário, a gente sabe que muitos morriam (...) então hoje é mais fácil procurar*

atendimento médico, né? Tem certa estrutura, mas se a gente for pensar [há] bastante gente que passa fome mesmo direto, (...). Então por um aspecto melhorou pela facilidade, e por outro a pobreza ela existe, e hoje alguns centros, eles ficam superlotados, justamente porque as condições do interior ainda não foram atendidas, né? Que representando cabanagem um movimento do pessoal do interior, e hoje o interior esta nesse abandono, tanto é que muita gente migra pra grandes centros urbanos”. Para MRCM-AB4, a pobreza “... naquele tempo, por exemplo, era uma pobreza muito grande, entendeu? (...) nossos rios não eram poluídos, as pessoas ainda conseguiam facilmente, por exemplo, (...) comida, principalmente os ribeirinho, né? Acaba começando o êxodo rural (...). Então hoje a gente vê uma miséria muito grande, porque o êxodo rural (...) chega nas grandes cidades, por exemplo, Belém, Belém ta tomada, aquelas grandes invasões, tomada por pessoas que vêm lá (...) do interior, e chegam na cidade grande não encontra, vieram em busca de emprego (...) educar mais seus filhos, quando chega lá não encontram nada disso e sofrem mais. Então por isso que eu acho (...) aquelas pessoas ainda viviam mais ainda no interior, ainda conseguiam fazer suas roças (...) faziam a farinha, comiam a farinha, saiam pra mata, pescar, então [ainda] conseguiam sobreviver, e hoje é muito difícil, os nossos rios já tão poluídos, entendeu? As pessoas já não têm mais terra, entendeu? As terras são [muito] devastadas (...). Naquele momento era também um momento muito crítico, mas hoje, pra mim, a situação ta mais critica ainda, ta alarmante, entendeu? Porque as pessoas vão, por exemplo (...), pras cidade grande, pra aquelas invasões, aqueles pedacinhos de terra, (...) as pessoas não tem o que fazer vão roubar, vão matar, e toda aquela questão, por isso que gera toda essa violência que ta hoje...”.

CDS-AB5 diz: “Acredito que essa pobreza não é muito diferente não, hoje a exclusão social, ela ocorre através da informação, através da exclusão do mercado

(...), *naquele momento, acredito que essa exclusão, se for fazer um paralelo com a exclusão [de um determinado] momento histórico, ela não era muito diferente, (...) acredito em que pobre de hoje era da mesma forma, excluído de todos os valores (...) se a gente for colocar na balança e tal, e hoje o pobre (...) tem acesso a comunicação de massa, né? A uma infraestrutura melhor e tal, mas se a gente for fazer um paralelo e colocar tudo na balança, acredito que não, a exclusão social hoje ela é terrível, questão da informação, do [conselho] das pessoas através da imprensa, do meio de comunicação de massa, isso cria um apelo ao povo. Eu acho que a pobreza cria um mecanismo de disfarce, ai percebe como se fosse diferente, a escravidão do (...) antigo, do período medieval, [assim] como se hoje esses pobres de hoje, essa cidadania ai, esta muito longe pra maioria da população”. O que não é diferente da opinião de VRF-AB6, que comenta: “Eu acho que a pobreza, né? Ela generaliza, ela demonstra claramente a situação em que [se] vive. Eu falo generalizando mesmo, porque o que se percebe ao longo (...) da história, é que sempre existiu e ainda persiste, né? Essa divisão social, né? Pobres e ricos, sendo que existe os pobres miseráveis, que eu imagino que dente esses pobres miseráveis estava incluído os cabanos, aquele povo que fez parte do movimento, da revolta, da Revolução Cabana, tá? Hoje nós não temos uma revolta cabana, né? Com essa definição, mas com certeza nós temos ai o movimento dos sem-terras, né? Que é uma demonstração desse repúdio, é uma demonstração da pobreza em que o país vive, que é uma demonstração da falta de inserção de uma faixa da população dentro do contexto sócio-político que de qualquer maneira acaba por excluir, né? Uma determinada faixa da população”.*

Nessas RSs, comparando a pobreza da época da Cabanagem e de hoje, os entrevistados mostram a preocupação com a fome que existe no interior do Estado do Pará, pois a produção de farinha de mandioca, que faz parte da dieta básica do

interiorano, diminuiu pela falta de terra para plantar e pelo baixo preço no mercado que não motiva a produção; A pesca, meio de sobrevivência das populações ribeirinhas, hoje, está diminuindo por causa da poluição dos rios, resultando que, mesmo existindo os produtos no mercado, falta o dinheiro para comprá-los. Falta infraestrutura no interior, principalmente em termos de escolas para os filhos dos camponeses, isso faz com que camponeses e ribeirinhos migrem para as cidades grandes, onde fazem invasões desordenadas nas propriedades urbanas. Além de que, pela falta de uma qualificação profissional adequada, as cidades grandes acabam enfrentando o subemprego, e, até mesmo, o desemprego, o que acarreta violências, aumento da criminalidade, gerando mais pobreza, mais exclusão social. Nas RSs, os sem-terras aparecem como uma espécie de cabanos modernos. Os meios de comunicação de massa acabam como elementos esclarecedores para a população, tornando-se um diferenciador entre a época da Cabanagem e hoje.

Se a Cabanagem, em sua essência, sobreviveu pela força e coragem das pessoas empobrecidas da Província do Pará, e, se a pobreza ainda persiste na região, haveria a possibilidade de outra Cabanagem? As RSs, quanto a isso, são as seguintes: JCS-AB1 diz que: *“Pode vir outros padrões, eu acho que com certeza deveria acontecer, porque se sabe que a situação não ta fácil, agente vê hoje governantes pagarem muitos grandes projetos, deixando o povo passando fome ai, a mercê dos projetos, a mercê do progresso (...) você ta vendo que não ta sobrando nada, e só ter política voltada mesmo pro pobre. Eu acho que uma Cabanagem politizada (...) com certeza deverá acontecer”*. Conforme UCPF-AB3: *“... nos moldes como foi é difícil, mas eu acredito que a própria população ela ta se organizando de maneira diferente, né? A partir da participação política (...). Foi uma tomada de poder, agora eu acho que o povo já percebe que a gente tem que tomar, mais de uma forma diferente: é participando das decisões, seja na*

questão eleitoral, seja na participação política do processo, seja no momento de eleger as pessoas, eu acho que (...) a tomada de poder ela dificilmente vai acontecer nesses moldes, né? De tomar (...) [a] força, mas a gente tá vendo que a população tá tomando [consciência] participando, por exemplo, do orçamento público, participando dos conselhos, e a constituição ela é de 88 então a gente vê que a constituição ela abre espaço pra participação popular, né? Então, quer dizer, passa a ser um direito a participação popular, na época não, era restrito, era assim algumas pessoas que mandavam e desmandavam, era[m] donos do poder...”. MRCM-AB4 afirma que: “Com certeza, eu acredito nisso e já tá prestes a acontecer, entendeu? Então já são dados passo [s] longos (...) prova disso, né? Que quase o povo chega de novo no poder. O povo já tomou o poder em Cametá, o povo já tomou o poder em Belém, e precisamos tomar o Estado (...). Eu acredito fortemente que um dia nós teremos uma nova Cabanagem (...). Quando acontecer uma nova Cabanagem nós vamos segurar mesmo de verdade, o povo vai segurar mesmo de verdade, não é ansiedade pelo poder, (...) de povo pra povo, não continuar porque hoje o que existe é essa oligarquia política no nosso Estado, que não tem mais a visão pro pobre, pra toda a situação pobre, por exemplo [no] nosso Estado: Enquanto o Edmilson se preocupa em fazer praças. Se preocupa em fazer programas, por exemplo, o bolsa escola, como o sentinela pras pessoas necessitadas, e o Almir Gabriel se preocupa em fazer o quê? (...) os grandes projetos faraônicos, como por exemplo, a Alça Viária, um projeto enorme desse aí (...) após a eleição já tava rachada a Alça Viária, né? Eles queriam inaugurá-la a todo custo antes da eleição. Enquanto o Edmilson constrói algo mais popular, o Almir Gabriel vem e constrói a Doca, por exemplo, (...). Agente acredita nessa retomada do povo cabano que vai pegar essas armas de novo e vai chegar ao poder, entendeu? (...) Um estado tão rico que tem essa riqueza muito grande, mas que é concentrada na mão

de poucos, nós precisamos dividir isso, precisamos acabar com esses latifundiários aí do nosso Estado, entendeu? Até do país (...). Então precisamos fazer alguma coisa...”

Não muito diferente é a opinião de CDS-AB5 que diz que: “*Poderia com certeza [haver] uma nova Cabanagem a nível local, [podemos] observar esse movimento dos sem-terra aqui no Sul do Pará (...) nós podemos dizer que há uma nova Cabanagem (...). Pode virar um estopim [de uma] revolta o ataque dos sem-terras que já ocorreu no Eldorado do Carajás*”. VRF-AB6 comenta: “*Eu acho que contextos históricos, né? Eles são representativos à época, sabe? Não que exista uma nova Cabanagem e tal, más eu acho que nós estamos aí a mercê, sabe? De um movimento que venha trazer a tona toda essa insatisfação, né? Que o povo paraense (...) vive, porque a miséria hoje ela faz parte do dia a dia das pessoas, tanto a nível mundial quanto a nível de Brasil, tá? A miséria tá em todos os cantos do mundo. Especificamente aqui no Pará (...) eu acho que nós podemos ter a qualquer momento, tá? Uma explosão de insatisfação do povo, não sei com que denominação (...). Eu acho que nós vivemos essa insatisfação no dia a dia, né? Nós temos várias demonstração [a título de expressão] nós temos a pobreza aí transparente, então essa insatisfação [já tem se] demonstrado de várias maneiras...*”. Tudo isso se traduz nas considerações de JCS-AB1, que diz: “*No nosso município hoje agente vê muito a questão da desigualdade, que agente pudesse trabalhar, cada qual trabalhar pra diminuir essa desigualdade que existe, tanto essa má distribuição de renda, né? Má distribuição também da riqueza que existe no nosso país, no nosso município, [que] não é muito diferente, agente vê aí uma situação muito de pobreza de miséria mesmo que o nosso povo tá vivendo...*”.

Essas RSs estão permeadas de insatisfações com as políticas do Estado que permitem que grandes projetos, tal como a Vale do Rio Doce, façam transferência das riquezas do Pará para outros Estados sem recolher o total de impostos, pois gozam de

privilégios de isenções e abatimentos, restando as crateras de onde saíram minérios como legados aos paraenses. Outro problema identificado são as coligações políticas que privilegiam grupos de interesses econômicos que, muitas vezes, realizam apenas projetos eleitoreiros em vésperas das eleições, esta visão é que os entrevistados têm da Alça Viária, construção inaugurada dias antes das eleições, que ao contrário do que os políticos pensavam com esse grande projeto, agradaria a população da região beneficiada com o conjunto de quatro pontes, entretanto, o que se identifica nas RSs é que as populações mais carentes ficaram indiferentes aos benefícios das pontes, pois continuam sem empregos, sem ter dinheiro para pagar transportes à capital, ou seja, o povo não quer maiores praças, grandes prédios públicos, dentre outros, e, sim, soluções aos seus problemas mais básicos, como saneamento básico, emprego, saúde, educação e melhores preços para os alimentos. Projetos eleitoreiros, para manter no poder velhos políticos, que apenas beneficiam as oligarquias políticas dos antigos políticos, latifundiários e grandes detentores do poder econômico, dentre outros, são vistos com desconfiança. Diante disto, os entrevistados acham que poderá haver uma nova Cabanagem como forma de repúdio e busca de soluções ao esquecimento das populações carentes. Alguns acham que a Cabanagem está acontecendo, através da organização da população, não mais como uma luta armada e sangrenta, mas através da criação de conselhos populares, voto consciente (o que não ocorria na época da Cabanagem, pois, pobres, negros, índios, mulheres, dentre outros, não tinham direito ao voto), reivindicações com apoio das comunidades, etc., tornando-se um novo modelo de organização e luta popular.

Outro grupo de entrevistado tem a RS de que seria difícil haver outra Cabanagem. JN-AB2 alega que *“Não, difícil, não tem mais ambiente pra isso, não tem ambiente e ninguém tem mais aquele ideal, a principal coisa era o ideal”*. Nesse grupo

de representação, indica a falta de ideal do povo, o que é antagônico ao grupo predominante onde se observam ideologias ainda muito fortes.

MRM-AB4 diz: *“As pessoas fala[m] que cabanos: esses invasores a não sei o quê, que vieram matar, porque não conhece a verdadeira história brasileira, o verdadeiro motivo deles [es]tarem fazendo aquilo”*. UCPF-AB3 comenta que *“Infelizmente nas escolas a gente discute muito pouco, (...) a gente ainda têm aqueles livros que vêm do sul, do governo e discute muito pouco, então só faz alguma referência”*. MRCM-AB4 afirma que: *“... nos livros de histórias se vê lá a Cabanagem como outros [Estados] como a farroupilha e outros movimentos, aí no Pará é história marcada pela Cabanagem (...) que é muito comentada, mas também um pouco escondida aqui no próprio estado, a gente vê falar de Cabanagem hoje, já mais pelo Edmilson Rodrigues aí em Belém, que tenta resgatar um pouco, por exemplo, o patrono da Guarda Municipal lá, é o Eduardo Angelim, né? Então, tem a aldeia cabana, então cada coisa que o Edmilson faz lá, ele se intitula ‘Prefeito cabano’”*. O entrevistado ainda desabafa dizendo *“... todo o trabalho feito naquele tempo que hoje é esquecido, toda aquela rebeldia...”*.

Nestas representações, o conhecimento sobre a Cabanagem por parte da população é pouco, pois muitos livros tratam de forma resumida o assunto, não demonstrando interesse que o povo conheça, discuta e reflita sua história. Realmente há poucos livros sobre a Cabanagem e, entende-se que, em sua maioria, são reproduções das histórias contadas por Domingos Antônio Raiol em *“Motins Políticos”*. Se desconhece a existência livros didáticos sobre a Cabanagem, somente existindo capítulos incompletos e com incorreções. Quando o entrevistado se refere ao sul do Brasil, sua representação é de que somente os paraenses entendem da Cabanagem, e livros escritos no sul sobre o tema deixam a desejar. É necessário que os governos criem

políticas de incentivo à produção científica e didática sobre a história do Norte, o mesmo para filmes, construção de monumentos, maior divulgação nas escolas de ensino fundamental e médio, dentre outros sobre a Cabanagem, o que não ocorre, pois o próprio Memorial da Cabanagem em Belém, que funcionava como um Museu e túmulo dos Presidentes cabanos, está abandonado.

Quanto à origem dos entrevistados: 16,66% afirmam ser descendente de legalistas; 16,66% não declararam sua origem, mas deixam “pistas” em suas entrevistas que teriam descendência cabana e, 66,66% afirmaram ser descendente de cabanos. Muitas destas afirmações partem da construção da RS do grupo, e muitos, como forma de afirmação à sua situação, apresentam reflexos que as relações sociais lhe impõem através de conversas, vivências, ou assumindo sua situação social.

As representações mentais e sociais da Cabanagem, em Abaetetuba, estão permeadas por leituras de mundo em que os problemas sociais são constantes e assoladores, tais como: a necessidade de livre expressão, pois há o medo de expor suas reivindicações; a busca pela liberdade, questões de exclusões sociais, principalmente no que se refere a programas de fixação dos ribeirinhos e campesinos em seus locais de origem; luta diária pela sobrevivência, discriminação que sofrem os ribeirinhos pelas políticas públicas do governo do Estado; domínio político das velhas oligarquias; os ribeirinhos aparecendo como verdadeiros cabanos anônimos da história, ou seja, consideram os ribeirinhos como heróis da Cabanagem, o que de fato o são; cruel exploração do campesino pelo poder econômico; necessidade de organização da sociedade para fortalecer suas lutas reivindicatórias; Abaetetuba com o orgulho de ser cidade estratégica localizada entre Belém e Cametá; a poluição dos rios que acabam com os peixes levando os ribeirinhos a imigrarem para as grandes cidades, e, com isso, sofrerem desempregos, falta de moradias, dentre outros, tornando-se invasores de áreas

periféricas e aumentando as estatísticas do desemprego; a fome causada pela diminuição do plantio em virtude dos baixos preços pagos pelos atravessadores e alto custo das sementes e adubos; grandes obras do governo do Estado que não satisfazem a população mais pobre de Abaetetuba, dentre outros.

5.3 NA CIDADE DO ACARÁ

Para RJN-AC2: *“A Cabanagem foi um dos movimentos revolucionários (...) dentro desta área do município do Acará, onde pessoas distintas de diferentes grupos, diferentes etnias, travaram uma briga (...) realmente essa briga era uma briga política”*. RRCF-AC6 diz que a Cabanagem *“... foi um movimento que surgiu, justamente, da necessidade do povo se libertar do julgo português, do domínio português, né? (...) A Cabanagem foi justamente essa revolta que o povo sentiu de sobreviver e, achando que não devia mais suportar isso fizeram esse movimento contra justamente o poder português”*. LJCS-AC9 afirma que: *“Foi uma luta importante (...). Esse movimento, ele foi um movimento contra o governo, contra o regime dos antigos, seria pela independência. O Pará (...) já foi preterido até pelo Rio de Janeiro. Quando os portugueses chegaram no Brasil de uma maneira global, todo, inclusive essa terra do Pará (...) só tem português envolvido”*. Diz RJN-AC2, que o motivo da Cabanagem foi uma briga política *“... que tinha de interesse dos brancos tomarem posse desta área. A partir de então os índios foram refugiados dessa área pelos brancos”*. Seu objetivo, segundo LJCS-AC9, *“Era tomar o governo dos poderosos”*.

Observa-se que os entrevistados colocam a Cabanagem como uma guerra étnica em que, ora os índios, ora os negros lutaram contra o branco português, ou seja, aparece como um movimento político antilusitano, no qual a luta armada foi a única alternativa que encontraram contra seus opressores. Vale lembrar que, mesmo o Brasil sendo independente de Portugal, a Província do Pará continuava sob o controle dos portugueses. Mesmo depois da adesão do Pará à independência, por força de acordos com políticos e comerciantes lusitanos que residiam no Pará, a Província permanecia sobre seu controle e, durante muito tempo, o povo exigia que a Província do Pará tivesse um Presidente paraense, ou, pelo menos, brasileiro, o que o Império não atendia, resultando, mais tarde, na Cabanagem.

O termo Cabanagem para JDF-AC5 foi porque os guerreiros faziam “... *as chamadas cabanas, por isso a palavra Cabanagem vem de cabano, né? Cabano era as pessoas que moravam em cabanas escondidos, faziam as suas casas na beira dos igarapés, em lugares afastados para tentar viver fora, ser independente da escravatura, e começasse a articular o pensamento de se tornar autônomo um dia. Não tinha uma forma legal, não era como o sindicato (...), era um tipo de organização clandestina*”.



Ilustração 1. Cabana a margem de um rio⁵.

⁵ Também chamada de palafita quando construída na margem de um rio.

Apesar dos intelectuais como Batista Campos, Félix Clemente Malcher, dentre outros, terem sido os mentores da Cabanagem, segundo as RSs foi o povo mais pobre, ou seja, aquele que vivia em cabanas, que realmente lutou na Cabanagem. A história só releva os nomes de Angelim, Vinagre, Clemente Malcher, Batista Campos, esquecendo muitos líderes populares da classe pobre, negros e índios que, nessa luta, destacaram-se, apesar de seus nomes figurarem nos códices existentes no Arquivo Público do Pará. Nas RSs da Cabanagem, em Acará, sempre os entrevistados fazem algum tipo de referência aos escravos, mesmo não citando nomes, e, em alguns casos, referem-se aos líderes cabanos, principalmente Félix Clemente Malcher, como oportunistas que se aproveitavam da ocasião para se tornarem comandantes e, mais tarde, Presidentes, para, depois, trair os objetivos da Cabanagem em proveito próprio, como se pode ver nas RSs. Não deixam de ter nas RSs uma luta do povo pela liberdade dos oprimidos, uma luta étnica contra o jugo português na Província do Pará.

A tragédia do Brigue Palhaço ainda vive na memória dos entrevistados, tendo sido uma das muitas causas da Cabanagem. Relata LJCS-AC9 que: *“Teve um [grupo] que foi preso dentro de um navio (...) [por] vários dias e morreram axixixiado com cal, porque fazer isso! Você vê quem fazia o comando das naus era o português, era o inglês (...) você vê tudo contra os pobres coitados aqui do Pará”*. Não se pode deixar de observar a indignação presente na RM do entrevistado quando expressa: *“Porque fazer isso!”*. Soando como uma violência desnecessária. RAIOL (1970:50) descreve a Tragédia do Brigue Palhaço baseado no texto de José Joaquim de Oliveira Machado na *“Corografia Paraense”* e na obra *“Ensaio Corográfico do Pará”* de Antônio Ladislau Monteiro Baena, da seguinte maneira:

“Ali, em um dos dias de maior calor neste clima, foram lançados no porão ou em um espaço de trinta palmos de comprimento, vinte de largura e doze de alto, fechando-se as escotilhas e deixando-se apenas aberta uma pequena fresta para a entrada de ar. Encerrados ou atochados em tão estreito recinto, êsses infelizes, que pertenciam a diversos partidos e côres, que convinha extremar, romperam logo em gritos e lamentos, exasperados pelo calor e falta de ar, que experimentavam; e no meio dessa terrível vozeria, ouviram-se algumas ameaças contra a guarnição de bordo, as quais se deviam considerar como impotentes efeitos de desesperação”.

O resultado da prisão das 256 pessoas nos porões do navio “Brigue Palhaço” (Brigue Deligente), quando, durante a noite foi jogado cal virgem nos porões, causando a morte de 252 prisioneiros políticos e outros 3 que faleceram posteriormente, só sobrevivendo apenas 1. Isto inflamou, ainda mais, os sentimentos de revolta daqueles que, mais tarde, seriam chamados de cabanos e acirraram os conflitos entre os Partidos Filantrópico (partido dos antilusitanos) e Caramuru (partido dos portugueses e simpatizantes, de características conservadoras).

RAIOL (1970, p. 51), em sua obra, faz uma nota de rodapé dizendo: *“Há quem diga que a água dada a êsses infelizes fôra envenenada, sendo o veneno preparado pelo boticário João José Calamopim, e por Bernardo José Carneiro”.*

Quanto ao modo utilizado contra os prisioneiros do “Brigue Palhaço”, CHIAVENATO (1984, p.34) afirma:

“Tal método seria repetido mais de cem anos depois quando os nazistas entupiam vagões de trem com prisioneiros, para que tivessem o mesmo fim. Nestes casos, uma vítima dos nazistas, o farmacêutico Guillaume Trocin, explica que a elevação da pressão parcial em anidrido carbôno provoca atos de demência, levando os prisioneiros a agredirem-se até a morte. Foi o que aconteceu no porão do navio; primeiro faltou oxigênio, que por si só provoca a morte sem sinais de loucura, mas quando elevou-se a pressão parcial em anidrido carbônico, a demência comandou a tragédia”.

Fato é que, até hoje, as representações mentais e sociais de quem narra esse fato são permeadas de indignação e revolta. Em especial, essa revolta é contra os

portugueses, daí se observar resquícios de sentimentos antilusitanos no entrevistado acima.

Os cabanos, segundo afirma MASS-AC8, *“Foram pessoas, foram vultos importantes que chegaram aqui, né? Chegaram, ficaram eu acho que [por] muito tempo (...). Eles ficavam tipo esconderijo, né? (...) Era no baixo, no Acará Açu, em Tauaú, num lugar chamado Tauaú, né? Inclusive ainda tem lá, a gente passa no rio, né? Tem tipo umas torres, têm várias coisas que a gente ainda vê, né? Que foram coisas deles, que eles faziam naquela época e deixaram. Naquela época eles viviam fazendo essas coisas, trabalhavam (...) com barro, deixaram aquelas coisas preparada, onde eles se escondia (...) tipo uma prisão, uma coisa...”*.

A história oficial diversas vezes aponta a fazenda de Félix Clemente Malcher, no Acará, como local do início da Cabanagem. A história oficial não dá a localização exata desta fazenda, porém, nas RSs dos acaraenses, o local da fazenda surge como sendo no Baixo Acará Açu, em Tauaú.

JMA-AC4 relaciona os cabanos com a escravidão, dizendo que eles *“Foram pessoas que chegaram, né? Que foram escravos, inclusive aqui na área do Baixo Acará têm pessoas ainda descendentes disso, né?”* *“Que conta mesmo a escravidão que existiu, né? E que não tiveram oportunidade, (...) não tinha valorização, né? Que [não] tinha como escoar nada, né?”* (...) *As pessoas sofriam (...) os filhos não tinham como saber das coisas, então eles foram morrendo aos poucos”*. JDF-AC5 compartilha da mesma idéia dizendo: *“O povo anterior que viveu aqui, era um povo escravo, trazido de origens africanos, de outras origens e que eram trazidos pelos considerados brancos da época - portugueses, etc.-, para trabalhar na mão-de-obra, no plantio da cana, no tratamento do café, das atividades do comércio que aqui era (...) praticado, então eles*

viviam num regime escravo”. E continua dizendo, “... *certa época alguém começa a fugir, não aceitar, mas o domínio da burguesia, do comércio dos brancos, então começam a fazer as chamadas cabanas*” JMA-AC4 afirma: “*A nossa igreja aqui foi feita pelos cabanos, pelos escravos, foi feita de pedra*”.

Nas RSs da Cabanagem, no Acará, o negro escravo está presente, muitas colocando a Cabanagem como uma luta realizada por escravos querendo liberdade, o que, de fato, também o foi, visto que a Cabanagem foi realizada por diversos grupos, dentre eles, o dos escravos.

Referindo-se aos cabanos, MONTEIRO (1994:56) afirma que: “*Somando-se negros e tapuios, teremos 83,15% de não brancos contra 16,85 de brancos dos dados validos*”. Afirma serem tapuios “47,71” dos cabanos, o que leva à conclusão óbvia de que os índios e mestiços eram a maioria dos guerrilheiros.

Fato é que o negro está sempre presente nas RSs das histórias da Cabanagem relatadas em Acará, isso se dá por ter sido área de fazendas e aquela etnia está presente em quilombolas ainda existentes.

Diz JDF-AC5 que, Acará é “*Considerado inclusive na história do país, do Estado como o berço da Cabanagem*”. Prossegue JDF-AC5, dizendo que: “... *inclusive, o berço da Cabanagem aqui no município de Acará é uma localidade chamada Cará Açu aqui no Baixo Acará lá teve aonde as pessoas se aglomeraram mais, onde saiu assim um líder que foi Pedro Vinagre, Eduardo Angelim e outros que parece na história*”. LJCS-AC9 afirma que, dentre os movimentos, “*O mais interessante foi o do nosso Pará, inclusive aqui no Acará*”. E continua dizendo: “*Aqui nós temos uma fazenda onde eles se sitiaram antigamente (...) aqui nós temos uma fazenda: Acará Açu, aonde o movimento assim se sitiou, onde Clemente Malcher, Batista Campos e outros*

como Vinagre e outros fizeram o seu quartel general (...). Hoje nós temos no Acará [o] primeiro monumento cabano que representa a Cabanagem no Pará, ela é a Igreja de Nossa Senhora do Desterro na fazenda Acará Açu, a duas horas de viagem de barco aqui da sede até lá na fazenda (...) única coisa que nós temos dentro do Acará preservado da época cabana, ela é feita de pedra (...) inclusive conta as histórias que no piso, em baixo do piso tem ouro, tem prata, mas ninguém abriu ainda pra vê (...). Temos uma capela aonde Batista Campos e o frei, não recordo o nome agora, que acompanhava eles antigamente se alojavam ferido, doente. O cônego Batista Campos, também ferido, eles se alojaram nessa coisa, nessa [capela] lá. Hoje não é preservado”. Mais adiante na entrevista diz, que o “... berço da Cabanagem no Pará é o Acará, onde nós temos fazenda, temos forno, nós tínhamos fornos de cremação, onde os poderosos queimaram os escravos”.

As RSs da Cabanagem no Acará são permeadas pelo orgulho da cidade ter sido o berço da Cabanagem no Pará, marcante pelos seus heróis, monumentos, dentre outros símbolos. No caso dos monumentos, muitos relatam que teriam sido construídos por cabanos. Contudo, muitos datam de períodos anteriores à Guerra Cabana. Nas RSs dos entrevistados buscam ancorar a grandeza dos cabanos como construtores.

RRCF-AC6 diz que Félix Clemente Malcher foi “O primeiro Presidente cabano (...), ele não era nem acaraense (...), só porque ele tinha um sítio aqui (...) por nome Acará Açu (...) só que ele, ele era assim uma espécie de um latifundiário, agora como ele via (...) eu não sei se ele estava também sofrendo algum tipo de pressão também por parte dos portugueses. Clemente Malcher, ele se aproximou do movimento cabano, e aparentemente ele estava com aquele espírito também de luta, mas ele lutava como no caso hoje acontece isso: o cara tá numa pior, tá vendo que por aqui, por esse caminho ele pode encontrar uma saída, ele corre, mesmo contra a vontade, mas ele se aproxima

daqui. (...) Esse Clemente Malcher, ele tinha essa coisa assim de tá se ajuntando com o movimento cabano, mas é porque, eu acredito, que tava querendo, tanto que quando o movimento teve êxito na coisa, colocaram ele logo como o primeiro Presidente cabano (...). Acabaram matando ele, porque ele realmente depois de tá no poder ele já passou mais defender os portugueses, né? Do que o próprio movimento cabano...”. Afirma LJCS-AC9 que: “Antigamente teve traição (...) pra benefício próprio (...). Félix Clemente Malcher, ele traiu seus próprios amigos pra ter o governo na mão, pra ter o poder na mão, a presidência (...). Depois que eles tava no movimento, que eles ganharam a primeira batalha, eles já passaram a pensar em benefício próprio”.

No caso do primeiro Presidente cabano, Félix Clemente Malcher, acredita-se que ele apareceria como herói para os acaraenses por ter ligações com aquela cidade, por ter tido uma fazenda lá e, porque ainda há seus descendentes naquela cidade. Contudo, é surpreendente quando se ouve RSs nas quais os entrevistados se referem a Félix Clemente Malcher da seguinte maneira: “... ele não era nem acaraense (...), só porque ele tinha um sítio aqui (...) por nome Acará Açu (...)”, “...ele traiu seus próprios amigos pra ter o governo na mão, pra ter o poder na mão, a presidência”. Ou seja, os entrevistados não dão importância a essas ligações de Malcher com a cidade e, ainda o apontam como traidor da causa cabana, latifundiário, ambicioso, oportunista, que usava a Cabanagem para tirar proveito próprio, traindo os cabanos para juntar-se aos portugueses.

Félix Antônio Clemente Malcher era um tenente-coronel, conservador, fazendeiro rico, classista, membro da mesma elite econômica que explorava os pequenos proprietários, artesãos, escravos, tapuios e índios. O poder mudou de nome por obra do oportunismo que alguns fazem em revoluções populares. Não foi surpresa ele agir segundo a lógica da classe dominante. Sendo assim, os atos de Félix Antônio

Clemente Malcher não se diferenciaram muito dos de Bernardo Lôbo de Souza. O governo de Malcher foi autoritário, reacionário, de perseguição àqueles que tinham idéias contrárias a sua, como Lavor Papagaio, Francisco Vinagre, Eduardo Angelim e seus irmãos Geraldo Francisco e Manuel Nogueira, dentre outros que lutaram pela causa da Cabanagem, levando os cabanos a deporem-no e, quando transportado para a Fortaleza da Barra, ter sido abordado por um grupo em uma canoa, recebendo um tiro mortal de Quintiliano Barbosa. Nas RSs em Acará, em consequência, ele ainda é, de certa forma, odiado e colocado às margens do movimento cabano.

Segundo RRCF-AC6: *“Angelim (...) foi captado, preso, né? Porque (...) na época, quando ele conseguiu romper a barreira lá no Guamá e, foi se alojar aqui nas cabeceiras do rio Acará (...). A polícia andava em busca dele, só que ele soube, soube lá que vinha uma expedição atrás dele, ele fugiu (...) ninguém sabe se realmente ele foi captado, ou se ele escapou, sei lá”*. RRCF-AC6 diz que: *“Angelim morou na margem do rio que é um braçozinho desse rio por nome Iaçu”*. Nas RSs de Acará, Eduardo Angelim, ao contrário de Félix Clemente Malcher, aparece como um herói que nunca tinha sido capturado pelos legalistas, pois se refugiou no Acará, e disso se orgulham. Fato é que, Angelim também era dono de terra por ter se casado com uma viúva rica, cooptava com portugueses, mas teve a sutileza de não perseguir seus adversários no movimento, e seu populismo lhe garantiu a admiração do povo, não só daquela época, mas até hoje, como se pode observar nas RSs da Cidade do Acará. Quanto a Angelim ter se refugiado no Acará, a história oficial também faz referência a isto, este, inclusive, conseguiu ficar muito tempo protegido por índios, quando foi preso estava velho e fraco. Fato é que, de alguma forma, o povo o idolatra como herói.

Afirma LJCS-AC9 que: *“O governo português, ele fez, ele fez de tudo contra a revolução cabana, por quê? Porque eles queriam o poderio (...) do Pará, e esse grupo*

de cabano estava querendo sua liberdade”. Nota-se aí a questão do antilusitanismo e da liberdade do povo presente nessa representação, como uma forma de afirmar que o povo não tinha liberdade porque os portugueses daquela época eram opressores, autoritários, exploradores. A representação soa também como uma forma de reafirmar que o Brasil deve ter sua autonomia diante de outros países, que a liberdade é o princípio geral que deve reger a vida das pessoas.

Para RJN-AC2, em consequência da Cabanagem: “... *houve muitas mortes, e que o benefício que trouxe essa luta foi só pra a burguesia, onde vários índios, várias pessoas ilustres foram presas, foram massacrados, quer dizer, eles derramaram realmente o seu sangue porque eles eram o dono dessas terras, né? Era pertencentes a essas terras e derramaram o seu sangue em prol de uma liberdade, pra que ninguém viesse tomar conta, explorar essa terra, como os branco queria, a burguesia queria*”. A representação mostra: a terra como sagrada e que deve ser defendida com sangue por ser fundamental na produção no interior do Estado. A exploração do trabalhador, do agricultor pela burguesia, o valor da liberdade, a importância da propriedade da terra, e de se ter cuidado com políticos que se aproveitam de situações para lucro próprio, também estão presentes nas representações do povo que precisa da terra como meio de produção e, que não quer que o sangue cabano tenha sido derramado em vão. Para isso ainda lutam, não de forma armada, por políticas públicas que lhes assegurem seus direitos mais básicos, como os pequenos agricultores no Pará que não conseguem financiamentos para produção; recebem baixas ofertas às suas terras pelos grandes latifundiários, além das constantes ameaças por parte dos grandes proprietários e grileiros. Os que não trabalham com a terra sofrem o desemprego ou baixos salários, dívidas de financiamentos da produção agrícola, baixos preços pagos ao produto colhido e condições precárias de vida em virtude de haver poucos investimentos em

infraestrutura pelo governo do Estado, resultando no êxodo rural em busca de hospitais, escolas, emprego, melhores condições de vida.

Ao pedir para que os entrevistados comparem a pobreza da época da Cabanagem com a de sua época, têm-se as seguintes respostas: RJN-AC2 diz que: *“Nós estamos vivendo melhor, melhor porque a exploração que tem hoje (...) em relação ao menos favorecido, digamos assim: Ele tem um pouco mais de liberdade, porque ele já passa de ser dono daquela terra, ele já tem um determinado domínio em relação à terra, então por isso hoje em relação ao tempo da Cabanagem nós estamos vivendo um tempo melhor, apesar de ainda existir a grande exploração, a grande devastação, os grandes fazendeiros em busca de tomar essas terras nossa, né? Do caboclo, digamos assim, acaraense”*. Para JMA-AC4: *“... naquela época a mata ainda era muito virgem, e ainda tinha muitos animais (...) no mar tinha muito peixe, então de qualquer forma ainda era diferente de hoje; a pobreza de hoje é com relação de que tem oportunidade, tem tudo, mas você não tem recurso, naquela época a pobreza era: você não tinha recurso, mas você tinha onde buscar alternativas para alimentação dos filhos, pra alimentação da família tinha no mato, você encontrava muita caças, no mar encontrava muitos peixes (...) pra chegar em Belém, por exemplo, você tinha que ir de canoa, que era o barco a vela que se chamava, você viajava não sei quantos dias, mas de oito dias pra chegar em Belém. Então as dificuldades se tornavam mias freqüentes, e eram mais distantes, né? Isso as pessoas achavam que era pobreza, né? Hoje a pobreza pra nós é as pessoas que passam fome mesmo, fome, né? Que aqui mesmo a gente encontra pessoas que têm dificuldades, né? Que não tem como que ganhar, que não tem onde buscar. Você vai pro mato você não encontra mais caça que é o desmatamento, você vai pro rio não pega mais peixe, então a pobreza talvez hoje seja até pior do que naquela época, né? Na época dos meus pais, por exemplo: eles foram criados no interior com caça, né?*

Com peixe, com açaí e com fartura (...) E hoje já não é tanta fartura não, hoje nós continuamos morando no interior, temos terreno no interior, mas quando chega no final de semana que termina as coisas, lá você tem que vir aqui na cidade pra comprar, porque se ficar lá você vai passar fome (...). Mudou muito, completamente, agora não sei qual é o melhor se hoje (...) você tem uma oportunidade que vai na cidade e compra, ou naquela época (que) você não tinha tudo, mas você não tinha liberdade, os cabanos não tinham liberdade, dependiam de alguém, né? Então tudo era limitado, então você só ia se alguém disser...”. Conforme JDF-AC5: “No ponto de vista alimentar as pessoas na época passada teriam mais facilidade de alimentação, eles tinham muita riqueza natural, tinha muita caça, tinha muita pesca, então as pessoas viviam na zona ribeirinha que era onde era o mais povoado, vivia em função mais da caça e da pesca, então com certeza teriam, mas o alimento mais rico, mas nutritivo, menos contaminado (...) a galinha era de quintal, então donde a alimentação era mais sadia. Do ponto de vista da liberdade das pessoas viverem a própria vida (...) era mais ruim, porque eles não tinha liberdade, então todo mundo trabalhava pra [venda], tinha o patrão, todo o povo. Inclusive na época que eu já me entendia, era considerado todo mundo freguês, freguês da casa tal (...). Então, o dono do comércio era quem administrava quem dominava o comércio. Então, o que você fazia tinha que entregar pra ele, e não tinha preço, não tinha custo (...) o preço quem determinava era ele, então era uma pobreza escrava, né? Uma pobreza chamada escrava, no ponto de vista de alguém que dominava. Hoje eu acho que a pobreza ela tem um peso maior, não do ponto de vista das pessoas terem autonomia, mas do ponto de vista das pessoas terem condição de comprar, porque nós não temos mais reservas naturais, temos pouca reserva naturais (...) temos o fluxo muito grande, a população aumentou muito, e a condição de vida no ponto de vista do (...) dinheiro, e ter recurso na mão se tem pouco, apesar de que as

peessoas podem vender pra quem quiser, têm toda liberdade de tá na cidade, você vem pra cá, você volta, mas eu sinto, por exemplo, que da minha época até a época que nasci, 1953, a gente vivia muito mais sadio, muito mais tranquilo do ponto de vista da condição alimentar, não do ponto de vista de ser digno de casa, de patrimônios, a pessoa tinha muito menos, quem tinha tinha, quem não tinha não tinha nada (...) todo mundo vive num patamar pelo menos mais estável no ponto de vista da aparência, né?”. Afirma RRCF-AC6 que: “Pelo um ponto de vista antigamente a coisa se tornava melhor (...) no meu caso quando cheguei no Acará (...) existia muita abundância sobre a alimentação, quer dizer, o camarada, a gente morando na margem desse rio a gente não se preocupava, não passava necessidade, porque a maior necessidade que afeta o povo, eu não digo só brasileiro, como mundial, porque a gente vê pela televisão (...) é o povo (...) da África, passa gente que ajunta um punhadinho de arroz quando cai na areia, o camarada junta com areia e tudo pra come, porque tá desesperado de fome, é a fome que acaba com a gente. E, no entanto, nessa época a gente não passava fome, e também não existia como hoje essa onda de doença, que no meu ponto de vista é causado mais pelo próprio homem, é tanto remédio, é tanta imundice (...), hoje nós não comemos um tomate que seja natural, né?(...) Qualquer tipo de hortaliça, de verdura, de legume que a gente come não é natural, né? Essas galinha que a gente come hoje, que inclusive o pessoal consome muito (...) eu acredito que não é muito assim coisa saudável pro nosso organismo, puxa! (...) Só que nessa época não existia tanta coisa assim, a gente comia, hoje a gente não sabe o paladar da carne do boi, hoje o paladar da carne do boi é muito diferente do boi (...) natural. Então, nessa época a coisa parecia melhor (...) porque a gente não passava fome, não passava necessidade (...) Hoje eu não posso matar um macaco [porque] eu to sujeito a ir pra cadeia. Assim como o progresso vai chegando num lugar, as dificuldades vêm junto também, aí vem o

assalto, vem o seqüestro, vem (...) tudo que não presta vem nessa correnteza junto com o progresso, né? (...) Eu ouvi o Fernando Henrique dizer num programa de televisão: Que o Brasil é um país democrático, e que a cidadania do brasileiro deve ser respeitada. Então eu gostaria de fazer essa pergunta pra ele: O que ele entende de democracia e, quem deverá ser considerado cidadão brasileiro, é só aquele que nasce no berço de ouro, que tem anel de grau no dedo? Quer dizer que o caboclo que nasce nas cabeceiras desses igarapés, o analfabeto, esse não é cidadão brasileiro só porque não tem uma instrução? Aonde tá? Porque eu não vejo respeito nenhum sobre a cidadania brasileira. Existe, como é que se diz? Têm algumas descrições, mas de um modo geral não”. MASS-AC8 diz: “Eu acho que naquela época assim, tinha pobreza, mas pelo menos nós éramos ricos em tantas coisas porque tinha onde você, por exemplo, você comer, de repente você pegava uma caça, um peixe (...), o açaí (...) e hoje em dia é difícil (...). Hoje tem muita pobreza (...) a dificuldade tá maior do que naquela época, naquela época nós tínhamos pobreza, nós tínhamos dificuldade, mas a gente tinha (...) tinha tudo, tinha uma farinha (...) hoje, às vezes, a pessoa que(r) e não tem...”. LJCS-AC9 afirma que na “... época dos cabanos eles tinham o dinheiro, eles tinham o meio de sobrevivência (...) e hoje nós não temos o dinheiro, e a caça, a pesca, a alimentação tá raro demais, tudo que você quiser, a vestimenta, tudo, tá tudo caro, antes não (...) a pobreza de antigamente não era pobreza, eles tinham dificuldade pra comprar, eles tinham dinheiro, eles conseguiam dinheiro, mas tinham dificuldade de comprar, hoje a gente consegue o dinheiro, mas tem o que comprar e a dificuldade de ter o dinheiro (...). Então, eu acho que a pobreza de hoje é pior que a de antigamente”.

Nesse bloco, as RSs apontam a época da Cabanagem como sendo de mais riquezas naturais, pois a mata virgem possibilitava meios de sobrevivência através da caça, coleta e pesca, portanto uma alimentação mais saudável, mais rica, sem agrotóxico

ou quaisquer produtos químicos, resultando em menos doenças que nos dias de hoje. Havia como obstáculo a figura do patrão, que para eles era alguém que determinava o que vender, como vender e o preço. Geralmente esse patrão era o comerciante da região que comprava do agricultor, caçador ou pescador e vendia, para eles, mercadorias ao preço que estabeleciam. O caboclo não tinha a liberdade de estabelecer ou negociar o preço do que vendia, pois Belém ficava muito distante para viajar de canoa, sendo assim não podiam vender tão facilmente seus produtos na capital; A figura da escravidão também está presente, bem como a imagem da zona ribeirinha mais povoada.

Nessas representações, a época da Cabanagem está (re)construída como uma mais recente, tempo dos seus avós, pais, ou mesmo, na época da sua juventude, por exemplo. Isso é importante para entender o grau de insatisfação com o presente que o povo tem. Nessa insatisfação com o hoje, os entrevistados acabam vendo a pobreza como maior do que antes, pois, segundo eles, as pessoas têm mais autonomia, mais possibilidades de comprar, liberdade de ir e vir, todavia, há falta de dinheiro para isso; há muitas oportunidades de se ganhar dinheiro, mas faltam recursos financeiros para isso. A caça é proibida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA e, o pescado está escasso, resultando na fome e dependência muito maior com a cidade. Por outro lado, os alimentos nos dias atuais possuem conservantes químicos, resultando em doenças que pioram a condição de vida do povo. O medo de assalto, sequestro, entre outros problemas sociais está presente nas RSs em Acará, não só trazido pelo progresso (que para eles é uma faca de dois gumes), mas também visto nos noticiários de televisão, resultando em pânico. Reclamações como: falta dos direitos sociais do caboclo da região e políticas públicas, também estão localizadas nas RSs. Isso demonstra que, através deste tipo de pesquisa, pode-se, com mais eficiência, detectar os

reais interesses das populações, servindo de diagnóstico social para projetos que, realmente, solucionem os problemas dessas cidades.

Quanto à possibilidade de haver outra Cabanagem, os entrevistados se manifestaram do seguinte modo: RJN-AC2 afirma, “*Se continuar do jeito que eles estão que é invadir de maneiras inadequadas, de maneira violenta essas terras, sim!*”. RRCF-AC6 diz: “*Uma nova Cabanagem! Eu faria!*” MASS-AC8, demonstrando dúvidas, diz “*Eu acho que poderia existir (...) é uma coisa, mas difícil assim, sei lá! Hoje em dia evoluiu muito, tá mais difícil.*”. Nota-se, nestas RSs, que a revolta com as administrações municipal, estadual e federal está presente pela falta de políticas públicas que realmente saciem as necessidades do povo da Cidade de Acará. É nesses descontentamentos que há o perigo de uma revolta, principalmente contra a grilagem de terra que está denunciada nas RSs como um sério problema no Município. Não se pode deixar de observar que a insatisfação pode levar o oprimido a reagir, e essa reação pode ser de diversos modos: Derrotar os políticos pelo voto; organização de luta por sindicatos, associações. Ainda se observa o medo de repressão caso se manifestem, pois o Brasil viveu durante muito tempo uma ditadura militar, quando a censura política tolhia toda liberdade de expressão contrária à ideologia dominante, o que se reflete nas RMs até hoje.

Neste outro grupo, os entrevistados se manifestam da seguinte maneira: JMA-AC4 fala que seria “*... muito difícil, muito difícil (...). Lá no Baixo Acará tem uma associação das pessoas que eram descendentes do escravos (...). Então, eu não imagino que eles vão (...) voltar como era antes, e não vai acontecer, pode acontecer coisas parecida, né? Diferente daquilo, mas não vai, e muito difícil, não vai acontecer*”. Para JDF-AC5 “*Hoje se tem dificuldade de se articular uma nova Cabanagem, não porque a gente não tenha condição de fazer isso, porque os meios de comunicação são*

favoráveis a fazer isso (...). Então naquele (tempo) não tinha meios de comunicação, as pessoas se comunicavam com recado, com carta, com bilhetinho, um sinal, alguma coisa, mas existe segredo também, no ponto de vista organizativo hoje eu acho muito difícil alguém fazer uma revolução aqui (...) uma nova revolução, pra tentar uma nova revolução que no outro dia a polícia não [es]teja cercando (...) porque também o meio de comunicação de quem é contra a gente, ou de quem tá oposto, vai ser muito mais fácil de se chegar, então eu acho que hoje as pessoas, apesar de ter facilidade de articular também são muito mais fácil de ser pegos de surpresa”. LJCS-AC9 diz que outra Cabanagem “Eu acho difícil porque (...) antigamente nós tínhamos pessoas com interesse de luta da comunidade, hoje nós temos pessoas com interesse de luta pra interesse próprio”. E continua afirmando “Hoje eu acho difícil um movimento igual ao movimento cabano, eu acho difícil alguém tomar peito pra tomar o governo como o movimento cabano fez, eu acho difícil alguém no Pará, alguém chegar e dizer: nós vamos tomar o governo pra nós, pra comunidade...”. O medo da repressão e o desinteresse das pessoas em reivindicar, a falta de organização social, por não possuírem os meios de comunicação necessários e a falta de lideranças seriam os principais motivos de não haver uma nova Cabanagem.

Nas representações dos dois grupos, apontam-se a necessidade urgente de se criar políticas públicas através de métodos participativos que envolvam as comunidades e autoridades na elaboração de projetos comprometidos com a satisfação do povo. O problema da grilagem de terra, falta de hospital, dificuldades para conseguir alimentos, dentre outros relatados pelos entrevistados no decorrer da pesquisa no Município de Acará, demonstram a necessidade de intervenções sociais urgentes para dar qualidade de vida para aquele povo.

Quanto a descenderem de cabanos: 83,33 % se declararam descendentes de cabanos, alguns destes hesitaram um pouco antes de assumir isso, talvez por receio de discriminações, ou porque estavam diante de um entrevistador desconhecido; 16,66 % não manifestaram ser descendentes de cabanos ou legalistas; nenhum entrevistado se declarou descendente de legalistas, o que leva à conclusão que o orgulho do povo são os cabanos, tanto que, no decorrer da pesquisa, sempre se referiam ao Acará como o berço da Cabanagem.

Para concluir este subcapítulo, vale dizer que as pessoas esperam que se perpetuem as histórias contadas por seus avós, o que pode ser observado nas afirmações seguintes. JDF-AC5 que diz: “... *não se exerce essa atividade de estudar, de conhecer profundamente a nossa história, ou a história dos nossos cabanos, então tudo que agente têm é contado.*”. E continua fazendo: “... *se tiver oportunidade, ou que se for possível se traga para os nossos filhos, pro meus filhos, pros filhos do povo acaraense, um conhecimento profundo sobre a Cabanagem, porque foi a nossa história, é a nossa cara, e a gente não conversa, não conhece, não vê, não têm assim noção do quê que foi a Cabanagem (...). Mas o quê que ela trouxe de fato pra gente (...) que a gente possa viver no nível que a gente vive - chamada liberdade...*”. MASS-AC8 diz que: “... *deveria ter mais a fundo essa história da pesquisa (...) se fosse mais a fundo do negócio, né? Do fato que aconteceu...*”. JMA-AC4 afirma que: “... *ninguém valorizou, nem os próprios políticos não valorizaram a Cabanagem aqui dentro do Acará...*”. Os entrevistados gostariam que sua história sobre a Cabanagem fosse ensinada nas escolas, contada em livros, respeitada e que os jovens dessem mais valor a isto. Cabe às autoridades e pesquisadores olharem com atenção a história da Cabanagem no Acará, pois foi lá que aquela guerra iniciou e, onde muitos vultos da história daquela luta se refugiaram. A representação mental e social da Cabanagem é de grande importância

para se identificar fatos passados oralmente de pais para filho, avós para netos, pois, além de revelar os fatos que a história oficial não contou, desvela os problemas sociais do presente dos entrevistados que (re)criam fatos permeando com o presente e, com isso, pode-se fazer um diagnóstico das necessidades do povo e elaborar políticas públicas participativas que solucionem ou, pelo menos, amenizem os problemas detectados nas representações.

5.4 NA ILHA DE COLARES

Para RSAO-CL1, a Cabanagem *“Foi um movimento, né? Uma revolução que houve no Pará, onde Colares é um ponto (...) de vigilância dos Cabanos, eles vinham (...) se colocavam aqui (...) de guarda costa, né? Para evitar que os invasores viessem pelo mar”*.

TACM-CL7 que afirma *“... foi um período em todo o Brasil, (...) desde o Brasil Colônia nós sofremos várias consequências e várias revoluções, e a Cabanagem foi uma que abrangeu nosso Pará, e tivemos vários fatos, como Angelim, Felix Clemente e os demais que eram da revolução da Cabanagem. E entre outros propósitos, foi Belém do Pará na época (...) ficaram rebeldes, não com o cumprimento da lei do governo das Províncias, eles se espalharam para os interiores e Colares”*.

No período da Cabanagem no Pará, outras revoltas estouraram na primeira metade do século XIX no Brasil, tais como a Balaiada, a Farroupilha, a Cabanada. A Cabanada nada teve a ver com a Cabanagem, ela se deu no nordeste e seu objetivo principal era o retorno de D. Pedro I. Quanto ao não cumprimento de determinações dos

governos da Província, realmente isso aconteceu, pois se tratava de governos portugueses e, mesmo os paraenses reivindicando que o Império nomeasse um paraense para administrar o Pará, isso não ocorria. Fato que perdurou por muito tempo. Aliás, antes da chegada da família real ao Brasil, em 1808, fugindo das forças napoleônicas, o Pará e o Maranhão eram considerados Províncias Ultramarinhas de Portugal e diretamente ligados ao rei lusitano, enquanto o resto do Brasil estava diretamente ligado ao vice-rei. Fato bastante interessante e que, por algum motivo, mesmo depois da Independência do Brasil, a Regência brasileira manteve os portugueses na administração do Pará.

Outro fato interessante é que Belém aparece nas RSs como o centro da Cabanagem. Fato é que a ilha de Colares depende de Belém por possuir serviços de saúde precários, e, nos casos médios e graves, os doentes são levados para Belém; adolescentes têm que fazer cursinho pré-vestibular na capital ou cidades vizinhas; o comércio realiza compra e venda em Belém ou Vigia, dentre outros. Justifica-se que, Belém e Vigia sempre aparecem como referências nas representações, Belém por ser a capital do Estado e Vigia pela sua proximidade a Colares, tanto por terra, quanto por rios, surgindo, como se verá adiante, até mesmo lendas análogas.

Os entrevistados sempre afirmam a importância da Ilha de Colares para os cabanos, por exemplo: RSAO-CL1 afirma que: *“Aqui foi um ponto realmente de concentração dos cabanos, pelo local estratégico que é a ilha, um local estratégico de observação do mar (...) e evitava o acesso dos adversários”*. RSS-CL3 diz que: *“Aqui era um ponto principal dos cabanos, Colares aqui era onde os cabanos moravam. Aqui tinha uma praia aqui por nome Chácara que lá era onde era a representação deles, tem uma (...) montanha aqui que ainda tem até canhão velho por lá (...). Aqui foi o ponto turístico dos cabanos (...) antigamente era só vila”*. Para TACM-CL7: *“O ponto mais*

estratégico deles foi Colares e Vigia (...) daqui da ilha dá acesso pro continente e, de Vigia eles já vinham pra cá (...). Um dos pontos estratégicos era deles a ponta do Cajuerinho e a ponta de Santa Maria, lá eles tinham contatos com os outros também refugiados (...). Ficaram aqui pra esperar o comando de Belém da participação daquela tragédia, não só no cumprimento da lei, mas sim, da [revolução] da classe dominante, e hoje ainda temos conta de muitos cabanos”.

Por Colares ser um ponto estratégico entre Belém e Vigia, os cabanos não deixariam de explorar isso, pois facilitaria a observação de quaisquer movimentos dos legalistas em direção à microrregião do salgado, que, na época, encontrava-se sobre o domínio dos cabanos. A tomada de Vigia pelos cabanos foi por terra, mas a ilha de Colares serviria como apoio para a manutenção daquele importante frente de guerra. O orgulho da população de ter a ilha como parte importante da história do Pará, faz com que suas representações, tanto coletivas quanto sociais, afirmem que Colares era: *“um ponto principal dos cabanos”, “aqui era onde os cabanos moravam”, “Aqui foi um ponto realmente de concentração dos cabanos”*. Surgindo, até mesmo, representações mentais interessantes como: *“Aqui foi o ponto turístico dos cabanos”*. Fato é que, em todas as representações, os entrevistados enaltecem a ilha como uma forma de resgatar o orgulho e dar a importância que não foi dada pelos governos do Estado do Pará até hoje. Fato interessante é que, até o momento, apesar da separação entre a ilha e o continente não ser de nem de 250 metros, o percurso ainda é feito de canoa ou balsa, sendo que uma pequena ponte resolveria o problema da população. É fundamental que nessas representações se enalteça a ilha, pois, realmente, ela foi importante para os cabanos, e é para os moradores, para manterem autoestima e, continuarem a reivindicar a infraestrutura necessária a Colares.

A entrevistada TAMC-CL7 dá um relato da questão indígena na Cabanagem dizendo: *“Aqui eles encontravam um pacto muito grande por causa dos índios tupinambás, (...) talvez fosse umas 200 famílias indígenas também, e eles sofreram também, mas mãos deles”*. Já NGCS-CL6 diz: *“... ela se deu dos índios, veio através deles”*. Os códices relatam participação atuante dos índios e tapuios na Cabanagem, seus interesses eram de serem respeitados como primeiros donos da terra; Os tapuios, além do citado, queriam o direito à cidadania. Aliás, a Cabanagem foi composta por grupos com interesses antagônicos, unindo-se apenas no objetivo de ter um governador na Província que fosse paraense, ou, pelo menos, um brasileiro, o que somente ocorreu na década de quarenta daquele século quando, finalmente, saiu o brigadeiro Francisco José Soares de Andréia da Presidência da Província e a Corte nomeou o paraense Bernardo de Souza Franco, um bacharel em ciências jurídicas. O que, se fosse feito antes, teria evitado tantas lutas, destruições e sangue derramado.

Para RSAO-CL1, a denominação daqueles guerreiros como cabano foi *“... porque eles moravam em cabanas (...) não tinham locais fixos, era só em cabanas”*. Quanto quem eram os cabanos, surgem diversas representações que, de certa forma, assemelham-se. Diz ICRR-CL5 que, eles eram *“Pessoas, né? Que vinham se refugiar das guerras (...) das revoluções, então puseram os cabanos aqui e mais precisamente na orla marítima (...) por toda essa orla até chegar em Vigia”*. Afirma ICRR-CL5 que: *“Eles vieram pra cá e não fixaram residência ficaram amotinados só nos matos, nos manguezais e depois saíram”*. Para TACM-CL-7: *“Eles ficaram refugiados, no não cumprimento da lei que vinha trazer a eles um crime violento (...). E eram maltratados e por isso eles viviam foragidos sem direito a sua liberdade por causa dessa revolução, com [isso] eles invadiram a ilha, na época uma ilha muito bonita e com bastante acesso da natureza (...) e por aqui apareceu vários vultos da cabanagem”*. Realmente os

cabanos tanto se refugiavam na ilha de Colares, quanto a utilizavam como ponto estratégico. Um fato que chamou atenção é que um dos entrevistados disse que os cabanos não fixavam residência ali, ou seja, que não havia nativo que fosse cabano, o que não é verídico, pois até os índios da ilha se juntaram aos cabanos. Pode ser que o não fixar residência seja uma forma de desabafo, em virtude de não está havendo imigração à ilha, e, sim, emigração de famílias que buscam melhores condições de vida em cidades próximas, diminuindo a população, o que faz muita falta aos que ficam e passam a ver a ilha com uma forma nostálgica, com lembranças de quando fulano pescava, quando beltrano fazia farinha de mandioca e quando cicrano conversava, ou seja, a saudade de uma época melhor, quando havia mais amizades, mais fartura. Há necessidade, portanto, de políticas públicas que possam evitar a emigração, proporcionando infraestrutura como ponte entre o continente e a ilha, escolas mais aparelhadas, programas de extensão das universidades ligadas aos problemas da ilha, hospital equipado e com médicos e enfermeiros, programas de incentivos à produção, e outros facilitadores que fixem os colarienses à ilha.

Surgem representações sobre o tipo de roupa dos cabanos, por exemplo: TACM-CL7 diz que eles andavam “*Com roupas muito vermelhas, (...) que era na tinta do muruci e, na tinta do mangue (...) e andavam com seus chapéus (...) usavam foice, e usavam também [aquela] espingarda com as armas de fogo*”. Isso é um fato verídico, e que, de alguma forma, perpetuou-se nas representações da Cabanagem em Colares. Os cabanos tingiam suas roupas de vermelho como se fossem fardas, ou seja, consideravam-se militares cabanos, com postos, fardas, armas, na defesa do Pará.

A questão do antilusitanismo está presente quando RSS-CL3 diz que Colares “... *era uma colônia portuguesa aqui, os portugueses foram, até embora daqui por causa dos cabanos, pra não morrerem tudo na mão dos cabanos aqui*”. O comércio do Pará,

durante muito tempo, era feito por portugueses, até o final do século XX muitos comércios eram de portugueses e, em Colares, não seria diferente. Se há um saudosismo porque Colares tinha comércio mais ou menos diferente do de hoje, este se manifesta culpando os cabanos pela retirada dos portugueses da ilha, fato é que os revoltosos realmente perseguiram os portugueses na Província, assim como estes quando estavam no governo, os perseguiram também. No entanto, após a Cabanagem, o comércio se regularizou, e se os portugueses se retiraram de Colares, foi em busca de outros investimentos econômicos mais rentáveis. O que falta por parte do governo é estímulo financeiro em termos de empréstimos, financiamentos, incentivo ao associativismo e cooperativas, para que a ilha de Colares tenha uma economia mais competitiva.

Para RSAO-CL1 “... *eles tinham um objetivo: tiravam das pessoas que tinham mais para dar para os pobres*”. Ou seja, surge a esperança de um Robin Hood que tira dos ricos para dar aos pobres, heróis que salvariam os pobres das condições sociais impostas pelos ricos.

Já LPF-CL4 relata que: “... *eles chegavam aqui na sua casa levavam o que você tinha dentro da sua casa, pegavam algumas pessoas levavam também...*”. Conforme RSS-CL3: “*A Cabanagem era uma gente ruim (...) pessoa chegava perto do outro matava (...) pra tomar o que tu tinha pra levar (...) a vida deles era matar (...). Eles eram tão ruim, os cabanos, tem um lugarzinho por nome Bacuiriara (...) um lugarejo ai, então eles iam lá pra praia, [e] as pessoas que vinham de noite de lá pra cá, ou daqui pra lá, eles matavam, corriam atrás dos pessoal e matavam o pessoal sem que nem pra que. Os cabanos só serviam pra isso, tomar as coisas dos outros, matar os outros, essa que era a maior proporção dos cabanos aqui no Pará*”. Surgem, no entanto, depoimentos que defendem esse comportamento dos cabanos em Colares como o da entrevistada TACM-CL7 que diz: “*Quando pegavam alguém eles também*

castigavam porque era o castigo que eles recebiam, eles repassavam também”. Em um depoimento anterior, ela ainda diz “*Eram maltratados e por isso viviam foragidos*”. Essas representações nas quais os cabanos aparecem como maus, ladrões, assassinos, etc., são reflexos da imposição dos dominantes do cenário político paraense, que até a primeira metade do século XX, ainda idolatrava Andréia, Cochrane, e a escola como uma divulgadora das ideologias dos dominantes para os dominados, foi um dos grandes instrumentos de propagação das discriminações contra aqueles que se revoltavam contra as elites. Essas idéias, durante muitas décadas, mantiveram-se em livros, discursos de professores, escolas, conversas em calçadas com familiares. Só, recentemente, é que houve o resgate do lado cabano na história do Pará, não na sua totalidade, mas como um embrião. O reflexo destas mudanças ainda não chegou às conversas de calçada com a família, o que, em Colares, apresenta-se como a principal forma de propagação das RCs e RSs. Há casos, porém, em que as pessoas acreditam que os cabanos cometeram muita violência e justificam as atitudes destes dizendo que eles eram perseguidos e tinham que agir assim.

O final da Cabanagem na ilha de Colares ocorreu, segundo TACM-CL7, da seguinte forma: “*E depois com o passar dos tempos, por ai, morreu os foragidos por insolação, a varíola e outras doenças que contagiavam...*”. Ou seja, os cabanos em Colares não foram derrotados, morreram muito tempo depois de morte natural, ou seja, pelas doenças da época. Relatos de varíola e outras doenças que surgiram de forma epidêmica na Província do Pará nos meados do século XIX, estão em documentos da época e livros sobre a Cabanagem. Não há relatos de invasões legalistas na ilha, nem mesmo, combates em suas terras.

Colares, pela aproximação que tem com Vigia e, também, por esta ter pertencido àquela cidade, sempre figura em algumas representações dos entrevistados. ICRR-CL5

diz que *“Em Vigia sim que eles ficaram lá, né? Tanto que lá aquela igreja de pedra (...) diz a história que os cabanos foram jogados mortos naquelas pedras e sentaram cimento...”*. Quanto ao mito dos cabanos acimentados nas construções, foram visitadas por este pesquisador diversas construções antigas e somente foi identificado que, no processo de edificação, usavam conchas e outros mariscos, e que a elite dominante se utilizou dessa falácia para criar pânico nos cabanos e na população de Vigia e cidades vizinhas, sendo assim não seria difícil essas histórias terem chegado a Colares pela aproximação das duas cidades. Segundo as pesquisas, esse fato não ocorreu.

Mitos e lendas sempre se frutificaram na representação coletiva e social do povo, não só quanto à acimentação de cabanos em construções antigas, mas quanto a “fantasmas” e tesouros. Nessas RMs e RSs dos entrevistados, surge o imaginário envolvendo possibilidades de encontrar tesouros, riquezas, fortunas e heranças, que teriam sido enterrados por cabanos. RSAO-CL1 diz que: *“Até hoje ainda há na lembrança, né? Ou até em sonho que determinados cabanos vêm dar o dinheiro, herança que tem enterrado (...), agora as pessoas dizem que não vão tirar porque tem medo, porque tem [que] se fazer isso, ou uma outra coisa muito mais (...), e as pessoas têm medo (...) de encarar essa situação”*. O mesmo entrevistado conta outra história onde diz que: *“Uns dez anos atrás aconteceu um fato muito curioso aqui em Colares, eu pude conviver: Se instalou na Ponta do Humaitá, é um lugar estratégico do município de Colares (...) um pescador se instalou lá, ele tinha curral de pesca, né? Fez um curral, aí algum tempo depois ele sumiu imediatamente esse homem daí, e o pessoal curioso começou observar na casa dele, e viram, né? Uma cova bem grande que ele tinha feito, e o pessoal acharam que foi um taxo, né? Cheio de dinheiro, (...) que ele tirou e sumiu, nunca mais apareceu”*. LPF-CL4 afirma que: *“... eles traziam muito ouro, muito ouro mesmo, aonde então eles não podiam vender e nem usar aquele ouro*

(...). *O que eles faziam, eles cavavam um poço (...) jogava aquele ouro e, quebrava o vidro, quer dizer que as pessoas não podiam tirar, como Colares tem e, na frente de Colares, ai da igreja, tem um poço que agora já entupiram naturalmente, e que tinha esse ouro. Também no Humaitá nós temos uma pedra de mármore que é (...) a coroa, não é da Espanha, não é da França, porque tinha [assim] eu me lembro tão bem que tinha um SRACOI, inglês né? É França, não podia ser Espanha, então eles andavam, eles andavam muito, muito mesmo, pra ver ouro, pra ver as pessoas. Então, as pessoas tinham muito medo, as velha, naquele tempo, se cobriam, se escondiam que há chegou as cabanagem, chegou os cabanos, eles andavam de vermelho, um chapelão mesmo, aquele cangaço mesmo nas costas aí. (...) Colares era muito rico, é muito ouro, machadinho, machadinho, (...) alias a ilha de Colares todinho. Nós temos ai um lugar por nome , esqueci o nome agora, que tem uma praia linda, linda ai, esqueci o nome, que não fica frente a Vigia, que fica desse lado (...) ai é uma praia rica onde os cabanos também ficaram lá muito tempo”. Este imaginário surge pelas dificuldades financeiras que grande parte da população da ilha de Colares passa, daí muitos acabarem acreditando que uma mudança de vida só poderá ocorrer se acharem um “tesouro”. Esse é o reflexo do desemprego no Pará e no Brasil, o que dificulta ascensão social, restando, ao pobre, a esperança de que só pode mudar de vida ganhando na “loteria” ou achando tesouros escondidos.*

Outro fato observado nas RMs e RSs é que os entrevistados sempre afirmam, no caso dos “tesouros”, que viram, ou que alguém de sua confiança, ou de muita respeitabilidade em sua comunidade, achou tal riqueza como uma forma de dar “veracidade” aos seus relatos.

Esses relatos de tesouros enterrados lembram as histórias de piratas. Vale lembrar que houve piratas na microrregião do salgado. É o caso de John Priest que não

ficou claro nos códices estudados se era americano ou inglês. Fato é que John Priest roubou a carga do navio inglês Clio, em Salinas, matou parte de sua tripulação com ajuda de índios e vendeu as armas e munições aos cabanos da cidade de Vigia. De certa forma, esta história se perpetuou nas representações do povo daquela ilha, sofrendo ancoragem com estórias de piratas que enterravam tesouros e, não usufruíam deles. Houve (re)construções em que o cabano foi substituído pelo pirata e o misticismo do sonho da revelação como uma das formas de encontrar esses tesouros. Deve-se lembrar que os cabanos roubavam algumas coisas para comprar armas e munições, porém o que eles mais roubavam eram alimentos e munições, ouro, sim, mas pouco, todavia, não perderiam tempo enterrando ouro, pois queriam resultados imediatos.

Quanto a “fantasmas”, assombrações, dentre outros, RSAO-CL1 diz que: *“Mamãe também conta casos, né? Que ela pode confirmar, quando ela [era] garota com minha avó (...) numa dessas caminhadas, né? (...) hora de meio dia (...) encontrou um homem desse, um cabano. Ela diz que era um cabano porque ela tinha lembrança de um cabano pelo fato de como os pais dela contavam como eram os cabanos, aí pegou viu um homem, né? Caracterizado com uma roupa tipo tinta de sangue (...) de mangue (...) cor de sangue com uma machada na mão, chapéu bem grande e tal, aquele homem rústico barbado e tal...”*. Para TACM-CL7: *“Parece que faziam uma lenda, uma história pela beira da praia (...) com a roupa toda vermelha, um capuz vermelho, aquelas armas, e só apareciam assim em noites escuras”*.

É possível que medo dos fantasmas dos cabanos tenha passado a existir nas representações como fruto da ideologia legalista que pregava que os cabanos eram malfeitores, assassinos, assaltantes, entre outros termos que denegria a imagem daqueles guerreiros. Daí, ser possível que nas (re)construções do que era falado nas escolas, conversas com amigos e parentes, surgissem os cabanos como “fantasmas”,

“assombrações”, para manter a população com temor de uma nova idéia de Cabanagem. Nesse caso, as pessoas mais idosas teriam sido vetores para propagar essas lendas e mitos.

Quando se pedia para os entrevistados compararem a pobreza da época dos cabanos com a de hoje, obtêm-se as seguintes representações: Diz RSAO-CL1 *“Eu atribuo do passado, do tempo dos cabanos com agora, claro que houve uma evolução devido as cabeças que mudaram, né? As pessoas, naquele tempo, tinham uma cultura (...) não elevada como as pessoas têm agora, pessoas menos esclarecidas. No meu ponto de vista, naquele tempo talvez era por falta realmente de desenvolvimento e, hoje já têm pessoas que já podem se desenvolver melhor, né? Vamos dizer exploração, né? De espaço, de terra, já pode cultivar tudo, e naquele tempo, vamos dizer, não tinha pessoas para esclarecer o que deviam fazer para sobreviverem, né? E o pessoal era pobre, tales por falta de esclarecimento, mas com certeza há diferenças (...). Agora eu acho que ta muito melhor...”*. LPF-CL4 compartilha de pensamento semelhante, dizendo que, naquela época, *“Era pior, porque os cabanos, eles também matavam, (...) além deles roubarem pra comer, essas coisas, os ouro e tudo, eles matavam, então é muito melhor agora, nessa época é melhor do que no tempo dos cabanos...”*. Segundo TACM-CL7 *“Na época dos cabanos era como se fosse a época de hoje, mas só que eles não tinham liberdade pela classe dominante, não tinham liberdade de seu trabalho (...). Nós estamos num país que somos livres, temos os nossos direitos, temos autonomia de poder falar, de dizer o que nós sentimos, e não é mais aquela: você não fala porque você não serve pra nada e você vai ser fuzilado”*.

Nessas RSs, aparece o período da Cabanagem como se não houvesse desenvolvimento econômico na ilha, pois havia falta de escolas e esclarecimentos, o que levava à falta de alternativas; a violência que surgia de ambos os lados. Não se pode

esquecer a tragédia do Brigue Palhaço e que legalistas matavam e cortavam as orelhas dos cabanos para servir de troféus. Os cabanos também perseguiram e matavam portugueses e maçons. A falta de liberdade de escolher o que plantar e o que colher, a falta de liberdade de expressão leva a população nessas (re)construções, a mostrarem sua falta de autonomia. É perceptível, no entanto, que essas representações começam a sofrer misturas ou influências com outros fatos como a Revolução de 1930 e a Guerra Civil de 1964.

RSS-CL3 afirma *“Era melhor a sobrevivência deles, né? Porque eles tinham tudo à vontade pra eles aí: tinha o peixe, tinha a farinha, tinha o pessoal que eles roubavam, matavam (...) nesse tempo tinha jóia, tinha dinheiro, aqui nessa ilha era uma vida excelente pra eles (...) por isso eles se localizaram em Colares, por causa disso, porque era muito farto, tinha os portugueses”*. Vale observar o relato de RSS –CL3 quando diz: *“Aqui era uma ilha que não tinha pobreza mesmo, o que um tinha dava pro outro, era tudo um sistema assim de vizinhança (...), o que um não tem, o outro tem vai servindo, assim era nessa época, os pescadores iam pescar e não vendiam o peixe, vamos dizer se eu fosse pescar - todas essas casas que são meus vizinhos - eu trazia peixe suficiente pra dar um peixe pra cada um (...), o cara tinha uma roça fazia farinha, no dia que ele fazia farinha, ele reunia os visinhos mais próximos dele pra tudo ajudar, pra dividir um pouco pra cada um. Assim era a vida daqui dessas região Colares”*. E ainda exclama *“Hoje em dia ninguém dá valor pra ninguém não, ta tudo difícil!”*. Segundo ICRR-CL5: *“A pobreza daquela época eu acredito que se dava pelo fato de não ter opções de trabalho; hoje eu acho que a pobreza é mais assim, sem contar com a falta de apoio (...) das autoridades, sem contar com isso, mais o povo é muito acomodado, muito comodismo. Então aqui em Colares só passa fome quem não quer trabalhar, porque tem tudo pra se viver, tem pesca, (...). Então a pobreza que eu estou*

falando não é a pobreza, a miséria, é o problema de você não [ter] mais conforto, mais materiais (...). Então, eu acho que naquela época não tinha opção de trabalho. Mas o país já entra a falta de apoio, a politicagem (...). E antigamente não tinha isso...”. De certa forma NGCS-CL6 compartilha semelhante idéia, pois diz que: “Antes era melhor de viver, porque não tinha violência, antes você podia (...) curtir melhor a vida, aproveitar tanto a natureza, quanto a sua vida social, ou no lar; hoje em dia você (...) vive presa até no seu lar, você não pode sair tem muita violência. A pobreza hoje em dia (...) existe pra quem não quer, não existe pobreza aqui pra nós (...) você vai a praia pega um camarão, vai tirar um caranguejo, vai pescar. Tão só morre de fome quem quer (...). A pobreza ela existe sim, mas nós temos que saber usar a nossa cabeça pra poder avaliar esses pontos, só morre quem quer, de fome...”.

Nesse bloco, a RC é que, na época dos cabanos, era melhor, mas em certos momentos e situações, (re)criam juntando a Cabanagem com épocas mais próximas, como no período de infância dos entrevistados quando, para eles, as coisas eram melhores. Alegam que hoje é pior, pois, na época dos cabanos, havia fartura de peixe, farinha de mandioca, havia o dinheiro impulsionado pelo comércio dos portugueses em Colares. Hoje, para esses entrevistados, há muita violência, a ponto das pessoas não poderem mais ter sua vida social, sair para um passeio, para uma festa, nem mesmo, ter segurança no próprio lar, pois correm perigo de assalto, linchamentos por “gangs”. Surge também a desconfiança nos governos e autoridades em geral, pela falta de políticas públicas para a ilha.

Um detalhe especial é que a nostalgia de um tempo não muito distante, em que as pessoas viviam de troca de favores entre vizinhos, surge nas representações, pois tinham um tipo de sobrevivência em que quem produzia farinha de mandioca, pescava

ou colhia alguma coisa dividia com os vizinhos, algo que não pode nem ser chamado de comércio de troca. Isso ocorria, até pouco tempo, na ilha de Colares.

Quanto a haver uma nova Cabanagem, afirma RSAO-CL1: *“Eu acho até impossível pelo fato da evolução da mentalidade das pessoas (...). Hoje em dia agente já vive uma era supermoderna, né? Naquele tempo não (...). Pode haver outras revoluções de outras formas, cabano eu acho [que não]”*. RSS-CL3 afirma que: *“Não”* e continua dizendo que *“Agora o que pode existir é uma pirataria, que está existindo no Brasil inteiro e no mundo. É uma pirataria já não é mais Cabanagem, já é pirataria”*. ICRR-CL5 diz: *“Acho que não (...) naquele mesmo estilo não (...). Hoje tem muita alternativa para evitar o conflito, né?”*. Outra Cabanagem não poderia surgir conforme os entrevistados desse bloco, pois as pessoas estão mais esclarecidas, portanto, as formas de lutas são outras, como a negociação e as greves. A luta armada não é alternativa, ou seja, as pessoas buscam a paz, a tranquilidade, a segurança.

Há entrevistados que acham que poderia surgir uma nova Cabanagem, por exemplo: TACM-CL7 afirma que: *“Só se o governo não der atenção para o povo (...) poderá ter uma nova Cabanagem”*. Para NGCS-CL6: *“... é possível sim, muito possível agente reverter esse quadro, né? Da consciência (...) das pessoas da comunidade, dos líderes da comunidade, pra gente reverter esse quadro, que é possível sim, muito em busca [r] pessoas que vão liderar esse grupo, pra gente conseguir resgatar essa Cabanagem novamente, e há possibilidade de resgatar ela novamente”*. Nesse bloco, a possibilidade de haver uma nova Cabanagem ainda está presente, em virtude da falta de políticas públicas que realmente solucionem os problemas básicos da população que se revolta cada vez mais. Isso talvez ainda não tenha acontecido por falta de conscientização e lideranças na comunidade.

Nos relatos dos entrevistados, observam-se problemas sociais graves que afloram em suas representações, dentre eles a questão da diminuição do pescado, da produção de farinha de mandioca, a falta de atenção das autoridades quanto aos problemas da ilha, falta de apoio e de organização dos próprios moradores para reivindicarem mudanças significativas, projetos que gerem empregos para evitar problemas sociais graves, tal como a violência, pois esta se reflete em vários relatos como geradora da insegurança das pessoas participarem de festas, reuniões sociais e, principalmente se sentirem seguros em suas próprias casas. Coisas simples como uma ponte de menos de 250 metros põe a população em um contato mais rápido e melhor com o continente, um hospital com médicos e equipamentos, dentre outras medidas resolveriam problemas que se arrastam por muitos anos. Nota-se que parte da população não está satisfeita com os políticos que nada fazem pela ilha, e isso é complicado, pois a insatisfação leva à rejeição, e esta pode levar a atitudes drásticas de um povo abandonado pelos projetos dos governos. Daí, serem necessários projetos participativos com as comunidades da ilha para identificar seus anseios quanto à infraestrutura básica, para oferecer serviços que realmente solucionem os problemas. Na ilha de Colares, esses problemas necessitam de políticas públicas realizadas através de planejamento participativo comunitário, com o envolvimento e comprometimento das comunidades e das autoridades competentes.

Quanto à descendência dos entrevistados: 50% desconhecem se descendem de cabanos ou legalistas; 33.33% se declaram descendentes daqueles que lutaram contra os cabanos; 16,66 % se consideram descendentes de cabanos. Durante a entrevista, foi notado que um dos entrevistados se disse descendente de cabanos, mas logo mudou de opinião dizendo que desconhecia sua descendência. Pode-se observar que existe certo receio de se declarar descendentes de cabano. Isso é um reflexo da ideologia dominante

que até metade do século XX, colocava os cabanos como bandidos, assassinos, malfeitores, e perpetuou-se na memória do povo, que tem medo de assumir tal descendência com receio de ser marginalizado ou comparado com os cabanos. Fato é que Colares, pela sua aproximação com a cidade de Vigia, pela localização na microrregião do salgado, por ser uma ilha que se apresenta de forma estratégica entre Belém e Vigia, por ter índios que, na época, lutavam a favor da Cabanagem e, pelos cabanos terem ficado durante muito tempo lá, dificilmente não teriam apoio e recrutamento da população da ilha. Daí, o percentual de pessoas que dizem ter descendência de cabanos ser menor perante os descendentes de legalistas e os que declaram não conhecer sua descendência pode ser irreal, um reflexo do receio perpetuado da discriminação que houve da Cabanagem.

Se parte significativa da população não se declara descendente de cabanos, não quer dizer que não dão a devida importância para a Cabanagem, tanto que fazem questão de frisar o papel da ilha para aquela guerra civil, além de relatos que ainda põe a Cabanagem como formadora de sua cultura. NGCS-CL6 diz: *“A Cabanagem, ela foi uma coisa muito importante na vida do ser humano, porque ela não só deixou, mas ela trouxe, prosperou muita coisa entre nós”*. E ainda continua dizendo: *“A Cabanagem, ela não se deu de hoje, ela veio dos antigos e ela faz parte da nossa vida, hoje em dia toda a tradição que vem dos antepassados se traz a respeito da Cabanagem que a população vive, muitos dão valor e muitos não, a gente com um trabalho social a gente procura saber com os idosos o que foi pra eles a Cabanagem, eles começam a conversar com a gente e falar que a Cabanagem, ela se deu dos índios, veio através deles, e daí por diante o povo vai prosperando, fazendo novidades e contexto...”*. TACM-CL7 afirma que: *“... a consequência disso tudo que: eles deixaram uma cultura*

por aí evoluindo (...), que até hoje ainda se encontra alguns (...), hoje na [inovação] do modernismo sobre os cabanos”.

Fato interessante é que somente uma entrevistada se referiu a nomes de cabanos, e estes foram Félix Malcher e Angelim, essa entrevistada era professora aposentada. O que demonstra que as escolas devem investir mais na história regional.

5.5 EM VIGIA

Para os entrevistados de Vigia, a Cabanagem foi um: *“Movimento pela libertação que veio lá de Belém”* (J.C.P.P. - V.1), *“... um movimento até então revolucionário que, segundo os historiadores, que teria arrebentado, como eles usam aqui na cidade da Vigia, Vigia que naquela época como que era um lugarejo muito pobre que teria surgido até mesmo com a vinda desses cabanos pra cá”* (O.M.R.P. - V.4), *“...um dos poucos que se tem notícia de que foi uma classe, vamos dizer, mais empobrecida, uma classe menos intelectualizada, uma classe assim, vamos dizer do povo, né? Que tomou a frente, se rebelou contra a centralização, centralização política, né? Isso é o que mais me chama atenção, porque isso foi um dos momentos, um dos movimentos que veio, que repercutiu sobre a questão da descentralização político-administrativa, né?.”* (R.T.S.R.P. - V.5).

Esse movimento, segundo a tradição oral da cidade, teria saído de Pinheiro, passado por Porto Salvo em Colares, até chegar a Vigia. O.M.R.P. - V.4 diz que: *“Em Porto Salvo, hoje é uma Vila, eles se aglomeravam lá... De lá eles vieram aqui pra essa luta corporal, muitas mortes...”*. Há um Romance sobre a Cabanagem, escrito por

Arruda (1969), que diz que os cabanos teriam vindo pela estrada de Vigia. O entrevistado O.M.R.P. - V.4 apesar de dizer que os cabanos vieram por água, dá uma pista que leva à história oficial quando diz: *“Apesar de na Vigia, naquela época, ser caminhos”*. L.A.P. - V.7 afirma que: *“... contava que às 10 horas, um pouco mais ou menos, eles chegaram lá pelo Portinho, Igarapé do Portinho. Aqueles homens feio, com aquelas roupas tudo metido na casca, na tinta da casca de pau vermelha, aquelas espingardas grandes que chamavam de cravinote, né? Era cravinote, terçado, era foice (...) com dois ou três dias mataram o Barão de Guajará lá no Trem de Guerra”*.



Ilustração 2 - Trem de Guerra – Vigia-PA



Ilustração 3. A Cabanagem em Vigia, tendo ao fundo o Trem de Guerra. Pintura de Gerson Pallheta

O motivo da eclosão da Cabanagem na Província do Pará, conforme R.T.S.R.P. - V.5 foi porque: *“Naquela época vinha tudo de Portugal, vinha do Rio de Janeiro. Todos os governadores eram encaminhados. Não existia nada que pudesse ser decidido aqui...”* Para L.A.P. - V.7: *“O que eles queria (...) a mercadoria subiu no preço, eles chegavam a uma comparação aqui no mercadinho, e diziam: ó desce a mercadoria pra fora, pro povo ou morre, aquele que se impunha (...) É o mesmo que ser um assalto agora [queria dar coisas aos pobres].”* Esse movimento *“... lutava contra a legalidade portuguesa aqui na Vigia, os portugueses dominavam o comércio, dominavam as posições chaves, a maioria dos vereadores eram portugueses”*. J.I.F.S. - V.2 diz: *“Esse movimento foi uma revolução, assim, sangrenta...”* O.M.R.P. - V.4 afirma que: *“... rebentou no Trem de Guerra”, “O movimento da Cabanagem se resume mais ao Trem [de Guerra]”* Para J.C.P.P. - V.1: Os cabanos *“Chegaram no Trem de Guerra, onde tinha os vereadores, e pediram que saíssem.”* Conforme J.C.P.P. - V.1 como os políticos não saíram, *“Desistiram de tirar os vereadores, saíram saqueando a cidade. Acharam um*

barril de pólvora. Os cabanos só pouparam o padre que foi rezar uma missa em prol dos cabanos... [os corpos] ficaram abandonados dois dias, três dias, até chegar reforços". Para J.C.P.P. -V.1, os cabanos "Eram perversos, eram quase só índios daí do Capim , eram índios bravos,(...) atiravam em qualquer comerciante". Conforme (L.A.P. - V.7). "... a população, muitos corriam de medo (...) foram (...) pra Tauá-Pará pra se esconder".

Diante dessas narrativas, observa-se que, nem sempre, os cabanos são apontados como heróis. Nota-se isso na afirmação de J.I.F.S. - V.2 que diz: *"... houve muitos excessos por parte dos cabanos, disseram que eles estavam bêbados". Outro diz que "A Cabanagem aqui em Vigia tem uma repercussão do mal, vamos dizer assim, né? O cabano, ele foi nos colocado [quando] crianças na escola, aqui na cidade foi nos colocado como pessoas que vieram para desordem, que vieram para matar, que eram como se fossem alienígenas, eram pessoas que tinha as orelhas grandes, não tem essa história que o cabano ter a orelha grande, então? As pessoas são apelidadas em Vigia, né? que eu conheço que tem a orelha maiores são chamados de cabanos (...) e isso eu ouvi por causa da história da Cabanagem na escola, existia isso comentário, o comentário era esse, então os cabanos vieram pra matar, eles vieram pra massacrar, eles queriam acabar com a população, eles queriam tomar a cidade, eles queriam a cidade pra eles, né? Eles queriam a cidade pra eles. Usavam a pólvora...".* Conforme R.T.S.R.P.-V.5: *"...eles vieram pra brigar com os padres, expulsaram daqui com o afã de conseguir riquezas que eles julgaram que os padres tinham".* R.S.L. -V.8 ainda diz que: *"Têm construções que não terminaram de construir, a Igreja com o advento da Cabanagem que brigaram com os padres, expulsaram os padres, os padres não concluíram o trabalho (...) o trabalho deles era fazer pirataria, era roubar as embarcações que subiam e desciam aí rios e baías (...). Eles eram maus, eu acredito*

que no meio deles tivesse alguns com índoles mais pacíficas, né? Que talvez tivesse o pensamento até de desenvolver alguma coisa, ou até o próprio conhecimento. Mas, assim diretamente, eu acho que a maioria deles eram homens perversos, porque eles, (...) colocaram os padres que estavam fazendo as construções de igrejas da época, eles colocaram pra correr, pra tomar o que os frades tinham, as riquezas e tal coisa. Então não eram índoles pacíficas”. O entrevistado chega a se referir aos cabanos como: “... personas non gratas”.

O mesmo conceito de malfeitores, sicários, dentre outros adjetivos, que tanto estão contidos na obra de Antônio Raiol, ainda se perpetuam na memória do povo de Vigia. Outro problema identificado é que a elite portuguesa na época tentou jogar o povo contra os cabanos, utilizando-se da religiosidade do povo, principalmente do vigiense, dizendo que os cabanos matavam os padres, destruíam igrejas, dentre outros. Até hoje, em Vigia, ainda existem pessoas que relacionam a Cabanagem com matança de padres, destruição, ou mesmo, construção de Igrejas, como a Igreja de Pedra, que não foi construída por cabanos. Chegam a dizer que eram bons construtores e que os preguiçosos eram acimentados vivos nas paredes destas Igrejas, ou seja, ao mesmo tempo que vêem os cabanos como destruidores, vêem como construtores.

Para verificar possíveis veracidades das histórias que os cabanos tinham sido acimentados nas construções, foram visitadas as velhas construções e identificou-se que se tratavam apenas conchas e outros mariscos que eram usados nas construções e, os legalistas diziam que isso eram ossos humanos para criar pânico aos cabanos e na população de Vigia, o que já foi relatado anteriormente. Esses reflexos vêm da imposição dos dominantes do cenário político paraense, que, até a primeira metade do século XX, ainda idolatrava Andréia, Cochrane, dentre outros. A escola como uma divulgadora das ideologias dos dominantes para os dominados, foi um dos grandes

instrumentos de propagação das discriminações contra aqueles que se revoltavam contra as elites. Essas idéias durante muitas décadas se mantiveram em livros, discursos de professores, escolas, dentre outros, só recentemente é que houve o resgate do lado cabano da história do Pará, não na sua totalidade, mas como um embrião para se refletir o que realmente foi a Cabanagem.



Ilustração 4. Igreja Madre de Deus em Vigia-PA. Uma das construções que os entrevistados diziam haver cabanos acimentados

Esses cabanos segundo os entrevistados eram: “*Gente simples com roupa rasgada*” (J.C.P.P. - V.1); “*Gente do povo que queria se libertar dos portugueses*” (J.C.P.P. - V.1); “*Gente do povo que queria uma melhoria, que se libertassem dos portugueses*”. (J.C.P.P. - V.1); “*... havia o povo, o povão, através do pessoal de pé no chão, que repudiavam (...) que mais tarde foram chamados de cabanos*” (J.I.F.S. - V.2); “*... recebeu esse nome porque eram cabanos, pessoas pobres rústicas (...) e que eles não aceitavam que outras pessoas se apossassem das terras*” (O.M.R.P. - V.4), “*Cabanagem porque eles moravam em cabanas e palafitas nas margens, né?*” (R.S.L. - V.8). Nota-se até aqui que a Cabanagem se apresenta como se tivesse vindo de Belém

trazida pelo povo pobre, humilde, maltrapilho que lutava contra a exploração dos portugueses, ou seja, um movimento antilusitano. “*Era um movimento que era dirigido por pessoas mais conhecidas, tinha o Eduardo Angelim, (...) Francisco Vinagre, que era um dos mais poderosos. Então, eles lideravam esses grupos. E nesses movimentos, nesses confrontos, eles vieram aqui, aqui mesmo!*” (O.M.R.P. - V.4).

Houve duas invasões cabanas na cidade de Vigia, só na “*Segunda conseguiram dominar a vila*” (J.I.F.S. - V.2). Essa afirmação serve para fortalecer a RS da resistência dos vigienses, ou seja, que não foi fácil a tomada da cidade. Mas, quem teria realizado essa resistência? Segundo L.A.P. - V.7 “*... os que lutaram contra cabanos foram os pescadores antigos, uns mataram alguns cabanos, outros os cabanos mataram ele*”. Com a chegada dos reforços legalistas, os cabanos “*... saíram daqui, fizeram numa vila que se chama Vila Nova, era tipo de umas mangueira, lá eles fizeram acampamento pra esperar a força que podia vir de Belém atrás deles, outros foram embora pra cá, pra Maracanã, pró Salgado. Batelão! A remo! Os que ficou por aqui não passou de três velhos e sozinhos onde tem a castanheira...*” (L.A.P. - V.7). Mesmo os cabanos tendo se espalhados por toda a Microrregião do Salgado⁶, “*... Vigia foi um ponto de convergência, um ponto estratégico da Cabanagem*” (R.S.L. - V.8).

Quanto à ilha de Tauá-Pará, (R.S.L. -V.8) afirma que: “*Os cabanos, no princípio, fizeram um ataque na área, lá também, com afã de conseguir riquezas, que possivelmente tivesse deixado pelo Barão de Guajará, e muitas coisas ficou por acabar lá, e outras construções estavam começando a construir, a casa do Barão propriamente dita, ficou em alicerce*”. Nota-se a questão das construções não terminadas sendo de responsabilidade dos cabanos, inclusive a residência da fazenda do Barão de Guajará.

⁶ Região costeira (limite do oceano Atlântico) do Estado do Pará.

Esta ruína, conforme observação *in loco*, se trata de uma construção que fora feita e habitada, deteriorando-se pelo tempo.

Outro fato detectado em Vigia, foi que, nas RMs e RSs dos entrevistados, estão contidos imaginários que envolvem possibilidades de encontrar riquezas através de aparições em sonhos, nos quais sempre um cabano diz à pessoa onde encontrar determinado “tesouro”, o escolhido, ao acordar, procurando, acha e muda de vida, mas tem que deixar pelo menos uma das jóias ou moedas achadas. Para os entrevistados se outra pessoa encontrar o “tesouro” sem ser avisada em sonho por algum cabano, esta pessoa não usufruirá de tal riqueza, pois uma espécie de “maldição” recairá sobre sua cabeça.

O entrevistado J.C.P.P. - V.,¹ demonstrando amizade, contou que: *“No Trem de Guerra havia um poço com uma passagem secreta onde os cabanos guardavam ouro”*. Outro entrevistado, J.I.F.S.-V.2, diz: *“Nós temos uma crença aqui, de que há ouro, muito ouro, moedas enterradas, e o pessoal pensa que isso aí depende de um aviso das almas dos mortos, o que é pura ficção e lenda, o morto não entra nisso, mas que existe material enterrado existe...”*. Pela posição que este entrevistado ocupa na cidade, quis demonstrar que, para ele, estas histórias de tesouros não passavam de lendas. Contudo, logo em seguida, afirma: *“... mas que existe material enterrado existe...”* E, logo, tenta justificar sua afirmativa dizendo: *“... a comunicação com Belém era toda por água, (...) e as águas estavam infestadas de cabanos e legalistas (...) muita gente, principalmente aqueles que tinha fortuna, como nesse caso os portugueses, eles enterraram muito material (...) quando terminasse aquela fase da Revolução retornariam para apanhar, (...) aqueles que morreram, claro, não voltaram pra desenterrar, e hoje muitas vezes a pessoa está cavando um poço, um alicerce e de repente encontra. Eu sou testemunha, na casa do (Fulano de Tal) da (Empresa X) (...) eles estavam cavando um alicerce na*

cozinha, aquela casa perto da Suburbana, quando encontraram, encontraram cordões de ouro, mas todo sujo e jogaram pela rua (...), (Beltrana) ficaram com uma pulseira que tinha uns três palmos de comprimento, uma pulseira. E mandaram limpar aquela pulseira, lavaram muito bem, limparam, e a pulseira era de prata toda maciça com desenhos. Mandaram fazer pulseira para as três irmãs...”. Há um antagonismo nessa história, ora os cordões eram de ouro, ora eram de prata. Uma pergunta ainda pode ser feita: Por que jogaram fora parte do “tesouro”? A resposta pode estar relacionada ao medo de que, por ambição, pudessem receber uma “maldição”.

Outras histórias sobre tesouros são contadas. S.L.-V.8 afirma que: *“Quando teve uma Revolta aí, que expulsaram os cabanos dessas áreas aqui da Zona do Salgado, eles deixaram enterrados por aí, em determinados terrenos e praia, beiras do litoral aí, muitas riquezas em ouro, e que muitas pessoas daqui mesmo da cidade já encontraram, até formando aquela história de que uma alma de outro mundo veio dizer, ou apareceu um vulto acolá e disse pra ele que tinha um dinheiro e, coincidentemente, sendo isso verdade ou não, muitas pessoas, a gente conhece, algumas inclusive já estão velhinhas por aí e, outras que já morreram, que deixaram pra família o resultado dessa riqueza que foram encontradas por aí, deixadas pelos próprios cabanos”*. A figura da pessoa idosa, carinhosamente chamada de “velhinha” ou “velhinho”, serve para dar veracidade à história contada, pois os anciãos recebem a consideração de não serem desacreditados pelas pessoas da cidade, além de serem respeitados e acolhidos por algum filho ou filha que lhe cuida até a morte.

Fato observado é que os vigienses que foram entrevistados, sempre chegam a afirmar, no caso dos “tesouros”, que viram ou alguém de sua confiança ou que alguém de muita respeitabilidade em sua comunidade viu, ou achou tal riqueza. Isso serve para fortalecer uma espécie de “veracidade” do seu imaginário. R.T.S.R.P. - V.5 fala de “...

um cavalo de bronze todo mundo dizia que esse cavalo tinha sido achado lá onde era o Trem de Guerra”. Em muitos casos, o Trem de Guerra está representado como um lugar de tesouros, ou mesmo de fantasmas de cabanos que guardam esses tesouros. Para os entrevistados, a tomada do Trem de Guerra pelos cabanos foi o episódio mais marcante de suas RMs e RSs. São afirmações referentes ao Trem de Guerra como a de R.T.S.R.P. - V.5 que diz: “... *os cabanos apareciam lá*”, que mostram a RS da Cabanagem dos vigienses com uma forte ancoragem a tesouros e ao Trem de Guerra.

Este imaginário surge em virtude das dificuldades financeiras que grande parte da população do município passa. Daí, muitos acabarem acreditando que para mudarem de vida só se acharem um “tesouro”, pote de ouro, tacho cheio de ouro, dentre outros, e esta possibilidade só surge se a pessoa não demonstrar ambição para merecer uma “visitação” por sonho de uma alma de um cabano que enterrou alguma fortuna. Essa possibilidade de ascensão social é tão difícil que chegam a afirmar que os que são ricos na cidade são porque acharam algum “tesouro”, como contou R.T.S.R.P. -V.5: “*Há história de que contam, né? que tem algumas pessoas, que tem um pouco mais de recursos financeiros na cidade, que elas enriqueceram porque elas cavaram onde os cabanos deixaram moedas, deixaram bronze, deixaram peças...*”.

Muitas vezes, a RS se apresenta fortemente machista. Um entrevistado disse que: “*Sempre era o pai, sempre era o marido que desenterra, nunca a mulher, nunca a mulher, nunca a mulher. Só, só os homens, isso só é destinado aos homens, aos homens. Os homens que cavam, eles que achavam*”(R.T.S.R.P. - V.5). Esse tipo de representação ocorre por causa da tradição machista que há na cidade, onde só o homem pode trabalhar e ter dinheiro, só o homem faz a história, o dinheiro é dado pelo marido, à mulher só são permitidos trabalhos domésticos. Esse machismo é observado em todas as RSs sobre a Cabanagem em Vigia, onde, em nenhuma história contada, aparecia a

figura da mulher. Apesar de existirem documentos oficiais que indicam que as mulheres tiveram participação na Cabanagem. Por exemplo: J.I.F.S-V.2 afirma que: “*Os cabanos não matavam mulheres*”. Isso demonstra que, para ele, a mulher não morria em combate, logo ela não estava presente na Cabanagem, nem de um lado, nem do outro, portanto, não está na representação daquela guerra civil.

A religiosidade católica do povo vigiense também está refletida em suas histórias: São padres expulsos pelos cabanos, padres que expulsaram cabanos, construções de Igrejas por cabanos. É nesses imaginários religiosos, que de certa forma, está ancorada a Cabanagem em Vigia. Como exemplo, na história contada por R.S.L. - V.8 que diz que: “*Dizem os que já pesquisaram que existe uma comunicação através de um túnel, da Igreja de Bom Jesus dos Passos para Igreja Madre de Deus, que eles se correspondiam por esse subterrâneo. Então, quando eles foram avisados que os cabanos vinham atacá-los aí, os cabanos ainda tiveram tempo de guardar muitas riquezas nesse subterrâneo, há suspeita que nesse subterrâneo aí, que passa por debaixo da cidade entre uma Igreja e outra, eles deixaram lá depositado, muitas riquezas em ouro*”. Nota-se que é usado o termo pesquisa para, semelhante à imagem dos “velhos”, reforçar a veracidade da história contada. No final da entrevista, entretanto, ele diz que alguém - não dizendo quem - quis pesquisar, mas não o fez por causa da tradição da cidade, ou seja, a história não pode ser averiguada para não quebrar os costumes de se acreditar nos túneis, poços e “tesouros”. Ainda sobre pesquisa, isso é feito por pessoas de mais estudo. Como Vigia, sendo cognominada de “Atenas Paraense”, não poderia deixar de respeitar a figura do pesquisador, estudioso, escritor, tanto que os escritores da cidade são respeitados e considerados pela população como conhecedores e que devem ser ouvido, semelhante à posição dos anciãos.

Nas histórias contadas, só aparecem os nomes de Angelim, Francisco Vinagre e, o único nome vigiense citado é o Barão de Guajará. Aos demais, surgem referências a índios, “pretos”, comerciantes, padres, um português que teria dado um barril de pólvora aos cabanos, vereadores, todos sem serem citados os nomes. Sabe-se que os cabanos usavam cognomes para não serem identificados pelos legalistas, mas quanto aos vereadores, esse português que deu pólvora aos cabanos, esses padres, porque não citam seus nomes nas histórias contadas? Pensa-se que isso se dá porque a distância da ocorrência da Cabanagem, ou do surgimento de uma ou outra RS já tenha transcorrido muito tempo e, se esses nomes realmente existiam nas histórias contadas, já foram apagados da memória presente. É necessário um estudo específico para identificar o motivo de tal problema, o que não é proposta deste trabalho.

Quando se pergunta se ainda poderia haver outra Cabanagem em Vigia, nota-se que os entrevistados demonstram desacreditar na mudança de sua situação social, justificada por eles devido a falta de liderança, conformação da maioria das pessoas da cidade, falta de conhecimento de seus direitos de cidadão, estrutura menos precária da cidade, com a qual os mais necessitados se conformam com facilidade; paternalismo dos governos, uma repressão hoje aos cabanos seria ainda pior que naquela época; troca de favores por votos, dentre outras, que levam a população mais carente a se conformar com sua situação. Veja-se pela própria informação dos entrevistados: *“Se o povo de hoje, aqui na cidade de Vigia, tivesse uma liderança, não digo outra [Cabanagem], conseguiria bem mais coisas. Na época, tinha gente que era incomodado com a situação”* (J.C.P.P.-V.1); *“Houve uma fase de anistia, um profundo jogo de pacificação aqui, através de Souza Franco e tal (...) e eu acredito que isso tenha diluído muito esse espírito, chamado espírito cabano. Certo? Essa luta. Você vê hoje o paraense não sabe dos seus direitos, não luta pelos seus direitos, eu considero um povo frouxo (...) Aquele*

espírito cabano de defesa do que é seu, de luta pela terra e de seus próprios bens, eu acho que não há mais. Vivem como antes, andam de cabeça baixa,...). Você encontra ainda pessoas que combate aqui (...), mas aquele povão que avançou sobre a capital e tomou o governo não tem mais” (J.I.F.S.-V.2); “Eu acho que ainda eram muito mais pobre do que os que nos procura atualmente, porque até então o movimento surgiu numa época que a cidade não tinha nenhuma estrutura. E agora, apesar das mudanças que o município já passou, esse povo que nos procura, eles são carente, mas, até então, a grande maioria tem um pedaço de terra, não é de alvenaria, mas é de madeira, de forrado de plástico, sei lá! Mas acho que quanto à condição o povo vive, que nos atendemos aqui, não é excelente em relação aos cabanos, mas eu acho que teriam uma melhor condição que eles...” (O.M.R.P.-V.4); As pessoas de hoje “...são mais conformadas, porque eu vejo que a educação , ela ainda não nos traz essa questão de organização, a questão da própria consciência dessa leitura crítica dos direitos que nós temos, então eu ainda vejo acomodação. Acredito que, nós vamos chegar numa nova Cabanagem, mas acho que ainda estamos num passo muito lento.(...) A gente ainda não tem essa disposição pra fazer um novo levante, sabe? Esse novo levante eu acredito que ele ainda tá muito aquém, sabe? , de realmente acontecer. A gente ainda vê, hoje a gente vê principalmente em cidades pequenas, como a nossa, onde aquele coronelismo, né? Vamos colocar assim entre aspas, né? Aquele coronelismo, que ele não é o coronel chamado, mas que ele ainda é aquele (...) os governantes, ainda são ligados a compra de votos, ao voto subjugado, ao voto do favor, então, isso vai deixando as pessoas mais presas a eles”. O entrevistado compara a situação de hoje dizendo: “Nós somos pior, porque (...) hoje nós [es]tamos trocando voto por cabeça de gurijuba, né? E estamos totalmente conformados com isso, mesmo que não tenha luz, mesmo que não tenha água, mesmo que não tenha médico, mesmo que não tenha lazer, mesmo que não tenha

geração de renda, mas se prestou um grande favor, né? Se ganhou naquela hora, dez reais, se ganhou naquela hora vinte reais por ter votado, então o imediatismo ainda é o que tá prevalecendo. E esse movimento que deveria existir, essa leitura do movimento cabano, né? Que é desse levante pelo desmando, não tá, não vejo, não consigo deslumbrar isso ainda, né? Pra mim ainda tá assim, principalmente numa cidade pequena em que o movimento social ele não tem expressão, né? A nossa o movimento social ele não é expressivo, né? Diferente de a gente vê municípios aonde o movimento dos sem-terras, o movimento da pró-moradia, o movimento dos aposentados, outros movimentos estão muito mais acirrados, muito mais sendo debatidos e aqui a gente não tem. Aqui o movimento social não tem expressão. São geralmente movimentos, são geralmente sindicatos ou centro comunitários, associações atrelados a algum político, atrelado a alguém que vai lá, que paga o estatuto, não sei o que, e para ali e pronto...”(R.T.S.R.P.-V.5); “...a vida era boa (...) era uma vida pobre, mas era rica, porque tudo tinha, o sujeito comprava açúcar de três vintém daqui do barão do engenho do barão e comprava açúcar que vinha branca a uma pataca (...), o pão não passava de dois vintém (...). Cabanagem hoje não, daquela não, Deus o livre! (...). Há força em Belém não tinha, não tinha polícia em Belém” (L.A.P.-V.7); “...ter outra Cabanagem, eu acho que seria uma Cabanagem já mais moderna. Nos tempos de hoje, o exemplo da pirataria aí, de bandidos que andam atacando embarcações de todas as maneiras (...). Esse trabalho dessa pirataria, hoje moderna, com metralhadora automática, etc. e tal, é muito mais eficiente da luta que tinham os cabanos da época, né? Que eles iam com lança, com espadas, com pedaço de pau, e esse negócio, pra atacar as pessoas que também não tinham uma arma suficiente, né? Pra se defender (...). A gente vê tanto tipo de Cabanagem nesse país, né? É só parar pra pensar e procurar discernir, assim, qual é essa Cabanagem? Qual esse tipo dessa Cabanagem? Porque até mesmo nos

âmbitos governamentais a gente vê a Cabanagem pura, só que não moram em palafitas, moram em verdadeiras mansões”. Um entrevistado tem a Cabanagem como sinônimo de piratas, ladrões, isso se dá porque este diz ser descendente de legalistas, como afirmou na entrevista, compara os cabanos com os pobres de hoje dizendo: *“O que eu vejo no hoje, aí andando por nessas povoações ribeirinhas a, nas praias, o mesmo sistema de palafitas usados pelos cabanos, o mesmo sistema de sobrevivência, pescando e fazendo farinha de mandioca pra sobreviver. Eles também tinham que fazer, né? Eles tinham aquele afã de assaltar, de roubar fortuna, e tal e coisa, mas eles trabalhavam para sobrevivência deles, porque nem sempre o navio que vem carregado de ouro vem carregado de farinha, né? A não ser pro rancho da população. Então, eles tinham que fazer, eles tinham que ter uma sobrevivência, então eles pescavam, então o caboclo ribeirinho eles pescam pra sobrevivência própria e também faz a farinha de mandioca, porque é a alimentação básica da região ribeirinha aí, é o peixe com a farinha. A situação é a mesma, é pobreza mesmo, com uma desvantagem que hoje eles não têm ouro pra roubar de ninguém; e os cabanos tinham na época, né?”* (R.S.L.-V.8).

Observa-se, nas entrevistas, que sempre os vigienses utilizam-se do recurso de dizer um número em seguida outro maior, como uma espécie de reforço ao que estão se referindo, por exemplo: *“... dois dias, três dias, até chegar reforços...”*, *“... dez reais, vinte reais por ter votado”*, etc. Sabe-se que algumas tribos indígenas do Pará utilizavam recurso semelhante para reforçar uma idéia, dizendo uma palavra várias vezes, por exemplo, *“Poroke”* que quer dizer em tupi: [estrondo, destruição], já *“Poroke poroke”* intensifica a idéia, significando grande estrondo, grande destruição.

Outro fato relacionado aos números é a presença do número três, que apareceu nas histórias contadas pelos vigienses, por exemplo: *“... três dias, até chegar*

reforços...”, “... *três velhos sozinhos...*”, “... *com dois ou três dias mataram o Barão de Guajará...*”, “... *tinha uns três palmos de comprimento*”, “*Mandaram fazer pulseira para as três irmãs*”, dentre outros. Na obra de Raiol, que nasceu em Vigia, esse número também está muito presente, observe: “... *e às três horas de encerramento completo...*”, “... *três dêles para sucumbirem dentro em poucas horas...*”, etc. Em uma rápida análise, pode-se relacionar a presença deste número à religiosidade daquele povo, geralmente de fé católica, onde o número três pode estar ligado à trindade, santidade trina, dentre outros. O número três teria então uma representação relacionada à verdade, já que, muitas vezes, relacionam o sete com a mentira, e o seis teria um significado negativo, pois a sua repetição no livro de apocalipse de João está relacionado ao mal. Sendo assim, escolhem o três como uma espécie de verdade, até certo ponto, divina.

Nas RCs dos vigienses, ocorreram três grupos de representações do que seriam os cabanos: Um grupo os vê como heróis, estes descendentes de cabanos ou pessoas ligadas a estes; outro grupo que aponta os cabanos como ladrões, bandidos, piratas, malfeitores, dentre outros termos que negligenciam e desconsideram a imagem destes guerrilheiros, esse grupo é formado por aqueles que se dizem descendentes de legalistas. Também se observa pessoas que foram influenciadas pelo jogo ideológico dos dominantes que até a poucas décadas marginalizavam os cabanos, inclusive utilizando a própria escola como propagadora de suas idéias; Um terceiro grupo apresenta o cabano como uma espécie de “*Sacer*”, ora bom, ora mal, dependendo de sua atitude. Isso se dá em virtude da interação com os dois outros grupos, ocorrendo uma (re)construção da Cabanagem através de fragmentos de outras histórias, inclusive surgindo fatos ligados a épocas bem distantes da história em questão, mas que são apontadas como se fossem daquele período.

Essas representações diferenciadas por grupos ficam ainda mais evidentes quando se observa que: 33,33% dos entrevistados se dizem descendentes de cabanos; 33,33% afirmam ser descendentes de alguma pessoa que lutou contra aqueles guerrilheiros; Outros 33,33% desconhecem algum familiar que tenha participado da Cabanagem de um lado ou de outro, nesse caso, as representações tendem a um ou outro grupo, ou mesmo a uma re-construção fragmentada pelas histórias que ouviram dos outros dois, dependendo de sua aproximação ou expulsão dele, todavia, nunca será neutro.

Quanto ao orgulho ou não de ter sido Vigia um principal “foco” cabano, isso depende da RC do grupo a que o entrevistado pertence. Como fato histórico que ocorreu em sua cidade, a população se interessa. Inclusive 50% dos entrevistados demonstram interesse que alguém faça o resgate disso. Algumas pessoas da cidade buscam fazê-lo através de pesquisas espontâneas, livros de romance, ou através de artes plásticas como as que se encontram na Câmara Municipal e na travessa Solimões, próximo à Igreja Matriz, em Vigia. Para eles, a história da Cabanagem, em sua cidade, é muito importante, principalmente para manter a tradição de ser uma cidade de povo culto, que dá ao Estado bons escritores como o Barão de Guajará, José Ildone e outros. Isso assegura para a cidade o título de “*Atenas Paraense*”, designação que, para eles, deve ser mantida.

Nessas RSs do passado estão presentes: o medo da repressão policial, revolta com os políticos, descontentamentos com as dificuldades de ascensão socioeconômica, religiosidade, descontentamento com o alto preço das mercadorias, questões ligadas a movimentos sociais da cidade, tipo de trabalho, o significado da presença do mar e rios em suas vidas, o pescador considerado um herói, Belém como local de onde parte as coisas boas e ruins para Vigia, dentre outras que mostram a condição social dos

entrevistados, possibilitando ao pesquisador que trabalha políticas públicas e/ou sociais uma visão da real condição social daquela população e, assim, poder elaborar projetos partindo de uma aproximação com o modo de pensar daquele povo.

Outro problema identificado em Vigia é que, nas RSs, não aparecem nomes de heróis locais, salvo o Barão de Guajará que é citado por poucos. Aventa-se que, por ser a cidade de economia pesqueira, o pescador aparecerá como um herói anônimo que teria expulsado os cabanos da cidade. Outra imagem, ainda relacionada com o mar, é a dos cabanos como piratas. Isso pode ter ocorrido não só pela característica econômica da cidade, mas pela (re)construção de um fato verídico ocorrido na região do Salgado, onde um pirata “coxo”, de origem americana, conhecido como John Priest, tomou de assalto o navio inglês “Clio” e vendeu seu carregamento de armas aos cabanos que estavam em Vigia. O mesmo ocorreu com a imagem do padre, frade, dentre outros que, também sem nome, teria lutado com os guerrilheiros, mostrando a religiosidade do vigiense. Pode-se afirmar que essas RSs são reflexos de todo contexto que cercou e ainda cerca o povo e que precisa ser conhecido por todos que querem trabalhar quaisquer políticas públicas e/ou sociais pra Vigia.

5.6 EM CAMETÁ

A Cabanagem, para os entrevistados em Cametá, está representada por várias visões. Para R.P.S.-C.2 *“Ela foi uma revolução das maiores do Pará ou do Norte. Mas muito linda! Porque ela veio de um pé-rapado do povo de baixo que formou (...) contra o poder dominante. Esses caboclos não podiam pescar na praia, porque era do*

poderoso; esses caboclos não podiam tirar o cacau, não podiam plantar porque não tinham nada. Então, houve aquele movimento dos negros (...) os índios, né? E essa gama de sofrendores formou a Cabanagem". Afirma R.M.E.-C.1 que: *"Na verdade foi a única revolução que existiu até hoje, não é? Vindo aqui de baixo pra que o povo pudesse."* Para o mesmo entrevistado, a Cabanagem ocorreu porque: *"... a necessidade bateu neles pra (que) eles fizesse algum movimento"*. Segundo J.O.O.B.-C.3 foi *"...uma coisa que aconteceu aqui no Pará. Balaiada, Sabinada e tudo, foram movimentos afins com a Cabanagem. O pessoal [tentava] aquela questão da liberdade, né? Que não ficasse mais sobre jugo dos portugueses, etc. Então, era um movimento que pregava também, em parte, a violência, porque mesmo não havia um critério nesse tempo, pessoas que eram mortas e tal, mas que tinha um cunho nacionalista de moralidade, procuravam resgatar seus valores culturais por causa que foi um movimento que ia muito de encontro aqueles (...) valores impostos de Portugal (...) Esse movimento veio tentar quebrar isso, ter uma coisa regional e sair do jugo de Portugal, entendeu?..."*. Para C.G.M. - C.5: *"A Cabanagem era mais formada por escravo. Por incrível que pareça eles não aparecem na história (...) mas eles tiveram papel fundamental, porque eles eram a maioria, né? Quem comandava eram os brancos, mas quem lutavam eram os escravos"*. Conforme R.P.S.-C.2: *"Essa participação dos negros na Cabanagem foi pra se livrar da coisa (...) a maior parte da [Cabanagem] é negros, fugiam dos quilombos, das fazendas e infiltrando. Claro que o negro participou (...) porque eles queriam a liberdade.(...) Havia índios, né? (...) Sabemos da escapatória de indígenas, até homem branco, nos conta a história, né? Os que não participaram do poder dominante, os pequenos fazendeiros (...) também infiltraram pra defender o seu patrimônio. Meu caro doutor, o poder, o poderoso vinha arrendava as praias, né? Arrendava suas sesmarias, no sentido que o seu trabalhador (...) tinha que produzir*

para sua manutenção, para pagar seus trabalhadores e a décima parte ia pro poderoso. Era o feudalismo da época!. Mas como? E quando a terra não produzia? Então (...) havia aqueles encontros de três, quatro sesmaria pra brigar, então o cara debandava e arrumavam esta coisa contra o poderoso”. Neste grupo, a representação da Cabanagem é uma luta contra a elite, contra o poder. Na opinião de C.L.G.R.-C.7, “*A Cabanagem foi um movimento de resistência, a qual participaram os caboclos que era uma raça secundária originária do branco e do índio, quer dizer nessa história já não estava o negro, não é?”*.”

Observa-se a questão étnica bem latente. Que se tratava de uma revolta contra os portugueses está claro, mas a etnia que teria feito essa luta muda conforme a identificação de cada entrevistado, para uns, ela teria sido realizada só por negros, para outros, por índios e, para outros, por caboclos (mestiços de índios e brancos). Só se observa uma opinião que contemplava negros, índios e caboclos ao mesmo tempo, mas que não fazia referência a brancos na Cabanagem. Mesmo o objetivo deste trabalho não sendo estudar etnocentrismos, não se pode deixar de observar um tom discriminatório e desabafos contra discriminações étnicas que sofrem.

Um entrevistado de origem negra dizia que tinha sofrido muita discriminação em sua juventude e este colocava os negros como o centro da Cabanagem, como bravos heróis desconhecidos.

Por que Cabanagem? Segundo R.P.S.-C.2, era por que: “*Moravam em cabanas de palha mesmo. Cabanagem, cabanos porque moravam em palhoças da beira de praia”*.”

Afirma C.L.G.R.-C.7 que: “*Em toda parte do país tava havendo um movimento. Nós tivemos a Guerra dos Farrapos no Sul do país, aí nós tivemos a Sabinada, a*

Balaiada. (...) esse movimento se expandiu até o Maranhão, toda aquela área, todinha lá. E daí esse movimento que veio gerar no Pará a guerra dos cabanos, a Cabanagem, o movimento dos cabanos”. Diz L.G.P.B.5-C.6 que: “Ela começou no Maranhão, né? Ela veio, veio e, quando chegou em Belém ela se tornou anarquia. Tacaram fogo nos comércios, fizeram saqueamentos e aquelas coisas toda. E aí eles queria (...) se refugiar pra cá, pra Cametá. Então, Cametá ficou com medo (...) de haver o que houve em Belém: a anarquia. Aí o que eles fizeram? Fizeram os pontos estratégicos que era: Limoeiro, era em Oeiras, Breves (...) ficaram os pontos estratégicos pra onde viessem os barcos (...) eles atacavam, nunca chegavam aqui em Cametá. Inclusive, se eu não me engano, parece que foi na época da cólera morbis, a mesma época porque não foi um ano só a Cabanagem, né? Foi vários anos. Em decorrência desse tempo, parece que veio o Dr. Ângelo Custódio Corrêa, que todos os cametaenses reconhece ele como médico, só que ele fez doutorado em direito. Inclusive, o pai dele foi morto na Aricusa, pensando que era ele ...”.

Para impedir o avanço da Cabanagem em Cametá, os legalistas fizeram barreiras e, conseguiram manter os guerrilheiros distantes por algum tempo, por isso, Cametá hoje é chamada pelo povo de “cidade invicta”. Conforme C.L.G.R.-C7: “...tinham barreiras pra se chegar aqui, quer dizer, nunca ia haver um combate entre portugueses, negros e caboclos (...) nunca ia haver um combate aqui dentro da cidade, tá? Sempre parava ali em Breves, começava ali, terminava ali, ou se viesse do lado daqui [parava nas ilhas], (...) mesmo assim eles começavam a se proteger”. Diz C.G.M.-C.5 que: “O nosso município, aqui Cametá, ele foi o foco maior da resistência, né? Do movimento da Cabanagem”. O mesmo entrevistado se questiona: “Porque os cabanos escolheram Cametá? Né? Porque Cametá na época era muito próspera, então os grandes senhores, né? Eles tinham um certo poder tanto financeiro quanto político, e eles tinham o poder

por cima da sua população local aqui. Então, eles se juntaram com os revoltosos da capital, né? E de outros municípios, e fizeram assalto, aqui pela questão da defesa, mesmo porque Cametá ficava na margem oposta do rio, acima de tudo era de difícil acesso pra cá, né? E eles trouxeram muitos escravos pra cá, pra lutar. E tinha também muitos escravos aqui, os padres jesuítas na época, né? Lidavam muito com os escravos, os próprios índios camutás ajudaram na época da Cabanagem, não com a participação tão forte, mas ainda ajudaram”. Nota-se aí uma idéia que mistura o orgulho da resistência com uma visão que confunde a resistência à Cabanagem com a própria Cabanagem, fruto das aculturações que o cametaense vem sofrendo, pois muitos jovens da cidade que cursam ou cursaram faculdade em Belém, retornam com uma nova visão dos cabanos e, quebram a tradição do orgulho de não terem tido a Cabanagem em seu território, ficando suas histórias como um elo entre a tradição e a nova visão.

Uma das coisas que muito orgulha os cametaenses é que, como afirma C.G.M.-C.5 *“Cametá também nessa época ela foi capital da Província do Grão Pará”.* Esse orgulho também se dá pelo desenvolvimento que Cametá teve durante o curto tempo que foi capital. Segundo R.P.S.-C.2, em *“...15 de maio de 1835, Custódio Corrêa (...), chegou de Paris, e com uma formação muito boa (...) foi eleito como Presidente da Junta do Pará. E não podendo estabelecer em Belém, ele voltou, estabeleceu em Cametá pra ser mais urgente, então durou [até] 1836, por um ano foi capital da Província. E o que aconteceu? Cametá cresceu, tivemos 40 indústrias (...).”* Referindo-se à invasão cabana de Belém R.M.E.-C.1, diz: *“Foi nesse período que Cametá foi capital do Pará, em decorrência dos cabanos terem tomado, pelo menos por poucos dias, a capital do Estado”.*

De acordo com R.P.S.-C.2: *“...Cametá foi uma fonte mais importante, digo assim da Cabanagem, porque padre Prudêncio de Seixas Tavares, que era nosso*

vigário na época, ele fez parte do partido de Batista Campos que [é] o Partido Filantrópico. Temos aí esse rompimento (...). O padre Prudêncio de Seixas rompeu, foi dividido em duas partes e, Cametá então fica ao lado mais do legalista como se vê. (...) legalista sim, para evitar o derramamento de sangue (...) do Pará.” O mesmo entrevistado ainda comenta que: “...Batista Campos rompeu e padre Prudêncio organizou uma defesa (...) Ele cercou a vila com várias adesão de outras vilas e, formou então uma resistência, então evitou que os rebeldes entrasse em Cametá”.

Quanto à preservação de Cametá da invasão dos cabanos, L.G.P.B.-C.6 afirma que: *“Eles preservaram a cidade pra não virar naquilo que houve em Belém. Apesar que tinha portugueses aqui (...) na época. Aí se juntaram os dois, quando foi pra tomar o poder os cametaenses colocaram em cima dos portugueses, colocaram eles daqui, ficaram só os cametaenses”.* Essa visão mostra uma (re)construção que aproxima os cametaenses dos cabanos, pois se sabe que a Cabanagem foi um movimento antilusitano, então se coloca a aproximação daquele povo aos portugueses só para evitar que os cabanos entrassem na cidade e houvesse sangue derramado. Os portugueses logo, na visão do entrevistado, teriam sido expulsos da cidade quando não eram mais necessárias suas ajudas no combate. O que não foi assim, pois os portugueses eram a elite que se refugiou em Cametá e com os investimentos que fizeram na cidade impulsionaram o desenvolvimento econômico, sendo vistos como aqueles que levaram melhorias à cidade.

Conforme R.P.S.-C.2, os cabanos não entraram em Cametá: *“Por causa da defesa muito grande que fez o padre Prudêncio, ele fez uma trincheira, defendendo o litoral da vila com estacas, colocou estacas (...) lá da assoeira até o matadouro (...) de distância (...) em distância colocava uns guardas com bacamartes...”.* Ao mesmo tempo em que atribui a defesa da cidade ao padre Prudêncio de Seixas Tavares, o mesmo

entrevistado diz que essa resistência teria sido feita por “... *esse povo (...) que do chão defendeu seus direitos, o caboclo cametaense, o índio cametaense, os negros, nos deram essa glória desse título de Cidade Invicta*”. J.O.O.B.-C.3 diz que sua avó era descendente de escravos, afirma que os escravos teriam lutado contra os cabanos “... *devido à posição dos patrões, acho que eles tomavam as mesmas posições. Era repassada aquela verdade pra eles, eles tinham que absorver*”.

As barreiras eram feitas com estacas de samaumeira (*Ceiba pentandra*), fato ou lenda, uma dessas estacas grelou e nasceu uma árvore. Diz (C.L.G.R.-C.7) que: “*Uma dessas estacas fincada nessas trincheiras deu origem a samaumeira que era uma árvore centenária*”. Para L.G.P.B.-C.6: “...*a samaumeira, né? Aqui é como se fosse um marco da Cabanagem em Cametá, certo?*”. Afirma R.P.S.-C.2 que a Cabanagem em “*Uma certa época terminou (...) quando Andréia fez a paz (...) então houve aquela anistia aos rebeldes (...) então ficou essa trincheira, uma certa maneira essa árvore já tinha grelado, então o padre mandou deixar, ela cresceu e viveu por 120 anos e, ela representou o símbolo da anistia e da população cametaense ...*”. Visão antagônica tem R.M.E.-C1 afirmando que: “...*fincaram o tronco pra demarcarem não sei o que, e daí grelou*”. Quando perguntado quem fincou o tronco? O entrevistado respondeu: “*Eles, os cabanos; a história da cidade já diz que foi o padre*”. Nesse caso, começam a surgir novas versões desse fato. Fato é que, no imaginário do povo cametaense, está presente a samaumeira. R.P.S.-C.2 diz que: “*A samaumeira, viu? É o símbolo da liberdade cametaense, da vitória cametaense, onde o padre Prudêncio de Seixas Tavares, mesmo depois de morto, ficava aguardando sentado ao pé da árvore dando sinal de coragem...*”. J.O.O.B.-C.3 conta que: “...*de onde tinha a samaumeira (...). Eles falavam que tinha um caso de uma pessoa alta, com aqueles chapéus todo, lembrava-se como se fosse um cabano daquela época o traje dessa pessoa*”.



Ilustração 5. Monumento a resistência (Cametá-PA), com a imagem do padre Prudêncio e a Samaúmeira.

Existem outras lendas vindas de outros distritos de Cametá relativas à Cabanagem, nesses casos, a esperança de encontrar tesouros está presente. Diz R.M.E.-C.1 que: *“Existe (...) algumas lendas, né? Em determinados lugares, por exemplo, que o pessoal fala: mas faz visagem aqui porque os cabanos passaram aqui enterraram dinheiro, não sei o quê, alguém tá querendo dizer onde está pra que alguém vá desenterrar (...). Essa é uma relação que o pessoal faz com o movimento Cabanagem, eles dizem: não, aqui deve ter alguma coisa enterrada, foi os cabanos que passaram aqui, pegaram alguém e mataram e deixaram enterrado vigiando o dinheiro, o ouro, sei lá o que mais, e hoje esta pessoa está querendo entregar essa riqueza pra alguém”*. R.P.S.-C.2 conta que: *“... mercedários (...) formaram cinco grandes fazendas no distrito de Joaba (...) quando Marquês de Pombal expulsou os jesuítas, os mercedários foram e ficou aquelas riquezas. Bem, já diziam que tá na história! Eles construíram uma igreja, um cemitério; mas já o caboclo já diz assim: que havia a uns dois quilômetros de Joaba*

(...) uma grande árvore com uma corrente que descia para o mar e, (...) no fim daquela corrente estava [uma] enorme caixa e forno com uma infinidade de dinheiro e ouro que esses frades ao deixar o lugar, eles jogaram ali àquela corrente. Então, todo mundo já tava: não filho! Porque se puxa essa corrente, trator uma coisa (...). E lá a noite não podia, porque aparece guardas cabanos vigiando a corrente lá”. Referindo-se a Curuçambaba, um distrito de Cametá, que fica do outro lado da sede do município, R.M.E.-C.1 afirma que: “...naquela região de Curuçambaba (...) o pessoal acha que houve a Cabanagem de fato. Até porque pela via de acesso que aquela margem dá, é a margem direita do rio Tocantins. Então, a gente ouve muito essa conversa lá de que passou alguns cabanos por ali e fizeram algumas vítimas, no caso, e deixaram alguém enterrado ali, que hoje eles dizem tal parte faz visagem porque os cabanos deixaram alguém enterrado ali”. Nessas lendas, notam-se relatos que se referem a mortos que vigiam tesouros, mostrando a crença popular de que o espírito pode ficar preso a riquezas da terra e, para se libertar, tem que renunciar, ou mesmo entregar essas “riquezas” para uma pessoa. Ao mesmo tempo, estabelece-se um tabu de que, se alguma pessoa for procurar verificar a veracidade da lenda, sem ter sido escolhida pelo “fantasma” que guarda esses “tesouros”, pode ficar “assombrada”, enlouquecida ou doente para sempre. Ainda se nota nesses imaginários, a figura do cabano como alguém que mata, enterra e que deixa sua vítima aprisionada a tesouros sem poder libertar o seu próprio espírito, preso à condição de escolher alguém que receba sua confiança para desenterrar o tesouro.

Nas RSs em Cametá, raras vezes aparecem fatos que enalteçam a força dos cabanos. R.M.E.-C.1 diz que: *“Carapajó é um distrito aqui do nosso município. Então, tem uma varanda num rio lá, que existe uma lenda que foram os cabanos realmente que fizeram aquela varanda, porque anteriormente só tinha um rio que entrava aqui na*

boca Tabatinga e varava lá no Guajará, então não tinha uma varanda que tem hoje pra chegar lá no Carapajó”.

Outra questão que os entrevistados levantaram foi o nativismo. R.P.S.-C.2 comenta que: “... nós tivemos da Marinha Imperial (...) as trinta e tantas naves de guerra que veio ao Pará. Acontece que os marinheiro era filho de nativista, então se acaso o capitão: fogo! Eles viravam ao contrário. (...) interessante essa participação desse povo que foi estudar na Marinha Imperial, se formaram, mas com aquele sentimento de não atender ao comando do seu exército”.

Quanto a Angelim, para L.G.P.B.-C.6 “Ele foi a Abaetetuba fazer um protesto lá, se não me engano contra a igreja, que o catolicismo na época se colocava na frente de tudo pra apaziguar a coisa, sempre ao lado dos mais fortes, os poderosos. Aí ele foi morto lá, cortaram a cabeça dele em frente, se não me engano, a Igreja de Abaetetuba”. Duas coisas observam-se aí: primeiro, a morte de Angelim sendo em Abaetetuba, o que não ocorreu naquela cidade; segundo, tenta-se colocar Angelim como se lutasse contra a Igreja Católica, recurso que muitas vezes foi usado pelos legalistas para buscar o apoio dos católicos daquela religião e que se perpetuou até hoje, figurando os cabanos como maus; terceiro, nessa visão, Angelim teve a cabeça decapitada semelhante à morte imposta ao cangaceiro Virgolino Ferreira, o Lampião, ou seja, serve para reafirmar que os cabanos eram iguais aos cangaceiros, isso pode ser reflexo das imigrações nordestinas para Cametá, ocorrendo aculturações e (re)construções de fatos com traços da nova população. Angelim, contudo, não morreu em combate e muito menos teve sua cabeça decapitada.

Tanto nas lendas, quanto nas histórias contadas pelos entrevistados em Cametá, os cabanos quase sempre aparecem como anarquistas, assaltantes, assassinos, ladrões,

maus, piratas, rebeldes, saqueadores, dentre outros. Referindo-se aos cametaenses do distrito de Curuçambaba, o entrevistado R.M.E.-C.1 diz que: *“A comparação que eles faziam era, com certeza, era alguém que vinha piratear, fazer pirataria ali. Até porque a história que contam lá é que o pessoal chegavam daquele movimento e tomavam (...) o que tinham e, matavam algumas pessoas e tal, enterravam e tal (...) chegavam em alguma residência, juntavam tudo que tinham”*. O medo que tinham dos cabanos naquele distrito era tão grande que, segundo o mesmo entrevistado, *“... houve muita fuga de pessoas com medo da Cabanagem, o pessoal que ia embora pro mato se esconder e tal (...). Aí quando o pessoal via barcos, aquelas canoas diferentes passando por ali, o pessoal se mandavam com medo do cabano. Porque na verdade, até pelo fato de não ter informações naquele tempo, o pessoal não sabia realmente o que era aquele movimento”*.

Quanto aos cametaenses terem sido contra a Cabanagem, C.L.G.R.-C.7 diz que: *“Uns dizem que era anarquistas, é aquele movimento que saqueavam, que roubavam (...) aqui em Cametá foi contra a anarquia”*. J.O.O.B.-C.3 conta que: *“Na época aqui vivia muito sobreaviso, ficava tudo muito tenso. As casas daquela época não existia cimento, né? Então até um tempo atrás o pessoal sempre ficava atento quando a casa antiga ia ser demolida, porque (...) eles colocavam as jóias, vamos supor, não existia banco naquela época (...) eles procuravam colocar na parede das casas porque era de enchimento, era de barro, entendeu? (...) Naquela época que eles vinham que [m] tinha posse deixava assim, saia [porque era] o maior medo que poderia, que vinha com intenção de matar, principalmente aquele pessoal de posse que era representante aqui de Portugal, naturalmente era o pessoal que tinha resistência”*. O mesmo entrevistado diz: *“A minha vó, ela sempre contava essas histórias, né? Eles falavam que marcou (...)*

e a visão daquela época era que os cabanos também eram maus, porque tinham procurado matar as pessoas, tirar o que tinham as posses...”.

Vale dizer que, os nomes dos cabanos: Angelim, Gavião, Sambaba, estão presentes nas histórias contadas, mas aparecem com mais frequência os nomes dos legalistas: Ângelo Custódio Corrêa, padre Prudêncio de Seixas Tavares, coronel Hilário de Moraes Bittencourt, Andréia, além da presença de Batista Campos, D. Romualdo de Seixas e D. Romualdo Coelho. O nome que mais figura na tradição oral é do padre Prudêncio de Seixas Tavares, além de que, muitas ruas em Cametá homenageiam vultos legalistas.

Quando se pergunta aos entrevistados se poderia haver outra Cabanagem, obtiveram-se diferentes respostas. R.M.E.-C.1 disse: *“A história ela é muito diferenciada daquele período. Quando eu te disse no início que a Cabanagem foi a única revolução que teve no Brasil, foi! Que foi a única revolução que veio daqui de que tava sofrendo. Na verdade, aquele negócio de Revolução de 64, isso tudo é papo furado, só pra enganar a história. Então, hoje se há possibilidade de ter uma revolução como a Cabanagem há, no meu vê, o que é o maior entrave que nós temos tido hoje na atualidade pra mim é o meio de comunicação que não está na nossa mão, aí desvirtua tudo, entendeu? Por exemplo: você vê o movimento dos sem-terras, que é um movimento hoje na atualidade que dá sustentação aos movimentos sociais, que tá se destacando (...) a imprensa quando quer ela ajuda, mas quando também eles querem eles destroem na hora. Então, eu vejo uma das coisas, um dos empecilhos que entrava pra que haja uma revolução é o meio de comunicação que avançou muito, mas que a classe trabalhadora quase não tem acesso, então o poder domina e, na medida que ele domina ele vai passar a imagem que ele tem interesse”.* Para R.P.S.-C.2: *“Nós somos cabanos, o que aconteceu que os cabanos atuais tomou uma roupagem diferentes, mais*

civilizados, nós continuamos de pires na rua (...). É doutor, é médico (...) pedindo o que? Nós estamos sujeitos ao poder dominante do seu (...) Henrique⁷. O seu Henrique só mandou os dólares pro estrangeiro, só protege os bancos, e as classes sociais onde está? Muitos não pede porque tem vergonha. Veja a gama do comércio informal na rua, (...) e o professor quanto ganha na Amazônia? (...). Nós somos cabanos!”. O mesmo entrevistado ainda desabafa dizendo: *“A Cabanagem foi uma carência de apoio pra vida integral do homem, como o seu habitat, aflição tal, tal foi enfim um abandono integral do homem, não é? Então, o homem andava errante (...) preocupado com que sobreviver, e agora o BNH tomando casas (...) então isso aqui não é a Cabanagem? Uma agressão ao povo? O que foi a Cabanagem? (...) A Cabanagem não terminou, ela está (...) esperando um dia pra vim à tona”.* Segundo J.O.O.B.-C.3: *“...hoje em dia, a questão da globalização tá muito em evidência e, (...) nós que estamos atrelados a outros países (...) eu penso que no futuro pela desigualdade que existe hoje entre o país, o que aconteceu na União Soviética, (...) poderá vim acontecer no Brasil. Pelas desigualdades regionais (...) não sei se daqui a quinze, cinquenta anos, eu acredito que vai haver um desmembramento do país (...). Vamos supor: o Rio Grande do Sul hoje tem muita gente que são descendentes de europeus lá, que até a língua não é portuguesa, eles estão criando dentro do país uma outra cultura, por exemplo, e com isso pode vir a se rebelar e pedir sua independência. Eu acho que essa questão do norte pode tardar, mas acho que vai chegar esse momento (...) O Pará contribui com aquela questão de divisas pro país, então (...) é explorado aqui o manganês, o ferro, etc., até o petróleo é retirado da região norte, madeira. Então, eles contribui com o PIB muito grande e, a contrapartida é muito pouco. Então, vai que gera aquela questão (...) de um sentimento (...) que a gente [es]tamo sendo explorados, e os benefícios? ,né? Porque se*

⁷ O entrevistado se refere ao Ex-Presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso.

nós fomos analisar a questão do país, nós estamos doando muito mais do que recebendo em troca. Então, eu acredito que (...) hoje em dias há essa possibilidade novamente do pessoal sentir essa questão do regionalismo [que] ele tá sendo cada vez mais explorado e, essa revolta acho que um dia vai chegar. Eu penso que no próximo século (...) o Brasil será bem lembrado”. Diverge dessa possibilidade C.G.M.-C.5 afirmando que: *“O risco de haver uma Cabanagem eu acho que não existe, pelo simples fato de que eu vejo a população aqui de Cametá muito acomodada, sabes? (...) eles se acomodam com a política, eles se acomodam com a situação social do município, eles são muito acomodados. Você vê, por exemplo, reuniões, comunidades, você não vê a comunidade se movimentando, né? Você não vê isso. Quando você tenta fazer isso, é muito difícil articular em Cametá, é muito difícil, eles não acreditam, eles não acreditam nos movimentos sociais, aqui é muito difícil, os focos são mínimos (...) de tentativas de movimentos sociais aqui em Cametá, né? A gente vê isso mais no lado político mesmo da coisa, né? As vez partidos políticos, né? Consegue ainda estabelecer esse tipo de relação, mas a maioria (...) não consegue fazer isso com a população, por esse fato uma população muito desperta , muito acomodada”.* L.G.P.B.-C.6 diz que: *“Apesar do desemprego leva o homem a (...) tomar várias atitudes, mas eu acredito que seja difícil haver mais um movimento daquela natureza, daquela forma de que eu vejo o que foi a Cabanagem: saqueamento, morte, apesar que tem lugares, né? Mas, aqui em Cametá, aqui bem difícil”.* Idéia semelhante sobre a possibilidade de haver outra Cabanagem tem C.L.G.R.-C.7, que afirma: *“Eu acho que não, porque, veja bem! (...) hoje em dia há várias maneiras de se resolver o que na época não pôde ser resolvido (...). Há revoltas, existe vários movimentos, (...) existe greves , mas que logo é abafado...”.*

Quando se pergunta como comparam a época da Cabanagem com o hoje, observa-se que as visões do momento atual não são otimistas. Afirma R.M.E.-C.1: *“Eu tenho certeza de que a pobreza naquele tempo era menor de que a pobreza atual. Por exemplo: Naquele período os pobres tinham a natureza a seu favor, entendeu? Eles podiam caçar, pescar sei lá o que, com facilidades. Eles conseguiam a parte da subsistência, e hoje já não tem isso, porque em decorrência da devastação, em decorrência do uso irresponsável da natureza, hoje nós perdemos os nossos recursos naturais, e que as vezes, nem sempre foi o pequeno produtor, foi o lascado que fez isso. Por exemplo: pra nós aqui a pobreza que nós enfrentamos hoje foi em decorrência do uso irracional do meio ambiente, mas também, principalmente, sobre a questão da barragem de Tucuruí, isso nos trouxe um prejuízo irrecuperável para a região”*. Segundo R.P.S.-C.2: *“...eles fugiam pras selvas, lá tinha o seu roçado de mandioca nos quilombos,(...) tinha a pesca, tinha etc., etc., etc. Então, era uma vida diferente, eles sofriam porque não tinham abrigo, mas hoje é miséria social. Então, é professor com salário de miséria, ele não vai pedir esmola porque tem vergonha (...). Você vê que a classe média está sendo achatada (...). Então, eu acho que o vexame social é mais difícil agora”*. Conforme C.G.M.-C.-5, os pobres da época da Cabanagem, *“Ainda tinha a natureza que tava do lado dele, não é verdade? E hoje não, hoje tá diferente, a gente percebe um êxodo muito grande, assim, a cidade inchando, né? E eles já não vê mais a natureza da forma que aquele ribeirão, que aquele caboclo de 1835 via, né? Porque naquela época a natureza era uma amiga”*. De acordo com L.G.P.B.-C.6: *“Mudou muito, eu acredito que não seja melhor pela fartura, né? Que já não é como a de antes, até o peixe era tão farto aqui, quando entrou a Hidroelétrica de Tucuruí os peixes ficaram pra lá, mas ainda tem (...) agora tem dificuldades”*. Na visão de C.L.G.R.-C.7: *“... tratando do tempo da Cabanagem, no dia de hoje apesar (...) de desde aquele tempo*

já haver miséria, era mais farto porque (...) existe um grande êxodo hoje em dia, tá entendendo? O povo ribeirinho, a população ribeirinha que mora nos distrito, no interior do município, nas ilhas, hoje em dias eles estão vindo pra cidade, por quê? Porque já existe a escassez da caça, da pesca, que já não é um meio de sobrevivência, então eles vêm buscar isso dentro da cidade, tanto que nossa população cresceu (...) nós nunca tivemos invasão de terra, lá pouco tempo atrás nós tivemos vários conflitos (...) Nós nunca tivemos invasões aqui em Cametá, os nossos bairros eram centralizados, já hoje em dia nós temos grande número de invasões, por quê? É resultado do êxodo. População ribeirinha já não tem maneira de sobreviver lá no local de nascerça (...) tá vindo pra cidade, e o que acontece? Acontece é que na cidade aumenta mais a miséria, por quê? Porque não tem emprego. Veja bem! Aí a pessoa não tem emprego, não vai deixar o filho passar fome. As filhas dessas famílias o que quê acontece? (...) se prostituem, os filhos começam a usar drogas, (...). Aí começa a marginalidade (...) Se tratando da época da Cabanagem, comparando com hoje em dia, em termos de miséria, eu acredito que hoje em dia ainda é maior, porque pode se ter originado de lá, mas quando tá crescendo é hoje”.

Para os entrevistados, os grandes projetos do governo federal pra região não são bem vistos pela população que perde seu meio ambiente e não tem nenhum retorno, tais como geração de empregos, reforma agrária, e, muitas vezes, ainda são acusados de usarem mal a terra. Nesse tipo de RS, quem está pagando o ônus do “desenvolvimento” é o pequeno produtor e a classe mais empobrecida. Sempre relatam que a produção rural é difícil para o pequeno produtor, a pesca é mais difícil ainda e, responsabilizam a construção da barragem da Hidroelétrica de Tucuruí. A consequência disso é o êxodo rural descontrolado que “incha” as cidades e, como não há empregos nem estrutura urbana para o aumento da população de modo tão abrupto, surge um grande número de

desempregados que fazem invasões para conseguirem um pedaço de terra para construir seus barracos e, em muitos casos, caem na marginalidade.

Existem outros problemas econômicos observados pelos entrevistados, é o caso dos professores que perderam seu poder de compra e isso abalou muito o mercado da região. J.O.O.B.-C.3 diz que: “...tem que começar atentar pra isso (...) eles podem reivindicar e ficar fortes...” Isso não é tão fácil quando as pessoas desacreditaram nas possibilidades políticas e nos movimentos sociais, como parte dos entrevistados demonstram.

Observou-se que a representação da Cabanagem em Cametá começa a se modificar. Se antes esse orgulho era claro, hoje, com o retorno de jovens que foram cursar faculdade em Belém e com o surgimento de novos grupos políticos partidários, surgem novas representações, tais como os cabanos não serem os vilões, mas sim, os heróis. Inicia-se uma nova construção da história e, nesse primeiro momento, essa (re)construção está confusa. C.G.M.-C.5 declara que: “Isso fica as vezes muito confuso à nossa cabeça, o que foi a Cabanagem, será que a gente tinha que se posicionar a favor ou contra a Cabanagem, porque na realidade, né? Fica meio vaga”. R.P.S.-C.2 diz: “A minha corrente foi derrotada. Eu não posso de maneira alguma ficar satisfeito por essa parte; Porém, Cametá protegeu uma geração. Eu estou ao lado dos cabanos, claro (...) Cametá entrou como pacificador (...) eu me divido”.

Quanto ao orgulho: 33,33% o possuem por Cametá ter sido resistência; 16,66% têm somente porque Cametá foi capital da Província do Pará durante algum tempo da Cabanagem; 33,33% só têm porque Cametá resistindo passou a fazer parte da história. Contudo, 16,66% se entristecem com a resistência que a cidade teve à Cabanagem.

33,33% não sabem se descendem de cabanos; 16,66% não deixam claro se tem origem cabana ou legalista; 50% não conhecem sua descendência.

Nas RSs da Cabanagem dos cametaenses, estão contidas (re)construções de fatos passados que se fundem com seus problemas atuais. Os mais significativos que eles indicaram foram:

- a) As dificuldades para fortalecer os movimentos sociais, que começam a dar sinais de desânimo e acomodação nas lutas pelas melhorias para a cidade. Para eles, isso se dá porque não possuem influências em meios de comunicação de massa para divulgar suas idéias, sendo assim, o povo fica sobre o controle do jogo ideológico do poder que detém essa influência. Aliás, para muitos entrevistados foi a falta de comunicação que fez com que os cametaenses se posicionassem contra a Cabanagem;
- b) Há grandes diferenças regionais entre o norte e o sudeste, entre elas: o salário e as políticas públicas e sociais do governo federal que não contemplam satisfatoriamente os anseios da população do norte;
- c) A globalização serve para os empobrecidos pagarem os luxos dos ricos, primeiro para as regiões mais ricas, depois para os países mais desenvolvidos;
- d) Os grandes projetos federais, tais como a Hidroelétrica de Tucuruí que tem isenção de impostos, não geram emprego para os cametaenses e, inclusive, resulta na falta de peixe e, conseqüentemente, no êxodo da população ribeirinha para a cidade, causando invasões, desemprego e marginalidade;

e) Nas RSs dos cametaenses, a Cabanagem surge como se fosse originária do Maranhão e, Eduardo Angelim, como maranhense, o que, na verdade, é uma alusão a grande leva de migrantes daquele Estado ao Pará, atraídos por possibilidades de empregos nos grandes projetos, ou pelo minério. Resultando numa competição pelos poucos empregos que ainda surgem. Nota-se, aí, que as dificuldades sociais pelas quais o povo passa resultam num certo nativismo contra povos que passam dificuldades semelhantes.

6 AS ANCORAGENS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA CABANAGEM

PERRUSI (1995, p. 34) afirma que:

“A representação, no início, fazia parte de uma reflexão cognitiva imanente, relacionada à subjetividade interna da consciência. Aos poucos, ela vai se deslocando e deságua naquele espaço que Cassirer denominou ‘a distância entre o signo e seu objeto’. Depois, principalmente com Durkheim, a representação vira um ‘fato social’, ancorada numa reflexão objetiva que tenta encontrar sua razão de ser na história, na vida material e na sociedade, para finalmente retornar à consciência, menos para centrar-se num sujeito do que para reclamar um espaço na intersubjetividade”

Conta FARR (1995, p. 47), referindo-se a Bartlett:

“Em um dos seus experimentos mais lembrados, Bartlett estudou o que se sucedeu quando estudantes de Cambridge reproduziram teatralmente uma história inspirada na cultura indígena americana (‘a guerra dos fantasmas’). Características estranhas da história original eram alteradas ao se recontar a história. A história se convencionalizou nos termos da cultura na qual ela foi transmitida. Moscovici mostrou um processo semelhante na psicanálise. Esse é um processo que Moscovici chamou ‘ancoragem’. O não-familiar torna-se familiar, tanto no trabalho de Bartlett como no de Moscovici.”

A ancoragem se torna necessária quando se faz um trabalho que aplica a representação social ao estudo de um fato histórico, pois a história será contada com novos fatos, novos personagens e, até mesmo, novas datas, ou seja, terá o efeito da destruição e (re)construção da história, além de se criar ícones.

Em Belém, as representações sociais da Cabanagem estão ancoradas como um movimento popular que não poderia ocorrer novamente, pois, dentre diversos problemas, há a falta de participação e organização dos movimentos populares, demonstrando que é necessário fortalecê-los para que haja novas conquistas sociais no hoje.

Quando se procura a ancoragem da Cabanagem em Abaetetuba, encontra-se a figura do ribeirinho, na maioria das RSs daquela cidade, o pescador como herói anônimo, a população pobre das beiras de rios fazendo a revolução cabana. Esse

resultado era previsto, pois Abaetetuba tem seu comércio influenciado pelos rios e, a população mais carente reside nas orlas destes, e seria óbvio a presença do ribeirão em toda informação.

Ao buscar a ancoragem da Cabanagem nas RSs colhidas no Município de Acará, a questão do negro, da escravidão e luta pela liberdade é o norte de todas as histórias contadas. Isso se dá, principalmente, porque em Acará ainda há comunidades quilombolas, ou seja, descendentes de escravos, e isso irá se refletir nas diversas histórias, inclusive a da Cabanagem.

Na ilha de Colares, a ancoragem está presente na própria ilha, ou seja, como se a população quisesse inserir a ilha nas histórias da Cabanagem como forma de resgate à dignidade da cidadania de uma população esquecida pelos projetos sociais dos governos, ou seja, a ilha está presente em todas as histórias como se fosse o ponto estratégico mais importante dos cabanos. Fato verídico, mas que falta a história oficial reconhecer isso.

Em Vigia, em todos os grupos identificados, ocorrem histórias e lendas em que o Trem de Guerra, um prédio histórico da cidade, aparece como ancoragem. Mesmo este Trem de Guerra tendo sido demolido e reconstruído, ele ainda exerce forte influência nas RSs, RCs e RMs daquela população. Nas RSs em Vigia, 66,66% dos entrevistados fazem alguma referência ao Trem de Guerra. R.T.S.R.P.-V.5 afirma que: “... *aquela casa é o símbolo que eu tenho da Cabanagem (...) achávamos que aquilo tinha acontecido só em Vigia, era uma coisa restrita aquela casa*”. Muitos chegam a achar que a Cabanagem em Vigia não teria passado daquele prédio. Sendo assim, entende-se que o Trem de Guerra é a principal âncora da Cabanagem, pois é citado pelos três grupos de RCs identificados.

Em Cametá, é na samaumeira que está ancorada toda a RS da Cabanagem, ou como um fato, ou relativo a alguma lenda, pois todos os entrevistados fazem referência àquela árvore, e muitos a apontam como um símbolo da resistência. Uma melhor expressão da importância dessa árvore na história da Cabanagem em Cametá está no depoimento de (C.G.M.-C.5) que diz que aquela árvore *“Em Cametá era o símbolo da Cabanagem essa samaumeira (...). Sempre que se falava em Cabanagem se lembrava da árvore, né? Que é o símbolo (...) depois que ela desabou parece que a história da Cabanagem ficou um pouco morta aqui em Cametá. Parece que as pessoas se esqueceram mais da Cabanagem aqui. Eu acho que [aquela] árvore era como se fosse, assim, um símbolo bem presente da Cabanagem, porque os antigos, as pessoas antigas falavam mais do orgulho daquele movimento cabano”*. A importância dessa árvore está em monumentos e pinturas sobre a Cabanagem em Cametá. Fato interessante é que, a samaumeira caindo na década de 60 do século XX, e, mesmo com um replantio de outra árvore da mesma espécie, não se conseguiu criar em torno da nova árvore o mesmo simbolismo de cidade invicta que teve a anterior, pois a nova, para eles, não teria presenciado a heróica resistência do povo cametaense.

Diante disso, observa-se que não é a destruição ou (re)construção de ícones como o Trem de Guerra ou a Samaumeira, que fará a manutenção ou modificação de uma ancoragem, e, sim, o grau de isolamento ou influência de outras comunidades sobre a comunidade em voga. Deve-se levar em conta o tradicionalismo de ideologias impostas, é o caso de Cametá em que a samaumeira perde a força juntamente com o controle de alguns políticos tradicionais daquela cidade que mantinham a tradição da samaumeira como ponto de honra de controle social, ou seja, cai por terra a tendência de utilizar a samaumeira como ponto de resistência à Cabanagem. Caindo a samaumeira, cai o conservadorismo.

ANCORAGEM DAS REPRESENTAÇÕES					
BELÉM	ABAETETUBA	ACARÁ	CAMETÁ	COLARES	VIGIA
Movimentos Populares	Ribeirinhos	Negro, Escravidão e liberdade	Samaumeira	A própria ilha	Trem de Guerra

Ilustração 6. Tabela da Ancoragem das representações sociais da Cabanagem

Quando se procura uma ancoragem comum nas histórias da Cabanagem entre os entrevistados das cidades de Belém, Abaetetuba, Acará, Colares, Vigia e Cametá, a pobreza dos cabanos é relatada por todos entrevistados, demonstrando que o estudo dos movimentos sociais através da RS abre inúmeras possibilidades de se entender o presente, pois é nele que está contida a imagem da pobreza e miséria e serve de “tijolo” para a construção da representação de um fato passado.

7 AS FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE A CABANAGEM

À informação obtida através das RMs, RCs e RSs sobre a Cabanagem foi aplicado o sentido utilizado por Malheiro (2006, p.150) quando diz:

“No âmbito da Ciência da Informação trans e interdisciplinar que propomos e defendemos tem uma dupla funcionalidade semântica. Refere um fenômeno humano e social que compreende tanto o dar forma a idéias e as emoções (informar), como a troca, a efectiva interacção dessas idéias e emoções entre os seres humanos (comunicar). E identifica um objecto científico, a saber: conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interacção social, passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto comunicadas de forma assíncronica e multi-direcionada”.

A disseminação da informação sobre a Canabagem na época em que ela ocorreu se dava, por parte dos legalistas, através de ofícios aos comandantes, que repassavam a informação aos seus comandados. Já os Presidentes cabanos, ao se comunicarem com a grande maioria de seus comandantes, enfrentavam grandes problemas, pois boa parte destes vinham das camadas sociais mais pobres, nas quais o analfabetismo era endêmico. Diante disto, os Presidentes cabanos utilizavam os proclamas que eram lidos em praças públicas; em outras situações, usavam a comunicação direta ou através de mensageiros, e, em muitos casos, as interpretações da mensagem se davam de modo diferente do contexto que o Presidente cabano queria. Além de que, pela dimensão do Estado do Pará, que, na época, era ainda maior do que é hoje, muitas cidades dominadas pelos cabanos não recebiam estes arautos e os comandantes e comandados acabavam tomando decisões, que, somadas aos diversos e divergentes interesses que envolviam a Cabanagem, acabariam por não corresponderem às idéias dos Presidentes.

Hoje, a comunicação sobre a Cabanagem ocorre de maneiras diversas, variando sua forma de cidade para cidade. Sendo assim, quando analisando a disseminação da

informação sobre a Cabanagem nos dias de hoje, nas cidades pesquisadas, foi observado que:

Em Belém, 33,33% dos entrevistados dizem ter adquirido conhecimentos sobre a Cabanagem através de leituras, 33,33% ouvindo outras pessoas como vizinhos, colegas, dentre outros, e 33,33% na escola. Nesse caso, os livros e as escolas aparecem também como importantes, pois sendo Belém, a capital do Estado do Pará, com cerca de 1.437.600 habitantes⁸ e diversas correntes políticas atuantes, não poderia ter o mesmo reflexo como nas cidades do interior do Estado do Pará, pois o número de RCs seria grande e o controle político das idéias quase impossível. Outro fator que se diferencia dos interiores é que há grande quantidade de livrarias, bancas de jornal e bibliotecas, facilitando o acesso do belenense aos livros.

Quanto às fontes de informação em Abaetetuba: 16,66% dos entrevistados dizem buscar seus conhecimentos sobre a Cabanagem em livros, revistas e jornais; 33,33% disseram que seus conhecimentos derivam dos seus aprendizados escolares; igual percentual, 33,33%, dizem que conversas com amigos é que lhes deram conhecimentos sobre a Cabanagem, 16,66% pesquisam livremente sobre o tema, ou seja, todas as quatro fontes possuem importância na construção da RS da Cabanagem em Abaetetuba. As conversas nas portas das casas com amigos são aprendizados, não só de experiências de vida, mas como transmissão oral da história da cidade, problemas sociopolíticos, as lendas, ou seja, é onde se constroem as RSs de tudo que as cerca. Além disso, mesmo tendo 16,66% que buscaram seus conhecimentos sobre a Cabanagem em livros, revistas e jornais, alguns se preocupam alegando que, em livros e escolas, esses conhecimentos são pouco relevantes diante da importância e riqueza da Cabanagem.

⁸ Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2009)

Quanto à origem dos conhecimentos sobre a Cabanagem em Acará, os entrevistados se manifestaram da seguinte forma: 83,33% disseram ter ouvido as histórias de parentes, muitas vezes se referindo aos mais velhos, nesse caso destacam-se pais e avós; 16,66% declararam que pesquisaram para saber, mas fazem referências aos mais velhos. Isso mostra que a família em Acará, é importante formadora de opiniões, mais influente que a escola, livros e meios de comunicação em geral. Daí, se explica porque em campanhas de saúde, dentre outras, a família seja utilizada para atingir os objetivos almejados.

As formas principais de propagação das RSs na ilha de Colares são através das famílias, nestas, em primeiro plano estão os avós, seguido dos pais, esse percentual é de 66,66%; amigos também são significativos na propagação das representações, pois totalizam 33,33% das formas declaradas. Daí, ser importante que campanhas de quaisquer tipos de esclarecimento, tais como contra tabagismo, febre amarela, alcoolismo, combate à dengue, doenças sexualmente transmissíveis, aleitamento materno, tenham o envolvimento, prioritariamente, dos idosos desses núcleos familiares.

Fato interessante é que, a escola não aparece de forma significativa na formação da representação da Cabanagem na ilha de Colares, portanto, há necessidade de tratar a Cabanagem nos currículos de disciplinas como: História, Geografia, Estudos Sociais.

Em Vigia, as principais fontes propagadoras se apresentam da seguinte maneira: 50% dos entrevistados apontaram “pessoas antigas”, colegas, vizinhos, como fontes fundamentais de seus conhecimentos; 33,33 % passaram a conhecer a Cabanagem através de parentes; outros 16,66 % apontaram como origem de seus conhecimentos os livros. Isso tem muito a dizer: primeiro, o que se aprende nas ruas com amigos e

vizinhos ainda é mais importante do que o conteúdo dos livros, que não é acessível a todos devido seu preço, há dificuldade de compra na cidade e falta de uma biblioteca estruturada; segundo, porque a família ainda tem um grande significado para aquele povo, tanto que é possível haver conversas, em que seus membros aprendem coisas com seus pais ou avós.

Essas RSs e imaginários dos vigienses sobre a Cabanagem, na Província do Pará, têm muito mais a dizer que a simples compreensão que eles têm sobre aquele fato histórico. Em suas histórias, estão presentes as (re)construções dos fatos permeados por seus anseios e reflexos de suas condições socioeconômicas.

Em Cametá, 50% receberam influências de parentes e igual percentual é influenciado por amigos, isso é o reflexo de imposições de políticos do local que não permitem a Cabanagem ser discutida nas escolas, inclusive criando uma história oficial ou oficiosa, na qual os cabanos não teriam invadido a cidade. Apesar de que muitos jovens retornam da capital com outra visão confrontante com a desses políticos, o poder os restringe às conversas com amigos, restando à população conversas entre parentes e amigos, o que, por um lado é positivo, pois surgem diversas RCs da Cabanagem enriquecendo com novas construções do social ocorrido, quebrando a história imposta.

FONTE DE INFORMAÇÃO						
Por cidades						
	BELÉM	ABAETETUBA	ACARÁ	CAMETÁ	COLARES	VIGIA
PARENTES	–	–	83,33%	50%	66,66%	33,33%
AMIGOS	33,33%	33,33%	–	50%	33,33%	50%
ESCOLA	33,33%	33,33%	–	–	–	–
LIVROS	33,33%	16,66%	–	–	–	16,66%
PESQUISAS	–	16,66%	16,66%	–	–	–

Ilustração 7. Tabela das Fontes de Informação da Cabanagem por Cidades

Nas cidades pesquisadas, as fontes de informação são diferentes entre a capital Belém e as cidades do interior. As únicas cidades onde figuram a escola como

importante fonte de informação sobre a Cabanagem, ou seja, como formadora de representações coletivas e/ou sociais sobre a Cabanagem são Belém e Abaetetuba. As escolas dos demais municípios pesquisados ainda não desenvolvem trabalhos sobre a Cabanagem, o que deveria ser feito, pois esta história faz parte da vida daquelas populações. Os livros aparecem como importante fonte de conhecimento sobre a Cabanagem nessas duas cidades, mas muitos dos entrevistados alegaram utilizá-los por conta própria em pesquisas independentes, como se pode observar nos estudos por cidades nesse trabalho.

Parentes e amigos, são os que mais contribuem para a formação das RSs sobre a Cabanagem nas demais cidades, mostrando que a RC é fundamental, pois é o grupo que determina como a história deve ser contada, e essa posição é passada de pai para filho em conversas familiares nas portas das casas, ao final da tarde, ou mesmo entre amigos em conversas no dia a dia, trabalho, passeio, etc., mostrando que, se o Estado não ocupa seu lugar como divulgador das culturas locais, as próprias famílias preservam sua cultura a seu modo, disseminando de forma oral, mantendo suas tradições, não só quanto à história da Cabanagem, mas sobre seus costumes de vida, posicionamentos políticos e sociais.

Alguns moradores assumem a posição de importantes formadores de opiniões. Como é o caso de Cametá, onde 33,33% dos entrevistados fizeram alguma referência ao entrevistado R.P.S.-C.2 e, em Vigia, que 33,33% dos entrevistados fizeram referências a J.I.F.S.-V.2, demonstrando a importância destas pessoas que as comunidades elegeram como seus sábios, conselheiros, consultores populares, e seguem suas posições sobre determinado fato ocorrido ou imaginado. Vale dizer que, não foram encontrados esses importantes formadores de opiniões nas demais cidades pesquisadas.

Quando se analisam as fontes de informação dos entrevistados como um todo, observa-se que os parentes ainda são as principais fontes de informação sobre a Cabanagem, seguido por amigos, ou seja, a comunicação oral ainda é fundamental para as populações estudadas. Os livros ocupam uma importância bem inferior, mais inferior ainda a da Escola como fonte de informação sobre a Cabanagem. Isso se explica, no primeiro caso, pela baixa produção de obras sobre a Cabanagem, principalmente em termos de livros didáticos; No segundo caso, explica-se pelos reflexos da posição dos legalistas em que, até a metade do século XX, ainda se discriminavam a informação sobre a Cabanagem, controlando com medos ou ameaças a disseminação de informação sobre a guerra, em escolas que, em sua maioria, eram públicas, e as que não eram estavam sobre o controle das leis impostas pelos políticos da época.

FONTE DE INFORMAÇÃO	
Visão Geral	
PARENTES	38,88%
AMIGOS	33,33%
ESCOLA	11,11%
LIVROS	11,11%
PESQUISAS	5,55%

Ilustração 8. Tabela de Visão geral das fontes de informação sobre a Cabanagem

JOVCHELOVITCH (1997, p.63) afirma que:

“Comunicação é mediação entre um mundo de perspectivas diferentes, trabalho é mediação entre necessidades humanas e o material bruto da natureza, ritos, mitos e símbolos são mediações ente a alteridade de um mundo freqüentemente misterioso e o mundo da intersubjetividade humana: todos revelam numa ou noutra medida a procura de sentido e significado que marca a existência humana no mundo”.

A representação mental, coletiva e social, quando bem analisada, possibilita compreender mais do que o fato relatado, permite interpretações que levam a identificar acréscimos ao fato que, são contextos sociais muitas vezes escondidos pelos entrevistados em outros métodos de pesquisas. Este estudo da representação mental,

coletiva e social da Cabanagem não tem o objetivo de resgatar a história daquele fato, mas entender, através dos relatos do passado, como os entrevistados vêem o presente, com isso, após a filtragem do que é história e o que é o hoje para os mesmos, permite diagnósticos que podem resultar em projetos elaborados dentro da realidade dos grupos estudados. Sendo assim, conhecer a fonte de informação sobre a Cabanagem oportuniza identificar em que pontos devem-se atuar, por exemplo, em um diagnóstico social ou uma campanha de saúde.

8 PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA CABANAGEM

8.1 A MEMÓRIA DA CABANAGEM NO PRESENTE

Existem inúmeras fontes primárias no Arquivo Público do Pará que estão se perdendo por falta de tratamento adequado e desinteresse de muitos pós-graduandos e pesquisadores pelo assunto, o que resulta em pouca produção científica. Isso é verificado quando em exaustivos levantamentos bibliográficos, que foram feitos sobre Cabanagem não se obteve nem 30 referências de livros, artigos de periódicos, teses, dissertações e multimeios.

No caso de dissertações de mestrado, só foram encontradas as que seguem:

José Cauby Soares Monteiro em sua dissertação de mestrado intitulada “*Rebeldes, Deschapelados e Pés Descalços: Os Cabanos no Grão Pará*” apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará em 1994, escreveu um trabalho que se prende a uma análise que busca conhecer as etnias que participaram da Cabanagem, recorrendo como fontes, principalmente, os “*Registros de Culpas*” e “*Relação de Rebeldes Presos na Corveta Defensora*”. Há uma dissertação de Mestrado em Política da Universidade Federal de Minas Gerais intitulada: “*Cabanagem: uma luta perdida*”, onde Ítala Bezerra da Silveira faz um excelente estudo sobre a questão da produção camponesa da época, o trabalho indígena, a escravidão e o processo de ocupação da Amazônia. Vale aqui uma citação daquela autora (1994, p. 145) com o intuito de descrever a riqueza do seu trabalho:

“Para se compreender melhor o movimento rebelde dos Cabanos é necessário levar em consideração a peculiaridade do processo de ocupação do Vale Amazônico e o choque cultural entre o nativo -

indígena aculturado - e o colonizador luso (...). É o que fazemos nesse trabalho ao abordar aspectos diversos daquele processo, tais como 'modos de produção', 'problema fundiário' e 'política portuguesa e brasileira para a região'".

Existe também a dissertação de mestrado deste autor, apresentada ao Mestrado em Serviço Social, com área de concentração em Movimentos Sociais Política e Cidadania da Universidade Federal do Pará, em 1999, intitulada “*A Representação da Cabanagem nas Cidades de Vigia e Cametá no Estado do Pará-1999*”. Há, também, a dissertação “*Revoltas Camponesas no Vale do Acará-Grão Pará (1822-1840)*”, apresentada, em 2002, ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará de Ana Renata do Rosário de Lima e a de Eliana Ramos Ferreira com o nome “*Em Tempo Cabanal: cidade e mulheres no Pará imperial - primeira metade do século XIX*”, apresentada, em 1999, ao Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Quanto a tese doutoral, além da que se propõe à Universidade do Porto e Universidade de Aveiro “*As fontes de informação significantes para a construção da representação mental e social da Cabanagem no Estado do Pará (Brasil)*”, só foram encontradas como referências as teses apresentadas: de Rosa Elizabeth Acevedo Marin à Ecole des Hautes Etudes en Science Sociales em 1985, intitulada “*Du travail esclave au travail libre: sous le regime colonial et sous; empire (17 e 19 esicle)*”, na qual a autora faz algumas referências sobre a Cabanagem; há também as seguintes teses de doutorado: “*Revolução Cabana e Construção da Identidade Amazônida*”, apresentada por Denise de Souza Simões Rodrigues, em 2001, ao Doutorado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará; e “*Nos Subterrâneos da Revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem*”, de L. B. S. Pinheiro, apresentada ao Doutorado em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; a de Dedival Brandão da Silva. “*Cabanagem: narrativas da nação*” apresentada em 2005 ao Doutorado em Estudos Literários da Universidade Federal de Minas Gerais.

A Cabanagem tem suma importância na história do Brasil, mas as autoridades competentes pouco têm feito para resgatar sua história, o que se comprova quando livros que só se conhecem através de relatos de outros autores, mas que não foram encontrados, como o de Eduardo Angelim que vivenciou a Cabanagem como Presidente cabano, somente chegando aos dias de hoje a obra de Domingos Antonio Raiol “Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835”, pois as diversas outras obras dele são originado.

Para se ter dados sobre a Cabanagem no Pará, as únicas fontes primárias são as correspondências dos governos da época, o que deixa, em muitos casos, a história contada através de uma visão obtusa e polarizada, a visão legalista de Raiol ou dos governos absolutistas que mantiveram suas correspondências que hoje estão no Arquivo Público do Pará. Concorde-se com CHIAVENATO (1984, p.152) quando afirma que: *“É difícil aclarar muitos acontecimentos, desvendar certas ligações entre os cabanos e seus líderes, porque sobre a Cabanagem paraense só existem os documentos do poder”*. Essa é a realidade de boa parte da história do Pará, que, por ser escrita, em muitos casos, pelos vencedores, os heróis são os que venceram e os vilões são os que foram derrotados, tais como os cabanos que foram tratados em livros de história do Pará como bandidos e malfeitores. CHIAVENATO (1984, p.156) diz que a: *“... Cabanagem paraense, chega ao cúmulo de simplesmente riscá-la da história como se nunca tivesse acontecido a mais sangrenta, dramática e popular rebelião dos brasileiros”*.

Outro problema é que diversos documentos sobre a Cabanagem se encontram espalhados pelo mundo, tanto que, no final do século XX, a Inglaterra doou para o Arquivo Público do Pará documentos sobre a participação de lorde Cochrane e John Pascoe Greenfell em fatos ligados à Cabanagem, além de documentos sobre a captura

do navio inglês “Clio” por grupos ligados a Cabanagem na cidade de Salinas, o que ainda não foi tratado adequadamente para que o público possa ter acesso.

Somando-se a isso, pode-se citar o alagamento por goteiras de parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Pará na administração de Ernesto Cruz, quando se perderam muitos documentos do governo, pois, na época, no Estado do Pará, não existiam tecnologias para recuperá-los, e os mesmos ainda não tinham sido microfilmados, e que possivelmente poderiam conter informação original da época da Cabanagem. Há descaso dos governos e outras entidades com os documentos que ainda restam e que estão mal trabalhados, em péssimo estado de conservação, poucos foram microfilmados e/ou restaurados; documentos no interior do estado estão em poder privado, dificultando um estudo mais preciso, talvez por isso que existem poucos trabalhos sobre a Cabanagem.

Outro fato entristecedor é que o Monumento da Cabanagem, construído na entrada da cidade de Belém do Pará, onde estavam depositados os restos mortais e objetos de líderes cabanos, por não ser bem guardado, foi invadido por vândalos que destruíram objetos de grande importância para a memória Cabana e para as famílias daqueles mortos.

8.2 O FUTURO DA MEMÓRIA DA CABANAGEM

Deve-se preservar a memória Cabana, além de conhecer que representações mentais, coletivas e sociais das populações de cidades são significativas para a História da Cabanagem, têm daquele fato, como o (re)constrói e quais influências do momento presente estão permeadas nesta informação, sendo, portanto, um observatório social para a região.

A forma de preservação mais viável dessa informação seria um banco de dados eletrônico. Devem ser estabelecidos, a partir da criação, contratos de cooperação para centralizar dados sobre a Cabanagem que se encontram em Universidades, Bibliotecas, Arquivos Públicos, dentre outros. Para isso, grupos de pesquisadores realizarão buscas para localizar documentos de interesse sobre a Cabanagem como: teses, dissertações, monografias, artigos científicos, não só no Brasil, como em outras partes do mundo. Terão de ser firmados contratos de cooperação à base de dados com Arquivos Públicos, tanto nacionais quanto regionais, como o Arquivo Público do Pará, Amazonas e outros, de onde serão microfilmados ou escaneado os documentos de interesse à história cabana. Quanto às bibliotecas, realizar-se-ão buscas, principalmente em secções de obras raras, para identificar possíveis produções locais sobre o tema.

A missão será: identificar e disseminar informação contida nas RMs, RCs e RSs da Cabanagem como forma de construir e fortalecer a verdadeira identidade amazônica, bem como, preservar documentos sobre o fato histórico.

Esboçando-se um breve projeto o objetivo geral seria instalar um banco de dados eletrônico cooperativo sobre a memória e representações mentais, coletivas e Sociais da Cabanagem, que receberá o nome: “Banco de Dados Eletrônico e Observatório Social da Cabanagem”.

Os objetivos específicos serão: preservar a memória da Cabanagem; realizar buscas nacionais e internacionais *in loco* de documentos, teses, dissertações, monografias, artigos de periódicos, livros tradicionais e eletrônicos que tratem de assuntos referentes à Cabanagem. Criar grupos de pesquisadores que gravem e interpretem as representações mentais, coletivas e sociais sobre a Cabanagem narradas por moradores de cidade de importância para aquele movimento, tais como: Acará, Belém, Cametá, Colares, Vigia, no Pará, Mauá no Amazonas, dentre outras, como forma de avaliação do que se cria, ou se (re)cria, ou mesmo, o que se exclui daquela história. Contribuir com a preservação da história local, regional e nacional. Dar acesso a informação de modo rápido e seguro e com credibilidade científica a documental sobre a Cabanagem. Auxiliar todo e qualquer pesquisador no seu desenvolvimento de conhecimentos referentes à Cabanagem, seja com informação de cunho histórico, social, literário, geográfico, artístico. Fundamentalmente, analisar, através das histórias contadas sobre a Cabanagem, fatos sociais atuais que possam facilitar diagnósticos sociais para elaborar projetos de melhorias para a população.

Metas: Criar *interfaces* de fácil acesso e manuseio pelos usuários do Banco de Dados Eletrônico da Cabanagem, usando-se a internet como meio facilitador. Manter o banco de dados atualizado e operando com qualidade, rapidez, segurança e confiabilidade aos clientes. A Construção do banco de dados deve ser a MySQL visto sua gratuidade e com páginas em HTML e outros formadores de hipertextos que forem necessários ao dinamismo da atualização de dados. Estabelecer convênios de

Cooperação técnica entre diversos arquivos públicos para alimentação do banco de dados eletrônico. Treinar pesquisadores e alunos para a busca de informação sobre a Cabanagem. Identificar, adquirir, *scanear*, ou somente informar, se as opções anteriores não puderem ser realizadas, a localização de documentos de importância para a História da Cabanagem. Manter o banco de dados eletrônico atualizado com *back up* para segurança do acervo eletrônico. Criar bloqueios contra *hackes*. Treinar equipes de restauradores para cooperarem com os arquivos conveniados na recuperação dos documentos significativos para o banco de dados. Estabelecer convênios de cooperação técnica nacional e internacional. Manter um acervo eletrônico de narrativas sobre a Cabanagem com fatos contados por pesquisadores e populares. Fazer visitação e exposições em escolas e universidades com o tema “A Cabanagem ontem e hoje”.

Quanto à política: O Banco de Dados Eletrônico da Cabanagem trabalhar  de forma democrática, participativa, cooperativa e com o comprometimento dos profissionais de sua equipe. Todas as instituições e seus clientes cadastrados terão acesso irrestrito ao acervo eletrônico. Dados usados para publicação devem ser solicitados por escrito   Gerência do Banco de Dados para fins de cadastro do futuro trabalho. Sempre se fundamentar na legislação brasileira e internacional para salvaguardar os direitos de autores e instituições cooperantes. Ter a disseminação da informação sobre a Cabanagem de forma ampla, democrática e irrestrita. Dar importância a todos os tipos de documentos que possam recuperar a história ou a representação social, coletiva ou mental sobre a Cabanagem. Valorizar o pesquisador indistintamente de sua condição social, etnia, religião, posição política e grau de estudo. Trabalhar, sempre, de forma cooperativa valorizando não só as instituições envolvidas, mas os autores pesquisadores, dentre outros envolvidos nesse processo de construção do conhecimento. Orientar os entrevistadores, estagiários, e outros, para a

valorização das representações sociais, coletivas e mentais do tema em questão. Todo o armazenamento de dados deve ser digital. Os dados serão de uso restrito a fins didáticos e científicos, não sendo admitidos usos comerciais. Todos os clientes do Banco de Dados Eletrônico da Cabanagem devem se comprometer em enviar cópias eletrônicas de suas publicações como forma de contribuição ao acervo. Na medida do possível, sempre o Banco de Dados Eletrônico da Cabanagem deve usar *software* compatível com outros *softwares* e *hardware* para facilitar integração com outros bancos de dados. A política do Banco de Dados Eletrônico da Cabanagem pode ser revista, anualmente, para buscar adequações às dinâmicas informacionais dos usuários e novas tecnologias que possam ser aderidas.

O que justifica a implantação do Banco de Dados Eletrônico da Cabanagem é a necessidade de uma central de informação que possa: identificar, tratar, disponibilizar e disseminar informação e estimular pesquisas sobre a Cabanagem em virtude da escassa produção bibliográfica, tanto acadêmica quanto de modo geral sobre a Cabanagem. Essa falta de produção sobre a Cabanagem é dita por SILVEIRA (1994:19) da seguinte forma: “*Verificou-se que, excetuando alguns livros ou artigos de escritores paraenses, trabalhos específicos sobre a Cabanagem quase não existem.*”; CHIAVENATO (1970:157) Comenta que: “*A bibliografia sobre a Cabanagem no Grão-Pará é bastante rara e são poucos os livros e, na verdade, quase todos acabam sendo só a repetição do clássico de Domingos Antônio Raiol, o Barão de Guajará, Motins Políticos.*”. Identificou-se que existem inúmeras fontes primárias no Arquivo Público do Pará que estão se perdendo por falta de tratamento adequado e desinteresse de muitos pós-graduandos e pesquisadores pelo assunto, o que resulta em pouca produção científica. Isso é verificado quando em levantamentos bibliográficos exaustivos que se fez sobre Cabanagem não se obteve nem 30 referências de livros, artigos de periódicos, teses,

dissertações, monografias e multimeios. Diante da pouca produção bibliográfica e as possibilidades que o assunto pode trazer à tona, justifica-se, e urge a criação do Banco de Dados Eletrônico da Cabanagem como forma de incentivo às pesquisas sobre esse tema.

As vantagens de um banco de dados eletrônico como esse seria o de poder unir, em suporte, as pesquisas não só acadêmicas, mas, também, as escolares e jornalísticas, além de realizar buscas permanentes de informação sobre aqueles fatos históricos, poder acompanhar a evolução da representação mental, coletiva e social da Cabanagem como forma de conhecer a evolução do modo de pensar do povo ribeirinho, pequenos agricultores e coletores, dentre outros amazônidas, como forma de identificar necessidades e criarem-se políticas públicas a um povo que, muitas vezes, já se rebelou pela sua própria condição social. Além disso, centralizar documentos, artigos de periódicos, roteiros teatrais, trabalhos de graduações, monografias, dissertações, teses, filmes, etc., transformados em formas eletrônicas para acesso à sociedade. Estimular as escolas a trabalharem, com seus alunos, a Cabanagem através de documentos primários e secundários, acessíveis de modo rápido, fácil e seguro. Incentivar a produção científica e literária sobre a Cabanagem e preservar dados sobre a identidade cultural regional.

Na primeira página do site, basicamente, constarão opções de idiomas (português, francês, italiano, inglês e espanhol). Uma rápida mensagem de boas vindas e o objetivo do Banco de dados Eletrônico da Cabanagem. Um espaço com os dizeres: “Fale conosco” para acessar o *E-mail* dos administradores do Banco de Dados. Um espaço para *login*, que será o endereço eletrônico do usuário/cliente e senha, esta composta por oito dígitos alfanuméricos de livre escolha.



Ilustração 9. Página inicial do Banco de Dados

Caso o pesquisador não possua senha, será remetido automaticamente para a página de cadastro, onde terá as opções de: cadastro novo ou atualização de dados e os campos de endereço eletrônico, senha, confirmação de senha, nome, país, estado ou província, instituição, escolaridade, assunto que procura e finalidade da pesquisa. O cadastro apresentará simplicidade, pois a finalidade básica é conhecer os usuários/cliente e ter meios para um acompanhamento estatístico futuro.

BANCO DE DADOS DA CANABAGEM E OBSERVATÓRIO SOCIAL

Logos: Universidade do Porto, U.P., imagem da frente da U.P., imagem da frente da UFPA, UFPA Universidade Federal do Pará, Universidade do Federal do Pará

CABANAGEM ONTEM E HOJE

Cadastro

DADOS GERAIS

Endereço Eletrônico:

Nome:

Senha: Confirma Senha:

País: Estado: Cidade:

Grau de Instrução:

Assunto Pesquisado:

Finalidade da Pesquisa:

Login:

Senha:

Se não possui Login: [Click aqui: Cadastro](#)

Click aqui: Cadastro

Ilustração 10. Página de cadastro.

Na página subsequente, haverá os campos para: assunto, autor, título, suporte, período, sendo que o usuário/cliente pode acessar a informação por apenas um campo, se assim o quiser. No item suporte, terá as opções: todos, livros, artigos de periódicos, teses, dissertações, monografias, trabalhos de graduações, filmes, gravações digitalizadas, trabalhos escolares, filmes documentários, microfilmes, códices, fotos e outros.

BANCO DE DADOS DA CANABAGEM E OBSERVATÓRIO SOCIAL

Universidade do Porto U.P. U.P. PORTO

imagem da frente da U.P.

imagem da frente da UFPA

Universidade do Federal do Pará UFPA Universidade Federal do Pará

CABANAGEM ONTEM E HOJE

Login

Senha

Se não possui Login

Click aqui:

Cadastro

Pesquisar

☒ Assunto:

☒ Suporte:

Autor:

Período:

Título:

Localização:

PESQUISA

Concluído

Computador | Modo Protegido: Desativado

100%

Ilustração 11. Página de busca

Se a pesquisa for positiva, surgirá uma página com a(s) referência(s) conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas, e localização. Se a obra estiver por meio eletrônico no Banco de Dados, o cliente/usuário terá a opção de fazer *download*, caso contrário, haverá *links* indicando onde se encontra o que ele procura.



Ilustração 12. Página de resultados.

Caso o usuário/cliente for sair do acesso ao Banco de Dados, surgirá uma página de agradecimento pela visita.

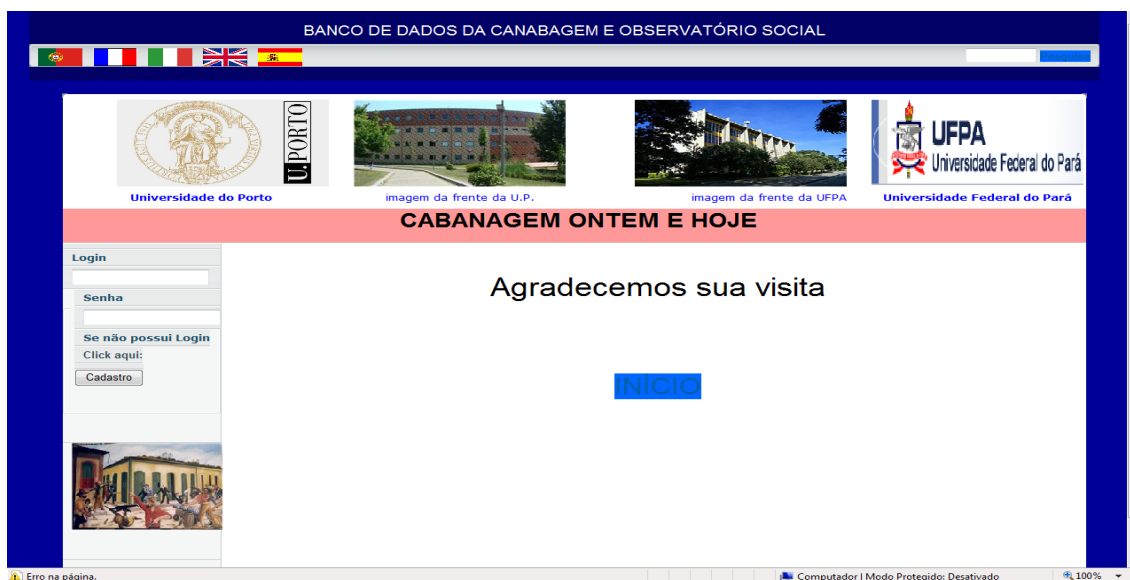


Ilustração 13. Página de finalização

O local de funcionamento será a própria Universidade Federal do Pará, na qual se buscará patrocínios para a construção de um prédio com quatro salas e banheiro para abrigar o banco de dados e sua gerência, e aquisição e instalação dos equipamentos necessários.

Este projeto será em convênio com a Faculdade de Biblioteconomia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará e o Departamento de Jornalismo e Ciências da Informação e Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O que justifica esta proposta é que, em 11 de novembro de 2005, o Diário Oficial da União (Brasil) publicou o resultado do Acordo de Cooperação entre a Universidade Federal do Pará e a Universidade do Porto, cujo objeto é: *“Incrementar as relações acadêmicas, científicas e culturais entre as partes, nas áreas em que existam interesses mútuos, para desenvolver acordos específicos. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações”*. Na época esse convênio, foi assinado pelo Reitor da Universidade do Porto, Doutor José Novais Barbosa e pelo Reitor da Universidade Federal do Pará, Doutor Alex Bolonha Fiúza de Mello. Vale ressaltar que esse acordo tem vigência até 10 de novembro de 2010, portanto, além dessa proposta apresentada, está dentro da vigência do acordo, ainda possibilita a renovação do mesmo.

Se esse acordo prevê, dentre muitas coisas, a *“Incrementar as relações acadêmicas (...) Intercambiar informações, publicações, material didático e pesquisa. Realizar trabalhos de consultoria... Acompanhar projectos nas etapas distintas de sua execução, tratando de identificar problemas e necessidades, assim como realizar avaliações de resultados”*, vale ressaltar que, no ano de 2007, surge um adendo a ele, desta vez assinado pelo Reitor Doutor José Carlos Diogo dos Santos e pelo Diretor da

Faculdade de Letras da Universidade do Porto - UP, juntamente com o Reitor da Universidade Federal do Pará - UFPA, Doutor Alex Bolonha Fiuza de Mello e a Diretora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas Doutora Maria Elvira Rocha de Sá, no qual as coordenações das ações ficariam com o Doutor Armando Malheiros (UP) e Doutor Hamilton Vieira de Oliveira (UFPA). Esse adendo prevê vínculos referentes à *“... intercâmbio de experiências e de pessoal no campo da investigação na área das Ciências da Informação, com destaque as áreas de Biblioteconomia e Arquivologia”*. Vê-se, com isto, a possibilidade de concretizar esses acordos e adendos com a implantação do Banco de Dados Eletrônico da Cabanagem.

Quanto a recursos humanos, seriam necessários:

Dois bibliotecários com as seguintes características profissionais:

- a) Conhecer procedimentos realizados em acervos virtuais;
- b) Ter capacidade para tomada de decisões sobre os recursos destinados pelos financiadores ao Banco de Dados Eletrônico da Cabanagem;
- c) Conhecer a política externa, não só quanto à instituição, mas, também, as políticas econômicas dos governos, política de pesquisa, publicação e arquivos eletrônicos, tanto nacionais dos países das instituições cooperantes, quanto internacional;
- d) Realizar diagnósticos criteriosos de dados obtidos através de estudo da comunidade de usuários reais e potenciais;
- e) Priorizar as cooperações entre as instituições que possuam documentos sobre a Cabanagem;
- f) Desenvolver produtos e serviços adequados às necessidades dos clientes, usando racionalmente os recursos que o Banco de Dados oferece;

- g) Realizar buscas eficientes e abrangentes;
- h) Ter capacidade de conversas virtuais;
- i) Possuir habilidades em manejo de buscas *Web*, utilização de diretórios de bases de dados estruturadas que possibilitam virtualizar o acervo ou, parte deste, através de bases cooperantes ou associadas, centralizadas ou descentralizadas;
- j) Promover produtos virtuais do Banco de Dados Eletrônico da Cabanagem;
- k) Criar comunidades virtuais;
- l) Ampliar o acervo eletrônico quanto a livros, periódicos, teses, dissertações, monografias, documentos virtuais, fotos, gravações sonoras, mapas, filmes, dentre diversas outras possibilidades que a comunidade de usuários necessitem.
- m) Capacidade de realizar buscas sistemáticas;
- n) Realizar, anualmente, o diagnóstico do acervo quanto: o uso, desuso, eficiência, e outros;
- o) Outras atividades necessárias ao exercício da função.

Um tecnólogo em informática para atividades referentes à:

- a) Arquitetura de computadores;
- b) Gestão de redes e sistemas;
- c) Programação de sistemas nas linguagens SQL, MYSQL, e outras;

- d) Interpretar as mensagens exibidas no monitor, adotando as medidas necessárias;
- e) Manutenção de base de dados virtual;
- f) Orientação aos usuários do Banco de dados nos comandos para sua utilização;
- g) Outras atividades necessárias ao exercício da função.

Um historiador, um assistente social e um sociólogo para realizar as seguintes atividades:

- a) Levantamento de representações sociais da Cabanagem em *locus* em populações que tenham descendência de cabanos ou legalistas;
- b) Interpretação das entrevistas;
- c) Outras atividades necessárias à construção da informação sobre a Cabanagem.

Um técnico administrativo com:

- a) Habilidades de trabalho em ambiente virtual;
- b) Capacidade de redação;
- c) Rapidez de digitação.

Um estagiário de Biblioteconomia com habilidades em:

- a) Trabalho em ambiente virtual;
- b) Sistemas multimídias;

- c) Inglês técnico;
- d) Orientação aos usuários do Banco de dados;
- e) Outras atividades necessárias ao exercício da função.

Um estagiário de informática para realizar serviços referentes à:

- a) Configuração de *softwares*, como e-mail, acesso à internet, *Wirelles*;
- b) Instalação de impressoras e equipamentos de rede;
- c) Manutenção de micros;
- d) Orientação aos usuários do banco de dados nos comandos para sua utilização;
- e) Apoio às atividades do tecnólogo em informática.

Serão necessários os seguintes materiais para início do trabalho:

MATERIAL PERMANENTE			
ÍTEM	EQUIPAMENTO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Servidor para arquivos e imagens	HD Mem Servidor Proxy, com 2,66 GHz, 12GB de memória DDR3 ECC RDIMM, com 2 HD de 1 Terabyte.	01
02	Computador	4 Gb de memória e HD de 1 Terabyte.	04
03	Impressora	Jato de tinta compartilhada.	01
04	Estabilizadores		05
05	HD Externo	2 terabites	02
06	Mouse	Ergonômico	05
07	Roteadores		05
08	Linhas telefônicas		02
09	Aparelho telefônico		02
10	Bancadas para computadores	Em madeira	05
11	Gravadores digitais		02
12	No Breaks	3.000 VA e dupla	05

		conversão	
13	Mesas de escritório		06
14	Cadeiras	Giratória e regulável	08
15	Mesa	Tipo reunião	06
16	Cadeira	Simples	12
17	Armários	Em aço com 6 prateleiras com chaves	02
18	Grampeador de Papel		02
19	Cafeteira	Elétrica para 500 ml	01
20	Lixeira	Com pedal	04
21	Aparelho de ar condicionado	Verificar quantos BTUS serão necessários para o ambiente	02

Ilustração 14. Tabela de material permanente

MATERIAL DE CONSUMO (previsão anual)				
ÍTEM	MATERIAL	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Papel	A4	Resma	25
02	Cartridge de tinta para impressora jato de tinta	Preto	Um	25
03	Cartridge de tinta para impressora jato de tinta	Colorido.	Um	12
04	Canetas	Esferográfica escrita fina azul	Caixa	06
05	DVDrw		Cento	02
06	Lápis	B2	Caixa	01
07	Copos para café	Descartáveis	Cento	25
08	Copos para água	Descartáveis	Cento	25
09	Borracha	Para caneta e lápis	Caixa	01
10	Corretivo	Líquido para caneta	Vidro	12
11	Grampos para papel		Caixa\	06
12	Clipe		Caixa	12
13	Café	Em pó	Quilo	25
14	Filtro para Café		Pacote com 100	04

Ilustração 15. Tabela de material de consumo

Vale ressaltar que, se os funcionários forem fornecidos pela Universidade Federal do Pará, só restariam os gastos referentes à manutenção e viagens dos entrevistadores, ficando um orçamento de cerca de R\$180.000,00 reais por ano o que é ínfimo diante da importância do Projeto.

As recomendações básicas para o início do Banco de Dados Eletrônico da Cabanagem seriam: trabalhar sempre de forma cooperativa, democrática; respeitar os princípios básicos de qualidade de atendimento; promover intercâmbio; não realizar nenhum tipo de censura seja ela de teor político, religioso, cultural, social, etc.; trabalhar sempre com diagnósticos participativos envolvendo todos os funcionários, representantes dos usuários, representantes dos financiadores, fornecedores, cooperados, e lideranças de comunidades descendentes de cabanos ou legalistas.

9 REFLEXÕES FINAIS

Mesmo com muitas mortes durante diversos motins políticos e guerra civil intitulada Cabanagem, ao contrário dos resultados de revoltas semelhantes no sul do Brasil, como a Farroupilha, poucos resultados concretos houve à vida política dos paraenses daquela época, pois, continuaram a ser governados por portugueses até o início da década de 40 do século XIX. Nesse século, se os portugueses saíram do cenário político do Estado do Pará, na economia seus domínios se alastraram até meados do século XX.

Hoje, o Estado do Pará continua com poucos investimentos; empresas que se instalam para transferir lucros a outros Estados sem investir no Pará para criar mais empregos; a maioria dos paraenses recebe baixos salários frente à média brasileira; desempregos e subempregos ainda predominam no cenário econômico; mercadorias caras, com muita exploração da classe proletária; trabalho escravo em fazendas do sul do Pará em pleno ano 2010; assassinato de lideranças comunitárias; destruição da floresta amazônica por madeiras e mineradoras; as grilagens de terras ainda existem; o direito indígena ainda não é totalmente respeitado; existem problemas relativos à reforma agrária; corrupção política, gerando diversos escândalos e revolta do povo; dentre outros, ou seja, não mudou muito o cenário de exploração. Os problemas se modernizaram, mas não se extinguiram.

A exploração que resulta na miséria de grande parte da população paraense não é mais feita por portugueses, e, sim, por políticos e empresários brasileiros que, sem escrúpulos, causam prejuízos ao Estado do Pará. Pode-se dizer que os governos municipais, estadual e federal não efetivam políticas públicas sociais que atendam, qualitativamente, à população do Pará.

Os problemas indígenas continuam não sendo levado a sério pelos governos federal e estadual, diferenciando-se, em poucos aspectos, da condição dos tapuios que lutaram pela Cabanagem como forma de busca ao respeito de sua cultura. As terras indígenas, que, na verdade, não pertencem ao indígena e, sim, à união, sofrem diversas invasões por grileiros, garimpeiros e madeireiros, seringueiros, castanheiros, grupos religiosos que tentam aculturá-los, além de imposições como a retirada dos indígenas para outras terras resultado da construção de hidroelétricas como a de Belo Monte, em Altamira e redondezas, o que leva a constantes conflitos entre brancos e índios, mortes, revolta, destribalizações, desaparecimento de culturas indígenas, suas línguas e dialetos, e conhecimentos sobre a utilização da diversidade biológica da Amazônia. Se, hoje, o governo não está em guerra contra os índios, alguns brancos a fazem por conta própria.

O desmatamento causado pela agricultura e mineração, além de construção de estradas e hidroelétricas próximas às reservas indígenas, retira a possibilidade de sobrevivência dos índios, pois desaparece a caça, surge o assoreamento dos rios, diminuindo o pescado, além de terem contato com doenças contra as quais não possuem anticorpos, tais como: sarampo, coqueluche, rubéola, catapora, gripe, tuberculose, pneumonia, dentre outras, e até mesmo SIDA⁹, doença a qual foi detectada em membros de algumas tribos indígenas. MELATTI (1987, p.179) alerta que:

“Quem observar um mapa do Brasil notará que, em todos os lados por onde avançaram os civilizados, a maior parte das tribos indígenas desapareceu. As poucas que ainda restam hoje em dia estão, em sua maioria, em lugares que os civilizados ainda não alcançaram ou que só recentemente estão alcançando”.

⁹ AIDS

Preservar áreas indígenas é preservar a biodiversidade da Amazônia. A terra indígena pela legislação do Brasil é do governo, pois são como reservas florestais. Quando se tira o índio da reserva, causam-se diversos problemas, um deles é que fazendeiros, grileiros invadem a área e destroem a flora e fauna para fazerem a agricultura e/ou criarem pastos para o gado. Os indígenas que vão para a cidade passam a sofrer discriminação, nostalgia por falta das coisas de sua cultura como caça e pesca, tornam-se, em geral, desempregados ou recebem baixos salários por não possuírem formação profissional, dentre diversos problemas sociais que envolvem essa problemática.

Se o Marquês de Pombal, em 1758, proibiu a escravidão indígena, também estabeleceu medidas para aculturá-los, ou seja, não respeitava o direito do indígena decidir que caminho tomar. Pior foi em 1808, quando as Entradas e Bandeiras dizimavam tribos inteiras. Isso tudo levaria ao surgimento de índios destribalizados, os chamados tapuios, que lutaram na Cabanagem para terem seus direitos reconhecidos. Só a partir de 1910 é que o governo criou o Serviço de Proteção aos Índios - SPI, mais tarde a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), demonstrando algum interesse e atenção à questão indígena. A condição do indígena na legislação brasileira é de tutelado, ou seja, não possui poder de decisões, semelhante à condição de um adolescente de 16 anos para a lei brasileira. O que deixa revelar um protecionismo desrespeitoso.

Comparando a condição dos índios do Brasil com a dos Estados Unidos da América, observa-se que lá as tribos indígenas são vistas como nações e o governo, de certa forma, respeita e celebra tratados para evitar guerras. Os indígenas do Brasil são tutelados pelo governo, e suas terras são consideradas reservas, não de sua propriedade, mas como um lugar onde têm apenas o direito de morar e não o direito

de negociar madeira, minérios, e outros, necessitando, sempre, da mediação da FUNAI.

A condição de vida dos negros em comparação à época da Cabanagem mudou, deixaram de ser escravos ou alforriados e ganharam leis que os protegem, como a Lei Afonso Arinos. Apesar das leis brasileiras proibirem a discriminação de etnia, credo, os negros ainda sofrem piadas, discriminações disfarçadas ou declaradas. No Pará, observam-se: suas concentrações em favelas; possuem baixos salários, quando os têm; são discriminados até mesmo por aqueles que são mestiços com a etnia negra. Se aqueles que lutaram pela Cabanagem no Pará não tiveram a liberdade tão esperada, continuando como escravos por mais algumas décadas, inclusive como escravos de brancos cabanos, pode-se perguntar: Que diferença há entre o escravo negro e os brancos, índios, negros, mestiços que ganham um salário mínimo de menos de U\$ 250,00 para sobreviver com famílias grandes, em casas de péssima qualidade (barracos construídos pelos próprios moradores com resto de madeiras, muitas vezes estragadas), péssimas condições sanitárias, alimentação precária, e falta de acesso à cidadania plena?

Outro problema que continua muito sério é a questão dos pequenos produtores e os sem-terras. Financiamentos com valores necessários ao estímulo produção não há, são empréstimos irrisórios, levando os pequenos produtores a hipotecarem suas terras aos bancos; não há seguro para a safra, que a mercê de implicações climáticas, tais como, chuva, seca, e efeitos do mercado internacional no preço do adubo e sementes, leva a aumento, constantemente, além da queda do preço da mercadoria nos mercados internos e externos, deixam os agricultores em dificuldades econômicas, muitos abandonando a agricultura para tentarem a vida nas cidades grandes, recebendo baixa ofertas por suas terras pelos latifundiários. Além

disso, sofrem constantes ameaças de grileiros. Quanto ao seu dia-a-dia, suas condições de vida são precárias: Falta de hospitais com médicos e bom atendimento; geralmente não há escolas para seus filhos chegarem ao ensino médio, ou mesmo, às universidades; necessita-se de políticas públicas de incentivo a fixação do homem. A isto se soma a questão dos sem-terras, que, querendo reforma agrária para produzirem, buscam, através das invasões aos latifúndios improdutivos, soluções aos seus problemas. Sofrem, contudo, os efeitos da burocratização por parte do governo e, muitas vezes, padecem por ataques de pistoleiros pagos pelos proprietários de terras e, até mesmo, confrontos com a polícia a serviço do poder, como ocorreu em Eldorado dos Carajás no Sul do Pará, em 19 de abril de 1996, quando protestavam pedindo agilidade nos processos de desapropriação de terras para trabalharem, impediram o trânsito de veículos em uma das estradas daquela região num perímetro conhecido como curva do “S” e enfrentaram as tropas da Polícia Militar do Estado do Pará, resultando em 19 sem-terras mortos e muitos feridos, fato noticiado na imprensa internacional. Este é apenas um fato de repercussão internacional, pois, constantemente, ocorrem assassinatos de trabalhadores rurais no Pará.

No sul e sudeste do Estado do Pará, ainda existem pessoas (conhecidas como gatos) que contratam trabalhadores rurais (chamados de piões). Quando os trabalhadores chegam às grandes propriedades, têm que comprar seus alimentos em um mercado do proprietário da fazenda por altos preços, ficando com dividas impagáveis, morando em habitações deploráveis, ficando como escravos. Algumas vezes, o Ministério do Trabalho e a Polícia Federal identificam estas propriedades, libertam os trabalhadores, mas quase nada ocorre com os proprietários, tendo apenas que pagar uma indenização aos trabalhadores, ou seja, para estes escravizadores o risco de ter escravos ainda é compensador, tanto que reincidem no crime, o que não ocorreria se houvesse prisões e apropriação dessas terras para reforma agrária.

Os conflitos agrários são antigos. A Cabanagem teve uma boa parte de seus guerrilheiros compostos por pequenos produtores e trabalhadores rurais e muitos que não tinham terra para produzir, ou seja, tal qual a situação atual destes pequenos agricultores, sem-terras, trabalhadores escravos do Pará. Os jornais dos últimos anos falam destes fatos. A impunidade grassa tal como antes e durante a Cabanagem, característica permanente na história do Pará. Não é à toa que John Pascoe Greenfell nunca foi punido pelos crimes do “Brigue Palhaço”; nem os assassinos dos sem-terras de Eldorado do Carajás o foram exemplarmente. Muitos crimes cometidos por grileiros, grandes fazendeiros, sem-terras, continuam impunes, fazendo muitos acharem que certas regiões do Estado do Pará sejam terras sem Lei.

Se muitos cabanos morreram em combates sangrentos por seus ideais de liberdade, reconhecimento, melhores condições de vida, menos explorações; hoje muitos sem-terra morrem da mesma forma. Se vários cabanos foram mortos nos porões dos navios legalistas; a fome e as doenças ainda matam os proletariados e, o governo, tal como na época dos cabanos, pouco faz para solucionar este problema. Se Andréia mandou perseguir os cabanos, muita gente ainda sofre perseguições por problemas ideológicos, vide os sem-terras, os líderes sindicais assassinados, a morte de políticos que defendiam ideais do proletariado como o deputado Paulo Fontelles e deputado João Batista, dentre outros que vivem sobre ameaça a sua vida. Se a elite portuguesa no Brasil era impune aos seus atos contra os cabanos, no Brasil ainda existe fraude contra a Previdência Social e outros crimes cometidos por políticos desonestos, que, quase, sempre passam impunes. Fica a pergunta: Será que não existem elementos bastantes para uma nova Cabanagem no Pará, já que estes problemas, desde aquela época, persistem de uma forma ou de outra e, nunca foi a Cabanagem um movimento de um grupo apenas, mas um movimento de diversos

grupos da população empobrecida que, sem soluções para seus anseios, deram o seu grito descontrolado de revolta?

Pergunta-se: O que mudou e o que realmente se está fazendo como acadêmicos para mudar essa situação? Está-se somente escrevendo frágeis interpretações, ou partindo para uma busca da representação da Cabanagem pelos segmentos envolvidos e, acima de tudo, apontando políticas sociais para os menos favorecidos, mudando para melhor essa realidade? Vale uma reflexão que leve a uma atitude, sem o continuísmo das interpretações “raiolizianas” e que aponte, através de projetos participativos, com ações transformadoras da realidade do povo amazônico, ou seja, saia dos livros e artigos mortos e faça uma transformação que leve os novos cabanos a uma nova realidade de vida, sem as amarras dos projetos do capital internacional imposto pelos dominantes.

O povo resiste, a seu modo, à opressão. Essa opressão está representada através das dificuldades de fortalecimento dos movimentos sociais que dão sinais de desânimo e acomodação nas lutas pelas melhorias sociais. As grandes diferenças regionais entre o norte e o sudeste estão presentes nas RSs, principalmente no que tange ao emprego e renda da população que convive com o discurso de alguns intelectuais sobre desenvolvimento sustentável, mas que, na verdade, estas populações sofrem por falta de sustentabilidade nos projetos do governo.

A globalização ou mundialização tem aumentado as diferenças entre pobres e ricos em países subdesenvolvidos ou em “desenvolvimento”, além de que o desenvolvimento no Brasil não é em homeostase, pois o norte e o nordeste sofrem com problemas de desemprego, preços altos, violência rural e urbana, dentre outros, de forma mais pungente que o resto do Brasil, tendo que pagar o luxo das regiões e países mais ricos. Vide os Projetos Carajás, Albrás, Alunorte, que pouco ou nada

trazem para a população do Estado do Pará, pois têm liberação de impostos que poderiam ser aplicados na região, não geram emprego para as cidades circunvizinhas como Cametá e Abaetetuba, inclusive resultando na falta de peixe e, conseqüentemente, no êxodo da população ribeirinha para a cidade, causando invasões, desemprego e marginalidade.

O desemprego no Maranhão que faz com que imigrantes daquele Estado se mudem para o Estado do Pará, causando disputas pelos poucos empregos que há, surgindo, daí, representações nativistas contra povos que passam dificuldades semelhantes.

Na cidade de Vigia, estes fatos resultam em RSs permeadas por anseios e reflexões de suas condições socioeconômicas, onde são mais marcantes: o medo da repressão policial, revolta com os políticos, dificuldades de ascensão socioeconômica, a religiosidade, o descontentamento com os altos preços das mercadorias, questões ligadas aos movimentos sociais da cidade que precisam de mais participação popular para se fortalecer; o significado da presença do mar e rios nas vidas dos vigienses.

Em Colares, observam-se problemas sociais graves que afloram nas RSs, tais como: diminuição do pescado; pouca produção da farinha de mandioca, alimento básico da população; falta de políticas públicas da ilha; desorganização dos moradores para reivindicarem mudanças significativas; desemprego e outros problemas sociais graves, tal como a violência que assusta os moradores. Vê-se que, a população não está satisfeita com os políticos que nada fazem pela ilha de Colares, criando o sentimento de abandono pelos projetos dos governos estadual e federal quanto à ponte ligando o continente a ilha, hospital, escolas de segundo grau, dentre outros.

Na cidade do Acará, as RCs e RSs indicam: A terra como algo sagrado, que deve ser defendida com o próprio sangue por ser peça fundamental na produção da maioria dos trabalhadores do interior do Estado; A exploração do trabalhador agrícola pelos grandes fazendeiros; A importância de ser o dono da terra; Falta de políticas públicas que assegurem direitos básicos; Falta de investimentos dos governos para fixar o homem no interior do Estado, tais como: hospitais, escolas, que quando existem, são em condições precárias; Devastação da floresta resultando na falta de caça e pesca; Medo de perderem suas terras; Falta de recursos financeiros; Desemprego dos jovens; Descontentamentos com as administrações municipal, estadual e federal, pela falta de políticas públicas que realmente saciem as necessidades do povo do Acará. Por outro lado há a falta de articulações do povo para se organizar; Não há lideranças significativas; O governo precisa se sensibilizar para as necessidades latentes daquela cidade.

Em Abaetetuba, surge uma representação da Cabanagem mais politizada, com diversos segmentos da sociedade envolvidos, sendo o apelo pela liberdade, a inclusão social nas decisões governamentais, de fundamental importância. Seus principais heróis são os ribeirinhos, pois são os que mais sofrem com a falta de políticas públicas e necessitam se organizar para reivindicarem melhorias, contudo enfrentam a falta de meios de comunicação eficazes, pois a população ribeirinha vive isolada, daí a dificuldade de discutirem e lutarem por problemas como: infraestrutura, emprego, melhores preços para seu pescado, acabando por terem que migrar para a cidade grande em busca de melhorias como: escolas, hospitais, fontes de renda, o que, muitas vezes, não conseguem e vão engrossar o número de invasões, desemprego e outros problemas sociais que estes ribeirinhos enfrentam nas cidades.

Em Belém, as representações não poderiam deixar de estar ligadas às questões urbanas, apresentando diversos problemas socioeconômicos: a falta de organização social, resultado da falta de recursos econômicos, levando a população da periferia a lutar mais pela sua sobrevivência do que por interesses dos grupos sociais a que pertencem, resultando em assembleias populares esvaziadas; O salário mínimo no Brasil que não chega a duzentos e cinquenta dólares americanos e Belém com um custo de vida de primeiro mundo leva a população mais carente a se sentir humilhada e impotentes diante da sua situação econômica; A questão da falta de infraestrutura adequada no interior do Estado resulta no êxodo rural, aumentando o número de desempregados ou subempregados na capital, aumento da quantidade de residências precárias autoconstruídas com materiais de baixa qualidade e, com poucos cômodos e com muitos habitantes; Bairros periféricos com invasões desordenadas e sem infra-estrutura.

Diante disso, observa-se que as questões ligadas à pobreza se perpetuam e tendem a piorar. Quanto à classe média, percebe-se nas RSs em Belém, que passa por um processo de achatamento e acaba ingressando em lutas apenas para garantir algumas de suas conquistas anteriores. Isso é o resultado do processo neoliberal que oprime os mais pobres, resultante do processo de globalização em que os países ricos impõem suas vontades aos países de terceiro mundo, ou seja, a globalização não ocorre com uniformidade, dá-se pelas vontades dos países capitalistas, resultando em arrocho salarial aos trabalhadores pobres e de classe média de países como o Brasil, levando a calamidades sociais, tais como: fome endêmica, miséria, desemprego, baixos salários, produtos nacionais extremamente caros, criminalidade, doenças como a tuberculose e hanseníase proliferam, além da desnutrição infantil e outros problemas graves.

Nota-se, em Belém, a Cabanagem ancorada como um movimento popular que não poderia ocorrer novamente, pois, dentre diversos problemas, há falta de participação e organização dos movimentos sociais, resultando na exploração da mão de obra, grilagem de terra, desemprego, falta de saneamento básico nos bairros periféricos, falta de ética na política e descumprimento, por parte do Estado, das garantias dos direitos mais básicos da população.

Em Cametá, surgem problemas como: dificuldades para fortalecer os movimentos sociais; falta de meios de comunicação de massa para divulgar as idéias das comunidades ribeirinhas; grandes diferenças regionais entre o norte e o sudeste; a globalização servindo para os empobrecidos pagarem os luxos dos ricos; os grandes projetos federais não gerando empregos; êxodo da população ribeirinha para a cidade, invasões; desemprego e marginalidade.

Nestas RSs, observam-se problemas, muitas vezes idênticos, como: faltam de políticas públicas que atendam aos anseios das populações, principalmente as mais carentes, necessitando projetos participativos com as comunidades para dar dignidade à população. Os grandes projetos são criticados, porque não são ouvidas as comunidades atingidas, principalmente quanto às reivindicações de geração de empregos e rendas, pois estes projetos não resolvem o problema de emprego e ao mesmo tempo, destroem a região amazônica e impõem à população que se mantenha em um “desenvolvimento sustentável”, sem ouvir os atingidos para se manifestarem e se é isso o que querem para sua comunidade.

Quanto as RSs da Cabanagem pelas populações entrevistadas, devo lembrar ao leitor que o homem é um ser que vive em permanente busca do seu passado, mas tem ansiedade quanto ao seu futuro, portanto, o seu vínculo com a história será constante, pois quase todas suas comunicações fazem referência ao passado, basta

observar uma conversa entre duas ou mais pessoas que se observará que quase sempre refererem-se ao passado ou de perspectivas futuras. O passado determinará o presente e o futuro, pois não se pode perder a identidade que construiu o hoje. É assim que se constroem as questões sociais, econômicas e culturais, que nunca estão dissociadas das experiências humanas. Diante disso, o pesquisador deverá buscar as interligações destas experiências com o presente, dentro de um critério científico não linear, procurando a melhor compreensão possível da sociedade em que vive. Afirma VIEIRA (1991, p.7) que:

“Os homens vivem sua experiência integralmente como idéias, necessidades, aspirações, emoções, sentimentos, razão, desejos, como sujeitos sociais que improvisam, forjam saídas, resistindo, se submetendo, vivendo enfim, numa relação contraditória, o que nos faz considerar essa experiência como experiência de luta e de luta política”.

Busca-se entender o presente dos entrevistados através das histórias por eles contadas sobre a Cabanagem, ou seja, através das RS, RC e RM da Cabanagem contida na memória do povo Belenense, Colariense, Acaraense, Abaetetubense, Vigienense e Cametaense. Pode-se entender como esses povos fazem as leituras de suas próprias vidas, pois quando falavam da Cabanagem acabavam inserindo seus problemas econômicos e sociais, ou seja, essas histórias narradas pelos entrevistados são representações também do presente, pois os entrevistados a (re)constroem com suas vivências, sofrimentos, alegrias, tristezas, novos heróis. Por exemplo: os heróis da Cabanagem de Vigia são os pescadores, pois a cidade vive da pesca; Em Acará, é o negro e assim por diante. A representação que os paraenses têm da Cabanagem é o resultado do reflexo mental individual de cada um, contribuindo para a formação de uma RC, que, por sua vez, interage com outras RCs formando uma RS e, esta por sua vez faz o percurso inverso influenciando nas RCs e RMs dos indivíduos e, logicamente, esta Cabanagem a que eles se referem é uma (re)construção segundo

suas leituras de mundo com um dinâmico interrelacionamento através da comunicação e linguagem. Diante disso, pode-se afirmar que a RM está contida na RC, a RC na RM, a RM na RS, a RS na RM, a RS na RC, a RC em outra RC. Entre as RCs e RMs, pode haver semelhanças, mas não em sua totalidade, pois mantêm características individuais, caso contrário, se torna RS.

Nas interrelações das RSs, o real sempre terá nova forma, pautada nos imaginários e ideais que refletem as diversas leituras de mundo que o constrói. Aliás, trata-se de uma construção permanente do objeto pelos EU's e o NÓS que garantem uma representação da Cabanagem repleta de novas imagens, novos heróis, novos mitos, novos fatos, novas ancoragens. Por exemplo: até algum tempo, o cametaense se orgulhava de sua cidade ter sido “invicta” contra a Cabanagem, hoje, com o retorno de pessoas que foram estudar em Belém, a abertura de um *Campi* da UFPA na cidade, estabelecimento de partidos políticos de “esquerda”, dentre outros fatos, aquele orgulho recebeu uma nova conotação, mudando de cidade “invicta” para o orgulho de ter sido capital durante algum tempo.

As instituições que estes cametaenses mantêm contatos influenciarão na construção de suas representações, e estas instituições são controladas por quem detém o poder, portanto, farão jogos ideológicos, “costurando a teia” da RS. Por exemplo: se, até a algum tempo, os cabanos eram colocados como ladrões, assassinos, bandidos, malfeitores, dentre outros termos pejorativos, hoje essa mesma ideologia para se aproximar e usufruir de alguma forma dos mais carentes, (re)cria suas idéias colocando os cabanos como heróis, fazendo monumentos, publicando obras, mudando posição das instituições de ensino. Como resultados, surgem RCs em que Cametá aparece como se fosse cabana e/ou posições que retomam as RCs do passado, resultando numa (re)construção da Cabanagem, na qual pessoas

consideradas conservadoras tomam posições como a de R.P.S.-C.2 que afirma: “*A minha corrente foi derrotada, eu não posso de maneira alguma ficar satisfeito por essa parte. Porém, Cametá protegeu uma geração. Eu estou ao lado dos cabanos, claro (...) Cametá entrou como pacificador (...) Eu me divido*”.

As RSs da Cabanagem, nos municípios pesquisados, estão permeadas pelos reflexos das realidades sociais, cheias de símbolos, valores, crenças, que contribuem com a construção e (re)construção daquele fato histórico, recebendo mudanças, não só através dos tempos, mas das ideologias dominantes impostas através dos sistemas de ensino, mídia, dentre outros modos de informação. Torna-se necessário entender como se processa e apresentam-se os imaginários destes povos, tanto individual, quanto socialmente.

Quando se afirma que a representação da Cabanagem tanto se dá no individual quanto no coletivo/social, um interagindo sobre o outro de forma dinâmica, pode-se citar, como exemplo, o trabalho de Antônio Raiol (o Barão de Guajará) que se refere aos cabanos como: malfeitores, bandidos, entre outros termos pejorativos, mostrando tanto sua RM quanto uma RS da sua época. RM, pois seu pai fora morto por aqueles guerrilheiros e, este fato foi decisivo para a formação de sua representação sobre a Cabanagem. Os termos que utiliza em sua obra são reflexos de uma RC, pois mostram claramente como os ricos, nobres e portugueses, categorias das quais Antônio Raiol fazia parte, viam a população carente composta por negros, tapuios, índios, mestiços e brancos pobres que não aceitavam a condição de explorados e lutavam por cidadania, tendo, como bandeira, o antilusitanismo.

Afirma-se que, tanto as RMs, quanto as RCs/RSs são reflexos dos conflitos de valores culturais, momento social, geografia socioeconômica da microrregião estudada, símbolos, educação imposta pelas ideologias dominantes, modos de pensar

o outro, tanto de forma individual quanto coletiva ou social, resultando em comportamentos etnocêntricos ou relativistas. No caso da Cabanagem, as relações foram marcadas pela miséria, pobreza e exploração, que se perpetuaram e pouco se transformaram desde o início da colonização, atravessando todo o período daquela revolução civil e, resistindo, até o presente, na vida dos menos favorecidos, resultando em representações repletas de reflexos históricos sociais semelhantes aos que levaram os cabanos às armas, ou seja, pobreza, miséria, discriminação social, etnocentrismo, exploração.

Não se pode acreditar que a RS de um fato do passado apresentem uma total ruptura com o presente. Por isso, considera-se a representação que os belenenses, colarienses, abaetetubenses, acaraenses, vigienses e cametaenses fazem da Cabanagem, não como uma ruptura, mas como uma (re)construção no presente de um fato passado e, como algo individual, coletivo e social.

Entende-se que a formação da representação se dá através dos diversos EU's que, com suas histórias de vida, trocam experiências, leituras de mundo, controle ideológico, regionalidade, construirão o EU coletivo/social e este, por sua vez, influenciará no EU individual. Sendo assim, o estudo da representação da Cabanagem não deve apenas centrar-se na RM de um indivíduo, mas na interação desse EU individual que forma o EU coletivo/social, e como o EU coletivo/social influi no EU individual.

A Cabanagem, para os paraenses, é o produto das interações dos EU's individuais que formam o coletivo/social, e este coletivo/social influenciará os EU's individuais através das relações ESCOLA/ALUNO, FILHO/PAI, LEITOR/LIVRO, DOMINADO/DOMINADOR, IDOSOS/JOVENS e, ainda, conversas de amigos, crenças, símbolos, que resultarão tanto em RM quanto em RC e RS, uma interagindo

na construção, destruição e (re)construção da outra, pois a Cabanagem tem sua história reconstruída pelas vivências individuais dos moradores das cidades pesquisadas, resultando na influência do coletivo/social que novamente construirá o individual de cada um, ou seja, é a dinâmica da interação cultural que determinará a representação. Sendo assim, se tiver que buscar um sujeito das representações, este seria um sujeito tanto individual como coletivo/social, pois as representações vivem em função de uma cultura que é o reflexo dos vários EU's. Os resultados destas interações, então possibilitam (re)escrever a Cabanagem segundo a cultura de cada grupo estudado. A expressão da construção da representação, no ponto de vista deste pesquisador, dar-se-á da seguinte maneira: $RM1 + RM2 + RMn = RC$ e $RC1 + RC2 + RCn = RS$.

Quanto à origem dos entrevistados, muitos declaram não conhecer a origem. No caso de Belém, isso acontece em virtude dos diversos contatos com outras regiões, através de migrações constantes e questões de valores sociais, onde as pessoas vão deixando as histórias de família de lado em prol da grande agitação da cidade grande. Fator diferente ocorre em Cametá, onde as pressões de grupos políticos fazem com que as pessoas temam represálias (apesar de se ter garantido o sigilo dos entrevistados). Isto pode ser observado quando uma professora do local escreveu um trabalho que dizia que Cametá tinha sofrido invasões cabanas, indo contrário às ideologias que estabeleceram Cametá como cidade “invicta” e recebeu ameaças de demissão. Em Acará, seria natural que a maioria se declarasse descendentes de cabanos, já que os grupos de guerrilheiros partiram de lá para atacar Belém, além dos vultos históricos Malcher e Batista Campos que têm suas histórias ligadas àquela cidade. Abaetetuba, de certa forma, sofre discriminação dos cametaenses, daí ser natural que a maioria se posicionasse como descendentes de cabanos, em oposição à história de cidade invicta dos cametaenses. Vigia demonstra

que os grupos estão divididos entre descendentes de cabanos, legalistas e os que não descendem de nenhum desses grupos, lá não só os cabanos dominaram como a burguesia, principalmente dos parentes de Raiol, estiveram lutando para reaver suas propriedades. Colares pertenceu a Vigia, na época da Cabanagem, mas por ser uma ilha muito pequena e, por dificuldades econômicas que levaram a diversas migrações a importância de se preservar as histórias de família vai se perdendo, como ocorreu em Belém. É importante que as cidades tenham suas tradições históricas, pois estas levam as pessoas a terem orgulho de pertencerem ao local, e a se identificar com algum grupo que valorize suas histórias, sejam elas de descendentes de cabanos ou de legalistas. Cabe às escolas resgatarem isso, respeitando o valor local.

DESCENDÊNCIA						
	BELÉM	ABAETETUBA	ACARÁ	CAMETÁ	COLARES	VIGIA
CABANOS	16,66%	66,66%	83,33%	—	16,66%	33,33%
LEGALISAS	—	16,66%	—	—	33,33%	33,33%
NEM CABANO NEM LEGALISTA	—	—	16,66%	—	—	—
DESCONHECEM	66,67%	—	—	83,33%	50%	33,33%
NÃO DEIXAM CLARO	16,66%	—	—	16,66%	—	—
NÃO DECLARARAM	—	—	—	—	—	—

Ilustração 16. Tabela de descendência dos entrevistados

Apesar de se ter identificado, em cada cidade, alguns grupos de representações, este trabalho concorda com Wolfgang WAGNER (1997:163) quando afirma: “*Não é a pertença de um sujeito a um determinado grupo que faz com que ele se comporte socialmente da maneira como o faz, mas a sua representação mental dos fatos sociais*”. Quando se observam os depoimentos dos entrevistados de Cametá, isso aparece de maneira mais clara, pois cada entrevistado buscou indicar como heróis pessoas de seu grupo e/ou etnia; Além de que, quando fazia alguma

comparação partia de seus problemas pessoais, como o caso do R.P.S.-C.2 que colocava o problema do professor aposentado em suas RM, pois era o que vivia.

A complexidade das RMs, RCs e RSs de um determinado fato histórico, vivido ou não pelo entrevistado ou grupo de entrevistados, permite ao pesquisador, não só extrair o fato histórico passado, mas conseguir dados do presente que muitas vezes são escondidos pelos entrevistados em outras circunstâncias. Daí, se afirmar a impossibilidade de total ruptura com o passado, pois, nessas representações, estão presentes as (re)construções desses passados, com fatos e personagens presentes nas vidas dos entrevistados.

A (re)construção dos fatos pelos entrevistados tem que ser respeitada pelo entrevistador, pois a sociedade é dinâmica e, conseqüentemente, modificará constantemente suas posições. É o caso de Cametá que, antes, possuía orgulho de ter sido a “Cidade Invicta”, hoje passa por uma transição na qual muitos manifestam que queriam que aquele local tivesse aderido à Cabanagem. Daí, a necessidade de se ter o respeito pela história contada pelo entrevistado, pois o dinamismo permite que se, um dia, uma pessoa conte uma história de um jeito, no outro, ela pode modificar ou omitir diversos fatos ou mesmo complementá-los.

O respeito às limitações do entrevistado deve ser observado, tais como: escolaridade, linguagem, medos, preocupação com a imagem que tem em sua cidade, tempo da entrevista, idade, desconhecimento de determinados fatos e outros.

O cronograma pessoal do pesquisador não deve atingir o entrevistado, pois se corre o risco de se obter uma entrevista frágil que levará a conclusões precipitadas.

Não se pode, de modo algum, negar que o presente causa mudanças na releitura do passado, pois quando se olha para fatos passados está se olhando a partir

da visão do presente. Aliás, foi exatamente pedindo para que contassem um fato passado, no caso a “Cabanagem”, que se pode observar como os entrevistados viam o presente.

Um fato contado por um entrevistado não é, necessariamente, uma verdade semelhante aos estudos bibliográficos realizados anteriormente pelo pesquisador, pois se trata da representação que o entrevistado tem daquele assunto e depende de vários fatores, tais como: contatos sociais, problemas do seu presente, ideologias que influenciaram nas novas concepções de idéias.

Em estudos de RM, RC RS de algum fato histórico, quando o entrevistado cita alguma data, deve ser lembrado que se está trabalhando com a memória e, nem sempre, esta segue um tempo cronológico exato. Como exemplo, um dos entrevistados disse que Batista Campos e Prudêncio de Seixas Tavares tinham rompido relações políticas em “7 de fevereiro de 1885”, o que não poderia ter acontecido, pois, nessa data, Batista Campos já tinha falecido. O mesmo pode-se dizer quanto aos nomes relatados que, muitas vezes, modificam-se, sofrem acréscimo ou somem das narrativas. Pode-se citar como exemplo um entrevistado que se referiu a Eduardo Angelim como “Antônio Angelim”. O mesmo pode-se dizer quanto a locais de nascimento de algum vulto histórico ou mesmo locais de batalhas, que podem se alterar com o tempo. Exemplifica-se isso dizendo que o cearense Angelim foi citado por dois entrevistados como sendo “maranhense”, mostrando o reflexo da visão que tinham sobre o grande fluxo de maranhenses para região. Isso não quer dizer que se deva desconsiderar alguma informação contraditória, mas buscar entender porque que ela está figurando daquele modo. Não se pode esquecer que o que está se buscando não é um levantamento histórico propriamente dito, mas a representação que as pessoas têm de um determinado fato histórico.

Nesse trabalho, observou-se que cada grupo tem uma representação que reflete suas experiências em comum. Por exemplo, em Vigia detectou-se três RCs diferentes, que acabariam tornando-se a RS daquela cidade. Todavia, essas RCs podem se fundir a qualquer momento. É o que se observa em Cametá, onde há um grupo que mantinha a tradição do orgulho da resistência à Cabanagem, mas com o contato com outros grupos que vêem os cabanos como heróis e a Cabanagem um movimento contra a discriminação do negro, do índio, do caboclo, começam a modificar fatos e, até mesmo, confundirem-se, em alguns momentos, dizendo que Cametá foi cabano. É dentro dessas RCs que se forma a RS em um determinado local. Além de que, nas RCs existem maneiras individualizadas de representar determinado fato.

Quanto à ancoragem, pode-se perceber que não é algo estático, em alguns casos, pode se modificar por influência de fatores externos, como aconteceu com a samaumeira em Cametá. Outras ancoragens resistem a pressões político-sociais, tempo, entre outros, como é o caso do Trem de Guerra em Vigia. Em outros casos, são influências tão diversas que é quase impossível identificá-la, surgindo diversas ancoragens, como é o caso de Belém.

Outra observação interessante que se fez durante a pesquisa é que, se muitos dos entrevistados tivessem que mostrar seus nomes não dariam entrevistas com a mesma representatividade que teriam no anonimato, pois muitos só revelavam seus modos de pensar quando lhes era assegurado que eles figurariam com um código alfanumérico, diante disso, desnudavam-se de seus medos, preocupações com a imagem, temores políticos, tradições, e falavam à vontade sobre um determinado assunto. A afirmação pode ser corroborada contando um fato que ocorreu na cidade de Cametá: Um rapaz, formado em história, que tinha feito uma pesquisa sobre

história oral naquela cidade, apresentou uma pessoa que era considerada grande conhecedora da história, cultura e tradição de Cametá. Essa pessoa, ao dar a entrevista a esse jovem, que na época escrevia seu trabalho de conclusão de curso, sabendo que teria seu nome revelado, deu-lhe uma visão tradicional e conservadora que mostrava um orgulho de Cametá ter sido resistência à Cabanagem; em sua entrevista a esta pesquisa, quando ela soube que teria sua identidade preservada, revelou que se entristecia por Cametá ter resistido à Cabanagem, pois o seu grupo, os negros, com isso foi derrotado. Com isso, observa-se que o respeito ao entrevistado quanto ao receio que tenha de revelar sua representação, seu modo de falar, dentre outros, não é somente uma questão de método, mas um respeito humano aos condicionamentos que podem aparecer por parte daqueles que se dispõem a perder algum tempo para ajudar dando suas representações, franca, clara, sem receios de que algum fato narrado possa lhe causar algum constrangimento.

Mesmo o passado sendo visto a partir do presente, nesta pesquisa se quis compreender como o entrevistado entende o seu presente. Como eles diziam que os cabanos eram pobres, resolveu-se pedir que falassem como era a pobreza que existia na época da Cabanagem comparada a que viam nos dias atuais. Foi nesse momento que se pode observar todos seus problemas e perspectivas político-sociais, que se encontram relatadas nos capítulos anteriores. Diante disso, concluiu-se que todos os projetos que partem de assistentes sociais, economistas, políticos, se não forem realizados de modo participativo com a parceria daqueles que irão ser atingidos pelos objetivos de tais projetos, correm riscos de serem interrompidos por não contemplarem, realmente, os anseios da população atingida. As pesquisas de RS, se bem fundamentadas, podem levar à compreensão sobre uma comunidade e a maneira de envolvê-la como parceira de algum projeto que objetive soluções aos problemas identificados.

Métodos de diagnosticar, pesquisar, elaborar modelos de projetos sociais existem muitos, todavia, o profissional deve compreender que há várias verdades e, que a verdade daquele que vai ser atingido é a verdade que deve ser considerada. Sem dúvida, as RCs e as RSs dão inúmeras possibilidades para repensar a condição socioeconômica de uma determinada comunidade, pois a deixa mais livre para manifestar seus temores do passado, dificuldades do presente e anseios quanto ao futuro.

Quanto à história, esta é (re)construída com novas visões de mundo, mostrando a riqueza do social e individual, que, muitas vezes, polariza-se entre grupos, mas muitas vezes se funde, cria novos mitos e esquece outros, mas que demonstra as inúmeras possibilidades que as populações pesquisadas com seus dinamismos mantenham tradições orais ou (re)construam essas oralidades, que fortalecem os grupos que muitas vezes se reúnem nas portas das casas, no final da tarde, para trocar conhecimentos, e dentre estes, o conhecimento histórico que muitas vezes, como identificado, não é repassado pelas escolas do interior do Estado.

O estudo da RS possibilita não só a busca da história na óptica dos "derrotados", de onde a história oficial muitas vezes apagou resquícios de heroísmos e dignidade, mas entender como as pessoas vêem e comunicam sua condição social e como (re)constroem fatos que, de forma oral, chegaram até elas por parentes, amigos ou lideranças populares, e, assim, podem identificar o que pensam sobre projetos de governo. Identificar suas necessidades é ter elementos para elaboração de projetos sociais que, realmente, atinjam as necessidades daquelas populações. As possibilidades são inúmeras e, no Brasil, poucos trabalham as RSs. Além de que a Cabanagem carece de mais trabalhos, novas idéias, principalmente, aquelas que resgatem o "senso comum".

Essa tese não visa só a um documento para ser avaliado por uma banca, mas um conjunto de intenções para preservar a informação do passado que em muitos casos, estão se perdendo, em como identificar, no presente, como estão sendo construída a informação sobre a Cabanagem, sendo assim se propõe a criação de um Banco de dados da Cabanagem, não só para resgatar essa história em todas suas versões, mas para acompanhar, através do estudo das representações mentais, coletivas e sociais, como está a história da Cabanagem para a população, pois conhecendo suas versões, permeadas pelo presente, pode-se fazer uma triagem e propor políticas públicas ao governo para mudar a realidade dos “novos cabanos”, ou seja, trata-se também de um observatório social.

A Cabanagem é contada em diversas versões, para esta tese coube, nesse momento, não apresentar a história da Cabanagem, mas os motivos que levaram os diversos grupos cabanos a lutarem contra o domínio da elite portuguesa no Pará, bem como, justificar porque os Presidentes cabanos não possuíam total controle sobre a situação, como está a atual situação daqueles que descendem dos grupos guerrilheiros, mostrar como a Cabanagem ficou representada na memória dos povos de Abaetetuba, Vigia, Colares, Belém, Cametá e Acará, pois, no momento, as visões do “Senso Comum” sobre aquele fato são que se tornaram relevantes para este estudo sobre as RSs da Cabanagem. A proposição do Banco de Dados Eletrônico da Cabanagem para estimular pesquisas e acompanhamento das necessidades sociais da população foi outro ponto privilegiado.

Vale ressaltar que, o estudo das RM, RC e RS mostra como se dá o comportamento informacional dos grupos estudados, fornecendo muito mais do que as fontes e formas de utilização da informação, como exemplo, detalhes que em outras formas de análise não seriam identificados nos grupos pesquisados.

Se, na sociedade moderna, o computador e a internet estão totalmente inclusos, nas atividades de pesquisa o mesmo acontece, caso contrário, o cotidiano dos pesquisadores seria impossível, visto que a produção científica é grande e dinâmica e viajar por bibliotecas tradicionais para fundamentar suas pesquisas exigiria um tempo e grande custo financeiro. Diante disto, a potencialidade que um Banco de Dados Eletrônico oferece vai desde a economia de tempo até custos mais baixos da pesquisa. Sendo assim, a informação de modo automático contempla, hoje em dia, todas as áreas científicas, contudo a segmentação ainda se faz necessária. Daí, a importância da criação do Banco de Dados Eletrônico da Cabanagem, que permitirá agilidade, economia, precisão da disseminação da informação e, de um modo mais abrangente, atingindo desde os alunos de ensino fundamental e médio, até pesquisadores de centros de excelência. Além de que, diversos autores citados nessa tese reclamam da falta de bibliografias sobre a Cabanagem e, mesmo todos os códices do Arquivo Público do Estado do Pará não contemplam essas necessidades por vários motivos, dentre eles: Muitos documentos perderam-se em uma chuva que destruiu o telhado daquele prédio. Muitos documentos da época da Cabanagem ainda não foram tratados adequadamente, o que mostra o descaso do governo do Estado com a cultura e história do Pará. Outro que são necessários indicadores sociais e, o estudo das representações mentais, coletivas e sociais é permeado pelo hoje dos entrevistados e que pode alimentar esse Banco de Dados Eletrônico, suprimindo essa necessidade.

Diante disto, crê-se ser necessário o estabelecimento urgente do Banco de Dados Eletrônico da Cabanagem que agregaria não só trabalhos de conclusão de cursos, artigos, dissertações, teses, e outros, mas que seja um observatório social, onde constem análises periódicas das representações mentais, coletivas e sociais da Cabanagem, permitindo, aos pesquisadores, fontes, para pesquisas em diversos

campos sociais, entre eles: Sociologia, Psicologia, História, Arquivologia, Biblioteconomia, Serviço Social, Comunicação.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J.- C. Méthodologie de recueil des représentations sociales. In. : _____ (Ed.). Pratiques sociales et représentations. Paris : Presses Universitaire de France, 1994. p. 59-82.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Du Travail esclave au travail libre: le Para (Brésil) sous le régime colonial et sous l'empire (17-19 esicles). Paris, 1985. (Tese doutoral d'École des Hautes Etudes en Science Sociales).

ACORDO de Colaboração Acadêmica e Científica Que celebram a Universidade Federal do Pará – Brasil e a Universidade do Porto- Portugal.

ADENDA ao Acordo de Cooperação UP/UFPA. Belém : Universidade Federal do Pará ; Porto : Universidade do Porto, 2007.

ANDERSON, Robin. The Caboclo an Revolutionary: The ‘Cabanagem’ Revolt 1835-1836. In. : PARKER, Eugene Philip, ed. The Amazon Caboclo : Historical and Contemporary Perspectives. Williamsburg - Virginia (USA) : College of William and Mary, 1985.

ARRUDA, Carlos. Cabanos!. Belém : Empresa de Publicidade Nova Era, 1969.

ASTI VERA, Armando. Metodologia e Pesquisa Científica. 8 ed. São Paulo : Globo, 1989.

BAUER, Martin. A Popularização da Ciência como “imunização cultural”: A função da resistência das representações sociais. In.: GUARESCHI, Pedrinho, JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). Textos em Representação Social. 3 ed. Petropolis : Vozes, 1997. p. 229-257.

BRASIL, Leis, Decretos. Extrato de Acordo de Cooperação Técnica. In: Diário Oficial da União. Seção 3. 11, Nov., 2005. P. 45.

CABANAGEM: A grande revolta. In: Nosso Pará. Belém : VER Editora. n. 1, p. 44-57.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Representação Política. São Paulo : Ática, 1988.(Série Princípios, 164).

CARDOSO, Ciro Flamarion. Uma introdução à história. São Paulo : Brasiliense, 1981.

CERVO, Amado Luiz, BRERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários. 3 ed. São Paulo : McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CHIAVENATO, Julio José. Cabanagem: o povo no poder. São Paulo :Brasiliense, 1984.

CRUZ, Ernesto. Nos Bastidores da Cabanagem. Belém : Barra, 1942.

DICCIONÁRIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA. 21 ed. Madrid : Real Academia Española, 1995. 2 v.

DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA GLOBO. 8. ed. Porto Alegre; Rio de Janeiro : Globo, 1981.

DI PAOLO, Pascoale. A Cabanagem: A revolução popular da Amazônia. Belém : CEJUP, 1990.

DI PAOLO, Pascoale. A Cabanagem: A revolução popular da Amazônia. In: O Liberal. Belém. v. 39 n. 21.516, p. 6. jan. , 1985.

DORSCH, Friedrich. Diccionario de Psicologia. 2. ed. Barcelona : Herder, 1978.

DURKHEIM, Emile. As Regras do Método Sociológico. 2. ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1960.

DURKHEIM, Emile. Sociologia e Filosofia. São Paulo : Forense, 1970.

EVELIN, Heliana Baia. Sobre a questão da liderança e da representatividade. Belém, 1980. (mimeo.)

FARR, Robert M. Representações Sociais: A teoria e sua história. In.: GUARESCHI, Pedrinho, JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). Textos em Representação Social. 3 ed. Petropolis : Vozes, 1997. p. 31-59.

FARR, Robert M. Les représentations sociales: La théories et ses critiques. In. : Bulletin de Psychologie. n. 45, 1992. p. 183-188.

FARR, Robert M. The Theory of Social Representation: Whence and Whither? . In. : Papers on Social Representations. n. 2. 1993. p. 130-138.

FARR, Robert M., MOSCOVICI, Serge, (Edit.) Social Representations. Cabridge : Cabridge University Press, 1984.

FERRARI, Alfonso Trujillo. Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo : McGraw-Hill do Brasil, 1982.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1993. p. 299.

GUARESCHI, Pedrinho, JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). Introdução. In. :_____. Textos em Representação Social. 3 ed. Petropolis : Vozes, 1997. p.17-25.

GUARESCHI, Pedrinho, JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). Textos em Representação Social. 3 ed. Petropolis : Vozes, 1997.

GUARECHI, Pedrinho. “Sem dinheiro não há salvação”: Ancorando o bem e o mal entre neopentecostais. In. : _____, JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). Textos em Representação Social. 3 ed. Petropolis : Vozes, 1997. p. 191-225.

GUEDES, Aureliano da Silva. Ensaio sobre os motivos que levaram os índios a participarem da Cabanagem no Pará (Brasil). Belém, 1998. (mimeo.).

GUEDES, Aureliano da Silva. Cabanagem: Um jogo de interesses nem sempre em prol dos cabanos. Belém, 1999. (mimeo.).

GUEDES, Aureliano da Silva. Cabanagem: A luta pela cidadania cabocla. Belém, 1998. (mimeo.).

GUEDES, Aureliano da Silva. Nação e Nacionalismo. In. : Revista do Centro Sócio-Econômico. Belém : CSE-UFPA. v.3, n. 1/2, jan./dez., 1996.

GUEDES, Aureliano da Silva. A Representação da Cabanagem nas Cidades de Vigia e Cametá no Estado do Pará-1999. Belém : Mestrado em Serviço Social- Universidade Federal do Pará, 1999. (Dissertação de Mestrado)

GUEDES, Aureliano da Silva. La Sublevación da la “Cabanagem”: El antilusitanismo de los Mestizos. León: ULE, 1995. (mimeo.)

GUIMARÃES, Renato. Cabanagem: a revolução. s.n.t. 43f.`

GUIMARÃES, Renato. Cabanagem: A Revolução no Brasil. In. : Temas de Ciências Humanas. São Paulo : Ciências Humanas, 1978. (Coleção, v.4) p.93-130.

HEIDEGGER, Martin. Conferências e Escritos Filosóficos. São Paulo : Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores).

HEIDEGGER, Martin.O Fim da Filosofia e a Tarefa do Pensamento. São Paulo : Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores).

HEIDEGGER, Martin. O Que é Isso - A Filosofia. São Paulo : Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores).

HEIDEGGER, Martin. O Que é Metafísica? São Paulo : Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores).

HEIDEGGER, Martin. Sobre a Essência do Fundamento. São Paulo : Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores).

HEIDEGGER, Martin. Sobre a Essência da Verdade. São Paulo : Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores).

HELLER, Agnes. O Cotidiano e a história . 2 ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.

HURLEY, Jorge. Belém do Pará sobre o domínio português: 1616 - 1823 . Belém : Livraria Clássica, 1940.

HURLEY, Jorge. A Cabanagem. Belém : Livraria Clássica, 1936.

HURLEY, Jorge. Noções de história do Brasil e do Pará de acordo com o programma de ensino primário do Estado do Pará. In. : Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Belém. v. 11 ano 1938. p. 1-590.

HURLEY, Jorge. Traços Cabanos. Belém : Instituto Lauro Sodré, 1936.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Estimativas das populações residentes, em 1º de julho de 2009. Segundo os Municípios. In: www.ibge.gov.br. Acessado em 30 de jul., de 2010.7:25 A.M.

JAHODA, G. Critical notes and reflections on social representations. In.: European Journal of Social Psychology. n. 18, 1988. p. 195-210.

JODELET, Denise (org.). La Représentations Sociales. Paris : Press Universitaires de France, 1989.

JODELET, Denise. Représentations Sociales: Phénomènes, concept et théorie. In. MOSCOVI, Serge (Ed.). Psychologie Sociale. 2 ed. Paris : Presses Universitaires de France, 1988.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In.: GUARESCHI, Pedrinho,

JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). Textos em Representação Social. 3 ed. Petropolis : Vozes, 1997. p.63-85.

LAPLATINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo : Brasiliense, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. São Paulo : Atlas, 1988.

MARCONI, Marina de Andrade, PRESOTTO, Zelia Maria Neves. Antropologia: uma introdução. São Paulo : Atlas, 1986.

MELATTI, Júlio Cezar. Índios do Brasil. 5. ed. São Paulo : HUCITEC ; Brasília,DF. : Editora da Universidade de Brasília, 1987. (Estudos Brasileiros.)

MELLO, Pedro José Martim de. Cabanagem: causas e objetivos. In: Revista da Academia Paraense de Letras, Belém. v.28, {1987}p. 84-105.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Conceito de Representações Sociais dentro da Sociologia Clássica. In. : GUARESCHI, Pedrinho, JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). Textos em Representação Social. 3 ed. Petropolis : Vozes, 1997. p. 89- 111.

MONTEIRO, José Cauby Soares. Rebeldes, Deschapelados & Pés-Descalços: Os cabanos no Grão-Pará. Belém : UFPA/NAEA, 1994. 82p. (Dissertação de mestrado. UFPA/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos), (mimiografado).

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Igreja e Cabanagem (1832-1849). In. : HOORNAERT, Eduardo, Coord. História da Igreja na Amazônia. Petropolis : Vozes, 1992.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750 - 1850). Petropolis : Vozes, 1988.

MOSCOVICI, Serge. Notes toward a description of social representations. In. : European Journal of Social Psychology. n. 18, 1988. p. 211-250.

MOSCOVICI, Serge . “Prefácio” In.: GUARESCHI, Pedrinho, JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). Textos em Representação Social. 3 ed. Petropolis : Vozes, 1997. p. 7-16.

MOSCOVICI, Serge. Des représentations collectives aux représentations sociales: éléments pour une histoire. In. : JODELET, Denise (org.). La Représentations Sociales. Paris : Press Universitaires de France, 1989. p. 65-86.

MOSCOVICI, Serge. A Representação Social da Psicanálise. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.

PERRUSI, Artur. Imagens da Loucura: Representação social da doença mental na psiquiatria. São Paulo : Cortez ; Recife : Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

PINTO, Lúcio Flávio. Cabanagem: a revolução popular da Amazônia. In. O Liberal. Belém, v. 39 n. 21.516. 6 jan., 1985.

PINTO, Lúcio Flávio. Cabanagem em Concreto Armado. In: O Liberal . Belém. v. 38 n. 21.320 p. 26. 24 jun., 1984.

POTELET, Jeanine. Témoignagens des Maris Français au Brésil: La 'Cabanagem'. In. : Boletim do Museu Emílio Goeldi. Belém : MPEG. v. 6 n. 2. dez. , 1990. p. 131-144.

RAIOL, Domingos Antônio. Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. [Belém] : UFPA, 1970. 3v.

REIS, G. Moraes Rego. A Cabanagem: Um episódio histórico da Guerra Insurrecional da Amazônia (1835-39). Manaus : Governo do Estado, 1965.

ROQUE, Carlos. Cabanagem; epopéia de um povo. Belém : Imprensa Oficial, 1984.

ROQUE, Carlos, Org. Grande Enciclopédia da Amazônia. Belém : Editora Amazônia, 1968. 6 v.

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. 17 ed. Petropolis : Vozes, 1992.

SÁ, Celso Pereira de. Núcleo Central das Representações Sociais. Petropolis : Vozes, 1996.

SALLES, Vicente. Memorial da Cabanagem: Esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Belém : Centro Jurídico do Pará, 1992.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. História econômica da Amazônia: 1800-1920. São Paulo : T. A. Queiroz, 1980. (Biblioteca Básica de Ciências Sociais, série 1a ; Estudos Brasileiros, 3).

SEMIN, Gun R. Prototypes et représentations sociales. In. : JODELET, Denise (org.). La Représentations Sociales. Paris : Press Universitaires de France, 1989. p. 239-251.

SILVA, Armando Malheiro. A informação: Da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico. Porto : Edições Afrontamento, 2006.

SILVEIRA, Ítala Bezerra da. Cabanagem: uma luta perdida.... Belém : Secretaria de Estado da Cultura, 1994.(Anteriormente publicada como dissertação de mestrado de política da UFMG).

SPINK, Mary Jane. O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo : Brasiliense, 1993.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as Teorias Implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In. : GUARESCHI, Pedrinho, JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.) Textos em Representação Social. 3 ed. Petrópolis : Vozes, 1997. p.117-145.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: Intersubjetividade In. : GUARESCHI, Pedrinho, JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.) Textos em Representação Social. 3 ed. Petrópolis : Vozes, 1997. p.63-85

TAMER, Victor. Chão Cametaense. s.l : s.ed., 1987.

THIOLLENT, Michel J. M. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. 3 ed. São Paulo : Polis, 1982. (Coleção Teoria e História, 6).

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. PEIXOTO, Marina do Rosário da Cunha, KHOURY, Yara Maria Aun. A Pesquisa em História. 2 ed. São Paulo : Ática, 1991. (Série Princípios, 159).

WAGNER, Wolfgang. Descrição, Explicação e Método na Pesquisa das Representações Sociais. In. : GUARESCHI, Pedrinho, JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.) Textos em Representação Social. 3 ed. Petrópolis : Vozes, 1997. p. 149-186.

WITTGESTEIN, Ludwig. Investigações Filosóficas. São Paulo : Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores).

DOCUMENTOS UTILIZADOS DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ALBUQUERQUE, José Francisco de Paula. Para Francisco José de Souza Soares d'Andréa. In: Ofício N^o. 1. Cod. 987. Cod. Atual: 1041. Período: 1836-1840. (Matéria: Negócios em Países Estrangeiros). New York, 30 abr., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

ALBURQUERQUE, José Francisco de Paula Cavalcanti. Para Francisco José de Souza Soares de Andréa. Dizem-me que um certo Ribeiro, que se intitula Militar de Cavallaria dessa Provincia, e que acaba de chegar á este porto á bordo da Brigue Latona,... In: Ofício nº63. Cod. 978. Cod. Geral 1041. Período 1836-1840. (Matéria: Negócios em Países Estrangeiros). New York, 3 nov., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pim e.... Deliberou em sessão do Tribunal que as buicas de que trata o Artigo 41 da Lei de 4 de Outubro de 183[...] In: Ofício N^o 224. Cod.1165. Cod Geral: 1002. Período: 1835-1840. (Matéria: Ofícios em 1835-1840). 22 nov., 1837.[Arquivo Público do Estado do Pará]. (Obs: [ilegível])

ANGELIM, Eduardo Fran^{co}. Nogueira. Paraenois meos Casos Patricios sempre ao vosso lado vós tendes sido testemunho do valor com que tenho sabido defender nos nolsos direitos; q^{do} se trata atacar os inimigos eu sou o primeiro, Cod. 541. Cod Atual: 1016. Período: 1836. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). 8 maio 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

ANDRÉA, Francisco. José de Souza Soares de. A minha Situação he milindroza Eu tenho Ordens a cumprir, e não polso fazer reflexão sobre ellas, nem buscar pretexto algum para as illudir. Segundo as Leis do, está de huma parte a desobediencia altiva, e da outra a Authoridade da Lei, para restethuir a ordem e a paz a Provincia In: Cod: 543.Cod.Atual: 1008. Período:1836. (Matéria:Correspondência de Diversos com o Governo). 1 maio 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

ANDRÉA, Francisco. José de Souza Soares de Para Ilm^o e Exm^o. Senr[~] Adolfo d' Aguilar Pantoja, Ministro e secretario d'Estado dos Negocios da Justiça. Il^o. e Exy^o. Senr[~]. == em resposta ao avizo de VEy^a. de 11 de Junho, em que me determina que me dê relação ou mappa das forças desta Provincia, e pontos fortificados; seus Commandantes V^a tenho de expôr aVEx^a..In: Ofício N^o 22. Cod. 740. Cod. Atual: 1039. Período: 1836-1839. (Matéria: Correspondência do Governo com a Côrte). 24 nov., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

ANDRÉA, Francisco. José de Souza Soares de. Para Adobo q. de Aquilau. IMm^o. e Exm^o. Senr^o..// Pela Charrua Carioca mandei para essa Corte cento e quarentq e cinco presos, a maior parte delles aproveitavel em serviços publicos e mesmo na praça como soldados, para servirem no Sul, aonde a dioparição aos crimes, não pode ser de consequência alguma distantes do theatro a que estão acostumados. Hoje tenho perto de trezentos e quarenta presos a ferros metidos na curveta. In: Ofício N^o 13. Cod. 740. Período: 1836 – 1839. (Matéria: Correspondência do Governo com a Côrte). 1 ago., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

ANDRÉA, Francisco José de Souza Soares de. Para Adolfo d'Aguilar Pantoja, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios de Justiça. Ilmo. e Exmo. Senr^o == Recebi o avizo de V. Ex^a. de 15 de Junho sobre a participação que devo dar de todos os subditos Franceses que faleceram nesta Provincia, estão dadas as Ordens para puder ter devido cumprimento. In: Ofício N^o 24. Cod.740. Cod. Geral: 1039. Período:1836-1839.(Matéria: Correspondência do Governo com a Côrte). 24 nov., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

ANDRÉA, Francisco José de Souza Soares de. Para Miguel calmon da Pin e Almeida Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda. Em Cumprimento do Aviso 30 de Setembro sobre o despacho dos quatro Contos reis em Cobre. In: Ofício N^o 127. Cod. 741. Período: 1836-1840. (matéria: Correspondência do Governo com a Corte). 20 dez., 1837. [Arquivo Público do Estado do Pará].

ANDRÉA, Francisco José de Souza Soares de. Para Miguel calmon da Pin e Almeida Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda. Acuzo recebido e fico na intellingencia de quanto V.Ex^a. me communica no seu avizo de 3 de Outubro sobre as notas de 50,000 reis. In: Ofício N^o 128. Cod. 741. Período: 1836-1840 (Matéria: Correspondência do Governo Com a Corte). 20 dez., 1837. [Arquivo Público do Estado do Pará].

ANDRÉA, Francisco José de Souza Soares de. Para Miguel calmon da Pin e Almeida Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda. Estão dadas as Ordens para se não cobrar mais a contribuição da Misericordia que achei estabellecida nesta Provincia . In: Ofício N^o 129. Cod:741. Período: 1836-1840. (Matéria: Correspondência do Governo Com a Corte 20 dez., 1837. [Arquivo Público do Estado do Pará].

ANDRÉA, Francisco. José de Souza Soares de. Para Paulino Limpo de Abreu Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Justiça. Ilmo e Excm^o Sens= Pelo Presidente do Maranhão me forão remetidas fuezas Manoel Maria Monteiro juiz de Pas das Sabrinas, e João Priest, súbdito dos Estados Unidos, conhecidas como as principaes authores do assassinato perpetrado em quazi toda a guarnição da Escuna Ingleza = Clio = e do cambo da carga da mesma Escuna. In: Ofício nº 7. Códice 740. Período 1836-1839. (Matéria Correspondência do Governo com, a Corte). 4 jun., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

APRESSO-ME EM COMUNICAR AVEX^A. que hoje apresentou-sevindos de Collares cincoenta eúm rebeldes entre estes os celebres Jozé Roz^o. Palheta, Manoel Pereira Barbosa, e José Thomé que erão entre elles denominados oficiais. In: Cod. 533. Cod.Atual: 1007. Período: 1836. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). 25 jul., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

ASSENTAMENTO DOS REBELDES (Estrangeiros em destaque) que foram prezos depois da Revolução de 1835. In: Cod. 1131. Cod.Geral: 1026. Período: 1836

(Matéria: Relação Nominal dos Rebeldes Prezos). [Arquivo Público do Estado do Pará].

ASSENTAMENTO DOS REBELDES (Estrangeiros em destaque) que foram presos depois da Revolução de 1835. In: Cod. 1131. Cod.Geral: 1026. Período: 1836-1838. [Arquivo Público do Estado do Pará].

ASSENTAMENTO DOS REBELDES (Estrangeiros em destaque) que foram presos depois da Revolução de 1835. In: Cod. 1132. Cod.Geral: 1024. Período: 1836 (Matéria: Relação Nominal dos Rebeldes Prezos). [Arquivo Público do Estado do Pará].

BARROZO, Francisco Manoel. Para Prudencio José das Mercez Tavares. ser Achando se ultimamente os usados da Tapéra ir (...) cabeceiras deste Rio o a nolsa Força tendo seguido sobre elles os alcançarão em fuga no dia 19 do corrente. In: Cod. 549. Cod. geral: 1051. Período: 1837. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). 22 nov.,1837. [Arquivo Público do Estado do Pará].

CARDOZO, Thomas D'Óoliveira. Estas salutáveis dispozições tem sido culpavelmente eludidas e protergadas pelos agentes desta vila, assalssinado-se barbarame barbaramte. In: Cod.534. Cód. At. 1008. Período 1836. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). *20 maio 1836. (Não veio a relação dos presos)*. [Arquivo Público do Estado do Pará].

[CARVALHO], Francisco Joaquim Ferreira de. Para Francisco José de Souza Soares de Andréa. Tenho a sastifação de participar a V Ex.^{ca} que o resultado das diligencias que ordenei contra os rebeldes do rio Aramá e outros, foi serem aprizionados vinte esinco homens com suas famílias e filhos que fazem o total de noventa indivíduos. In: Cod. 551. Cod. Geral: 1053. Período:1837. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). 17 fev., 1837. [Arquivo Público do Estado do Pará].

COMUNICO a VEx^a a chagada da Expedição de Bragança, neste Acampamento, no dia 24 do corr~ i que, entre outros presos, tras o feróz Agostinho Mor^a, q. está em ferros a bórdo da prezeganga deste porto.... Para Francisco José de Souza Soares de Andréa. In: Cod. 533. Cod. Atual: 1007. Período:1836. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). 26 ago., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

CONDE DE LAGES, Minist. e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra. Para Bernardo de Souza Franco. por aviso de 4 de Abr^o. pp foi V.Ex^a. servido communicar-me que o Regente em nome do Imperador,...In: Ofício N^o 212. Cod. 734. Cod. Geral: 906. Período: 1830-1840. (Matéria: Correspondência do Governo com a Côrte). 25 dez., 1839. [Arquivo Público do Estado do Pará].

CORRÊA Mariano Carlos de Gama. Como especuladores há em não poucas Nações, máximo nos estados - Unidos que, aonde se manifestão pertubações ali procurão introduzir por todas as maneiras os Contrabandos de Guerra; e acontecendo de

proximo vir a este porto com destino para o Rio Grande do Sul o Navio Americano “Elbe, o qual descarregando parte de sua carga, levou, segundo me consta, ainda alguns caixotes, recebo aqui somente sal; isto me despertou suspeitas, d In: Ofício nº 11. Cod. 978. Cod. Geral: 1041. Período: 1836 - 1840. (Matéria: Negocios em Países Estrangeiros). 11 jul., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

COSTA, Francisco Antônio. Para Francisco Soares de Souza Andréa. In: Cod. 543. Cod. Atual: 1018. Período: 1836. (Matéria: Correspondência de diversos com o Governo). 30 abr., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

COVAN, Dennis. Para o Presidente da Província do Pará. a residencia deste vice-Consulado se achava cercado de Tropas que prohibirão a saída a todas as pessoas, e a mim mesmo In: Cod. 982. Cod. Atual: 993. Período: 1835-1836. (Matéria: Consules). 2 fev., 1835. [Arquivo Público do Estado do Pará].

CRUS, Manoel da. Para Eduardo Francisco Nogueira Angellend. mandar me alguma monição que estamo sem pella que estamos com os Jungo. Ofício nº 16. Cod. 531. Cod. Geral: 1005. Período: 1836. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). 12 fev., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

CRUZ, Ignacio de siqueira Lião Silva e. Para Francisco Sergio de Oliveira. In: Cod. 533. Cod. Atual: 1007. Período: 1836. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Govêrno). 19 jul., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

CUNHA, Sebastião Roque de. Para Francisco Soares de Souza Andréa. In: Cod: 543. Cod. Atual: 1018. Período: 1836. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). 11 maio 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

D'ES^A, Clemente de Alm. Os abaixo assignados levão ao conhecimento de V.Ex^a.; que no Igarapé Jurujaia do Rio Guamá Freguezia de S. Domingos, estas em feia casa descansado João Antonio Espanhola, onde se ajuntarão os Cabanos em numero consideravel, In: Cod: 543. Cod. Atual: 1008. Período: 1836. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). 18 jul., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

DESUZÁ, Chistian Lourenço. Para o Manoel Jorge Rodrigues. In: Ofício nº: 1. Cod :527. Cod. Atual: 986. Período: 1835. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). 14 ago., 1835. [Arquivo Público do Estado do Pará].

DOMINGO Antonio. Participo a Vex^a. que não. Mandei Ares por Ja os Camaradas atre matado com hu~ tiro de Arma q. Ofício Nº 17. Cod. 531. Cod. Geral: 1005. Período: 1836. (Matéria: Correspondencia de Diversos com o Governo) 13 fev., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

Dou Parte a V.Ex^a. que Antonio Candido, e Antonio Francisco Nonato, moradores no Rio Capim, e recém chegados a esta Capital como correios do m^{mo}. Rio, Trouxerão

em sua companhia dois romeiros por nome Custodio, e Bento, homes perigosos na Sociedade por serem dos Rebeldes que m^{to}. influidos forão na ultima Catastrofe que nesta Provincia teve lugar: dizem os mesmos denunciantes e que comigo alsinavão esta Corta. In: Ofício n^o. 6 Cod. 543. Cod. Atual: 1008. Período: 1836. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo) 25 jun., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

FIGUEREDO, Joaquim Manoel d'Oliveira. Para Francisco Soares de Souza Andréa. In: Cod: 543. Cod. Atual: 1018. Período: 1836. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). 14 jun., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

FONSECA, Francisco Sergio. Para Manoel Jorge Rodrigues. In: Ofício N^o 31. Cod. 531. Cod.Geral:1005. Período: 1836. (Matéria: Correspondencia de Diversos com o Governo). 4 maio 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará]. Anexo: Relação dos Prezos que vão remetidos ao Ex^{mo}. Senr[~] Presidente da Provincia. [Boa parte ilegível].

FONSECA, Ignácio José Cardoso da Para Bernardo de Souza Franco. O Commandante Melitar dos Breves me comsmica em seu Officio de 29 do mês proximo passado, que ali se lhe apresentou o chefe de Rebeldes Prometivo Corrêa com mais vinte de sua quadrilha. In: Ofício N^o 125. Cod. 523. Cod.Geral: 983. Período: 1834-1840. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). 16 ago., 1839. [Arquivo Público do Estado do Pará].

FONSECA, Ignácio José Cardoso da Para Bernardo de Souza Franco. ... me ordena informe a V.Ex^e. do que. Tem auido arespeito de mandar algumas familiaz ábitar o interior do Rio Jary, em Consequencia do que tenho ahonra informar a Vex^a., que não obstante a vantagens que offerece aquelle rio ningelem á que o queira hir habitar. In: Ofício N^o 134. Cod. 523. Cod.Geral: 983. Período: 1834-1840. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). 28 fev., 1840. [Arquivo Público do Estado do Pará].

FONSECA, Ignácio José Cardoso da Para Bernardo de Souza Franco. Em Comprimento ao respeitavel Despacho de V.Ex^a. de Maria dos Passos; tenho ahonra informar a V.Ex^a. Antonio José Leitão achava-se vagando neste Destricto antes da catastrofhe de 7 de Janeiro. In: Ofício N^o 136. Cod. 523. Cod.Geral: 983. Período: 1834-1840. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). 28 fev., 1840. [Arquivo Público do Estado do Pará].

GUIMARÃES Joaquim Mendes. Participo a V.S^a q[~]. na inlelligencia q[~] p. ordena de V.Ex^a fiz do Puo Marapanim, ao fim detros dias de manhã cheguei ao Citio do Paixão, tendo já batido o 1^o e 2^o ponto todos malvados nos q[~]. não encontrei. In: Cod: 533. Cod.Atual: 1007. Período: 1836. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo. 8 maio 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

HE DO MEU DEVER PARTICIPAR a V.Ex^a. os acontecimentos que tem ocorrido arespeito da Expedição com que tenho tomado parte. No terceiro dia de viagem ao passar pela Fazenda Bom-Intento, huma porção de Cabanos. Para Francisco. José de Souza Soares de Andréa. In: Cod: 543. Cod.Atual: 1018. Período: 1836. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). 10 maio 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

HESKELH, John. Instrumento Publico de Protesto. In: Cod.982. Cod.Atual:993. Período:1835-1836. (Matéria: Consules). 24 ago., 1835. [Arquivo Público do Estado do Pará].

HOME, J. Everaldo. Tenho q[~]. requerer a V.Ex^a. q[~]. tenha a bondade de mandar fazer huma Copia para mim do testemunho produzido contra os Piratas e alsalsinos John Priet, e Manoel Mario Monteiro, agora prezos, e da sentemça pronnumciada, com a relação dos outros Cumplices, q[~]. se achão soltos ainda. In: Cod: 982. Cod. Atual: 993. Período: 1835-1836. (Matéria: Consules). 14 jul., 1836.[Arquivo Público do Estado do Pará].

IGNÁCIO (...). Para Manoel Jorge Rodrigues. In: Cod.485. Cod Atual: 903. Período: 1830-1835. 23 ago., 1835. (Matéria: Correspondência de Diversos com Governo). .[Arquivo Público do Estado do Pará].

II^{mo}. Sen[~]. = Previno avj^a. que se acha recolhido ao Hospital de S. José doente, Manoel Maria Monteiro, princpal réo do attentado cometido no Clio.In: Ofício n^o 50. Cod. 584. Cod. Geral: 1031. Período:1836 – 1841. (Matéria: Correspondência do Governo com Diversos). 27 abr., 1837. .[Arquivo Público do Estado do Pará].

JOSÉ, Joaquim, ANTONIO, Ignacio. Para Francisco José de Souza Soares de Andrea. In: Códice 533. Códice Atual1007. Período 1836. (Matéria: Correspondência de Diversos Com o Governo). 13 maio 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

JUNQUEIRA João Raimundo Carneiro. Para Manoel Jorge Rodrigues. Mappa da Força do B^m. do meu commando demonstrando o estado, eaonde se achão.In: Off. S/n. Cod:526. Cod.Atual: 986. Período: 1835. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). 10 set.,1835. [Arquivo Público do Estado do Pará].

MALAFIA, Lourenço de Allmd^a.. ...logo se avistou huma Igarithé a vella atravçando p^a. As Ilhas do viura, despedi logo huma força de 4 canoas atrás e apezár de se fazer toda a deligencia de se encostár na dicta canoa dos rebeldes... In: Cod. 551. Cod Atual: 1053. Período: 1837. (Matéria:Correspondência de Diversos com o Governo). 28 fev., 1837. [Arquivo Público do Estado do Pará].

MALCHER, Felix Antônio Clemente. Para Manoel do Nascimento Castro e Silva. In: Ofício N^o 31. Cod. 737. Cod. Geral: 980. Período:1834-1836. (Matéria: Correspondência do Governo com a Côrte). 13 jan.,1835. [Arquivo Público do Estado do Pará].

MARQUES, Joaquim. Para Manoel Jorge Rodrigues. In: Cod.: 527. Cod. Atual: 986. Período: 1835. 25 ago.,1835. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo).

MARQUES, Joaquim. Para Manoel Jorge Rodrigues. Depoimento de um padeiro italiano. In: Cod.: 527. Cod. Atual: 986. Período: 1835. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). [Arquivo Público do Estado do Pará].

MARQUES, Lourenço Ricarte. Para Francisco José Souza Soares Andréa. In: Cod.: 543. Cod. Atual: 1008. Período: 1836. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). 26 abr 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

MATTOS, João Henrique. Para Manoel Jorge Rodrigues. In: Cod. 541. Cod. Atual: 1016. Período: 1836. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Govêrno). [Arquivo Público do Estado do Pará].

MOTTA, Lourenço Lucidaro da. Deve tomar posse néssa Ilha, o Exm^o. Brigadeiro Francisco José de Souza Soarez d'Andréa, Prezid^e. Encarregado do Commando d'Armas dessa Provincia da Presidencia e Comd^o d'Armas. Ofício: 88. Cod. 580. Cod. Atual: 995. Período: 1835-1836 (matéria: Correspondência do Governo com Diversos). 10 abr., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

MATTOS, João Henrique de. Cidadãos Brasileiros! As insígnias mais gloriosas que hoje devem ornar nolsas pessoas são a Espada, o cinturão, e o mosquete!. Cametá. 13 fev., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

MATTOS, João Henrique. Para Manoel Jorge Rodrigues. Cod. 541. Cod. Atual: 1016. Período: 1836. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Govêrno). 4 jan., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

OLIVEIRA, Francisco Sergio de. Hontem 15 do corre apresentou-se hum homem mmo de dentro dos cabanos e contou o grande destroço que elles aqui sofrerão quando nos atacarão , e que existirá obra de duzentops. In: Cód. 533. Cód Geral 1007. Período 1836. (Matéria: Correspondência de Diversos Com o Governo). 16 abr., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

OLIVEIRA, Francisco Sergio de. me determina o entregar o comdo dos Paizanos a quem pertencer, e que e Imperial no mesmo momento recebi outro officio do Exmo Snr~ Prezide da Província Franco José de Souza Andréa, com dacta de 21 do mesmo, em que recomenda que toda vigilância he poça sobre os malvados. Vigia-PA. 26 abr., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

OLIVEIRA , Francisco Sergio de. Tendo no dia 11 do Corr^e. sahido daqui com huma força de dozentas prassas para de comum acordo com o coman^{te} das forças Maritimas Thomáz Leid. Atacar a povoação de Colares. Cod: 533. Cod. Atual: 1007. Período: 1836. (Matéria: Correspondência de Diversos com O Governo). 13 de fev., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

OLIVEIRA, Francisco Sergio N. Para Francisco José de Souza Soares de Andréa. In: Cod. 533. Cod. Atual: 1007. Período: 1836. (Matéria: Correspondência de Diversos com o governo). 16 abr., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

OLIVEIRA, Francisco Sergio N. Para Francisco José de Souza Soares de Andréa. Em ofício de 4 do Corr^e. Mostrei a V. Ex^a a necessidade q. havia neste pouso de hum agente do Del Mestre geral, ou do Commissario de (...), q[~]. se encarregasse dos generos, e os destribuisse com a força deste detricto melitar. In: Cod. 533. Cod.Atual: 1007. Período: 1836. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). 20 maio 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

OZORIO, Francisco de Paula. Para Francisco José de Souza Soares de Andréa. Tenho ahonra de levar ao conhecimento de V,Ex^a. q^e.no dia 26 do corr^e. pelas 6^{hs}. Da tarde me fiz de vela com Escuna 19 de 8Seb^{to}. Da boca do garapé Oariboca dirigindo-me p^a. mais perto do samaum para afim de atacar os im surgentes nas suas cabanas e surprende-los. In: Cod: 543. Cod. Atual: 1018. Período: 1836. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). 28 maio 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

PARA Carlos J. dimith. sendo acatado o tempo pelo qual se engajou aservir nas embarcaçõens de Guerra Brasileiras. In: Ofício N^o 74. Cod. 584. Cod. Geral: 1031. (Matéria: Correspondência do Governo com Diversos). 30 dez., 1837. [Arquivo Público do Estado do Pará].

PARA JOHN HESKELT, Para poder responder ao offício, que NS^a.me dirigio em 15 do Corrente, sobre a apreensão das escravas Leonor, e sua filha Candida, pertencente a herança do Fallecido eduardo Holland, subdito da sua Nação.In: Ofício N^o 74. Cod. 584. Cod. Geral: 1031. (Materia: Correspondência de Governo com Diversos). 20 dez., 1837. [Arquivo Público do Estado do Pará].

PATON, Alexandre,; HOME, J. Everard. [Ataque dos Cabanos ao navio Inglês Clio]. In: Cod. 982. Cod.Atual: 993. Período: 1835-1836. (Matéria: Consules). 9 dez., 1835. [Arquivo Público do Estado do Pará].

PERMISSÃO para Transporte das fazendas Inglezas em navios respctivos para o Maranhão. In: Pag.79. Cod.651. Cod.Atual:988. Período: 1835. (Matéria: Correspondência dos Prezidentes com Diversos). 10 set.,1835. [Arquivo Público do Estado do Pará].

RELAÇÃO DOS REBELDES PREZOS. In: Cod. 973. Cod. Geral: 1040. Período: 1836-1840.

RODRIGUES, Manoel Jorge. Para o Major Chermont. Pág.151. Cod.651. Cod Atual 988. Período: 1835. (Matéria: Correspondência do Prezidente com Diversos). 22 out., 1835. [Arquivo Público do Estado do Pará].

ROZO, João Alves de Castro. Para Francisco José de Souza Soares de Andréa.In: Ofício N^o. 1. Cod. 654. Cod. Geral: 1034. Período: 1836. (Matéria: Correspondencia do Presidente com Diversos). 11 abr., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

SABINO, .Luis. ... para mostrar aos Rebeldes que qualquer projectada tentativa para aliciar tropa não escaparia á nossa Cod. 533. Cod Atual: 1019. Período: 1836 (Matéria:correspondência Diversos com o Governo). 12 fev.,1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

SILVA, Anselmo Joaquim da. Para Manoel Jorge Rodrigues. Accuzo recebido o honrouzo Offício de V.Ex^a. em data de 18 do Corr^e., e patentiando-o dos bravos defensolres deste ponto,In: Cod: 526.Cod. Atual: 985. Período: 1835. (Matéria:Correspondência de Diversos com o Governo). 20 ago., 1835. [Arquivo Público do Estado do Pará].

SILVA, Anselmo Joaquim da . Para Manoel Jorge Rodrigues em. ... nesse mesmo dia a tarde mandei pôr 6 homens na torre da Igreja, e ali continuaram a fazer fogo contra os malvados In: Cód. 526.Cód Atual 985. Período 1835. 22 ago.,1835. (Matéria. Correspondência de Diversos Com o Governo). [Arquivo Público do Estado do Pará].

SILVA, Anselmo Joaquim da . Para Manoel Jorge Rodrigues em Recebi os offícios de V.Ex^{ca} de 12, i 14 do corrente. In: Cód. 526.Cód Atual 985. Período 1835. (Matéria. Correspondência de Diversos Com o Governo). 18 out., 1835. [Arquivo Público do Estado do Pará].

SILVA, Anselmo Joaquim da . Para Manoel Jorge Rodrigues e Mappa da Força na relação dos prezos. In: Cód. 526.Cód Atual 985. Período 1835. (Matéria. Correspondência de Diversos Com o Governo). 8 nov.,1835. [Arquivo Público do Estado do Pará].

SIQUEIRA, João Raimundo Carneiro. Para Manoel Jorge Rodrigues.In: Of. S/N. Cod:526. Cod.Atual 985.Período 1835. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). 28 out., 1835. [Arquivo Público do Estado do Pará].

SOUZA, Bernardo Lobo de. Para o Comandante do Porto, Jorge MAMOM. In: Ofício N^o 12. Cod. 650. Cod.Geral 978.Período: 1834-1835. (Matéria: Correspondência do Governo com Diversos). 4 jul.,1834. [Arquivo Público do Estado do Pará].

SOUZA, Bernardo Lobo de. Para o Director do Arsenal de Guerra. In: Ofício N^o 10. Cod. 650. Cod.Geral 978. Período 1834-1835. (Matéria: Correspondência dos Presidentes com Diversos). 4 jul.,1834. [Arquivo Público do Estado do Pará].

SOUZA, Bernardo Lobo de. Para.o Inspector do arsenal da Marinha. In: Ofício n^o 11, Cod. 650. Cod. Geral: 978. Período 1834-1835 (Matéria: Correspondência do Governo com Diversos). 4 jul.,1834. [Arquivo Público do Estado do Pará].

SOUZA, Joaquim José Luis de Para Francisco José de Souza Soares de Andréa.. Hoje apresentou-se-ime, vindo de Moaná, Manoel Thomaz, para administrar a fazenda nacional Arari, e a vista das circunstancias que passo a ponderar achei conveniente mandallo apresentar aV.Ex^a. para conhecello, e deliberar a q[~]. for

justo. Deste homem disem-me o seguinte, valha a verdade: Que antes da revolução servia de agente do Conego Baptista... In: Cod. 540. Cod Atual: 1015. Período: 1836. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). 23 nov., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

STROUG, B. Logo que S. Ex^a. Muito Nobre Senr[~]. George Cockburn G.C.B.V^a.V^a.V^a. Commandante em cheffe das Forças Britanicas nêsta estação, teve a desagradavel noticia do vil assassinio da equipagem do Navio mercante Inglez = Clío =. Ofício: N^o 1. Cod: 982. Cod. Atual: 993. Período: 1835-1836. (Matéria: Cônsules). 18 mar., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

TAYLOR, João. Para Manoel Jorge Rodrigues. 9 Dias de fogo. In: Cód 527. Cód Atual 986. Período 1835. 23 ago., 1835 (Matéria: Correspondência de Diversos Com o Governo). [Arquivo Público do Estado do Pará].

TAYLOR, João. Para Manoel Jorge Rodrigues. falta de lenha nos navios In: Cod.: 527. Cod. Atual: 986. Período: 1835. (Matéria: Correspondência. de Diversos com o Governo). 30 ago., 1835. [Arquivo Público do Estado do Pará].

TAYLOR, João. Para Manoel Jorge Rodrigues. Avendo grande falta de lenha nos navios da Divisão sob o meo commando, como por vezes tenho participado a V.S^a, e estando-se na diligencia de acortar na Ilha da Tatuoca. In: Cod. 527. Cod. Atual: 986. Período: 1835. (Matéria: Correspondência. de Diversos com o Governo).

TAYLOR, João. Para Manoel Jorge Rodrigues. Remetto a V.Ex^a. o numero de praças de marinhagem, e brigada, que tem os navios da Divisão ao meo commando. In: Cod.: 527. Cod. Atual: 986. Período: 1835. (Matéria: Correspondência. de Diversos com o Governo). 9 set., 1835. [Arquivo Público do Estado do Pará].

TAYLOR, João. Para Manoel Jorge Rodrigues. conselhos de Investigaç^o dos 1^{os} Tenentes João Fernandes Viann. In: Cod.: 527. Cod. Atual: 986. Período: 1835. 27 out., 1835. (Matéria: Correspondência. de Diversos com o Governo). [Arquivo Público do Estado do Pará].

TAVARES Prudencio José das Mercês. Para Francisco José de Souza Soares de Andréa. O commandante interino das Forças do termo de Melgaço o Padre Jacob Pastana de Vasconcelos, diriogio = me de Portel em 8 de Fevereiro, o offício, que por copia levei a presença de V. Ex^a. pelo que me participa o resultado das operações das partidas nos rios Anapú, e Pacujá, onde o intaligavel. In: Oficio N^o 78. Cod. 549. Cod. geral: 1051. Período: 1837. (Matéria: Correspondência do governo com diversos). 27 abr., 1837. [Arquivo Público do Estado do Pará].

TAVARES, Prudencio José das Mercês. Para Manoel José da s^a. e Mello. In: Cod. 485. Cod. Atual 903. Período: 1830-1835. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). 20 ago., 1835. [Arquivo Público do Estado do Pará].

TAVARES Prudencio José das Mercês. II^{MO}. Senr = Recebi o officio de Vs^a. da data de 11 do corrente em que me tem (...) o Barco para igualmente matimento. In: Cod:

549. Cod. Geral: 1051. Período: 1835. (Matéria: Correspondência de Diversos com o governo). 22 nov., 1837. [Arquivo Público do Estado do Pará].

TENHO ARES offícios seus dois de 10 de Julho 1^a. e 2^a. vias e hum de 25 do mesmo mês sobre os quaes direi alguma couza. In: Cod. 583. Cod. Atual: 1030. Período: 1836-1837. (Matéria: Correspondência de Governo com Diversos). 2 ago., 1836.. [Arquivo Público do Estado do Pará].

TENHO A HONRA de levar ao conhecimento de V.Exemplo^a a que não tenho feito amais tempo porque esperava os resultados das forças que no dia 10 do corr^e. fiz marchar para bater Agostinho de Souza Moreira porem VEx^a verá na minha exposição o quanto tem sido valiozos os serviços que as Escunas tem feito. Para Francisco José de Souza Soares de Andréa. In: Cod. 543. Cod. Atual: 1018. Período: 1836. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). 13 jun., 1836. [Arquivo Público do Estado do Pará].

TORRES, Francisco Maria. Para Francisco José de Souza Soares de Andréa. ...que apesar de se terem tomado medidas energicas para os aniquilar... In: Cód. 555. Cod. Atual: 1061. Período: 1837-1838. (Matéria: Correspondência de Diversos com o Governo). 27 abr., 1837. [Arquivo Público do Estado do Pará].

TROVÃO, Carlos Manoel de Souza. Ilmo Snr~Commandante Militar + Será justo mandar-a já amanhã cem homens para Capijó; porque servem de guarnição a aquelle ponto antes, que marchem na Expedição. In: Cód 541. Cód Atual 1016. Período 1836. (Matéria: Correspondência de Diversos Com o Governo). [s.d.]. [Arquivo Público do Estado do Pará].

VICE-CONSULADO DA ESPANA NO PARÁ. Habiendo ocurrido algunas dudas á respecto de Francisco Antonio Prego rio és é as Estrangero. In: Cod. 982. Cod. Atual: 993. Período: 1835-1836. (Matéria: Consules). [s.d.]. [Arquivo Público do Estado do Pará].

VINAGRE, Francisco Pedro. Proclamação de Vinagre ao Povo Paraense. 29 abr., 1835. [Arquivo Público do Estado do Pará].